



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COM HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

DOUGLAS NEVES DA SILVA

SATIAGRAHA EM QUATRO ATOS: ANÁLISE DO DISCURSO DA OPERAÇÃO DA
POLÍCIA FEDERAL E DOS SEUS DESDOBRAMENTOS EM VEJA

SALVADOR

2016

DOUGLAS NEVES DA SILVA

SATIAGRAHA EM QUATRO ATOS: ANÁLISE DO DISCURSO DA OPERAÇÃO DA
POLÍCIA FEDERAL E DOS SEUS DESDOBRAMENTOS EM VEJA

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado à Faculdade de Comunicação da
Universidade Federal da Bahia como requisito
para obtenção do grau de jornalista.

Orientador: Giovandro Marcus Ferreira

SALVADOR

2016

DOUGLAS NEVES DA SILVA

SATIAGRAHA EM QUATRO ATOS: ANÁLISE DO DISCURSO DA OPERAÇÃO DA
POLÍCIA FEDERAL E DOS SEUS DESDOBRAMENTOS EM VEJA

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado à Faculdade de Comunicação da
Universidade Federal da Bahia como requisito
para obtenção do grau de jornalista.

Orientador: Giovandro Marcus Ferreira

Banca Examinadora

Orientador: Prof.Dr. Giovandro Marcus Ferreira

Prof^a. Maria Lucineide Andrade Fontes

Prof^a. Juliana Freire Gutmann

Apresentado em:

Conceito:

SALVADOR

2016

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o discurso de quatro reportagens de VEJA relacionadas à Operação Satiagraha, que foi deflagrada pela Polícia Federal em julho de 2008. Para a confecção da investigação serão consideradas três edições da revista e quatro reportagens. Primeiro, a edição do dia 16 de julho, que teve como manchete: “Fala, Dantas! 20 escândalos que o banqueiro preso e solto, preso e solto pode esclarecer”, além da capa, a Operação também repercutiu com uma outra reportagem intitulada “Guerrilha na PF”, esta com destaque para a atuação do delegado Protógenes Queiroz, responsável pelo caso. Na edição seguinte, o afastamento de Queiroz, as especulações sobre a sua saída e a suposta ingerência do presidente Lula foram abordadas em: “Mandei ele sair porque ele quis...”. Por fim, também será considerada a edição do dia 15 de junho de 2011, “Impunidade anunciada”, sobre a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que resultou na anulação das provas obtidas na Operação. Para a feitura da pesquisa será utilizado o método de análise proposto por Michel Pêcheux em *Discurso: Estrutura ou Acontecimento* (2006), pois o francês propõe então uma retomada ao estudo da linguagem para, a partir daí, colocar de pé uma análise discursiva tão precisa quanto possível. Pêcheux está diluído em outros autores igualmente importantes para a investigação como o americano Norman Fairclough, em *Discurso e Mudança Social* (2001). O objetivo deste trabalho, portanto, reside em detalhar o discurso de VEJA sobre a Satiagraha e identificar as marcas ideológicas presentes nos textos.

Palavras-chave: Análise do Discurso, Jornalismo, Satiagraha, Operação, VEJA.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1	Capa da edição 2069 de VEJA	52
Ilustração 2	Páginas 46 e 47 da edição 2069 de VEJA	53
Ilustração 3	Páginas 48 e 49 da edição 2069 de VEJA	59
Ilustração 4	Foto da página 48 da edição 2069 de VEJA	61
Ilustração 5	Foto da página 49 de edição 2069 de VEJA	62
Ilustração 6	Páginas 50 e 51 da edição 2069 de VEJA	66
Ilustração 7	Foto na página 51 e 52 de edição 2069 de VEJA	69
Ilustração 8	Páginas 52 e 53 da edição 2069 de VEJA	74
Ilustração 9	Páginas 54 e 55 da edição 2069 de VEJA	80
Ilustração 10	Páginas 54 e 55 da edição 2069 de VEJA	85
Ilustração 11	Página 56 da edição 2069 de VEJA	87
Ilustração 12	Página 58 da edição 2069 de VEJA	92
Ilustração 13	Página 58 da edição 2069 de VEJA	94
Ilustração 14	Páginas 50 e 51 da edição 2070 de VEJA	99
Ilustração 15	Páginas 52 e 53 da edição 2070 de VEJA	112
Ilustração 16	Página 53 da edição de VEJA	113
Ilustração 17	Página 54 da edição 2070 de VEJA	116
Ilustração 18	Página 54 da edição 2070 de VEJA	119
Ilustração 19	Página 79 da edição 2221 de VEJA	123

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	METODOLOGIA	11
3	VEJA	19
4	CHACAL	24
5	JORNALISMO INVESTIGATIVO E DOCUMENTAL	29
5.1	Notícia	29
5.2	Investigação	31
5.3	Quadro atual	37
6	ANÁLISE DO DISCURSO	41
6.1	Discurso e análise	41
6.2	Ideologia	44
6.3	Intertextualidade e Interdiscursividade	46
6.4	O “eu”	48
7	ANÁLISE PRIMEIRA REPORTAGEM	51
7.1	Fala, Dantas!	51
7.2	Preso e solto	54
7.3	Vento do capitalismo e algemados	58
7.4	Grampos espionagem e o interesse do Brasil	62
7.5	Naji Nahas	67
7.6	Conclusão	70
8	ANÁLISE SEGUNDA REPORTAGEM	73
8.1	Guerrilha na PF	73
8.2	Imprensa e Suborno	76
8.3	PF dividida	81
8.4	Abin e espionagem ilegal	83
8.5	Estado Policial	88
8.6	Nahas e a imprensa	92
8.7	Conclusão	95
9	ANÁLISE TERCEIRA REPORTAGEM	98
9.1	Mandei ele sair porque ele quis...	98
9.2	Atirando a esmo	104
9.3	Lula	107
9.4	Fugiu dos trâmites	111
9.5	Não é dominante	116

9.6	Conclusão	119
10	ANÁLISE QUARTA REPORTAGEM	122
10.1	Impunidade anunciada	122
10.2	Festival de abusos	125
10.3	Conclusão	130
11	CONCLUSÃO	132
12	REFERÊNCIAS	135
13	ANEXOS	136

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo realizar a análise do discurso da revista VEJA sobre quatro reportagens, em três edições, dedicadas à controversa Operação Satiagraha e seus desdobramentos. A ação empreendida pela Polícia Federal – deflagrada em julho de 2008 com o objetivo de desmontar um grupo especializado em crimes do colarinho branco – prendeu 15 pessoas, entre elas, o banqueiro Daniel Dantas. Na sequência, em um curto intervalo de tempo (menos de 48 horas), Dantas obteve de Gilmar Mendes, então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), dois habeas corpus. Tão rápido quanto as decisões do ministro foi a enxurrada de críticas contra o delegado Protógenes Queiroz que, inclusive, foi exonerado do quadro da corporação e condenado definitivamente a dois anos e seis meses de prisão pelo crime de violação de sigilo funcional – episódios não contemplados pela análise.

Dantas foi alvo de outras operações, como a Macuco (2000), que investigou remessas ilegais de dinheiro para o exterior e também resultou numa CPI no Congresso: a Banestado, além da Chacal (2004), sobre um esquema de espionagem clandestina feita pela Kroll a mando do Opportunity. A CPI do Mensalão (2005), que apurou um esquema de pagamento de mesadas em troca de apoio parlamentar, e a dos Grampos (2008), sobre supostas ilegalidades cometidas no âmbito da Satiagraha, também tiveram o banqueiro como protagonista. No entanto, ele saiu quase incólume de todas essas investidas. Sem contar a privatização da Telebras, que segundo reportagem de VEJA em 99, contou com um suposto lobby pró-Dantas, mas que não impediu o seu sucesso em um dos leilões.

De acordo com dados da Associação Nacional de Editores de Revista (ANER) em 2014 a tiragem média de VEJA foi de 1.167.928 exemplares, números que, conseqüentemente, fazem dela a revista de notícia mais comentada do país.

A primeira parte do trabalho consiste na exposição da trajetória de VEJA. Depois a Operação Chacal (2004) será detalhada. O *currículo* de Daniel Dantas está repleto de escândalos, mas a opção pela descrição desse episódio é resultado das semelhanças com a Satiagraha. Primeiro, porque ambas foram colocadas sob suspeita por uma parte da imprensa, que especulou que as ações da PF foram compradas por adversários do banqueiro. Suspeitas estas que nunca chegaram perto de serem provadas. Depois, pela dificuldade da mídia em retratar os eventos por causa de suas discussões jurídicas e também pela desconfiança que as suspeitas citadas provocaram. E por último, pelos seus desfechos semelhantes, pois ambas foram anuladas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ainda na primeira parte será empreendida uma discussão sobre jornalismo investigativo e documental, quais suas diferenças e em qual categoria as reportagens de VEJA sobre a Satiagraha se enquadram – discussão que se manterá ao longo das análises. Por último, alguns conceitos e estratégias sobre Análise do Discurso serão explicados.

A segunda parte do trabalho consiste na análise do discurso da primeira reportagem: “Dantas contra a parede”, que revisita a controversa trajetória de sucesso do banqueiro e crítica a *simbiose* entre seus negócios e a administração pública. Mais do que observar palavras e suas definições no dicionário será verificado *como* o discurso da revista *significa*, e para tanto, as marcas ideológicas presentes na dispersão textual serão devidamente percorridas.

A terceira parte analisa a reportagem “Guerrilha na PF”, sobre uma suposta divisão dentro da instituição federal e os supostos erros cometidos pelo delegado Protógenes Queiroz com a anuência de Paulo Lacerda, seu ex-chefe e que na época era diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que auxiliou nas diligências da Satiagraha.

“Mandei ele sair porque ele quis...” será a terceira reportagem examinada. Nela, VEJA explora uma declaração do presidente Lula que teve como objetivo livrar o Planalto da suspeita de ingerência no andamento da Operação e que resultou num estranho pedido de saída de Protógenes.

Por fim, “Impunidade anunciada” fechará a análise. A distância temporal entre essa publicação e as outras três é de aproximadamente dois anos e a partir dela será possível identificar se a revista mudou a sua *maneira de olhar* para Satiagraha. A reportagem trata da decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que anulou a Operação, pois entendeu que irregularidades foram cometidas durante as investigações.

2. METODOLOGIA

SATIAGRAHA EM QUATRO ATOS: UMA ANÁLISE DA OPERAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL E DOS SEUS DESDOBRAMENTOS EM VEJA realizará a Análise do Discurso da abordagem da revista sobre alguns dos principais episódios da Operação. A Satiagraha, deflagrada pela Polícia Federal do Brasil em julho de 2008, resultou na prisão de 15 pessoas, entre elas, o influente banqueiro baiano Daniel Dantas, dono do Grupo Opportunity. Além da deflagração da ação, também serão explorados durante a pesquisa mais três pontos cruciais para o entendimento do caso, são eles: as decisões do então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Gilmar Mendes, que em um curto intervalo de tempo concedeu dois habeas corpus favoráveis ao banqueiro Daniel Dantas, apontado como suposto líder de um suposto grupo criminoso especializado em crimes do colarinho branco; depois, a pressão sobre o delegado Prótozenes Queiroz após a deflagração da Operação em função de seus supostos exageros; depois, a sua saída do caso como resultado de seus supostos deslizos; e por fim, a controversa decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que, em junho de 2011, sepultou a Satiagraha ao decretar a nulidade das provas obtidas contra Dantas e os demais envolvidos.

A Satiagraha destacou-se pelos seus contratempos, certamente porque teve entre seus alvos o notável Daniel Dantas, famoso por seu envolvimento em escândalos anteriores, como o processo de privatização das teles durante o governo FHC, no qual o seu grupo empresarial teria contado com o auxílio de importantes nomes do governo, como Luiz Carlos Mendonça de Barros (ministro das Comunicações) e André Lara Resende (presidente do BNDES), para conquistar vitórias no leilão das teles promovido pelo Estado brasileiro. No entanto, o lobby pró-Dantas nunca ficou provado. O empresário também teve o seu nome enrolado em outro escândalo, o caso Banestado, que deu origem a uma CPI no Congresso, que teve como objetivo investigar a remessa ilegal de muitos bilhões de dólares para o exterior. A CPI no Congresso não deu em nada, assim como uma investigação da Polícia Federal sobre o caso. Depois ele foi alvo de outra Operação da PF, a Chacal, cuja finalidade consistia em desmontar uma rede de espionagem ilegal promovida pela norte-americana Kroll a mando Grupo Opportunity, de Dantas e da sua subsidiária BrT. A espionagem ilícita aconteceu como desdobramento de uma guerra fria que o Opportunity travava com a Telecom Italia pelo controle da BrT, da qual ambas eram acionistas. Superado os holofotes em torno da Chacal e após alguns anos de batalhas judiciais a Operação foi trancada pela Justiça. Por fim, antes da Satiagraha o Opportunity também apareceu como um dos alimentadores e

beneficiários do *valerioduto*, esquema de distribuição de propina em troca de apoio parlamentar, liderado pelo publicitário Marcos Valério. Com o foco em políticos o empresário novamente saiu ileso.

Mas não foi apenas a participação de Dantas que transformou a Satiagraha num dos escândalos mais emblemáticos da história recente do país, os dois habeas corpus favoráveis ao banqueiro baiano, concedidos pelo então ministro do STF, Gilmar Mendes, e claro, o afastamento do delegado Protógenes Queiroz e a valorização de seus deslizes por boa parte da imprensa transformaram o caso e seus desdobramentos no prato principal do noticiário nacional durante algumas semanas.

Para a feitura da análise da Operação serão consideradas três edições de VEJA e quatro reportagens. Primeiro, a edição do dia 16 de julho, que teve como manchete: “Fala, Dantas! 20 escândalos que o banqueiro preso e solto, preso e solto pode esclarecer”, além da capa, a Operação também repercutiu com uma outra reportagem, desta vez com destaque para a atuação de Protógenes, “Guerrilha na PF”, que abordou o inquérito supostamente defeituoso do delegado. Na edição seguinte, o afastamento do delegado, a repercussão de sua saída e a suposta ingerência do presidente Lula ganharam uma reportagem com o seguinte título: “Mandei ele sair porque ele quis...”. Por fim, também será considerada a edição do dia 15 de junho de 2011, “Impunidade anunciada”, sobre a controversa decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que resultou na anulação das provas obtidas na Operação. A opção pela análise dessas três edições e quatro reportagens decorre, exatamente, de examinar os pontos críticos da Satiagraha a fim de lançar sobre o caso a luz necessária para uma análise realista e tão abrangente quanto possível.

Além destas edições do magazine, também servirão como auxílio para a análise publicações coletadas a partir de outras fontes, como: Folha de S.Paulo, O Estado de S.Paulo, O Globo, Uol, Terra, Época, Istoé, CartaCapital, Consultor Jurídico, e arquivos da Polícia Federal, do Ministério Público Federal, de São Paulo e de Brasília, do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e também o livro Operação Banqueiro (2014), escrito pelo repórter político da Folha, Rubens Valente. O auxílio das informações coletadas em outras fontes será fundamental para apanhar dados pertinentes relacionados ao caso e aos seus principais personagens, pois ainda que o recorte da análise esteja precisamente estabelecido, será fundamental produzir as contextualizações necessárias de modo a tornar o mais claro quanto possível os atos analisados.

Justificado o recorte do fenômeno, a opção pelo veículo obedece a dois critérios fundamentais e correlatos entre si. Primeiro, VEJA é o semanal de maior tiragem do país e

este faz deste periódico, fundada em 1968 pelos jornalistas Roberto Civita e Mino Carta, o mais influente do país (segundo critério) há algum tempo. Com isso, será possível conferir o tratamento dado pela principal revista do Brasil a um escândalo tão complexo e com tantas idiossincrasias, como os habeas corpus de Gilmar e as frustrações de Queiroz: o seu afastamento, por exemplo.

A abordagem da pesquisa será qualitativa, com isso, não será necessário a elaboração de construções estatísticas sobre o objeto analisado, cuja principal pretensão da pesquisa, será, portanto, o exame dos episódios ligados à Operação postos em observação, que será feito mediante a reflexão sobre o fenômeno, ainda que em algum momento seja possível efetuar um levantamento numérico, o trabalho exclusivamente analítico dessa produção não conta isso de modo prévio e nem atribuirá a isso, caso necessário, papel imprescindível.

Segundo Silva e Menezes (2005, p.14):

[...] A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas.
 [...] Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

A opção pela abordagem qualitativa decorre de, efetivamente, colocar de pé uma análise criteriosa sobre a Satiagraha, o que não seria viável através de uma abordagem quantitativa, por três motivos principais: serão analisadas três edições de VEJA; o caráter exclusivamente analítico da pesquisa; e o fato de que a Análise do Discurso será utilizada para a confecção argumentativa-reflexiva dos trabalhos, o que dispensa neste trabalho qualquer tipo de pretensão estatística. Na pesquisa serão observados e examinados os materiais jornalísticos produzidos por VEJA, e posteriormente, suas características e idiossincrasias serão refletidas e elucidadas. A opção por uma perspectiva explicativa ocorre em função da predileção em identificar fatores, causas e vicissitudes que levaram a midiaticização do evento em questão. Por que a Operação e seus desdobramentos ganharam destaque jornalístico? Qual a intensidade desse destaque? Qual a relevância do acontecimento para a sociedade em geral? Sobre o que falam as reportagens (conteúdo) e como falam (discurso)?

Outro ponto importante a ser abordado na produção da análise diz respeito ao tratamento da revista em relação aos principais *personagens* envolvidos no evento, são eles: Daniel Dantas, Protógenes Queiroz, Gilmar Mendes, Fausto de Sanctis e Paulo Lacerda. Qual a avaliação feita sobre a participação desses *atores* no caso? Como eles, que são fundamentais para a compreensão e análise da Satiagraha, foram retratadas nas reportagens sob observação? Logo, para alcançar os objetivos mencionados também será fundamental o exame da *direção*

utilizada para descrevê-los.

A metodologia utilizada no âmbito da Análise do Discurso enfatizará um veículo de comunicação específico cuja linha editorial está previamente identificada. Apesar desta pré-constatação, a reflexão que será empreendida não partirá desse ou de qualquer outro pressuposto para a construção do trabalho, uma vez que a Satiagraha não foi um escândalo político *convencional*, com a participação de um ou um grupo de partidos como se tornou comum no Brasil nos últimos anos, e do qual seria pertinente presumir notórias diferenças na cobertura feita por um veículo em relação a outro e não sendo um escândalo político *exatamente*, pois é mais empresarial e *jurídico*, não é conveniente supor um enquadramento específico de VEJA ou qualquer que fosse a instituição escolhida. A metodologia não será dedutiva nem indutiva, o que interessa é a descrição direta da experiência.

A Análise do Discurso será aplicada para a construção de sentido através dos materiais que formam o corpo do trabalho em questão. Essa linha de estudo investigativo cuja finalidade é identificar, entre outras coisas, marcas ideológicas presentes no texto será utilizada para avaliar *como* o discurso de VEJA *significa* e porque significa uma coisa e não outra. De acordo com Orlandi (2009, p.17):

A análise de conteúdo, como sabemos, procura extrair sentidos do texto, respondendo à questão: o que este texto quer dizer? Diferentemente da análise de conteúdo, a Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como este texto significa.

Ou seja, a AD não está preocupado apenas com o resultado, mas sobretudo com o processo, com as relações de tensão presentes tanto no momento de confecção do discurso como também no instante em que esse discurso é recepcionado.

Fairclough (2001) assinala que “discurso é prática social”, e a reflexão sobre essa prática só é possível através da examinação do contexto histórico em que o discurso foi confeccionado e o ponto onde é recepcionado (2001, p.21):

[...] “discurso” enfatiza a interação entre falante e receptor; portanto, entre processos de produção e interpretação da fala e da escrita, como também o contexto situacional do uso linguístico. Ainda segundo Fairclough (2001, p.21), “discursos são amostras da linguagem falada e escrita que enfatizam a relação entre emissor e receptor e serve para posicionar esses sujeitos dentro do ambiente social.

Um ponto de convergência entre os diversos estudiosos da Análise do Discurso aponta a importância do francês Michel Pêcheux, um dos fundadores dos estudos nessa área, e fundamental para o reconhecimento da relação existente no discurso entre

língua/sujeito/história ou língua/ideologia.

Nesse sentido, *Discurso: Estrutura ou Acontecimento* (2006) será importante para a feitura de uma análise o mais eficaz quanto possível, pois neste livro Pêcheux propõe um itinerário ideal para o estudo de caso, pois ele reconhece os vícios e virtudes dos *estruturalistas freudianos*, isto é, estudiosos, pensadores e intelectuais que atribuíram um grande destaque (justificado e coerente, mas que provocou uma certa carência, que será elucidada a seguir) ao inconsciente, ao *escondido*, ao *quer dizer*, ou seja, o estudo do discurso foi *inflacionado* enquanto *deprimiu-se* o estudo da superfície linguagem pura e simples. Ele propõe então uma retomada da importância do estudo da linguagem para, a partir daí, colocar de pé uma análise tão precisa quanto possível. A importância de *Discurso: Estrutura ou Acontecimento* para a análise reside na ideia proposta porque não se trata de um livro de conceitos que prescreva muitas citações. De todo modo, Pêcheux está *diluído* em outros autores igualmente importantes para o trabalho. Inclusive o *itinerário* proposto pelo francês tem pontos de intersecção com a recomendação do americano Norman Fairclough, em *Discurso e Mudança Social* (2001), mais precisamente no último capítulo, *A Prática da Análise do Discurso*, em que esquematiza-se pontos relevantes para a construção de uma análise (2001, p.282):

[...] (1) análise das práticas discursivas (no nível da microanálise) focalizando a intertextualidade e a interdiscursividade das amostras do discurso; (2) análise dos textos (microanálise da prática discursiva); (3) análise da prática social da qual o discurso é uma parte. Essas três dimensões da análise vão inevitavelmente estar superpostas na prática; por exemplo, os analistas sempre começam com alguma ideia da prática social em que se situa o discurso. Mas a sequência é útil para ordenar o resultado do engajamento de alguém em uma amostra discursiva particular antes de apresentá-la na forma escrita ou falada.

Portanto, Fairclough também considera a importância de uma apreciação do texto, ainda que o interesse majoritário do pesquisador seja (e este é o caso deste trabalho) o discurso *sobre* e *sob* texto, mas em função da tensão entre uma coisa e outra não é pertinente abrir mão de nenhum dos pontos citados. Nota-se ainda a flexibilidade do Fairclough (2001, p.282) em relação ao esquema:

[...] Note-se que envolve uma progressão da interpretação a descrição e volta a interpretação: da interpretação da prática discursiva (processos de produção e consumo de texto) a descrição do texto, a interpretação de ambos a luz da prática social em que se situa o discurso. Não é necessário proceder nesta ordem, e os analistas podem começar da análise do texto, ou de fato da análise da prática social. A escolha dependerá dos propósitos e das ênfases da análise. “Olhar” para os

processos de análise de discurso parece ser particularmente apropriado, dada a minha principal preocupação aqui com processo e mudança.

Mesmo que ele não considere o caminho sugerido como exatamente estável, sendo possível partir da: “interpretação para descrição para interpretação”, ou “da descrição para a interpretação”, percebe-se que nos dois casos é igualmente importante a feitura da descrição, ou seja, a feitura da análise dos textos, como bem destaca Pêcheux (2006, p. 49): “de meu lado, [...] eu sublinharia o extremo interesse de uma aproximação, teórica e de procedimentos, entre as “práticas da linguagem ordinária” [...] e as práticas de “leitura” de arranjos discursivo-textuais”. Portanto, para os dois estudiosos, ainda que a pesquisa enfoque no discurso *sobre* e *sob* texto (endossando, é este o caso dessa pesquisa), mesmo que secundariamente é elementar a confecção de uma apreciação textual.

Primeiro, a preocupação da AD não é gramatical/linguística, mas um olhar atento para essa questão é importante, como assinalaram Fairclough (2001) e Pêcheux (2006). Segundo, o discurso não é estático, estável e rígido, ao contrário, ele é móvel, volúvel e flexível, do contrário caberia apenas uma interpretação sobre um fenômeno dado, o que não procede, pois existem múltiplas possibilidades de interpretação porque, como frisou Orlandi, ele movimenta-se. Logo o trabalho de um analista do discurso não é axiomático, mas sim reflexivo, a partir da escolha de seus instrumentos retóricos:

Assim, a primeira coisa a se observar é que a AD não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando [...]. Levando em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que falam e as situações em que se produz o dizer [...] o analista do discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade. (2009, p.15).

Será necessário levar em consideração todo o contexto (interdiscurso ou memória) presente na construção das reportagens de VEJA, e com menor destaque, de outros veículos: a data da deflagração da Operação e a data dos seus desdobramentos, o momento político do país, a situação do Governo Federal, o momento do Judiciário e da Imprensa e etc., e não apenas a construção das produções em questão. Será fundamental, claro, observar os interdiscursos que perpassam o discurso das reportagens. Será necessário observar a troca, o fluxo, a influência, o intercâmbio.

Eni Orlandi, tradutora de Pêcheux no Brasil, em *Análise do Discurso Princípios e Procedimentos* (2009) refletindo sobre uma faixa em época de eleição num campo universitário mobiliza uma série de conceitos e sentidos para a realização da análise do

discurso dessa faixa. Em seguida, detalha quais conceitos e princípios são importantes para a confecção de um trabalho analítico. Primeiro as condições de produção, que segundo ela compreende fundamentalmente os sujeitos, a situação e a memória que, de fato, provoca a atribuição de sentido, *aciona* tudo o que se sabe sobre determinado ou ainda o que não se sabe, mas que serve de referência, de suporte para a atribuição de sentido. Memória é interdiscurso em Orlandi (2009), que “é aquilo que fala antes e em outro lugar, independentemente” (p.31). A memória mobiliza os nossos saberes prévios sobre um dado assunto, atribuindo sentido, configuração ideológica sobre o assunto em questão.

Mas por que as coisas significam uma coisa e não outra? Por causa da ideologia do sujeito e sem ideologia não há interpretação, pois este é o trabalho da ideologia segundo Orlandi (2009, p.46): “produzir evidências, colocando o homem na sua relação imaginária com suas condições materiais de existência”. É pela ideologia que as palavras e que os discursos significam. E cabe também a ideologia interpelar os *indivíduos em sujeitos*, cuja consciência de sujeito só é possível a partir do momento da filiação: “podemos começar por dizer que a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição dos sujeitos e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que produza o dizer” (2009, p. 46).

Eni Orlandi em *Análise do Discurso Princípios e Procedimentos* (2009) pontua que para a feitura de análise cabe construir um *dispositivo de interpretação*, que tem como característica colocar o “dito em relação ao não-dito, o dito em lugar com o dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro” (p.59) procurando ouvir no *não dito* o que é igualmente importante na relação com o dito, porque o sujeito fala também pelo que não fala.

A Análise do Discurso, segundo Orlandi (2009), não procura o sentido verdadeiro e axiomático, mas sim o “real do sentido na materialidade linguística” em questão. Nesse caso os objetos construídos pelo discurso de VEJA.

Os sujeitos e os sentidos do discurso são “constituídos a partir de transferências e jogos simbólicos nos quais a ideologia e o inconsciente possibilitam o equívoco” (p.60). O equívoco consiste naquilo que é dito a revelia de intenções prévias, por isso o que *não é dito* é tão importante, porque um discurso se constitui também do que não é falado, mas está lá por causa dos equívocos que a língua possibilita. A interpretação, segundo Orlandi (2009), deve aparecer em dois momentos da análise, no momento de descrição dos processos interpretativos do sujeito do discurso. Cabe ao analista descrever a interpretação do sujeito-autor. E segundo, toda descrição esbarra em processos interpretativos, portanto, cabe ao analista o manuseio de um dispositivo teórico que possibilite o deslocamento de sua relação

de sujeito com a descrição da interpretação usado pelo sujeito-autor do objeto sob análise, de modo que o analista trabalhe no “entremeio da descrição com a interpretação” (p.61). Diferente do hermenêuta, o trabalho do analista não é interpretativo, pois é justamente esse o limite de sua atividade, por isso o dispositivo teórico é tão importante, porque relativiza a interpretação a partir do uso de aparatos teóricos que possibilitam a análise.

Um primeiro passo na direção da análise é pensar o corpus, que no caso de um produto discursivo nunca completa-se, ou seja, um texto aponta para outros que o sustentam e foi confeccionado a partir de outros que o sustentaram. Não existe discurso *autofundado* como observa Maingueneau (1948), por isso a relação do analista é com o recorte da interdiscursividade, que aqui são as quatro reportagens de VEJA que falam sobre diversos discursos, como corrupção, por exemplo. No entanto, as reportagens de VEJA não dão conta de toda a miríade discursiva sobre corrupção, por isso a análise é feita com base no recorte feito pelo sujeito-autor do discurso em questão.

Definido o corpus o analista tem diante de si o texto, que recebe um tratamento de modo a colocá-lo em seu devido campo de discurso. Cabe daí por diante aquilo que Orlandi (2009) chama de processo de “de-superficialização”. Trata-se do como diz, quem diz e em que circunstância. A questão é como um objeto simbólico (texto, imagem, música) produz sentidos. Aí entra a ideologia, meio pelos quais sujeitos e sentidos se constituem. Para a compreensão do funcionamento do discurso, a memória (ou interdiscurso) exerce papel de suma importância, porque a confecção de sentido só é possível na relação com outros discursos e outros sujeitos.

Podemos concluir que a análise do discurso não está interessada no texto em si como objeto final de sua explicação, mas como unidade que lhe permite ter acesso ao discurso. O trabalho do analista é percorrer a via pela qual a ordem do discurso se materializa na estruturação do texto (e da língua na ideologia). Isso corresponde a saber como o discurso se textualiza. (ORLANDI, 2009, p.72).

A Análise do Discurso engaja-se tanto no processo de instituição de sentidos como nos resultados desses sentidos textualizados. SATIAGRAHA EM QUATRO ATOS: UMA ANÁLISE DA OPERAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL E DOS SEUS DESDOBRAMENTOS EM VEJA buscará, desta maneira, observar, elucidar, discriminar e refletir, à luz da AD, sobretudo à luz da *tática* proposta por Fairclough (2001) e Orlandi (2009) como o fenômeno em questão foi noticiado; de que forma VEJA se fez valer do vernáculo para lançar mão de sua uma interpretação ideológica sobre o fenômeno Satiagraha; como seu discurso *funciona*; e o que esse discurso diz sobre VEJA.

3. VEJA

A *Veja e leia* (e assim teve esse nome até maio de 75) foi lançada em 11 de setembro de 1968 por Roberto Civita (1936-2013), herdeiro do fundador do Grupo Abril, Victor Civita (1907-1990), que idealizou a revista após sua passagem pelos Estados Unidos, onde estudou jornalismo e quando recém-formado estagiou durante dois anos na americana *Time*.

Roberto Civita primeiro estudou física em 53, na Universidade Rice, no Texas, mas desistiu do curso antes da conclusão, em seguida foi aceito na Universidade de Pensilvânia, onde cursou jornalismo e administração simultaneamente. Após formado foi contratado pela *Time Inc.*, onde trabalhou em todos os setores do magazine, da apuração à venda de publicidade, como revelado em suas memórias pela VEJA.¹

Superado o período de estágio, Civita foi convidado para trabalhar em Tóquio, como o número 2 da sucursal da revista, mas foi convencido pelo seu pai a não aceitar o convite. Civita então impôs condições, fundar três publicações no Brasil, uma inspirada na *Fortune*: a *Exame*, a *Playboy* brasileira, e uma terceira inspirada na *Time*, a VEJA. Os pedidos encontraram resistência, seu pai alegou que ainda não tinha condições de implementá-las, apesar do sucesso de Abril com as publicações em quadrinhos da Disney e a fotonovela *Capricho*, com tiragem de 500 000 exemplares.²

O primeiro projeto da editora com a assinatura de Roberto Civita foi a *Quatro Rodas*, lançada em agosto de 60, que teve como motivação a ampliação das estradas e rodovias do Brasil e tinha como objetivo promover a indústria automobilística nacional.

Em 1966 outro projeto também contou com a participação decisiva de Roberto, a mensal *Realidade*. Em suas memórias Roberto aponta que *Realidade* tocou em assuntos que a imprensa da época não tocava, como sexo, drogas e polêmicas religiosas, além de ter produzido perfis reveladores sobre diversas personalidades, dos escritores Jorge Amado e Guimarães Rosa, aos generais do início do regime militar.

Dentro do contexto dos magazines nacionais a “*Realidade*, da editora Abril, antecessora de VEJA, ocupa papel de enorme destaque, pois inaugura um formato de reportagem sem precedentes na imprensa brasileira, sem abrir mão do apelo visual”, segundo Dorneles (2004, p.28). Apesar das contestações muito estudiosos consideram a *Realidade*

1 Disponível em: < <https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/edition/32147?page=1§ion=1> >
Acessado em: janeiro de 2016

2 Disponível em: < <https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/edition/32147?page=1§ion=1> >
Acessado em: janeiro de 2016

uma revista bem próxima do estilo impressionista do *newsjournalism* americano dos anos 60, que ganhou fama com Truman Capote, Tom Wolfe e Norman Mailer. “O repórter mergulhava no assunto que tinha que cobrir confundindo-se com o universo da abordagem. [...] Além disso, o texto de *Realidade* era mais solto, fora das fórmulas tradicionais”, de acordo com Torres (2005, p.41) e “bem elaborado a partir de uma abordagem narrativa muito próxima da linguagem literária”, segundo Carnevalli (2003, p.53).

De acordo com Faro (1999), a primeira fase da revista, de 66 a 68, foi marcada pela abordagem de grandes temas numa forma narrativa que combinava clareza e objetividade com foco narrativo, o jornalismo literário, pois o repórter tinha liberdade para escrever na primeira pessoa, fazer descrições detalhadas e inserir o travessão ao ceder a condução narrativa a um *personagem*. Mas o AI-5 limita os trabalhos da *Realidade*, que pouco a pouco a revista assume um caráter mais informacional.

O sucesso inicial de *Realidade* fez os Civitas acreditarem no lançamento de um periódico semanal. Roberto então convidou Mino Carta, que estava no *Jornal da Tarde* após trabalhar na Abril como editor da *Quatro Rodas*, para ser o editor do novo projeto. Eles então visitaram as cinco maiores revistas semanais dos Estados Unidos e Europa num estudo de campo sobre o assunto. Para recrutar uma equipe, lançaram um anúncio em outras publicações da Abril buscando “homens e mulheres inteligentes e insatisfeitos, que leiam muito, perguntem sempre por que e queiram participar da construção do Brasil de amanhã”³. Milhares de currículos foram recebidos e após um pente fino a equipe de cerca de cinquenta repórteres foi definida.

A confiança no novo projeto era tamanha que a primeira tiragem foi de 700 000 exemplares. A segunda edição vendeu metade e em poucas semanas menos de 100 000, segundo Hernandez (2004) até chegar aos 22 mil pouco tempo depois. A editora perdeu dinheiro e recebeu muitas críticas. Roberto responsabilizou a expectativa do leitor pelas dificuldades iniciais, pois o público esperava uma ilustrada, com fotos grandes e textos pequenos, mas não era essa a proposta de VEJA, ele, no entanto, também reconheceu que o magazine não era atraente, “de fato a revista tinha texto de mais e ilustração de menos. Era pesada, difícil de ler, apertada, feia”⁴. Além de vender pouco e da dificuldade para atrair anunciantes, apenas três meses após seu lançamento foi baixado o AI-5, (Ato Institucional Nº 5, que entrou em vigor no 13 de dezembro de 68 durante o governo do presidente Artur da

3 Disponível em: < <https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/edition/32147?page=1§ion=1> >
Acessado em: janeiro de 2016

4 Disponível em: < <https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/edition/32147?page=1§ion=1> >
Acessado em: janeiro de 2016

Costa e Silva e resultou no fechamento do Congresso Nacional) dando início ao que Roberto denominou “período de trevas”.

A princípio *Veja e leia* não agradou, mas aos poucos foi aprimorada. Millôr Fernandes passou a assinar uma coluna de humor e as entrevistas nas primeiras páginas amarelas – que no começo tinham essa cor porque o papel utilizado era sobra da gráfica – também tornaram-se uma marca. Com uma cobertura crítica a revista ganha relevância (Auguste, 2005).

A situação do magazine melhorou com a publicação de oito fascículos sobre a chegada do homem à Lua, mas VEJA só atingiu o equilíbrio entre despesas e receita em 75, quando foi implementada o serviço de assinatura que garantia lhe uma renda fixa (Auguste, 2005). Mesmo com as dificuldades impostas pela Censura, o entrosamento entre Mino Carta e Raimundo Pereira, coordenador da cobertura e repórter da sucessão de Costa e Silva, resultou numa marca de se fazer revista de notícia no Brasil (Auguste, 2005, p.75). O magazine investiu assuntos de natureza política e econômica e buscava noticiar aquilo que os jornais não noticiavam ao longo da semana, ou aprofundar assuntos já abordados pelos jornais.

Após desentendimentos Pereira sai de VEJA em 70 e então Mino Carta acerta a contratação para a editoria de Brasil de Elio Gaspari, que pouco depois deixa o veículo e vai para o Jornal do Brasil, retornando apenas em 1979, quando José Roberto Guzzo e Roberto Pompeu eram os redatores chefes, substitutos de Mino. Alvarenga (apud Hernandez, 2004) aponta como motivo para a saída de Mino a perseguição da Censura, pois ele, por força de contrato, tinha autonomia jornalística, o que dificultava o controle das reportagens por parte da editora. Victor Civita estava interessando em expandir os seus negócios para o ramo hoteleiro e os pedidos de empréstimos enalçavam. Com esse cenário a permanência de Mino tornou-se insustentável e ele acabou sendo demitido em 75 para fundar no ano seguinte a *Istoé*, e depois a *CartaCapital*, em 94.

Com Gaspari o *modus operandi* da redação foi posto em cheque, pois quem apurava (repórteres e editores-assistentes) não escrevia e quem escrevia (editores) não apurava e com Gaspari todos teriam de apurar. Entre 79 e 86 90% da redação foi substituída e nessa debandada sobrou até para uma das estrelas da revista, Millôr Fernandes, por ter apoiado Brizola na eleição de 1982. Com Gaspari e Guzzo VEJA atinge um estilo editorial. Ao primeiro coube os textos políticos e ao segundo a editoria de economia e negócios (Auguste, 2005).

Segundo Alvarenga (apud Hernandez, 2004), as *fases* da revista foram reflexo do momento do país e do estilo de seus editores. Mino Carta trabalhou sob censura e suas pautas

mostravam preocupação com a questão da tortura, do regime ditatorial, da democracia, da liberdade, da guerrilha. Já Roberto Guzzo e Elio Gaspari pertenceram a uma fase de transição, “o semanal, nessa época, em sua parte política, é marcada por uma cobertura que reflete as lutas no interior do regime entre os que entendiam que era preciso ceder para não perder tudo e os que defendiam a manutenção da linha dura”, (Alvarenga apud Hernandez, 2004, p.34).

Já Mário Sérgio Conti assume o semanário num período de democracia e também abertura econômica no período Collor, quando as investigações sobre o interior do poder, fruto da abertura democrática, se tornaram possíveis e frequentes. É o próprio Conti quem avalia o seu momento na redação:

Democracia consolidada. Processo de abertura econômica enfatizado. Descentralização. Reformas estruturais. Choque entre as visões do como país desguarnecido, que precisa de proteção contra a invasão do capital externo, e do país como retardatário no país da globalização, de que não poderá fugir sob pena de regredir. Também é uma fase marcada sobre o saque ao erário. (ALVARENGA apud HERNANDES, 2004, p.34)

É a partir desse momento que VEJA (e também outros semanais) adquirem o papel de *fiscal* da coisa pública, com uma cobertura voltada para a corrupção com o amparo, diga-se, das fontes oficiais (anônimas ou não), o que não seria possível num regime ditatorial.

A maneira de se fazer jornalismo em revista divide-se majoritariamente em duas partes, são as ilustradas e as revistas de informação, de acordo com Torres e Marcondes (2005). Segundo *Andre Seguin des Hons (Le Bresil, Presse et Histoire)* as fotomagazines caracterizavam-se pelo conteúdo fotográfico e cultural consumidas durante a diversão familiar.

Nos anos 60 as fotomagazines *Manchete* e *O Cruzeiro* perdem força com o advento da TV, “a densidade informativa dos jornais diários, alguns com significativa presença nacional [...] foi exercendo uma tremenda pressão sobre o jornalismo ilustrado semanal”, (Dines, 74, p.66). E aos poucos essas revistas perdem o espaço tomado pelas revistas de informação, ou seja, magazines marcadas pela presença da atualidade, e este é o caso de VEJA. Com isso a observação e a investigação (das revistas ilustradas) cedem lugar a informação (trabalho de gabinete), segundo Torres e Marcondes (2005, p. 40), “o repórter não se desloca mais com tanta frequência aos lugares em que os fatos ocorrem e passa a trabalhar com o texto dentro da redação, valorizando as agências de notícias”, e, a partir do enfraquecimento do regime ditatorial, valorizando também as *fontes oficiais secretas*, aquelas que vazam a informação, mas não tem os seus nomes divulgados. O texto distancia-se do estilo literário e passa a ser mais impessoal, porém com emissão de opinião, e as fotos perdem seu caráter testemunhal e passam a ser mais ideológicas e ilustrativas, de acordo com os

autores (2005).

Segundo Alvarenga (apud Hernandez, 2004), muitas fotos publicadas em VEJA são posadas, ou seja, o fotógrafo, antes mesmo de fazê-la, é orientado a buscar determinada expressão de um dado *personagem*. As reportagens de capa, como não poderia ser diferente, são maiores e mais aprofundadas e utilizam diversos recursos visuais, como gráficos, montagens, boxes, etc.

Prado (2003) sustenta que o jornalismo praticado por VEJA é mais performativo que informativo. Considerando performatividade como a ação sobre a linguagem, ele sustenta que é essa a base das reportagens que analisou do semanal. Portanto, é possível perceber nos textos uma linha editorial, um pensamento político, uma orientação ideológica marcando os passos das reportagens mais extensas. Usando uma referência literária é possível afirmar (e isso será detalhado durante a análise) que o *narrador* da história não é *flaubertiano*, não é *invisível*, não é *neutro*; ele aparece, ele exhibe-se, ele pavoneia-se, não apenas em VEJA, mas também em *Istoé*, *Época*, *CartaCapital*...

Roberto Civita definiu-se como um liberal nos costumes, já no plano político e econômico era favorável a livre-iniciativa, pois julgava este o único caminho para o progresso e desenvolvimento, “a livre-iniciativa faz parte da equação da democracia. Sem livre-iniciativa não há concorrência. Sem concorrência não há publicidade. E sem publicidade não há imprensa independente”. Essa visão, pode-se afirmar sem receio, é reproduzida através da linha editorial da revista.

Segundo Torres e Marcondes (2005), as reportagens atingem seu vigor nas revistas, por dois motivos facilmente identificáveis, um tempo maior de apuração em comparação aos jornais diários e uma possibilidade de texto maior numa linguagem, como observado pelos autores por uma linguagem menos rígida, com a complementação dos recursos gráficos e visuais: fotos, gráficos, infográficos, legendas, drops, olhos, boxes e etc., que formam a unidade discursiva da reportagem, segundo Costa (2000, p.109). De acordo com Erbolato, (1991, p. 30), a reportagem é a notícia em profundidade e, segundo Carnevalli (2003, p.49), um parente da literatura, utilizando recursos desta para compor a sua narrativa.

Atualmente VEJA é o semanal de maior tiragem do país. Cada edição física da revista vendeu 966.393 exemplares em novembro de 2015, segundo o Instituto Verificador de Comunicação (IVC). Já o site registrou neste mesmo período 79.396.000 visualizações totais, de acordo com a ComScore, empresa de origem americana especializada na apuração de audiência virtual.

4. CHACAL

A Operação Satiagraha e seus desdobramentos são um fenômeno curioso e difícil de compreensão. Muito provavelmente as matérias diárias (e mesmo semanais) sobre os acontecimentos, produzidas obedecendo à pressão natural de uma redação, foram, em partes, justificadamente incapazes de explicarem o evento com a precisão necessária. A fim de elucidar da maneira mais didática e eficaz quanto possível os eventos em questão é imprescindível revisitar a Chacal, deflagrada pela Polícia Federal em 2004. Discos rígidos coletados durante as diligências da primeira Operação serviram de mãe da segunda. Para entender a influência e o poder de Dantas e o colapso, que em especial esses dois eventos provocaram na imprensa, é preciso revisitar a Chacal com certa parcimônia.

A Operação é deflagrada pela PF em 27 de outubro de 2004. Cinco pessoas são presas; computadores, documentos, celulares e aparelhos eletrônicos são apreendidos em buscas realizadas na sede da Kroll Associates, em São Paulo; na sede do Grupo Opportunity e na casa de Daniel Dantas, no Rio de Janeiro; na casa da presidente da Brasil Telecom, Carla Cico, em Brasília; e na sede da empresa Armour, em Londrina, no Paraná. A ação foi autorizada pelo juiz Luiz Renato Pacheco Chaves de Oliveira, da 5ª Vara Criminal da Justiça Federal de São Paulo, em função das suspeitas de espionagem ilegal, formação de quadrilha, entre outros crimes.⁵

De acordo com o jornalista Rubens Valente, autor de Operação Banqueiro (2014), a Operação é iniciada depois que a DIP (Diretoria de Inteligência Policial) da PF recebe informações de que a Kroll Associates, empresa americana de operações de risco (espionagem) fundada em 1972 pelo advogado Jules B. Kroll remunerava servidores do Banco Central e da Receita Federal em troca dados sigilosos.

A Kroll entra no radar do DIP durante a Operação Anaconda, deflagrada em 2003. A PF recebeu informe de que o delegado federal aposentado de Maceió, Jorge Luiz Bezerra da Silva, trabalhava para a empresa americana e passou a averiguar se o ex-servidor, “a serviço da Kroll, oferecera ganhos de R\$ 5 mil mensais a [dois] policiais federais no intuito de que fornecessem informações privilegiadas”. (Valente, 2014, p.97). “As investigações avançam e Bezerra é preso durante a Anaconda e condenado pelo TRF da 3ª Região a três anos de reclusão — foi solto em julho de 2005, em livramento condicional” (Valente, 2014, p.98).

5 Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2004-out-27/pf_prende_cinco_pessoas_durante_operacao_chacal> Acesso em: fevereiro 2016

Um dos clientes da Kroll era BrT, que tinha como acionistas Opportunity, o Citibank Group, a Telecom Italia (TI) e fundos de pensão estatais. BrT e Opportunity então contratam os americanos para investigar a TI, por suspeitar que a aquisição da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), feita sob a coordenação dos italianos, foi superfaturada.

A Kroll, no afã de produzir provas contra os rivais de seu contratante, então arrisca muito ao tentar aproximação com os federais.

[...] No mínimo, subestimou a capacidade da PF e a visão negativa que suas atividades produziam na polícia. Só isso explica o que decidiu fazer no primeiro trimestre de 2004. Estava em andamento, na 5ª Vara Federal de São Paulo, um inquérito policial para apurar negócios da Parmalat, a empresa de compra e venda de leite fundada na Itália nos anos 1970. Ex-presidente da TIM, o braço de celulares da TI, o italiano Gianni Grisendi presidiu a Parmalat até 2000 e, ao sair, montou a Tecnosistemi, responsável pela instalação das antenas da TIM no Brasil. A tarefa da Kroll era identificar ligações entre a Tecnosistemi e a TI. Era uma tentativa inteligente de arrastar a companhia telefônica italiana para o centro do escândalo da Parmalat, um dos maiores da história recente da Itália. Seria um ótimo “assassinato de reputação”. (VALENTE, 2014, p.154).

A Kroll investe numa jogada muito arriscada e com consequências graves para os planos de arranhar a imagem dos adversários do Opportunity. No fim, o tiro saiu pela culatra.

Eduardo Sampaio, diretor da Kroll paulistana, procurou o delegado que presidia o inquérito do caso, Elpídio Nogueira, para conversar sobre a investigação. A Kroll marcou o encontro por meio de um funcionário, Thiago Carvalho Santos, que era filho da funcionária da PF paulistana Judite de Oliveira Dias, lotada no protocolo. Ela disse que a Kroll estava interessada em “traçar metas de colaboração” na investigação e, por isso, “não viu nenhum mal” em marcar a reunião. O delegado Elpídio esteve no encontro, mas imediatamente comunicou a seus superiores o que se passava. A PF entrou em alerta e se preparou para documentar o próximo passo da Kroll (VALENTE, 2014, p.155).

A gravação de um encontro entre um subcontratado da Kroll e uma testemunha da PF no caso Parmalat foram esclarecedores e como não poderia ser diferente gerou uma Operação, a Chacal, cujo objetivo era dismantlar uma rede de espionagem ilegal.

As ações empreendidas pela Kroll ganham contornos dramáticos ao atingir nomes importantes do governo, como o ministro Luís Gushiken que teria trocado mensagens com Luís Roberto Damarco, rival de Dantas. Além Gushiken, Cássio Casseb, presidente do Banco do Brasil, também teria mantido encontros secretos com representantes da TI. O processo de espionagem, segundo investigações, incluiu grampo de conversas telefônicas e até a

declaração do imposto de renda de Casseb, além da gravação de suas reuniões com italianos. O Grupo Opportunity e a BrT suspeitavam que membros do governo estivessem favorecendo os “adversários”, inclusive, Casseb foi representante dos italianos no conselho da BrT até agosto de 2002.⁶

Diante das notícias que revelavam a espionagem de membros do seu governo o presidente Lula declarou que “qualquer alegação sugerindo irregularidades deve ser investigada”, mas enfatizou que o governo considera “todas as pessoas inocentes até que se prove o contrário”.⁷

Em nota oficial publicada nos principais jornais do país, a Kroll confirma que foi contratada pela BrT para obter provas de possíveis irregularidades que levaram a operadora de telefonia nacional a comprar a CRT, pois o negócio foi fechado por um valor acima do necessário.⁸

Apesar de sócias, BrT e TI eram rivais no mercado de telecomunicações, motivo que esclarece o fato da segunda, de acordo com a primeira, ter adquirido uma terceira empresa por um valor superfaturado a fim de prejudicá-la. No entanto, a suposta compra superfaturada da CRT nunca ficou provada. A espionagem ilegal não poderia ter sido mais frustrante, a Kroll pouco produziu e resultou numa Operação da PF.

Para a *sorte* da BrT e do Opportunity entre 2005 e 2007 a Procuradoria de Milão abriu uma investigação contra a TI e a defesa dos investigados pela Chacal conseguiram arrolar uma coisa na outra.

Na mídia e na Justiça, uma importante peça de defesa do Opportunity foi uma investigação realizada entre 2005 e 2007 pela Procuradoria de Milão contra altos executivos da TI (Telecom Italia). Era uma forma bem bolada de prender uma coisa à outra para criar uma onda de suspeitas, como se o caso brasileiro dependesse necessariamente do esclarecimento do caso italiano. A tática teve certo efeito. A pedido da defesa, que se baseou numa reportagem da jornalista Janaína Leite, então na Folha, a desembargadora do TRF da 3ª Região, Cecília Mello, mandou trazer ao Brasil cópia do inquérito italiano. A reportagem dizia que na Itália havia provas de corrupção de brasileiros. Colunistas na imprensa passaram a falar em “listas” de autoridades que teriam sido compradas. Tudo isso gerou certo alvoroço nas redações. (VALENTE, 2014, p.194).

6 Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2004-jul-30/financial_times_escandalo_fez_brasil_descobrir_espionagem> Acessado em: fevereiro de 2016

7 Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2004-jul-30/financial_times_escandalo_fez_brasil_descobrir_espionagem> Acessado em: fevereiro de 2016

8 Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2004-jul-24/livro_conta_detalhes_alvo_investigacao_kroll> Acessado em: fevereiro de 2016

Parte da imprensa então passa a olhar com má vontade a Operação. Suspeita-se que a *Chacal* teria sido encomendada pelos italianos, adversários de Dantas, através de intermediários brasileiros: policiais, jornalistas e empresários. A compra de “brasileiros” por parte da TI nunca ficou provada.

Mas não há prova de que Elias e Demarco tenham carreado esses recursos para servidores públicos no Brasil ou na Itália — ambos nunca foram denunciados no processo italiano. Há mesmo o desmentido categórico de Tavaroli. Ele disse que, até onde sabia, “não houve nenhuma atividade de corrupção, em relação aos órgãos institucionais” brasileiros, desenvolvida por “fornecedores da TI”. Disse estar “absolutamente seguro disso” em relação a Marcelo Elias, a Demarco e aos consultores argentinos. Disse ainda que as ações judiciais movidas por Demarco e Elias eram vistas como “instrumento adequado de pressão” sobre Dantas e o Opportunity. (VALENTE, 2014, p.201 e 202).

O curioso é que a *Chacal* teve um desfecho muito semelhante a Satiagraha. Em 2010 o Tribunal Regional Federal da 3ª Região arquivou as ações penais resultantes da Operação em relação a 15 dos 16 crimes denunciados, entre eles os de corrupção ativa, formação de quadrilha, violação de sigilo funcional, receptação qualificada e divulgação de segredo, além do agravante de causar prejuízo à administração pública (artigo 153, parágrafos 1º-A e 2º do Código Penal). Em 2012 Dantas e mais doze pessoas foram novamente absolvidas do crime de formação de quadrilha pela juíza Adriana Freisleben de Zanetti, da 5ª Vara Federal Criminal de São Paulo. Com isso, o empresário se livrou de todas as acusações decorrentes da *Chacal*.⁹

Por fim, no dia primeiro de dezembro de 2015 o Tribunal Regional da 3ª Região colocou a última pá de cal sobre a Operação. O colegiado decretou por unanimidade a nulidade das provas digitais dos autos. Quando a *Chacal* foi deflagrada os policiais apreenderam computadores e documentos na sede da Kroll em São Paulo, que de acordo com a acusação serviria para a execução das escutas, no entanto, posteriormente um laudo da própria PF confirmou a alegação da Kroll que os equipamentos seriam usados para varredura antigrama.¹⁰

Mas porque a *Chacal* é tão importante para a Satiagraha: Bom, primeiro pela dificuldade da imprensa em retratar os dois casos. Alguns veículos e jornalistas, acusaram, inclusive, as duas Operações de terem sido compradas por rivais de Dantas. Segundo, pelo

9 Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2012-fev-13/daniel-dantas-11-sao-absolvidos-acusacoes-operacao-chacal>> Acessado em: fevereiro de 2016

10 Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2015/12/2015-12-07-Publica%C3%A7%C3%A3o-Ementa-Di%C3%A1rio-Eletr%C3%B4nico-Apela%C3%A7%C3%A3o-Chacal.pdf>> Acessado em: fevereiro de 2016

desfecho semelhante dos casos, que fizeram muito barulho mas não deram em nada. E por fim, sem a Operação de 2004 não existiria a de 2008, afinal a discos rígidos coletados em 2004, abertos apenas em 2007 foram responsáveis pelo nascimento da mais confusa Operação da Polícia, a Satiagraha, objeto deste trabalho.

5. JORNALISMO INVESTIGATIVO E DOCUMENTAL

5.1. A Notícia

Antes de dissertar precisamente sobre a investigação jornalística é necessário, primeiro abordar o jornalismo em si e a profissionalização, que é iniciada no século XIX. Com o princípio de organização da categoria, na esteira da modernização da sociedade, o resultado não poderia ser outro: concorrência, e com ela, a busca pela primazia, pelo furo, pela exclusividade, e depois pelos prêmios numa corrida pela informação que, inclusive, pautará as *investigações* posteriormente.

Este novo paradigma será a luz que viu nascer valores que ainda hoje são identificados com o jornalismo: as notícias, a procura da verdade, a independência dos jornalistas, a exatidão, e a noção do jornalismo como um serviço ao público – uma constelação de ideias que dão forma ao emergente ‘polo ideológico’ do campo jornalístico. (TRAQUINA, 2005, p. 34).

A concorrência e as exigências da sociedade moderna transformam o jornalismo num produto sob determinados aspectos, e claro, o seu prato principal é a notícia. A atividade, apesar de seus pressupostos deontológicos sobre o que é notícia – o que a população deve saber, o que a empresa deve publicar – também é uma atividade com fins lucrativos.

Assim, no século XIX, verificamos a emergência de um novo paradigma – informação, não propaganda – que é partilhado entre os membros da sociedade e os jornalistas; a constituição de um novo grupo social – os jornalistas – que reivindica um monopólio do saber – o que é notícia; e a comercialização da imprensa – a informação como mercadoria. (TRAQUINA, 2005, p. 34).

Mas com a organização da atividade jornalística como profissão a busca pela *notícia*, o que é *relevante*, o que *merece* tornar-se *público* causa um pouco de divergência entre estudiosos do assunto. Muitos profissionais da área, inclusive, por vaidade ou por ingenuidade, adotam uma concepção simplista de *notícia*, aquilo de interesse público e que deve ser noticiado, seguindo uma definição cristalina, de acordo com Traquina:

a) simplista porque, segundo a ideologia jornalística, o jornalista relata, capta, reproduz ou retransmite o acontecimento. Segundo a metáfora dominante no campo jornalístico, o jornalista é um espelho que reflete a realidade. O jornalista é simplesmente um mediador; e b) minimalista porque, segundo a ideologia dominante, o papel do jornalista como mediador é um papel reduzido. Aliás, é significativo que, habitualmente, os jornalistas sejam relutantes em reconhecer ou assumir a importância e a influência do seu trabalho. (2005, p. 62)

No entanto, a ideia de *notícia* não é segura. Pois quantas *notícias* falsas não são

publicadas? E quantos fatos relevantes deixaram de ser noticiados porque não receberam o cuidado adequado ou simplesmente porque foram minimizados seguindo a conveniência de determinados interesses, com observa Alsina:

Em primeiro lugar, a notícia não é um fato, e sim basicamente, a narração de um fato. Em segundo lugar, a veracidade da notícia é um tema absolutamente questionável. Existem notícias falsas e nem por isso deixam de ser notícias. O conceito de notícia não leva implícito o conceito de verdade. (2009, p. 296).

A matéria-prima da notícia é, e como não poderia ser diferente, a informação. E informação é tudo, pois segundo Pery Cotta, trata-se de transmissão:

Informação, por sua etimologia, significa tanto transmitir algo como dar instrução, educar, ajudar a formar um pensamento a respeito. [...] Na verdade, pela utilidade que tem, informação é muito mais do que isto. É quase tudo. Basta ver quem se utiliza da informação: o governo, a sociedade como um todo e cada indivíduo. (2005, p. 29).

Um conceito realista de *notícia* segundo o dicionário de Moles (1975, apud Alsina, 2009, p.296) diz: “a notícia é a narração de um acontecimento, de uma parte da vida individual ou coletiva, de algo verdadeiro ou fingido, provado ou não (boato)”. Já Leandro Fortes sintetiza a definição: “é tudo aquilo que alguém, em algum lugar, quer manter escondido. O resto é propaganda” (Fortes, 2004, p. 36).

Segundo Pery Cotta (2005), nem tudo que acontece vira notícia, por motivos óbvios e outros nem tanto, primeiro os jornais não comportariam uma corrente tão grande de acontecimentos, portanto, o jornalismo trabalha com seleção, o inédito, a novidade, o insólito, o relevante, aquilo que pode causar impacto.

“Notícia é, na técnica do jornalismo, a informação sobre uma pessoa ou um acontecimento, fato novo, inédito ou inusitado, capaz de provocar impacto, interesse ou despertar a curiosidade das pessoas. Será mais notícia ou provocará mais impacto se interessar a um número maior de pessoas. Notícia é, na técnica da reportagem, a informação que merece ser notada, isto é, transformada em anotação, em registro para possível nota posterior ou reportagem, a respeito de um acontecimento ou da vida. Não qualquer acontecimento, mas um fato de interesse jornalístico”. (COTTA, 2005, p.76).

Mas não só estes, o jornalismo trabalha com aquilo que pressupõe que interessa ao público, a escolha pode ser objetiva na teoria, mas (em alguns casos) é subjetiva na prática. De todo modo, ninguém há de discordar que a prisão de um político não mereça ser noticiado. Na maioria dos casos (ou, pelo menos, em muitos deles) não é tão difícil assim definir o que é notícia, basta entrar numa redação de jornal e assistir a reunião dos editores sobre o que *vai* ou

não vai para capa, e antes a definição destes sobre o que *vai* ou *não vai* entrar naquela editoria. São momentos em que não há grandes debates, é como se a definição de notícia para cada um fosse muito sólida e fosse *coincidentemente* a mesma, superando parte do *lenga-lenga* teórico sobre o assunto. Retorna-se então a definição de Alsina (2009, p. 296), “a notícia não é um fato, e sim basicamente, a narração de um fato”, e a de Cotta (2005, p.76), “notícia é (...) um acontecimento, fato novo, inédito ou inusitado, capaz de provocar impacto, interesse ou despertar a curiosidade das pessoas”, que resultam numa resolução tão realista quanto possível sobre o assunto e simplifica as reuniões dos editores na hora de fechar o jornal (ou a revista).

5.2. A Investigação

Dissertar sobre jornalismo investigativo incorre na premissa de que para ser jornalismo tem que ser investigativo, não existe nota de pé de página sem o mínimo de investigação, ainda que terceirizada, ainda que seja da fonte que repassou a nota que foi publicada na íntegra. “O ofício de se publicar notícias é, por si só, o resultado de atividade investigativa que demanda, em graus diferentes, um processo de apuração”, segundo Fortes (2005, p.15), mesmo que não seja seu (jornalista).

Bem, os primeiros trabalhos com selo de jornalismo investigativo (*investigative journalism*) acontecem no período pós Segunda Guerra, de acordo com Sequeira (2005) e ganham pompa quando os jurados do Pulitzer premiam a *Philadelphia Bulletin* por uma apuração que escancarou uma rede de corrupção policial da cidade. Para os teóricos Bill Kovak e Tom Rosenstiel (2003, apud Sequeira, 2005, p.28): “Foi dessa forma que o *establishment* jornalístico norte-americano outorgou, pela primeira vez, o seu aval a um trabalho investigativo. Com esse episódio, o jornalismo estadunidense, especialmente o praticado em Washington D.C., começou a mudar”.

Muito provavelmente o caso mais emblemático sobre jornalismo investigativo ocidental aconteceu com profissionais do *Washington Post* no escândalo que ficou conhecido com *Watergate*, desde então não é raro ver escândalos políticos no Brasil e no mundo batizados com o *sufixo Gate* numa referência (e também homenagem) ao famoso escândalo relevado pelo jornal americano. Em 1972, o *Washington Post* noticiou o assalto do dia anterior à sede do Comitê Nacional Democrata, no Complexo *Watergate*, em Washington, durante a campanha eleitoral. Cinco pessoas foram detidas quando tentavam fotografar documentos e instalar aparelhos de escuta no escritório dos Democratas. O evento

desencadeou uma série de investigações por parte de Carl Bernstein e Bob Woodward, com o auxílio de uma fonte misteriosa chamada Gargante Profunda (*Deep Throat*) que resultaram na renúncia de Nixon, em 74.

No dia seguinte a invasão o *Post* publica uma nota sobre o ocorrido. Instigados pela invasão Bernstein e Woodward começam a investigar o caso e descobrem que um dos invasores tinha o nome na folha de pagamento do comitê de reeleição de Nixon. Bernstein então viaja para Miami segundo a sugestão de uma fonte anônima e descobre que um cheque de UU\$ 25 mil dólares do comitê republicano realmente tinham sido depositados na conta de um dos detidos, com isso, a suspeita de participação dos republicanos ganha mais força. A fonte, que anônima exige um pseudônimo e passa a ser chamada de *Garganta Profunda*, pois era um funcionário importante do FBI que não podia revelar a sua identidade, confirma em encontros secretos a autenticidade dos documentos conseguidos pelos repórteres. Nesse sentido Bernstein e Woodward remam contra a maré. A concorrência tratou a invasão da sede do partido democrata como algo isolado, enquanto Bernstein e Woodward munidos de sorte e intuição vão atrás de mais. Os repórteres do *Post* descobrem uma rede de espionagem para favorecer Nixon. O escândalo explode, com a enorme pressão da imprensa e da sociedade e Nixon renuncia em agosto de 1974 passando a cadeira da Casa Branca para Gerald Ford, seu vice.

Para Sequeira (2005), o caso *Watergate*, cuja série de matérias começou a ser publicada em 1972 e culminou com a renúncia do ex-presidente americano Richard Nixon, em 1974, é um paradigma no jornalismo investigativo. É possível identificar no caso dos repórteres do *Post* que eles tiveram: *intuição, fome e sorte*. Primeiro eles *intuíram* que a invasão à sede dos democratas poderia levar a algo maior. Depois veio a *fome* de apanhar esse algo maior, e claro, a *sorte* de encontrar uma fonte importantíssima para a exploração do caso.

Sequeira destaca que, na mesma década, começa a surgir algo semelhante na imprensa brasileira: “em meados dos anos 1970, quando a censura imposta pela ditadura militar já havia deixado as redações depois de uma longa e tenebrosa temporada de arbítrio, era possível encontrar nos jornais reportagens denunciando os atos do governo” (2005, p.18).

Em 1976 o *Estado de S.Paulo* publica uma série de três reportagens entre os dias 1 e 4 de agosto sobre as regalias e privilégios de ministros e membros do governo, “Assim vivem os nossos superfuncionários”. A equipe coordenada pelo jornalista Ricardo Kotscho, além de ter faturado o prêmio o Esso, foram responsáveis por uma das primeiras e mais importantes reportagens investigativas do Brasil.

Com a suspensão da censura prévia à imprensa, segundo Sequeira (2005), outra

reportagem, esta publicada em fevereiro de 1979, ganha notoriedade pela força investigativa. Assinada pelo repórter de VEJA Antonio Carlos Fon e intitulada “Descendo aos porões”, a publicação denuncia práticas de torturas do governo Geisel, tema que era até então proibido no país. Mas é após a reabertura democrática que o jornalismo investigativo no Brasil ganha força, a imprensa torna-se *fiscal* da coisa pública e trabalhos investigativos tornam-se mais frequentes.

A imprensa nacional teve que esperar o fim da ditadura militar para ver o *gênero* enfim gozar de condições para o seu pleno exercício e com isso cavar *status* dentro das redações.

Durante os 21 anos de rodízio de generais no Palácio do Planalto, a imprensa brasileira ficou, em maior e menor escala, sufocada pela censura e pela força da repressão. Vivia, aqui e ali, de iniciativas pontuais. Com a redemocratização do país, em 1985, os jornalistas começaram a respirar, a fugir do noticiário oficial e, finalmente, a buscar a melhor notícia — aquela que está escondida. (FORTES, 2005, p.9).

Leandro Fortes frisa que a atividade investigativa dentro das redações no Brasil *creceu* e atingiu sua *maioridade* durante o governo do presidente Fernando Collor de Mello (1990-92), eleito após um longo período de jejum eleitoral imposto pela ditadura militar.

Collor foi defenestrado do Palácio do Planalto graças a uma rara confluência entre as discordâncias do poder político de então e a abertura que os meios de comunicação deram às denúncias de corrupção que envolviam não apenas o presidente, mas a primeira-dama, parte dos ministros e figuras de sua entourage de campanha, notadamente seu tesoureiro de campanha, Paulo César Farias, o PC, morto em condições nunca esclarecidas, em 1996. A Era Collor colocou em movimento um conjunto difuso de regras que, guardadas as proporções, reproduziu dentro das redações brasileiras o mesmo clima de exaltação profissional deflagrado, trinta anos antes, pelo Caso Watergate. (FORTES, 2005, p.18).

A partir desse momento de reabertura política e democrática VEJA exerce papel fundamental em um dos episódios mais emblemáticos da história do país. Em maio de 92, duas reportagens publicadas na revista por Luís Costa Pinto, “Os tentáculos de PC Farias” e “Pedro Collor conta tudo” desencadearam uma série de episódios que resultaram no impeachment do então presidente. Esse recorte de tempo (governo Collor) é fundamental para o jornalismo investigativo no Brasil, dali em diante o que não faltou (e nem tem faltado) a imprensa nacional são escândalos políticos para explorar.

Foi na Era Collor, no entanto, que os métodos de investigação tornaram-se organizados dentro das redações. Os sucessivos escândalos ocorridos entre 1990 e 1992, durante a gestão do presidente Fernando Collor de Mello, resultaram em uma

febre investigatória francamente disseminada na imprensa nacional. Pode-se dizer que o impeachment de Collor é o marco zero do jornalismo investigativo no Brasil. A partir dele, jornalistas e donos de empresas de comunicação viram-se diante de uma nova e poderosa circunstância, com consequências ainda a serem dimensionadas. (FORTES, 2005, p.9).

No Brasil os trabalhos da imprensa investigativa foram reconhecidos e premiados diversas vezes pelo Esso, uma das mais importantes e tradicionais premiações de reconhecimento aos profissionais de imprensa do país. Criado em 1955, com o nome de “Prêmio Esso de Reportagem” depois recebeu o título de “Prêmio Esso de Jornalismo”.

A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), criada por um grupo de jornalistas brasileiros interessados em trocar experiências e informações sobre jornalismo, principalmente de caráter investigativo, também é uma importante incentivadora do segmento. A associação é mantida pelos próprios jornalistas, não tem fins lucrativos e atua hoje promovendo congressos, seminários e oficinas.

Mas o que é jornalismo investigativo? De acordo com Sequeira (2005), entre os norte-americanos, esse termo é muito usado e aceito entre os profissionais de imprensa, que classifica assim aquelas reportagens cuja produção demandou algumas técnicas e estratégias heterodoxas, distanciando-se dos métodos e processos utilizados no jornalismo informativo, que é pautado pela instantaneidade na apuração e divulgação dos fatos. Jornalismo investigativo, portanto, seria um complexo quebra-cabeça que exige mais tempo e cuidado que uma matéria habitual cujas peças são mais simples e mais fáceis de serem encaixadas umas nas outras (quando não já vem prontas de uma determinada fonte).

No Brasil o jornalismo investigativo debruça-se em temas relacionados à prática de corrupção e narcotráfico, por exemplo. Sendo assim, o jornalismo investigativo, e não poderia ser diferente, informa e denuncia práticas ilegais, como destaca Quesada (1987 apud Moura, 2007, p. 15): “[...] o objetivo geral que não deve elucidar nunca o jornalismo investigativo lhe obriga a não limitar-se simplesmente a informar sobre situações ilegais, sendo que deve haver sempre implícita vontade de denunciar essas situações”.

Mas como observa Siqueira (2005), as publicações veiculadas em jornais e revistas comumente são produzidas a partir do mínimo de apuração, no entanto, muitos materiais já chegam prontos para editorias através dos assessores de imprensa. Portanto, mesmo nestes casos houve o mínimo de apuração, contudo terceirizada, pois seu autor não é exatamente o repórter. “Nesse caso, o jornalismo é ‘praticado’ sem nenhuma investigação, pelo menos por parte da equipe de reportagem que os publicou” (2005, p.16).

Como já frisado o jornalismo investigativo diferencia-se por suas técnicas e processos de apuração diferenciados. Para Quesada (1987 apud Sequeira, 2005, p.74), uma das diferenças principais do jornalismo investigativo para o informativo diz respeito ao objetivo específico do primeiro, que busca explicar os fatos resultando no uso de algumas estratégias não utilizadas por jornalistas que se limitam a informar o factual. Os *investigadores* coletam dados, garimpam e batalham por provas diferenciadas, submergem no objeto da investigação, por vezes colocando em risco a própria vida.

O simples fato de um texto jornalístico conter cifras, estatísticas, porcentagens econômicas, documentação e declarações não o define como jornalismo investigativo, já que todas essas informações podem ter sido obtidas de uma fonte oficial, extraída de documentação ou entregue em forma de *press-releases*. Só no momento em que o repórter passa a utilizar técnicas e estratégias que não fazem parte das rotinas dos trabalhos jornalísticos de atualidade a reportagem se transforma em reportagem investigativa. (SEQUEIRA, 2005, p. 74).

De acordo com Dirceu Fernandes Lopes, o jornalismo investigativo, “deve tentar definir e denunciar o que seja operacionalmente ou conceitualmente falso. O jornalismo de investigação tem objetivos concretos que transcendem a informação diária, cuja produção fica velha em 24 horas” (2003, p. 14). Para se estabelecer uma *direção* é preciso ser levada em conta alguns aspectos imprescindíveis da atividade. O jornalismo investigativo define-se basicamente por possuir três características básicas, conforme Santoro e Lopes:

É realizada por jornalistas, não pela justiça, nem polícia e interessados particulares; Se realiza superando os obstáculos e tentativas de impedimentos por parte de algum poder interessado em ocultar informações; Seus temas interessam à opinião pública e deixam de lado a vida privada das pessoas (exceto em casos extremos)” (SANTORO, 2004, p.24,25). “1. que a investigação seja resultado do trabalho do jornalista, não informação elaborada por outras áreas. Por exemplo: a polícia; 2. que o objetivo da investigação seja razoavelmente importante para grande parte da população, não, por exemplo, para os interesses de determinados setores; 3. que os investigados tentem esconder esses dados do público. (LOPES, 2003, p. 12).

Para Lopes, praticar o jornalismo investigativo é, “não se limitar a ser meramente intermediária entre os canais oficiais e a opinião pública, reproduzindo *releases* ou comunicados” (2003, p.10). Ainda de acordo com o autor, os dois pontos que regem as investigações jornalísticas são a busca do fato escondido e a união dos fragmentos da realidade para estabelecer relações entre eles, “Em vista disso, jornalismo investigativo pode ser definido como a busca da verdade oculta ou mesmo como uma reportagem em profundidade” (2003, p. 12). Segundo ele, a diferença para o jornalismo convencional está na

essência e também no processo de criação da notícia.

O jornalista tradicional é o transmissor da notícia, no sentido de ser o criador do texto jornalístico que informa os fatos da atualidade a partir de uma linguagem e de uma estrutura precisa. Ao contrário, o jornalista investigador é virtualmente o criador da informação ou o investigador dessa mesma informação. (2003, p. 15).

Segundo Sequeira, para cumprir esses objetivos (investigativos) os profissionais têm de desenvolver estratégias específicas e, às vezes, nada ortodoxas: “Uma das estratégias mais comuns nas rotinas de trabalho do repórter investigativo é o uso da infiltração do profissional no centro dos acontecimentos” (2005, p. 75). Conforme aponta Sequeira, as reportagens investigativas não são tão comuns no jornalismo atual. 25 “Pode-se concluir que o repórter investigativo, que precisa de tempo para apurar suas histórias, suas fontes de informação e checar documentos, é uma peça destoante da engrenagem” (2005, p. 41). O que é compreensível sob determinados aspectos, ninguém espera abrir o jornal e dar de cara com dez reportagens investigativas e uma factual.

William Waack (2003), em depoimento a Antonio Lucio de Assiz, classifica o jornalismo investigativo em duas categorias, de acordo com as técnicas empregadas:

[...] o que trabalha com a história, com arquivos, e o que investiga fatos vivos, do presente, que estão acontecendo. Cada um deles requer técnicas especiais. É preciso deixar claro, no entanto, que não há uma regra genérica que se aplique, como uma receita de bolo, a qualquer tipo de material de Jornalismo Investigativo. (WAACK apud ASSIZ, 2003, p. 142).

Já para Caco Barcellos (2003), em relato à Samantha Konoczyk, o correto é dizer jornalismo ativo. Segundo ele, o jornalismo investigativo é confundido com “jornalismo de dossiê”, aquele em que o repórter publica documentos recebidos, no qual seu conteúdo não foi obtido em investigação do próprio jornalista: “O segredo do jornalismo investigativo está na ação do repórter. Por isso é Jornalismo Ativo” (Barcellos, apud Konoczyk, 2003, p. 162).

Bob Fernandes (2003) acredita que não exista uma modalidade específica jornalismo investigativo, em sua visão o termo não passa de uma ferramenta de marketing cujo objetivo é distinguir o trabalho de alguns veículos e profissionais em detrimento de outro:

Acho isso uma grande bobagem. Todo jornalismo investiga e apura. A diferença é para que isso serve. [...] Para mim, jornalismo é jornalismo. Tem que investigar, comparar versões, pesquisar. Se não tiver isso é outra coisa, passatempo, entretenimento. [...] diante de tanta inoperância e confusão na área, foi necessário criar um rótulo que pudesse separar o verdadeiro jornalismo de tantas outras coisas. (Fernandes apud Christofolletti, 2003, p. 74).

5.3. Quadro atual

Nos últimos anos muita coisa exibida com o *selo* de jornalismo investigativo é algo quase pronto entregue por uma fonte importante que decidiu contar o que sabe, ou por uma fonte que decidiu vazar determinado documento. É claro que existe o mérito (e a sorte) dos jornalistas nessas situações, mas nesses casos, o produto apresentado não necessariamente atende a todos os requisitos essenciais para ser considerado *investigativo*, afinal, o trabalho de apuração e a dedicação de tempo do repórter fatalmente são menores, como observa Leandro Fortes:

Muitas das reportagens vendidas ao público como fruto de jornalismo investigativo — denúncias bombásticas, flagrantes de corrupção, escândalos políticos — não passaram nem perto de uma investigação. Foram entregues prontas ao repórter, como naco compartilhável das estruturas de poder da República que cabem, supostamente por direito, às redações brasileiras. Rendem bons furos, bons prêmios, mas nada têm a ver com jornalismo investigativo. (FORTES, 2005, p.8).

O jornalismo investigativo nos últimos anos tem sofrido com a velocidade da rede mundial de computadores. A ânsia de publicar uma notícia, temendo, inclusive, ser passado para trás por um concorrente, tem travado as possibilidades de uma reportagem mais demorada e mais bem apurada, além é claro, das questões relacionadas aos custos de uma grande reportagem.

De fato, o que dá conotação investigativa ao todo nada tem a ver com a rotina do noticiário, mas com a perspectiva de coroá-lo com momentos de grande diferença — função que já foi primordialmente ligada ao furo, mas que cada vez mais está conectada a ações diferenciadas em áreas específicas do espaço público, no caso de reportagens relativas a políticas de governo e/ou da vida funcional/pessoal dos agentes públicos. Nesse quadro, o crescimento dos noticiários on-line resultou em uma perspectiva mais veloz — e feroz — das apurações de cunho eminentemente investigativas, fazendo com que boa parte dos veículos de comunicação com interface on-line (leia-se todos os grandes jornais e revistas do país) passassem a lançar mão de seus sites para viabilizar a publicação exclusiva de matérias de investigação e, assim, garantir a exclusividade e o status da notícia em primeira mão. Além de, é claro, otimizar os investimentos da redação naquela pauta. (FORTES, 2005, p.14).

É visível no país nos últimos anos a predominância de publicações relacionadas aos escândalos políticos apresentadas com a *insígnia* de investigação. Se por um lado a fiscalização da coisa pública aumentou após a reabertura democrática do país, e também com o advento da internet (e por consequência da notícia em alta velocidade), por outro lado, a

parte da imprensa *acomodou-se* em repercutir documentos e declarações prontas. É evidente que é impossível, do ponto de vista dos valores-notícia, não colocar na capa do jornal ou da revista determinada delação, ou inquérito ou depoimento que compromete um político ou um grupo político importante, sendo assim, o jornalismo investigativo brasileiro encontra-se numa encruzilhada, é o *efeito Lava Jato* (usado aqui por uma questão de proximidade temporal, mas poderia ser *efeito Mensalão*, *efeito Satiagraha*), ou seja, seu caráter documental.

É só imaginar a seguinte situação: dois ou três jornalistas recebem do editor ou do chefe de redação uma pauta sobre tráfico de mulheres, por exemplo, daí esses profissionais descobrem uma rede criminosa que envolve uma ou duas dúzias de pessoas e algumas dezenas de mulheres vítimas do tal grupo criminoso. Após um mês de investigação a reportagem de “capa” está pronta, depois de amanhã a revista estará nas bancas de todo país, mas nesse ínterim a delação de fulano é vazada, ou ainda, o político “x” é conduzido à sede da PF para depor. Nessa situação a reportagem de “capa” de outrora, a que exigiu um mês de investigação, terá que ceder espaço para a delação, ou o vazamento ou a prisão de fulano, enfim. Como nos últimos anos as grandes operações da Polícia Federal (inclusive, este trabalho é sobre uma delas, a *Satiagraha*) são cada vez mais frequentes, e os alvos cada vez mais ilustres, o jornalismo investigativo, aquele que demanda tempo e apuração atrás de apuração tem que dividir espaço com a prisão “x”, a delação “y”, o vazamento “z”. Não dá para afirmar que as reportagens investigativas foram esquecidas, o que acontece é que muitos dos repórteres das redações, num momento de *Lava Jato*, por exemplo, são mobilizados para cobrir a operação (e seus desdobramentos), por uma simples questão de demanda, situação que exige um bom número de profissionais dedicados ao tema sensível do momento, o que naturalmente limita a possibilidade de grandes reportagens investigativas publicadas amiúde.

Não é por outra razão que o conceito de investigação jornalística no Brasil está atrelado a escândalos e denúncias, quando se sabe que a maioria dessas matérias nasce do repasse puro e simples de informação, muito mais um mérito das fontes do que, propriamente, do repórter. O que antes era a busca pelo furo passou a ser uma corrida, às vezes, desenfreada pelo rótulo. E também por outros motivos, inclusive uma colocação honrosa — e bem remunerada — dentro de um mercado de trabalho fechado e cada vez mais restrito das redações. (FORTES, 2005, p.15).

Outro dilema enfrentado pelas redações diz respeito aos assessores de imprensa, aqueles profissionais responsáveis por facilitar o nosso contato com determinada fonte, ou mesmo nos entregarem um documento de valor importante. Leandro Fortes destaca a pesquisa de Noam Chomsky, professor do Departamento de Linguística e Filosofia do renomado *Massachusetts Institute of Technology (mit)*, que fez um levantamento sobre as relações da

mídia americana e o poder nos Estados Unidos. Sua pesquisa chegou a um número estarrecedor, divulgados no livro *A manipulação do público*. De acordo com a pesquisa, mais de 20 mil agentes de relações-públicas e assessores de imprensa trabalham em território americano com o único objetivo de distorcer notícias ainda no nascedouro para beneficiar seus padrões e financiadores.

Desconheço pesquisa semelhante que tenha sido feita no Brasil, mas basta trabalhar seis meses em uma redação brasileira — qualquer uma — para perceber que esse modus operandi é universal. Há sempre um assessor de imprensa tentando interferir nas reportagens investigativas, sobretudo as de conteúdo bombástico, de modo a proteger seus chefes ou, simplesmente, manipular as informações de maneira a deixá-las mais brandas. E isso vale para políticos, magistrados e representantes de grandes corporações. (FORTES, 2005, p.16).

Além dos assessores e dos relações-públicas, os jornalistas também têm que administrar a interferência de procuradores e profissionais do Judiciário.

A aproximação de jornalistas com procuradores, ou em maior escala, da imprensa com o Ministério Público, modificou o caráter investigativo da reportagem no país. Por um lado, consolidou uma parceria cujo poder e amplitude jamais se viu antes no Brasil. E “antes”, apenas para localizar os fatos no tempo, significa dizer anteriormente à promulgação da Constituição Federal de 1988, embora essa aliança de interesses e métodos tenha engatinhado pelos primeiros anos da década de 1990 até se consolidar, mais adiante, às vésperas do Terceiro Milênio. Houve, por assim dizer, um processo mútuo de mimetismo tanto nos métodos como nos objetivos, ao ponto de jornalistas e procuradores acabarem brigando, embora em ringues diferentes, pelo mesmíssimo direito de tocar investigações até então de perfil exclusivamente policial. (FORTES, 2005, p.16, 17).

O jornalismo atual também é caracterizado pela instantaneidade e rapidez na divulgação dos acontecimentos noticiáveis, muito em função da internet (e da velocidade da informação), além da concorrência, o que gera uma demanda pela exclusividade, ou seja, ser o primeiro a publicar. Essa necessidade inglória forçou uma apuração cada vez mais instantânea, onde o furo é a principal credencial das empresas jornalísticas, forçando o profissional em contato com o fato, muitas vezes, abrir mão de uma apuração mais sofisticada.

Nesse contexto, o jornalismo investigativo se vê sufocado pelo modelo de instantaneidade de divulgação. Para Raimundo Pereira (apud Siqueira e Santos) o jornalismo atual está associado a uma abordagem mais imediata dos fatos, o famoso *factual*. O que em muitos casos força a notícia a fugir de suas funções, transformando-se em um produto que precisa ser vendido:

O jornalismo, que é um sensacionalismo diário, cada dia se está buscando escândalo,

para mim deixa de cumprir a tarefa crucial” (PEREIRA, apud SIQUEIRA e SANTOS, 2003, p. 28) (...) nessa busca diária de informar novidades, o jornalista acaba atuando em diversas áreas do conhecimento, como esporte, economia, agricultura, ciência, política, etc. O que o leva a afirmar que todo jornalismo é trabalho de investigação: “Investigação, às vezes, é acrescentar uma verdade maior a um fato de maior peso que reorganiza a interpretação daqueles fatos. (PEREIRA, apud SIQUEIRA e SANTOS, 2003, p. 31).

Então vive-se um grande dilema no Brasil, por um lado as redações gozam de liberdade de imprensa assegurada pela Constituição, além de usufruírem de certas vantagens trazidas pela internet e pela informação em alta velocidade, além, é claro, da concorrência e da busca pela exclusividade, pelo furo, mas, por outro, os *press-releases* tornaram-se onipresentes e são amplamente utilizados pelas redações, mas não apenas isso, basta uma olhada mais atenta aos jornais e revistas dos últimos dois anos para constatar que os jornalistas políticos do país têm se dedicado, sobretudo, a repercutir *dossiês*, o que de certo modo, é inevitável. Como não repercutir o suposto vazamento de uma delação que pode comprometer o mandato da presidente, por exemplo, é o *efeito Lava Jato*. É claro que não se pode negar o mérito de um jornalista que tem uma fonte na PF ou no MP que lhe abastece de documentos com exclusividade, mas nesses casos o trabalho investigativo geralmente para exatamente *aí*, no dossiê. A análise que será feita neste trabalho levará em conta quatro reportagens que se aproximam muito mais do gênero *documental* por questões que serão devidamente esclarecidas no decorrer deste trabalho.

6. ANÁLISE DO DISCURSO

6.1. Discurso e análise

Fairclough em *Discurso e Mudança Social* (2001) define discurso como a utilização da linguagem como prática social e não como atividade puramente individual. De modo que essa definição tem algumas implicações:

Primeiro [...] uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...] Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como efeito da primeira. Por outro lado, o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis pela classe e por outras relações sociais em um nível mais societário. (2001, p. 91).

O discurso é o meio através do qual relações sociais são estabelecidas, sejam elas de empatia ou não. Como observa Fairclough (2001) é a vereda em que identidades sociais e posições do sujeito, ou seja, as formalizações e representações do “eu”, são construídas. Também contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social, e funciona como prática não apenas como representação. Trata-se de uma estrutura de efeito moldador que na medida em que talha também é talhada, e coopera para a formação de conhecimento e de crença.

Em Brandão (2004), discurso, em interação com Haroche (1971), é a instância de ligação entre o nível linguístico e o extralinguístico a partir do momento que percebeu-se que “o liame que liga as significações de um texto às condições sócio-históricas não é de forma alguma secundário, mas constitutivo das próprias significações” (2004, p.11). Passa-se a olhar para o texto de forma a também contemplar suas entradas subjetivas e sociais atravessados por um contexto. O discurso então é “o ponto de articulação entre processos ideológicos e fenômenos linguísticos” (p. 11). Com isso o texto é *subvertido*, o lugar no qual repousava até então é remexido, e lá encontra-se o discurso.

A partir dessa perspectiva a Análise do Discurso da chamada “escola francesa” (Maingueneau, 1987) filia-se a uma certa tradição europeia de unir a reflexão sobre o texto com a reflexão sobre a história como pontua Brandão (2004), que também frisa que “a conjuntura intelectual francesa propiciou, em torno de uma reflexão sobre a “escritura”, uma articulação entre o marxismo, a linguística e a psicanálise” (p.16).

Foucault (1969) concebe o discurso como dispersão, ou seja, elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade. Sendo o discurso, de acordo com esse entendimento, “como um conjunto de enunciados que se remetem a uma mesma formação discursiva” (Brandão, 2004, p.33), ou seja, um único produto discursivo tem a capacidade de abarcar questões se interligam num dado momento, mas que, não necessariamente se ligarão em outro.

Fairclough (2001) destaca que Foucault estava preocupado com um tipo de discurso bastante específico como: o discurso dentro das ciências humanas como medicina, psiquiatria e gramática. Apesar de apontar essa especificidade limitadora em alguns aspectos para a Análise do Discurso, Fairclough reconhece que a grande contribuição de Foucault pois:

[...] envolve uma noção de discurso ativamente constituindo ou construindo a sociedade em várias dimensões: o discurso constitui os objetos do conhecimento, os sujeitos e as formas sociais do ‘eu’, as relações sociais e as estruturas conceituais. A segunda é uma ênfase na interdependência das práticas discursivas de uma sociedade ou instituição: os textos sempre recorrem a outros textos contemporâneos ou historicamente anteriores e os transformam, e qualquer tipo de prática discursiva é gerado de combinações de outras e é definido pelas suas relações com outras práticas discursivas. (2001, p. 64).

Sendo discurso um campo amplo, o sujeito deixa de ser visto como fonte geradora de significações, e passa a ser visto como integrante de uma miríade de posições já previamente definidas, onde cabe ao indivíduo *acoplar-se* para transforma-se em sujeito:

Dessa forma, se o sujeito é uma função vazia, um espaço a ser preenchido por diferentes indivíduos, que o ocuparão ao formularem o enunciado, deve-se rejeitar qualquer concepção unificante do sujeito. O discurso não é atravessado pela unidade do sujeito e sim pela sua dispersão; dispersão decorrente das várias posições possíveis de serem assumidas por ele no discurso. (BRANDÃO, 2004, p.35).

Pêcheux (1977) então desenvolve uma crítica marxista do discurso *foucaultiano*. pois, o discurso é tido como “uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza”, (Brandão, 2004, p.46).

Dentro do contexto do desenvolvimento da Análise do Discurso ou da *abordagem crítica da linguagem*, Fairclough (2001) frisa que esse novo entendimento destaca-se da linguística regular e da sociolinguística pela rejeição. No primeiro caso, pela rejeição ao tratamento do sistema linguístico como autônomo e independente do uso da linguagem e a separação entre conteúdo e forma. A linguística crítica afirma com Halliday (1973) que “a linguagem é como é por causa de sua função na estrutura social” (Fairclough, 2001). Já a crítica à sociolinguística acontece por causa do estabelecimento de correlações entre

linguagem e sociedade sem buscar relações mais profundas como os efeitos da linguagem na sociedade.

A Análise do Discurso, como bem observa Orlandi (2009), não tem como finalidade a língua ou gramática — embora haja interesse por essas questões — mas sim o discurso, que por sua vez é o “homem em movimento”, é o “homem falando”.

A Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana. (ORLANDI, 2009, p.15).

A linguagem é posta pelo analista na combinação com sua exterioridade intrínseca, sem a qual palavras seriam apenas palavras, sem a qual palavras não trariam marcas de luta de classe ou do nosso inconsciente, por isso, em sua busca pela reflexão sobre o discurso a análise filia-se à Linguística, ao Marxismo e à Psicanálise.

[...] Análise do discurso é herdeira das três regiões do conhecimento - Psicanálise, Linguística, Marxismo - não o é de modo servil e trabalha uma noção - a de discurso - que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. (ORLANDI, 2009, p.20).

Se o discurso carrega tantas marcas, seja das visões ideológicas das classes ou do inconsciente de cada indivíduo, ele é — e não teria como não ser nessas condições — ferreteado por contradições, eis aqui um dos trabalhos do analista, como assinala Brandão (2004): “cabe a análise fazer desaparecer e reaparecer as contradições: é mostrar o jogo que jogam entre si; é manifestar como pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência” (p.51).

A Análise do Discurso não está preocupada pura e simplesmente com a interpretação, mas com o estabelecimento de um método, um dispositivo teórico para a feitura da reflexão do discurso. Busca-se, portanto, a compreensão:

Compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música etc) produz sentidos. É saber como as interpretações funcionam. Quando se interpreta já se está preso a um sentido. A compreensão a explicitação dos processos de significação presentes no texto e permite que possam “escutar” outros sentidos que ali estão, compreendendo como eles se constituem. (ORLANDI, 2009, p. 26).

6.2. Ideologia

Pêcheux destaca-se ao combinar uma teoria social do discurso com um método de análise textual na década de 70 e para tanto recorre à teoria marxista da ideologia de Althusser (1971), que por sua vez “ênfatiza a autonomia relativa da ideologia na base econômica e a contribuição significativa da ideologia para a reprodução ou transformação das relações econômicas” (Fairclough, 2001, p. 51,52). A ideologia então transforma indivíduos em sujeitos através da interpelação enquanto concede-lhes a ilusão de serem “livres”, pois o sujeito *pertence-a* e não o contrário. A linguagem, então, na interpretação *pecheutiana*, passa a ser vista como forma material de ideologia. “O discurso mostra os efeitos da luta ideológica no funcionamento da linguagem e, de modo inverso, a existência de materialidade linguística na ideologia” (Fairclough, 2001, p.52). Esses processos de interpelação realizam-se no interior das mais diversas instituições seja o sistema educacional, as leis ou a família, que, segundo Althusser, seriam os Aparelhos Ideológicos.

Dialogando com Althusser (1971) e também com Voloshinov (1973), Fairclough (2001) faz três asserções sobre o conceito de ideologia:

Primeiro [...] tem existência material nas práticas das instituições, que abre caminho para investigar as práticas discursivas como fontes materiais de ideologia. Segundo, a asserção de que ideologia ‘interpela os sujeitos’, que conduz a concepção de que um dos mais significativos efeitos ideológicos que os linguistas ignoram no discurso (segundo Althusser, 1971: 161, n.16), é a constituição dos sujeitos. Terceiro, a asserção de que os ‘aparelhos ideológicos do estado’ (instituições tais como a educação ou a mídia) são ambos locais e marcos delimitadores na luta de classe, que apontam para a luta no discurso e subjacente a ele como foco para uma análise do discurso orientada ideologicamente. (p.116, 117).

Essa interpelação, destacado na segunda asserção de Fairclough, é complementado a partir da observação sobre Althusser, pois para o segundo o sujeito é posicionado ideologicamente de tal maneira que consente sua autonomia imaginária, o que sugere convenções discursivas altamente naturalizadas, de modo que o indivíduo, tomado pela sua consciência de sujeito, senhor absoluto das próprias escolhas e do modo como pensar no mundo, não consegue perceber que sua “autossuficiência é relativa”. Mas, segundo Fairclough, essa interpelação às vezes pode ser contraditória, o sujeito contesta, a si e as convenções, como os fundadores da análise do discurso fizeram com a linguística e a sociolinguística, ou como Freud fez a partir da Psicanálise, portanto esse *assujeitamento*, apesar de muito forte, não é “invencível”.

Brandão (2004) destaca que em *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado* (1970), Althusser afirma que a classe dominante gera mecanismos de perpetuação ou de reprodução das condições materiais, ideológicas, políticas e de exploração para manter sua dominação. Para tanto existem os Aparelhos Repressores (ARE): exército, polícia, tribunais, e etc., e os Aparelhos Ideológicos (AIE): religião, escola, família, educação, e etc., que dão conta da manutenção mais ou menos estável, mas nunca totalmente da hegemonia. A diferença entre os *Aparelhos* está na sua estratégia majoritária de funcionamento, no caso dos ARE, por meio da repressão, embora nem sempre. No caso dos AIE, por meio do consenso, embora nem sempre. Então ideologia seria exclusividade dos grupos dominantes? Não, e Brandão (2004) explica que Althusser (1970) também reflete sobre o conceito de ideologia de um modo geral: primeiro que serve para representação de relações imaginárias de indivíduos com suas reais condições de existência:

Sendo essas relações imaginárias, isto é, representadas simbolicamente, abstratamente, supõem um distanciamento da realidade. E esse distanciamento pode ser a causa para a transposição e para a deformação imaginária das condições reais do homem, numa palavra, para a alienação do imaginário da representação das condições de existência dos homens. (Althusser, 1970, apud Brandão, 2004, p.24).

Depois, porque interpela indivíduos como sujeitos:

Toda ideologia tem por função constituir indivíduos em sujeitos. Nesse processo de constituição, a interpelação e o (re)conhecimento exercem papel importante ao funcionamento de toda ideologia. É através desses mecanismos que a ideologia, funcionando nos rituais materiais da vida cotidiana, opera a transformação dos indivíduos em sujeitos. (Brandão, 2004, p.26).

Sendo assim, é só por meio do sujeito que a ideologia será possível.

6.3. Intertextualidade e Interdiscursividade

Segundo Fairclough, a partir de uma leitura de Bakhtin (1986), enunciados ou textos são inerentemente intertextuais, constituídos de elementos de outros textos. Implica, portanto, “a inserção da história (sociedade) em um texto e deste texto na história” (p.39). Cada texto é produto de outros que foi produto de outros. De modo que o conceito de hegemonia desenvolvido por Gramsci aqui adquire papel de suma importância. Cabe assim defini-lo antes de mais nada.

Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente como um ‘equilíbrio instável’. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. (FAIRCLOUGH, 2001, p.122).

Pois bem, sendo Hegemonia o canal pelo qual a dominação é imposta, processada e consentida, a intertextualidade é produto desta, pois aponta para a produtividade de um texto que é fruto de outro que é fruto de outro, apesar disso, a produção histórica não é um direito ecumênico, mas sim um privilégio minoritário que escora-se nas relações de poder em que nem todo indivíduo tomado pela consciência de sujeito consegue alcançar. Mas a produção textual não é apenas Hegemônica, mas também contestatória e minoritária por vezes.

Dialogando com Bakhtin e Kristeva (1986) Fairclough chama atenção para a horizontalidade e a verticalidade da intertextualidade. No primeiro caso, a produção é dialógica entre um texto com outros que o precedem. No segundo caso, a relação é de subordinação com textos historicamente anteriores e também com os contemporâneos. Mas a intertextualidade não diz respeito apenas ao intercâmbio semântico-discursivo, mas também ao gênero-estilístico, ou seja, a estrutura de uma reportagem de jornal, por exemplo, o lead, as fotos, os boxes, a diagramação como um todo, são produto de regras e convenções historicamente definidas. Essa padronização também é intertextual.

A intertextualidade pode ser tanto “manifesta” quanto “constitutiva”. No primeiro caso refere-se a outro texto de forma direta, através de aspas, por exemplo, ou da *creditação* do autor a quem se recorre. No segundo caso a relação não é explícita a esse ponto, é mais subjetiva do ponto de vista da identificação. Fairclough (2001) refletindo sobre o assunto

chama atenção para a heterogeneidade do texto:

A intertextualidade implica uma ênfase sobre a heterogeneidade dos textos e um modo de análise que ressalta os elementos e as linhas diversos e frequentemente contraditórios que contribuem para compor um texto. Tenho dito isso, os textos variam muito em níveis de heterogeneidade, dependendo se suas relações intertextuais são complexas ou simples. (p.137).

Quanto ao interdiscurso, Maingueneau (1984), em suas considerações sobre o assunto, afirma que “a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos”, (p.11). Porque o estudo de um discurso só pode ser feito mediante a interseção com outros. Não existe discurso isolado, ele só existe na sua relação com outros. Nessa linha Maingueneau (1984) afirma que não há discurso autofundado, pois enunciar é sempre situar-se em relação a um *já-dito*. Neste sentido Orlandi (2009) aproxima o conceito de interdiscurso com a memória, ou seja, “é aquilo que fala antes, em outro lugar” (p.31).

Tudo o que é dito funda-se em outros dizeres, ou seja, existe o interdiscurso, que diz respeito à constituição e ao intradiscurso, que relaciona-se à formulação. Para Courtine (1984 apud Orlandi 2009) a diferença está nos eixos. No caso do interdiscurso, o eixo é horizontal, pois abarca-se tudo ou boa parte do que já foi dito permite um novo dizer. E o eixo vertical é relativo à formulação, ou seja, o exato momento em que influenciado pelo já dito e pelo contexto que é único e não se repete formula-se um novo dizer, ou o intradiscurso.

A diferença entre intertextualidade e interdiscurso é que no segundo caso, tudo o que foi dito pela sociedade se fixa na memória para que em um determinado momento apanhe-se isto que foi fixado e formule-se um novo dizer, no entanto, esse apanhamento não é explícito, ele é abstrato enquanto coisa real que é. No caso da intertextualidade, a relação é de um texto com outros, ainda que outros não haja citação.

6.4. O eu

A história é imprescindível para a concepção de sujeito, pois este é produto do tempo e do espaço e por causa dessas instâncias, o sujeito também é ideológico, pois sua constituição passa necessariamente pelo contexto ao qual está exposto:

[...] porque sua fala é produzida a partir de um determinado lugar e de um determinado tempo, à concepção de um sujeito histórico articula-se com outra noção fundamental: a de um sujeito ideológico. Sua fala é um recorte das representações de um tempo histórico e dum espaço social. Dessa forma, como ser projetado num

espaço e num tempo orientado socialmente, o sujeito situa o discurso em relação aos discursos dos outros. Outro que envolve não só seu destinatário [...] mas também envolve outros discursos historicamente já constituídos e que emerge na sua fala (nível interdiscursivo). (BRANDÃO, 2004, p.59).

Essa natureza do sujeito leva a heterogeneidade discursiva, que, como assinala Brandão (2004), acontece por meio de três questões: primeiro, através do discurso relatado que pode acontecer por meio do discurso indireto, quando o locutor remete-se a outro nas suas próprias palavras, e também por meio do discurso direto, quando o locutor coloca-se como porta-voz, prática muito comum no jornalismo. Depois, pelas “formas de conotação autonímica” (2004), quando o outro é usado sem que haja interrupção da narração através de aspas, itálico ou entonação específica. E a terceira, é mais complexa e se dá quando o outro não é “grifado”, sobretudo porque o locutor julga-se consciente ou inconscientemente senhor de suas palavras.

Outra característica da constituição do sujeito é a sua necessidade do outro quando Bakhtin (Voloshinov, 1929) em crítica à concepção *sausseriana* da língua, vista como sistema monológico até então, passa a entendê-la como fenômeno resultante da interação verbal:

Não tomo consciência de mesmo senão através dos outros, é deles que eu recebo as palavras, as formas, a tonalidade que formam a primeira imagem de mim mesmo. Só me torno consciente de mim mesmo revelando-me para o outro, através do outro e com a ajuda do outro. (Bakhtin apud Todorov, 1981, p.148).

O caráter dialógico do discurso é tido por Bakhtin como duplamente orientado, primeiro pela inserção do discurso em outros (o interdiscurso); segundo, pela necessidade do outro para o discurso (a interação verbal):

É um *duplo dialogismo* – não por adição, mas em interdependência – que é colocado na fala: a orientação dialógica de todo discurso entre os “outros discursos” é ela própria dialogicamente orientada, determinada “por este outro discurso” específico do receptor, tal como ele é imaginado pelo locutor, como condição de compreensão do primeiro. (Authier-Revuz, p.118).

Além do próprio fato de que toda palavra é *multisemântica*, por ter vários significados e também *dialética*, por vezes espelhar contradições e lutas de classe. Mas a constituição do sujeito está além da compreensão de que é produto de outros e ao falar dirige-se a outros. O sujeito é também sujeito inconsciente à medida que fala o que nem sempre quer dizer, à medida que fala inconscientemente, e a partir dessa reflexão a psicanálise torna-se importante para a Análise do Discurso e a concepção de sujeito:

A psicanálise busca suas formas de constituição não no interior de uma “fala

homogênea”, mas na diversidade de uma “fala heterogênea que é consequência de um sujeito dividido”. Sujeito dividido entre o consciente e o inconsciente. “O inconsciente é um capítulo da minha história que é marcado por um branco ou ocupado por uma mentira: é capítulo censurado”, como define Lacan. (AUTHIER-REVUZ apud BRANDÃO, 2004, p. 66).

Cabe ao analista, numa aproximação com o trabalho do psicanalista, a reconstrução dessa mentira ou esquecimento a partir do que é dito e não dito pelo sujeito. Segundo Brandão, (2004) cabe ao analista o trabalho de *transgressor*, “na medida que tenta-se fazer na fala do sujeito o que é dito à sua revelia”.

Na Análise do Discurso o sujeito é descentralizado e visto a partir da interação com o outro a quem se dirige e que o seu tempo e espaço:

Para análise do discurso, essa concepção de sujeito — que vai perdendo a polaridade centrada ora no *eu* ora no *tu* e se enriquecendo com uma relação dinâmica entre identidade e alteridade — que vai ocupar o centro de suas preocupações atuais. Para ela, o centro da relação não está nem no *eu* nem no *tu*, mas no espaço discursivo criado entre ambos. O sujeito só constrói sua identidade na interação com o outro. E o espaço dessa interação é o texto. (BRANDÃO, 2004, p.76).

Para a compreensão do “eu” também é importante atentar-se para o *ethos*, que como Fairclough (2001) aponta tem a intertextualidade como questão importante, pois o sujeito retira sua estrutura de fala de outras estruturas de fala. O *ethos* supõe não só o que é dito e como é dito, mas tudo que cerca o ato de dizer, no caso da comunicação oral os traços, a gesticulação, a teatralidade do ato, enfim. Portanto, esse modo pelo qual o interlocutor exibe-se para outro é um dos dispositivos constitutivos do “eu”. Como esclarece Maingueneau (2004) *ethos* é o meio a partir da enunciação revela-se a personalidade do enunciador:

São os traços de caráter que o orador deve *mostrar* ao seu auditório (pouca importa sua sinceridade) para causar boa impressão: são os *ares* que assume ao se apresentar. [...] O orador enuncia uma informação, e ao *mesmo* tempo diz: eu sou isto, eu não sou aquilo. (Barthes, 1966 apud Maingueneau, 2004, p.98).

O “eu” enquanto sujeito que se manifesta também é movido por duas questões principais: a paráfrase e a polissemia. Que é a possibilidade de dizer o *mesmo* e o *diferente* simultaneamente:

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo o dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços dizer. Produzem diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o

equivoco. (ORLANDI, 2009, p.36).

Portanto, toda formulação discursiva escora-se, entre outras, nessas duas questões fundamentais. O *de sempre*, por causa do interdiscurso que produz ingerência em todo e qualquer discurso, pois como Maingueneau (1984) observa, não existe discurso autofundado; e o *diferente*, por causa do tempo e do espaço que não se repete, apesar de que, como frisa Orlandi (2009), em qualquer que seja a área os sujeitos são mais parafrásticos do que polissêmicos, ou seja, existe mais produção do que criação.

Ainda sobre a constituição do “eu” é preciso destacar também a presença da antecipação. O sujeito ao formular o seu discurso formula-o seguindo também o mecanismo de antecipação.

Todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que seu interlocutor “ouve” suas palavras. Ele antecipa-se assim ao seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa em produzir em sus ouvinte. (ORLANDI, 2009, p.39).

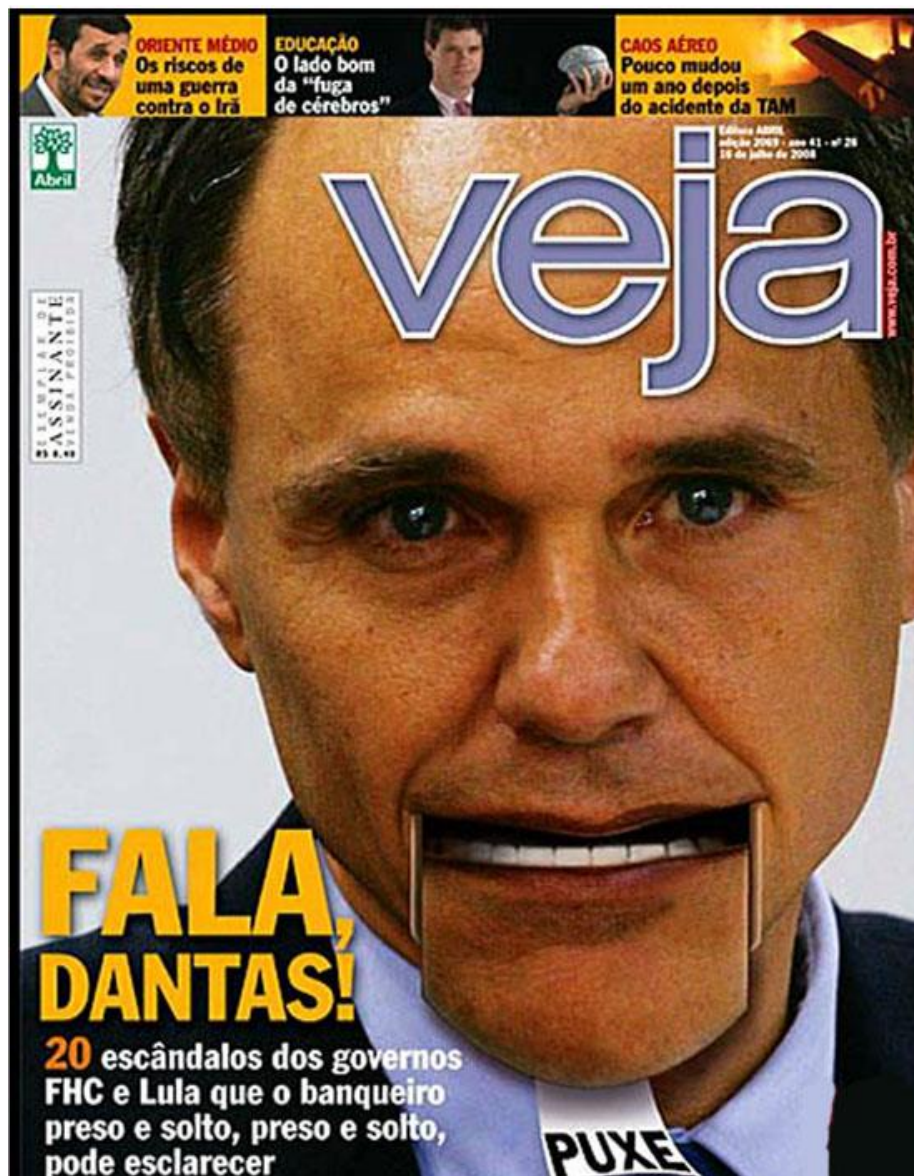
Além disso existe também o que Orlandi (2009) chama de *relação de força*, pois o lugar de onde o sujeito diz é constitutivo do que ele diz. A revista VEJA, por exemplo, informa de um lugar que cabe a ela e somente a ela. Tudo o que é dito por ela sobre a Satiagraha, por exemplo, só significa o que significa porque vem de VEJA e só de dela. Por mais que um sujeito pense como a revista em questão e diga coisas em sintonia com a linha editorial do magazine, suas palavras nunca produziram o mesmo efeito. O lugar de onde se diz também “significa” o que se diz.

7. ANÁLISE PRIMEIRA REPORTAGEM

7.1. Fala, Dantas!

A primeira reportagem a ser analisada está na edição 2069 do dia 16 de julho de 2008, cuja capa é dedicada ao Daniel Dantas com o título: “Fala, Dantas!”, e o subtítulo: “20 escândalos do governo FHC e Lula que o banqueiro preso e solto, preso e solto pode esclarecer”.

Ilustração 1: Capa da edição 2069 de VEJA



Fonte: Acervo digital de VEJA

Não há nenhuma referência direta a Satiagraha, que como veremos será abordada

lateralmente nesta publicação. A foto do empresário é editada de modo a lembrar um ventríloquo com uma inscrição abaixo do queixo, trata-se de um verbo no imperativo: “puxe”, (do latim *pulsare*)¹¹, que significa, entre outras coisas: *lançar mão de; apertar; começar*. Evidentemente o leitor não poderá acatar tal ordem/sugestão e *puxar*, contudo, o verbo no imperativo serve para instigar o interesse, e tem um efeito semântico muito próximo de: *abra e leia*, ou mesmo *comece*. Fica evidente, a partir de “20 escândalos do governo FHC e Lula que o banqueiro preso e solto, preso e solto pode esclarecer”, que perguntas serão feitas, ainda que não seja possível seguir a instrução: *puxe* para fazer o Dantas respondê-las. Mesmo um leitor que nada saiba sobre o banqueiro baiano – o que é muito improvável vide a frequência com que *este* tem sido *interpelado* pela imprensa desde a privatização das teles¹² – antecipa que contratempos do *personagem* serão rememorados.

A publicação está localizada na editoria de Brasil e é iniciada na página 46:

Ilustração 2: Páginas 46 e 47 da edição 2069 de VEJA



Fonte: Acervo digital de VEJA

Na foto a expressão de Dantas é *sóbria*, ocupa uma página inteira e mais cerca de um terço da seguinte e dela não é possível extrair nada específico. O registro é de Fernando Donasci/Folha Imagem. Curiosamente o texto não está assinado, o que não é comum para uma reportagem de capa, cujo título aponta: o *personagem* central da narrativa está em um

11 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=puxar>> Acessado em: março 2016

12 Empreendido pelo governo FHC, a privatização da Telebras em 98, monopolista das telecomunicações do país na época, foi marcado pelo suposto favorecimento do Opportunity em um dos leilões. A estatal foi fatiada em três companhias de telecomunicação fixa e o grupo liderado por Dantas arrematou a Tele Centro Sul, depois renomeada de Brasil Telecom (BrT). No entanto, o suposto lobby de membros do governo teria acontecido para favorecer o Opportunity no leilão da Tele Norte Leste – depois renomeada de Telemar – o que, em partes, atenuou as suspeitas sobre o tal favorecimento.

momento de dificuldade.

Em seguida o subtítulo: “o banqueiro que esteve no centro dos maiores escândalos de corrupção da última década foi preso duas vezes em uma única semana. Ah se ele contasse o que sabe!”. O enunciado é contextualizador e reconfirma a indicação do subtítulo da capa sobre os episódios que o personagem da reportagem pode esclarecer. Ou seja, será feito um passeio pelos dissabores do empresário e mais: “Ah, se ele contasse o que sabe”, indica que Dantas *sabe* e aquilo que sabe pode comprometê-lo, ou comprometer outras pessoas (certamente importantes), do contrário, por que alguém não conta o que sabe? A exclamativa, portanto, traz duas indicações: primeiro, Dantas *sabe*; segundo, Dantas *mantém segredo* sobre o que sabe. Essas duas colocações não são necessariamente postas nesses termos, mas isso (também) é dito sem ser dito.

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele. (ORLANDI, 2009, p.30).

Portanto, o trabalho aqui (e em qualquer outra proposta de análise do discurso) consiste em seguir pistas a partir do que é dito e do modo como é dito para chegar (também) ao que *não é dito*, mas é pertinente, ou seja, o que não é dito, mas é dito sem sê-lo.

[...] a proposta é a construção de um dispositivo da interpretação. Esse dispositivo tem como característica colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras. (ORLANDI, 2009, p.59).

Não é tudo que não é dito que é pertinente, é preciso critério, do contrário tudo que não é dito caberia no dito, o que não procede. Essa leitura que determinará o que é crível tem que emergir do dito, não pode ser uma ilação. Quando VEJA observa: “Ah, se ele contasse o que sabe!”, ela claramente diz que ele sabe, e não conta, ou, pelo menos, não contou até a data.

7.2. Preso e solto

A abertura da publicação faz referência a rotina *sui generis* de seu personagem principal na semana anterior: “preso, solto, preso de novo, solto...”. Enfatiza-se uma informação do conhecimento de muitos (provavelmente a maior parte dos) leitores, ou seja, Dantas foi *preso e solto* duas vezes num curto intervalo de tempo. *Preso e solto* realçam decisões judiciais contraditórias, pois alguma autoridade decidiu pela prisão (juiz da primeira instância Fausto De Sanctis) e outra pela soltura (ministro Gilmar Mendes). No entanto, essa divergência jurídica ficará às margens do discurso da reportagem. As reticências usadas na abertura podem apresentar diversas ideias dependendo do contexto e do modo como são usadas (interrupção de pensamento ou ação, hesitação, realce, etc), mas neste caso específico indicam incompletude, até porque as vicissitudes da Satiagraha estavam apenas no começo, sugere-se então com as reticências que, talvez, uma nova prisão possa acontecer, por exemplo, ou não necessariamente isso, mas algum outro fato importante pode ocorrer.

O banqueiro é descrito como: “o peixe mais graúdo a cair nas malhas de uma operação da Polícia Federal”. A expressão *peixe graúdo* implica em duas sinalizações: Dantas era o líder do suposto grupo criminoso ou era o alvo mais *ilustre* da Operação por causa de sua participação em outros episódios suspeitos. Na sequência o uso de *peixe graúdo* é justificado com a frase: “frequentador assíduo do noticiário policial, foi a primeira vez, no entanto, que Dantas conheceu o xadrez”.

Frisa-se com *frequentador assíduo* que não é a primeira vez que o banqueiro se envolve num caso de polícia, ponto que já havia sido destacado com o subtítulo da capa mencionando os 20 escândalos do governo FHC e Lula que o banqueiro poderia esclarecer. Além de salientar que sua prisão é inédita, a revista *tacitamente* expõe outra informação através da conjunção adversativa *no entanto*. Ou seja, apesar de seu *currículo* controverso, marcado por diversos escândalos, ele foi preso pela primeira vez. Neste caso a conjunção *no entanto* indica ao leitor – mesmo o mais distante do assunto – que ele poderia ter sido preso antes por causa dos outros episódios que contaram com sua participação.

Em seguida, aborda-se um dos fatos mais marcantes da Operação, trata-se da tentativa de suborno de um agente federal feita por contratados de Dantas. O parágrafo é arrematado com uma crítica a Operação: “O flagrante foi a única manobra de inequívoco brilho da Satiagraha, de resto uma operação mambembe (veja a reportagem seguinte) [sic]”, com isso anuncia-se que a próxima publicação, enfatizará a Satiagraha, sobretudo os erros da ação da PF, pois “Dantas contra a parede”, como o próprio título, tem como eixo apenas um

personagem em especial.

Logo abaixo da primeira coluna de texto, o seguinte olho: “O banqueiro Daniel Dantas, na segunda vez em que foi preso na semana passada: uma antologia de escândalos, das privatizações de FHC ao mensalão de Lula”. As informações passadas através dos subtítulos (da capa e da reportagem) são reforçadas de modo *didático*, pois VEJA agora cita ao menos dois episódios que contaram com a participação do banqueiro: as privatizações e o mensalão. E se ele contasse o que sabe sobre esses dois casos? Essa pergunta ecoa estridente diante da *provocação* anterior: “Ah se ele contasse o que sabe!”

O tom de reprovação em relação ao protagonista da narrativa é enfatizado com: “poucos homens de negócio representam com mais nitidez a natureza perversa do capitalismo brasileiro dependente do estado macrófago do que o banqueiro Daniel Dantas”. Duas arguições são feitas na sentença, a primeira, sobre o empresário, e a segunda, sobre o estado brasileiro. VEJA, sobretudo nos últimos anos, tem se notabilizado por uma posição política neoliberal, de apoio ao capitalismo, visão compartilhada pelo seu criador, o jornalista Roberto Civita, que autodefiniu-se como um liberal nos costumes e também no plano político e econômico, favorável a livre-iniciativa, pois julgava este o único caminho para o progresso e desenvolvimento, “a livre-iniciativa faz parte da equação da democracia. Sem livre-iniciativa não há concorrência. Sem concorrência não há publicidade. E sem publicidade não há imprensa independente”¹³.

Portanto, a crítica não é dirigida ao capitalismo em si, mas sim, ao *capitalismo brasileiro*, que não é o ideal, através dos adjetivos *perversa*¹⁴(que revela perversão, que tem má índole) e *macrófago*¹⁵(na biologia são células com poder de destruir corpos estranhos, numa aproximação semântica a partir do contexto da reportagem corresponde ao que não é salutar). Aqui, uma característica do jornalismo praticado por VEJA, e por outras revistas de notícia, aparece com força: *a personalização da narração*. Tomando como referência a Literatura, o narrador não é *flaubertiano*, ao contrário, *ele* se exhibe, por exemplo, através dos adjetivos *perversa* e *macrófago* (e de outras características que serão detalhadas conforme surgirem nesta ou nas próximas análises).

Em seguida faz-se um pequeno passeio pela trajetória do personagem que foi aluno e pupilo de Mario Henrique Simonsen, ex-ministro da Fazenda do governo Ernesto

13 Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/edition/32147?page=94§ion=1>> Acessado em: fevereiro de 2016

14 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=perverso>> Acessado em: abril de 2016

15 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=macr%F3fago>> Acessado em: abril de 2016

Geisel (74 a 79), e despontou como promissor economista depois de estudar no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), nos Estados Unidos.

Em seguida afirma-se que Dantas *reinventou-se*. “Durante as privatizações do governo Fernando Henrique Cardosos, o banqueiro de origem baiana reinventou-se”. Aqui o verbo *reinventar* (do latim *inventare*: inventar, daí *re-inventare*), que significa inventar de novo e comumente tem apelo positivo possui um status visivelmente negativo, reforçado pelo parágrafo seguinte ao afirmar que, com a *benção* do governo, seu banco associou-se aos fundos de pensão estatais.

Assim como *reinventou-se* tem claramente efeito negativo, *benção* também tem a mesma aplicação no seguinte trecho: “à frente de seu próprio banco, o Opportunity, recebeu a benção do governo para unir-se aos poderosos fundos de pensão estatais [...] formando assim uma espécie de parceira público-privada cujos efeitos desastrosos perduram até hoje”. As críticas ao capitalismo brasileiro e ao empresário são reforçadas ao enfatizarem a união de um com outro. E mais do que isso, VEJA alega que “os efeitos desastrosos da parceria perduram até hoje”. Mas quais seriam esses efeitos desastrosos?

Essa é uma pergunta que emerge da leitura, logo, espera-se uma resposta. Mas do ponto de vista do repertório sobre o assunto em questão (parceria Opportunity-fundos de pensão) quem seria esse leitor? Alguém que sabe da parceira e concorda que os efeitos foram desastrosos? Alguém que sabe da parceria, mas não concorda que os efeitos foram desastrosos? Alguém que não conhece com muitos detalhes da parceria, contudo, a partir da sugestão acredita, sim, que os efeitos foram desastrosos? Alguém que pouco conhece a parceria, mas lê a sugestão, sobre os tais efeitos desastrosos, com desconfiança? Ou ainda, alguém que lê a matéria com pouco interesse, pouco ou nada sabe sobre a parceira, e não presta muita atenção na crítica de VEJA?

A revista não justifica exatamente o motivo da parceria ter produzido efeitos desastrosos, mas cede pistas, como veremos.

[...] todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que seu interlocutor “ouve” suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. Esse espectro varia amplamente desde a previsão de um interlocutor que é seu cúmplice até aquele que, no outro extremo, ele prevê como adversário absoluto. Dessa maneira, esse mecanismo dirige o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor. (ORLANDI, 2009, p.39).

VEJA não discursa no vazio, ou seja, ela antecipa o seu leitor. Todo e qualquer

discurso é emitido a partir de um certo grau de previsibilidade por parte de quem fala na construção discursiva com seu interlocutor. Certamente a revista, e qualquer veículo de comunicação, acredita no seu poder de persuasão, mas é claro também que ela – e outros veículos, das Organizações Globo, por exemplo – sabe que parte do seu público a *acompanha* com certa desconfiança. VEJA sabe que tem muitos críticos, mas do ponto de vista prático, certamente acredita na eloquência de sua narrativa, do contrário, não faria muito sentido colocar toda semana uma edição nova nas bancas. Logo, a revista, que é a de maior tiragem do país, acredita no apoio de seus leitores (os assinantes, sobretudo) e presume que, mesmo não justificando exatamente os tais *efeitos desastrosos* da parceria Opportunity-fundos de pensão, muitos, a partir, inclusive do caráter negativo da reportagem sobre Dantas, haverão de concordar, sim, sobre tais *efeitos*, afinal, uma parceria com alguém com um histórico tão *problemático* tem tudo para não ser boa.

O magazine em seguida afirma que Dantas “conseguiu do governo um mandato para ser o gestor dos recursos investidos por esses fundos em um conglomerado de empresas recém-privatizadas” e conclui: “a parceria funcionava desta forma: o governo entrava com o dinheiro e Dantas dava as cartas”. A sentença *natureza perversa do capitalismo brasileiro dependente do estado macrófago*, usada anteriormente, é, de certa forma, reforçada, afinal *o governo entrava com o dinheiro e Dantas dava as cartas*. A construção da frase tem, a partir do contexto observado, um viés negativo. É como nesta relação coubesse ao banqueiro suspeito a parte mais vantajosa.

Na sequência aponta-se que o sucesso do empresário é fruto da “bajulação e da corrupção de autoridades de plantão”. Alega-se (sem necessariamente colocar nesses termos, é o *dito não dito* abordado anteriormente) que o seu personagem é um corruptor e que as autoridades são corruptas. Note-se a presença do substantivo masculino com valor de advérbio indicando circunstância: “plantão”, ou seja, não se tratava de uma exclusividade deste ou daquele governo, mas sim, de quem está *de plantão*. Esse ponto, de certa forma, já havia sido explorado no olho, logo abaixo da primeira coluna de texto: “O banqueiro Daniel Dantas, na segunda vez em que foi preso, na semana passada: uma antologia de escândalos, das privatizações de FHC ao mensalão de Lula”. Primeiro menciona-se dois escândalos de dois governos não só diferentes, como tidos por muitos como antagônicos; em questão estão dois protagonistas das últimas eleições presidenciais. Depois utiliza-se: “corrupção de autoridades de plantão”, logo, esse que é apontado como um dos principais problemas do país – a corrupção – não é exclusividade de um partido ou de uma gestão. Ninguém *escapa* de VEJA até aqui.

7.3. Vento do capitalismo e algemados

Ilustração 3: Páginas 48 e 49 da edição 2069 de VEJA

20 QUESTÕES QUE DANIEL DANTAS AINDA PODE ESCLARECER

<p>ANO 1997 GOVERNO FHC</p> <p>1 Privatizações</p> <p>O QUE OCORREU: Daniel Dantas foi incluído pelo governo no consórcio formado pelos fundos de pensão e pela CSN que saiu vencedor do leilão da Vale do Rio Doce.</p> <p>O QUE DANIEL PODE ESCLARECER: que argumentos convenceram Ricardo Sérgio, o então influente diretor da Vale do Rio Doce, a incluí-lo no consórcio.</p>	<p>ANO 1998 GOVERNO FHC</p> <p>2 Privatizações</p> <p>O QUE OCORREU: grandes meios de comunicação por VEJA mostraram que a BNDES possui outros fundos de pensão que entregaram o controle acionário da Brasil Telecom quando ele havia recebido apenas 1% do capital social na criação da empresa.</p> <p>O QUE DANIEL PODE ESCLARECER: o que convenceu os diretores dos fundos de pensão a fechar esse acordo.</p>	<p>ANO 2002 GOVERNO FHC</p> <p>3 Fundos de pensão de estatais</p> <p>O QUE OCORREU: alguns dias antes da intervenção do governo federal no comando da Previ, que controla o dinheiro do fundo que se apuraram a Dantas, o banqueiro teve um jantar reservado com o presidente Fernando Henrique Cardoso.</p> <p>O QUE DANIEL PODE ESCLARECER: sobre o que os dois conversaram.</p>	<p>ANO 2002 GOVERNO FHC</p> <p>4 Fundos de pensão de estatais</p> <p>O QUE OCORREU: na eleição de 22 de outubro do governo federal no comando da Previ, que controla o dinheiro do fundo que se apuraram a Dantas, o banqueiro teve um jantar reservado com o presidente Fernando Henrique Cardoso.</p> <p>O QUE DANIEL PODE ESCLARECER: sobre o que os dois conversaram.</p>	<p>ANO 2002 GOVERNO FHC</p> <p>5 Transição para o governo do PT</p> <p>O QUE OCORREU: na eleição de 22 de outubro do governo federal no comando da Previ, que controla o dinheiro do fundo que se apuraram a Dantas, o banqueiro teve um jantar reservado com o presidente Fernando Henrique Cardoso.</p> <p>O QUE DANIEL PODE ESCLARECER: sobre o que os dois conversaram.</p>	<p>ANO 2002 GOVERNO FHC</p> <p>6 Transição para o governo do PT</p> <p>O QUE OCORREU: Dantas conversou longamente com o então coordenador da campanha presidencial de Lula, Antonio Palocci, e com o tesoureiro Delúbio Soares.</p> <p>O QUE DANIEL PODE ESCLARECER: o que aconteceu?</p>	<p>ANO 2003 GOVERNO Lula</p> <p>7 Telefonias</p> <p>O QUE OCORREU: por ordem de Dantas, a Brasil Telecom contratou o advogado Roberto Teixeira para prestar serviços consultivos. Teixeira ganhou 1 milhão de reais no período.</p> <p>O QUE DANIEL PODE ESCLARECER: qual o conteúdo das telefonias?</p>	<p>ANO 2004 GOVERNO Lula</p> <p>8 Gamecorp</p> <p>O QUE OCORREU: por meio da Brasil Telecom, Dantas pagou à Gamecorp, empresa de jogos do filho do presidente Lula, 120.000 reais mensais pelo fornecimento de conteúdo para o portal de internet da Brasil Telecom. A informação foi publicada por VEJA.</p> <p>O QUE DANIEL PODE ESCLARECER: que outros pagamentos foram feitos ao filho do presidente.</p>	<p>ANO 2004 GOVERNO Lula</p> <p>9 Kroll</p> <p>O QUE OCORREU: o jornal Folha de S.Paulo revelou um esquema de Dantas e da empresa de investigação Kroll para espiar o governo, jornalistas e empresários. A PF pôs-se atrás do banqueiro, que contratou o advogado criminalista Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kaka, procurador informal do ex ministro José Dirceu. Kaka levou 8 milhões de reais.</p> <p>O QUE DANIEL PODE ESCLARECER: que serviços Kaka efetivamente prestou.</p>	<p>ANO 2004 GOVERNO Lula</p> <p>10 Telefonias</p> <p>O QUE OCORREU: José Dirceu, então ministro-chefe da Casa Civil, submeteu passos a defender os interesses de Dantas junto ao governo.</p> <p>O QUE DANIEL PODE ESCLARECER: o que se deu a seguir a chegada de Dirceu por Dantas.</p>
---	---	--	---	---	---	--	---	---	--

Delúbio: ele procurou o banqueiro antes mesmo de Lula chegar ao Planalto

Roberto Teixeira: 1 milhão de reais para o companheiro do presidente

Kaka: advogado de 8 milhões de reais

Fonte: Acervo digital de VEJA

O magazine diz ainda no mesmo parágrafo que: “ele é expoente entre negociantes [...] que se expuseram ao poder purificador da concorrência, que se escondem sob as asas estatais para fugir dos rigores da lei e do vento trazido pela abertura econômica”. Mais uma vez a aliança daninha entre Estado e capitalistas é atacada e mais, Dantas é o *expoente*¹⁶(de grande importância, notável) entre negociantes, logo, não é o único, logo, existem outros, ele é “só” o expoente. O protagonista da narrativa usa essa tal aliança com o estado, que é passível de corrupção (como apontado anteriormente), para esconder-se dos rigores da lei e do *vento trazido pela abertura econômica*. Aqui, o processo de abertura econômica do país, iniciado com a redemocratização, é elogiado, e a palavra *vento* (*do latim vetun*), cuja definição mais genérica é o ar em movimento, ou mesmo agitação¹⁷, é deslocada de seu sentido habitual para ganhar uma conotação exclusivamente positiva, pois o *vento*, trazido pela tal abertura econômica, é bom, e não poderia não sê-lo a partir da construção de sentido do texto, portanto, essa dita conotação positiva de *vento* não é fruto apenas do contexto da

16 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=expoente>> Acessado em: março de 2016

17 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=vento>> Acessado em: março de 2015

frase, mas sim de todo o contexto da reportagem. *Vento*, fatalmente, não poderia ser lido como algo exclusivamente bom fora do ambiente textual.

Em seguida diz: eles, os tais negociantes como Dantas “nada sabem de inovação ou produtividade, os reais motores da criação de riqueza no sistema capitalista”. Aqui, *inovação* e *produtividade* funcionam como a antítese do *modus operandi* dos negócios do banqueiro e dos outros como ele, pois o problema como já percebido, não é o sistema econômico do país, mas sim parte de seu funcionamento. Ao final do parágrafo VEJA reforça o currículo negativo de seu personagem, ao apontar que ele: “envolveu-se em praticamente todos os grandes escândalos – estatal e privada – da última década no Brasil”.

Com *escândalos de economia mista* mais uma vez critica-se a ligação entre estado e capitalistas no país, afinal, essa ligação resultou em: *escândalos*¹⁸ (*do grego skándalan*), circunstância na qual o decoro é ofendido e regras são desrespeitadas.

Ao lado da primeira coluna de texto, e sobre a segunda e terceira, uma foto de Dantas. A nitidez da imagem do seu punho esquerdo não permite afirmar, com certeza, que ele estava algemado, mas nota-se uma espécie de pulseira metálica no pulso esquerdo, muito próximo do direito, que se assemelha a uma pulseira de algema, além disso Dantas mantém uma mão muito próxima da outra, reforçando a possibilidade de que ele está, sim, algemado. Ele é acompanhado por três homens, o primeiro, um policial fardado a sua frente, o segundo a sua esquerda, e o terceiro a esquerda deste (estes dois últimos com roupa social e com crachá no bolso do paletó, provavelmente federais). A foto é de Wilton Júnior/AE e a descrição da imagem diz: “Dantas (acima) e Naji Nahas: formação de quadrilha, evasão de divisas e lavagem de dinheiro”.

18 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=vento>> Acessado em: março de 2105

Ilustração 4: Foto da página 48 da edição 2069 de VEJA



Fonte: Acervo digital de VEJA

Na página seguinte uma foto de Nahas, também preso durante a Satiagraha, com o paletó cobrindo os punhos, certamente para evitar que fotógrafos flagrassem-no algemado, por Eduardo Anizelli/FolhaImagem.

Ilustração 5: Foto da página 49 de edição 2069 de VEJA



Fonte: Acervo digital de VEJA

A escolha por essas fotos de seus personagens, provavelmente algemados, não aconteceu por acaso. Primeiro porque a imagem de alguém muito rico e influente nessa situação é emblemática (e tornou-se frequente no Brasil após o fortalecimento da PF na gestão petista), depois por causa de todo o debate em torno da decisão da PF de algemar os detidos, sobretudo Dantas.

Após sua prisão uma série de medidas foram tomadas pelo STF e batizadas por parte da imprensa de *Legislação Satiagraha*. A mudança mais emblemática foi o endurecimento para o uso de algemas por parte da Polícia. Trata-se da Súmula Vinculante 11, que só autoriza o uso de algemas em situações excepcionais, e foi elaborada em agosto de 2008, um mês após a prisão do banqueiro. Em setembro de 2015 o STF decidiu manter a súmula por decisão unânime, após pedido de revogação da Confederação Brasileira de Policiais Civis (Cobrapol) e sugestão da Procuradoria-Geral da República¹⁹.

Os milhões de espectadores de tevê no Brasil já estavam acostumados às imagens de suspeitos algemados transitando para cima e para baixo nos noticiários. Muito

19 Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-set-24/plenario-supremo-mantem-sumula-algemas-vigor>> Acessado em: março de 2016

comum uma equipe de tevê filmar o preso ainda dentro de sua casa. Era quase parte da paisagem nacional. Mas foi a prisão de Dantas que movimentou o Supremo. Apenas um mês depois da prisão, o tribunal aproveitou a discussão sobre um HC já em andamento para emitir uma súmula vinculante, a de nº 11, pela qual os delegados passam a andar no fio da navalha. O texto da súmula contém uma ameaça a todos os policiais: Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado. (VALENTE, 2014, p. 408,409).

O uso das algemas pela PF foi imediatamente contestado pelos advogados dos presos e também por outros criminalistas que pressionaram o STF pela regulação do uso de algemas. Logo, as fotos escolhidas, apesar do assunto não ter sido necessariamente explicado, obedece a uma determinada lógica jornalística. Nada é por acaso.

7.4. Grampos, espionagem e o interesse do Brasil

O parágrafo seguinte é iniciado com a informação de que o primeiro escândalo com a assinatura do banqueiro foi revelado em 1998 por VEJA. Grampos telefônicos mostraram que o ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros e o presidente do BNDES André Lara Resende “discutiam formas de beneficiar Dantas na aquisição do melhor quinhão do leilão de privatização da Telebrás [sic], a até então empresa monopolista das telecomunicações no Brasil”. VEJA exhibe-se para o seu leitor, através da construção do “eu” (Fairclough, 2001), ou seja, o *ethos*, pois foi ela a responsável por publicizar o lobby pró-Opportunity, e com isso a revista mostra-se engajada em denunciar situações ilegais (ou, no mínimo, suspeitas). Explorar um assunto tão sensível e importante como a prisão de um banqueiro muito influente e com um *currículo* apinhado de contratemplos também é uma maneira de posicionar-se contra aquilo que não é *salutar*, lembrando, inclusive, que o primeiro escândalo do capitalista *dependente do estado macrófago* foi revelado pelo próprio magazine, que também frisa que dois nomes do governo caíram após a revelação.

Depois VEJA trata do segundo caso envolvendo Dantas: a contratação da Kroll para espionar “autoridades, jornalistas e juizes” com o objetivo de “convencer o governo a manter sob o seu controle os fundos de pensão estatais”. Nota-se aqui uma certa dissonância

do relato da revista em relação ao que foi amplamente divulgado pela imprensa na data, pois a contratação da Kroll por Opportunity e BrT teria como objetivo investigar se a Telecom Italia (TI), sócia do Opportunity na administração da BrT, adquiriu a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) por um valor superfaturado.

Entre 15 e 16 de dezembro de 2003, Carla Cico, a executiva da Brasil Telecom e pessoa de confiança de Daniel Dantas, reuniu-se com os investigadores contratados da Kroll no hotel Ipanema Tower, no Rio. O encontro apontou três eixos fundamentais nas investigações da Kroll: as negociações entre a TI e as Organizações Globo, as brigas judiciais nas ilhas Cayman com Demarco e a canadense TIW e, por fim, o caso da CRT gaúcha. A Globo havia feito um acordo milionário com os italianos, em torno de um portal na internet, e Carla queria obter evidência de alguma irregularidade. (VALENTE, 2014, p.147).

Dos três eixos das investigações, aquele que foi mais explorado pela imprensa diz respeito a compra da CRT, e não a manutenção do controle dos fundos de pensão.

VEJA cita que “com o mesmo propósito, agradar, corromper e ameaçar o poder, o banqueiro destinou 152,4 milhões de reais para abastecer o duto do mensalão” e continua, “ainda pagou a Gamecorp, empresa de jogos eletrônicos do filho de Lula, 100 000 reais mensais para fornecer conteúdo ao portal de internet da Brasil Telecom”.

A revista, por mais que nada de ilícito tenha sido provado, coloca sob suspeita a contratação da Gamecorp, contudo, é bom frisar que boa parte da imprensa também olhou com desconfiança para o negócio quando noticiado. E claro, o fato de a empresa contratada pelo Opportunity pertencer ao filho do então presidente Lula reforça essa desconfiança, que na época foi vista por parte da imprensa como uma tentativa de aproximação do banqueiro com o governo petista, tido como pouco simpático aos seus negócios.

Pela primeira vez desde o início da reportagem outros dois presos ilustres são citados, trata-se do empresário Naji Nahas e do ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta. A escolha pela citação desses dois nomes não acontece por acaso, pois além do banqueiro, segundo VEJA, outras dezesseis pessoas também foram presas. Mas por que toda a publicação é focada em Dantas? Porque ele é o *peixe mais graúdo*, como dito anteriormente, ou seja, justifica-se na abertura o enfoque no banqueiro. Agora pela primeira vez outros dois envolvidos são aludidos nominalmente, certamente porque também são dois *peixes* importantes, menos *graúdos*, talvez, mas, importantes. Lembrando que a foto de Najas (já descrita aqui) ocupa duas colunas de texto da página seguinte.

Nahas, na coluna de texto seguinte é descrito como parceiro de Dantas num “esquema de lavagem de dinheiro e uso indevido de informações privilegiadas”. Pitta, por sua

vez, de acordo com a publicação foi pego por acidente nas investigações quando pedia dinheiro aos doleiros e assessores do empresário libanês naturalizado brasileiro. A irmã de Dantas, Verônica, um de seus sócios Carlos Rodenburg e o ex-deputado federal petista Luiz Eduardo Greenhalgh também são mencionados pela primeira vez. A prisão do ex-deputado petista, apesar de sua participação não ter sido detalhada, nutre a tese de VEJA sobre o tal *estado macrófago*, a tal proximidade nociva entre empresários e governantes.

Na sequência, uma descrição da rotina de seu Dantas, que foi preso no dia 8 e levado para a carceragem da PF em SP. Solto no início da manhã do dia 10 por causa da obtenção de uma habeas corpus concedido pelo STF. À tarde, preso novamente, agora porque, segundo a revista: “a polícia apresentou ao delegado provas adicionais da tentativa de corrupção”. Quais seriam as provas adicionais? E mais, quem seria o delegado que recebeu tais provas? Isso não é explicado. Supõe-se que o delegado seria o Protógenes Queiroz, no entanto, é o delegado quem apresenta tais provas ao juiz Fausto De Sanctis, este sim o responsável pela nova ordem de prisão. Esse ponto da reportagem, portanto, é pouco precisa²⁰.

Na sequência mais uma demonstração do *ethos* do narrador. VEJA diz que “Dantas calado ou contando tudo que sabe é de interesse do Brasil” e mais “o ideal é que fale e conte tudo o que sabe...”. Mas porque o ideal é que conte o que sabe? Porque o que sabe é de interesse do Brasil? Essas perguntas já foram parcialmente respondidas com o subtítulo da capa, por exemplo: “20 escândalos do governo FHC e Lula que o banqueiro preso e solto, preso e solto pode esclarecer”. Os tais escândalos com a participação do empresário foram moldados nas entranhas de dois governos e por isso o que ele sabe é de interesse do Brasil.

20 Disponível em: < <http://noticias.uol.com.br/ultnot/2008/07/10/ult23u2523.jhtm> > Acessado em: fevereiro de 2016

Ilustração 6: Páginas 50 e 51 da edição 2069 de VEJA

disse um segundo habeas corpus em seu favor em apenas dois dias.
Dantas preso em Dantas, sob o assunto da Justiça. Mas Dantas calado ou Dantas contando tudo o que sabe é do interesse do Brasil. O ideal é que fale, que conte tudo o que sabe... Sua carreira e fortuna foram construídas inteiramente na zona de sombra gigantesca projetada pelo capitalismo de estado. Sem os favores de legisladores, de figuras-chave do Executivo e dos gestores das maiores fortunas líquidas do Brasil, os fundos de período de empresas estatais, empresários como Daniel Dantas não existiriam. No processo de formação de sua riqueza pessoal e do poder de seu grupo empresarial, o Opportunity, ele manipulou, corrompeu ou simplesmente se associou a dezenas de altas autoridades de diversos governos, em especial os de FHC e Lula. VEJA fez uma lista de vinte grandes escândalos recentes sobre os quais Daniel Dantas teria muito a dizer.
O outro implicado preso e sob o logotipo financeiro Naji Nahas também dá em informações do maior interesse para o Brasil e os brasileiros. Ele aparece em diversas investigações brasileiras e internacionais,

acusado de ser um dos elos entre interesses privados e autoridades do governo Lula. No inquérito resultante da Operação Sangaíba, Nahas surge como um farrasão. Ora ele se gabava de sentar-se com o rei da América Saaftin para combaterem juntos o preço do petróleo, ora, na mais índica das afirmações do inquérito policial, se vangloriava de obter do presidente do Banco Mundial (via) informação sobre a taxa de juros a ser fixada pelo Fed, o banco central americano, vinte dias antes de sua divulgação. Logo é tomado quanto alguém ligar para o fabricante de grua-chuvas para saber se vai chegar no fim de semana. Mesmo assim, o delegado da Polícia Federal viu em Nahas um *Deus ex machina* do capitalismo financeiro planetário. Pena de ter preferido se entretém com as farrasas em torno do personagem pois, no Brasil, há evidências de que Nahas tem mesmo mais poder do que Lula é atribuído. Em 2006, uma reportagem de VEJA revelou que a empresa Telecom Italia fez pelo menos um saque de 3,25 milhões de reais em nome de Nahas — personagem central da crise que abalou a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em 1989. O pagamento foi feito em dinheiro vivo, em pacotes de 150000



Celso Pitta, ex-prefeito de São Paulo: um bagrimo pago por acaso no arrestão da PF
reais, sacados de uma agência do Bradesco em São Paulo. A transação foi confirmada pelas partes envolvidas. Nahas justificou ter recebido o dinheiro para ajudar a Telecom Italia a resolver pendências com o banco Opportunity, de Daniel Dantas. Ele não deu detalhes sobre que pendências foram essas. Está aí uma boa pergunta para fazer a Naji Nahas?
Meses depois, graças ao trabalho de promotores italianos, ficou-se sabendo que os 3,25 milhões de reais foram apenas uma fração modesta da pilha de dinheiro pago pela Telecom Italia. A Justiça italiana já sabe que Nahas recebeu 25,4 milhões de euros (cerca de 30 milhões de reais), o que, pela cotação do período, somou uma vantagem de 80 milhões de reais. A maior parte dos pagamentos, de acordo com pessoas envolvidas nas investigações, ocorreu em 2002 e 2003. O motivo? Segundo as autoridades italianas, o dinheiro se destinava ao pagamento de propinas a políticos brasileiros, situados em cargos-chave para assim obter o apoio deles na disputa que a

Telecom Italia travava com o Opportunity de Dantas. Os delegados da PF, os procuradores federais e os juizes brasileiros, tão determinados em sua busca pela punição dos criminosos de colarinho branco e dos marujas da corrupção, não se preocuparam, no trabalho investigatório que culminou com as prisões de Nahas e Dantas, em apurar essas transações para lá de suspeitas. Não há a preocupação de identificar os destinatários dos 25,4 milhões de euros que os italianos remetiam para Nahas.
Na semana passada, Nélio Machado, o advogado de Dantas, questionou o fato de dirigentes da PF nunca serem presos nas diligências da Polícia Federal. Ele tem certa razão. Com a prisão do banqueiro e de Nahas, o combate à corrupção no país ganha uma dimensão curiosa. Adá o governo Lula, era lugar-comum criticar a parcialidade com a qual autoridades policiais perseguiam funcionários públicos corruptos e delinqüentes de lado seus corruptores, os tubarões. Dis-se agora o inverso: Os corruptores são presos sem que os corruptos apareçam. Cade os corruptos? ■

<p>ANO 2004 GOVERNO Lula 11 CVM O QUE OCORREU: a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicou a Dantas uma multa extremamente branda por manter aplicações de investimentos residentes no Brasil no Opportunity Fund, fundo sediado nas Ilhas Cayman. O procedimento levou a regulamentação do Banco Central. Hoje, essa acusação é justamente um dos pilares da investigação que levou o banqueiro à prisão. O QUE DANTAS PODE ESCLARECER: como ele convenceu a CVM a manter sua liberdade para operar no sistema financeiro.</p>	<p>ANO 2004 GOVERNO Lula 12 CVM O QUE OCORREU: enquanto o caso se arrastava na CVM, Dantas se reuniu seguidamente para testar do assunto com o petista Ivan Guimarães, ex-ministro de Delúbio Soares e ex-presidente do Banco Popular. O QUE DANTAS PODE ESCLARECER: sobre o que Dantas e Guimarães conversaram.</p>	<p>ANO 2004 GOVERNO Lula 13 Matisse O QUE OCORREU: Dantas controla a agência Matisse, de propriedade de Paulo de Tarso Santos, publicitário das campanhas de Lula em 1989 e 1994, para "reposicionar" a marca Brasil Telecom no mercado de telefonia. A informação foi revelada por VEJA. O QUE DANTAS PODE ESCLARECER: por que justamente Paulo de Tarso foi escolhido e quanto foi pago a ele.</p>	<p>ANO 2003/2005 GOVERNO Lula 14 Mensalão O QUE OCORREU: Dantas pagou ao publicitário Marcos Valério ao menos 152,4 milhões de reais por meio do banco Opportunity e das concessionárias de telefonia Telemig e Amazônia Celular. O QUE DANTAS PODE ESCLARECER: o que ele ganhou do governo por abastecer o propinado do mensalão.</p>	<p>ANO 2003/2005 GOVERNO Lula 15 Mensalão O QUE OCORREU: reuniões na agência de Fernanda Karra Somaçgo, ex-secretária de Marcos Valério, mostraram encontros entre o publicitário e o sócio de Dantas, Carlos Roderburg. Ao menos um desses encontros contou com a presença de Delúbio Soares. O QUE DANTAS PODE ESCLARECER: sobre que tipo de negócios conversaram.</p>	<p>ANO 2002/2005 GOVERNO FHC e Lula 16 Telefonía O QUE OCORREU: Dantas pagou pelo menos 1,1 milhão de dólares ao então professor Mangabeira Ungar, a pedido de tê-lo como consultor e representante legal nos Estados Unidos. O QUE DANTAS PODE ESCLARECER: que tipo de consultoria Mangabeira prestou e por que custou tão caro.</p>	<p>ANO 2005 GOVERNO Lula 17 CPI dos Corretos O QUE OCORREU: o senador Heclécio Fortes, velho aliado de Dantas, disse ao ex-ministro Luiz Goulart que a Kroll, empresa de espionagem contratada pelo banqueiro, era especializada em "rastrear contas bancárias no exterior". O QUE DANTAS PODE ESCLARECER: se foi uma ameaça velada ou uma informação vazada.</p>	<p>ANO 2006 GOVERNO Lula 18 Dossê da Kroll O QUE OCORREU: Dantas mandou seu espião Frank Holder fazer um dossê com contas no exterior que seriam em nome de Lula e de outros mandos-chuvas do governo e do petismo. VEJA revelou a existência do dossê e denunciou o uso que Dantas esperava fazer dele. O QUE DANTAS PODE ESCLARECER: como Holder chegou às supostas contas.</p>	<p>ANO 2006 GOVERNO Lula 19 Dossê da Kroll O QUE OCORREU: depois que a existência desse dossê foi revelada por VEJA, Dantas reuniu-se em Brasília com o ex-ministro da Justiça Marco Thomas Bastos. O QUE DANTAS PODE ESCLARECER: se a conversa girou em torno de autenticidade das contas.</p>	<p>ANO 2008 GOVERNO Lula 20 BrDi O QUE OCORREU: Dantas foi convencido a elevar seu litígio com o governo envolvendo o controle da Brasil Telecom. Essa decisão foi essencial para a criação da gigante da telefonia BrDi. O QUE DANTAS PODE ESCLARECER: os argumentos usados para convencê-lo a desistir da briga.</p>
---	--	--	--	--	---	---	---	---	--

Fonte: Acervo digital de VEJA

De acordo com o magazine sua carreira foi construída na “zona de sombra gigantesca pelo capitalismo de estado”. Mas o que seria exatamente *capitalismo de estado*? Bom, levando em conta todas as *pistas* deixadas no discurso seria a associação daninha entre empresários e governo. Mas, repare no adjetivo utilizado por VEJA após sombra: gigante (do *grego gígas*, pelo *latim gigante*, daí *gigante+esco*), relativo a gigante, muito grande²¹. Ou seja, esse protecionismo não só existe como é *gigantesco*, não é isolado, mas sintomático. Na sequência alega-se: “sem os favores de legisladores, figuras-chave do Executivo e gestores dos fundos de pensão empresários como Daniel Dantas não existiriam”. Logo, se o estado não fosse *macrófago*, se a *sombra do capitalismo de estado não fosse gigantesca* não só Dantas, mas muitos como ele não existiriam. Não é apenas o banqueiro baiano que é criticado, mas, outros como ele, e também os governantes.

“No processo de formação de sua riqueza pessoal e poder de seu grupo empresarial, o Opportunity, ele manipulou, corrompeu ou simplesmente se associou a dezenas

21 Acessado em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=gigante>> Acessado em: março de 2016

de altas autoridades de diversos governos, em especial FHC e Lula”. VEJA não exita em citar a gestão tucana, da qual seria alinhada, segundo muitos de seus críticos. Diga-se, foi o semanal, inclusive, a “responsável” pela queda de dois nomes do governo FHC (o ministro das Comunicações e o presidente do BNDES), como ela mesma destaca ao falar do primeiro escândalo envolvendo Dantas. Mesmo considerado que a revista está muito mais próxima do PSDB do que do PT ela não poupa os tucanos, frisa diversas vezes que o banqueiro buscou a sombra dos dois partidos. Ao final do parágrafo destaque-se o box na parte inferior da página sobre os vinte escândalos que contaram com a participação de Dantas.

(O box das 20 questões, que ocupam duas páginas, sobre as quais Dantas teria muito a dizer, debruça-se majoritariamente sobre escândalos que já são mencionados no percurso da reportagem, não cabendo, portanto, uma investida nas perguntas).

7.5. Naji Nahas

A publicação concentra-se em Nahas, apresentado como “financista que detém informações importantes para o Brasil”. Mas por que? A revista (mais ou menos) justifica-se, pois Nahas: “aparece em várias investigações brasileiras e internacionais, acusado de ser um dos elos entre interesses privados e autoridades do governo Lula”.

Mas quais seriam essas investigações? E o que seria exatamente uma acusação de *elo entre interesses privados e de governantes*? Nahas também é um personagem habituado a frequentar o noticiário político/policial. Boa parte dos leitores provavelmente têm o mínimo de conhecimento sobre o financista, e os que não têm, são persuadidos em concordar com a reportagem, sobre ele ter muito o que explicar. Não esclarece-se as investigações nacionais e internacionais das quais ele é alvo e também não especifica-se porque ele seria elo entre interesses privados e de governantes. VEJA, ao não detalhar exatamente tudo que aparece ao longo da narrativa, (também) talvez por falta de espaço, vai cedendo ao leitor a possibilidade de completude de sentido do que fica (mais ou menos) em aberto, estabelece-se assim uma relação de certa cumplicidade, do saber comum que é partilhado entre o falante e o seu interlocutor que não precisa detalhar tudo porque ambos partilham saberes e valores em comum. No trecho destacado acima, novamente, a associação entre empresários e políticos é reprovada, afinal, Nahas é *o elo entre interesses*.

Mas no inquérito da Satiagraha Nahas, segundo a revista, é descrito como “fanfarrão”, visto como “um *Deus ex machina*²² do capitalismo financeiro pelo delegado da PF”. A expressão em itálico é latina com origem grega e numa tradução literal significa *Deus surgido das máquinas*, que significa solução inesperada e *sui generis*, ou ainda pessoa notável por solução de questões complexas, ou pessoa superestimada.

O delegado, apesar de não ter sido mencionado, é o Protógenes Queiroz, criticado logo na abertura da reportagem por causa de seus erros que serão explorados na publicação seguinte como anunciado. A crítica ao inquérito é aprofundada ao lamentar “que o delegado preferiu se entreter com fantasias em torno do personagem”. Aqui *entreteter*²³ (do *latim inter*: entre, mais *ter*), ou seja, divertir-se, demorar-se com alguém adquire uma conotação claramente negativa, e como já aconteceu com outros termos, não poderia ser entendido deste modo fora do ambiente textual.

22 Disponível em: < <http://www.dictionary.com/browse/deus-ex-machina> > Acessado em: março de 2016

23 Disponível em: < <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=entreteter> > Acessado em: março de 2016

Relata-se que em 2006 “a Telecom Italia fez pelo menos um saque de 3,25 milhões de reais em nome de Nahas” e ainda informa-se que o mesmo foi “personagem central da crise que abalou a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em 1989”. Como aconteceu diversas vezes ao longo da narrativa um determinado assunto não é detalhado, no caso, a tal crise da Bolsa, talvez porque não se trata de algo essencial para o entendimento da reportagem. A revista ainda diz que a tal transação foi “feita em dinheiro vivo e que o financista justificou o recebimento do dinheiro para ajudar a Telecom Italia a resolver pendências com o Opportunity”. *Dinheiro vivo* reforça a desconfiança sobre o negócio, afinal, não é comum que pagamentos de valores tão altos sejam feitos dessa forma.

Ilustração 7: Foto na página 51 e 52 de edição 2069 de VEJA



Fonte: Acervo digital de VEJA

No centro da página, ocupando exatamente duas colunas de texto, uma foto de outro personagem ilustre, trata-se de Celso Pitta, “ex-prefeito de São Paulo: um bagrinho pego por acaso no arrastão da PF”. O registro de José Lins da Conceição/AE. Na imagem Pitta é

mostrado de blazer, óculos escuros e com um pano marrom, talvez uma camisa cobrindo os pulsos, certamente algemados. Por *bagrinho* entende-se que o ex-prefeito não era alguém que ocupava papel de destaque dentro do suposto grupo criminoso.

VEJA continua no financista e diz que “a Justiça italiana sabe que Nahas recebeu 25,4 de euros [...] ocorridos entre 2002 e 2003 [...] para pagamentos de propinas a políticos brasileiros situados em cargos-chave para obter apoio na disputa que a Telecom Italia travava com o Opportunity”. É bom lembrar o magazine já havia afirmado que o sucesso de Dantas é fruto da *bajulação e da corrupção de autoridades de plantão*. E mais uma vez essas autoridades são desqualificadas, pois, segundo o semanal a Justiça italiana sabe “que Nahas recebeu milhões de euros para corromper políticos”. Depois uma nova crítica é feita ao trabalho da Satiagraha, pois os responsáveis pela Operação “não se preocuparam em apurar essas transações para lá de suspeitas”.

Agora a revista usa um argumento do defensor de Dantas (diga-se, tachado o tempo inteiro como alguém com muito a explicar, no mínimo). Trata-se de Nélio Machado, que: “questionou o fato de dirigentes do PT nunca serem presos nas diligências da PF. Ele tem razão”.

A alegação do advogado é apoiada com: *ele tem razão*, e continua: “até o governo Lula era lugar-comum criticar a parcialidade com a qual autoridades perseguiram funcionários públicos corruptos e deixavam de lado seus corruptores” e finaliza, “dá-se agora o inverso. Os corruptores são presos sem que os corruptos apareçam. Cadê os corruptos?”.

Bom, certamente Nélio Machado e VEJA acompanharam o julgamento do Mensalão e agora acompanham a Lava Jato, e essa distinção entre corruptos e corruptores, mesmo que políticos no exercício do mandato só possam ser punidos via STF, não tem sido tão marcante. Com este encerramento reprova-se notadamente o governo Lula, mas não só, também é visível a reprovação estendida aos outros governos (o tucano, sobretudo), cujas *autoridades perseguiram corruptos e deixavam de lado seus corruptores*, ou seja, num determinado momento poupava-se corruptores, agora preserva-se os corruptos. Portanto, “Dantas contra a parede” não economiza nas críticas, e não enfatiza apenas a gestão Lula. Ninguém é poupado: Dantas é *o peixe mais graúdo a cair nas malhas da Satiagraha* e poderia *esclarecer 20 escândalos do governo FHC e Lula*; a Satiagraha é *a operação mambembe*, e o capitalismo brasileiro, dependente do *estado macrófago*; e os nossos políticos de *plantão*, vulneráveis a corrupção.

7.6. Conclusão

Todo e qualquer discurso é produto de seu tempo e espaço, de suas condições de produção, de seus contextos: o imediato e o amplo (Orlandi, 2009). No primeiro caso trata-se do próprio *ethos* jornalístico: o texto numa revista de notícia, sua diagramação, seu título, subtítulo, fotos, descrição destas, linguagem característica dos magazines de notícia no Brasil e etc. O contexto amplo é a semana de deflagração da Satiagraha, o seu impacto na imprensa e o interdiscurso sobre a corrupção.

“Dantas contra a parede” não poupa ninguém, seja o banqueiro, empresários como eles, as autoridades de plantão, o estado macrófago, ou governos Lula e FHC. VEJA debruça-se sobre um assunto em pauta naquele momento (julho de 2008) para construir um discurso contra corruptos e corruptores, deste governo ou do anterior, além de também criticar (mesmo que brevemente) a forma como o inquérito e as ações da Satiagraha.

O empresário ora preso, ora solto é o protagonista da narrativa, mas não só ele, o governo de um modo geral, os seus vícios, sua vulnerabilidade diante do dinheiro. A Satiagraha, operação que levou o banqueiro a prisão, é explorada lateralmente, assim como as decisões do ministro Gilmar Mendes, responsável pelos polêmicos habeas corpus. Fica claro, portanto, que o cerne da reportagem é mesmo a tal relação entre o banqueiro e o *estado macrófago*.

A reportagem é majoritariamente *documental*. É claro que houve pesquisa (para confeccionar a linha do tempo de escândalos, por exemplo), que é uma característica do jornalismo investigativo, no entanto, o trabalho da publicação consistiu, sobretudo, na checagem *dossiês*, o que atesta o seu caráter documental e de *gabinete*. Não existem *aspas*, ou seja, a defesa de Dantas (nem dos outros envolvidos) é ouvida, tampouco alguém da PF, o que reforça a tese de *jornalismo de gabinete*, desta vez, inclusive, um gabinete *sem telefone*.

“Dantas contra a parede” conjuga tanto o que está no nível do discurso (interdiscurso) como o que está no nível do texto (intertexto). O primeiro é afetado pelo esquecimento e retorna em contato com determinado discurso (a memória), já para o segundo, o esquecimento não é estruturante porque o texto está estruturado/escrito (Orlandi, 2009). Ao dissertar sobre Dantas, corrupção e *capitalismo brasileiro*, considera-se a memória sobre esses assuntos, mas ao citar os escândalos de seu personagem, ao descrevê-los, ao estruturá-lo num texto, ao dizer que revelou seu primeiro contratempo, o que está no nível do intertexto é utilizado, pois certamente VEJA recorreu as próprias publicações (e de outrem) para traçar uma linha do tempo de escândalos.

O interdiscurso determina o discurso de “Dantas contra a parede”, que não *significa* sozinha, pois também é resultado de tudo o que se sabe sobre corrupção, empresários muito próximos de governantes, *capitalismo de estado*, etc. A reportagem não é um exercício deslocado de transmissão de informação, porque depende de outras que lhe deem *coesão*. VEJA usa toda uma retórica que está aí, e que não é apenas sua, mas de *Época*, de *Istoé*, de *CartaCapital*, isso mesmo, *CartaCapital!* E também é da sociedade como um todo, trata-se de um consenso sobre a corrupção, e nesse aspecto seu discurso não cede muita margem para discussão, pois quem não concorda que a corrupção é um problema muito grave do nosso país? Quem não concorda que a relação muito próxima entre empresários e políticos pode ser daninha? Nesse ponto, até o mais desconfiado leitor da revista há de concordar.

A reportagem analisada é muito mais *parafrástica* e do que *polissêmica* (Orlandi, 2009). No primeiro caso o aspecto majoritário é de manutenção, endosso, aquilo que sabe-se preliminarmente e que é reforçado. Já no segundo caso a relação é com a novidade, com a criatividade, uma reportagem de revista que aborda um aspecto inusitado de um assunto ou que é escrita em formato de poesia, por exemplo. Então do ponto de vista da estrutura (por causa do lead, da hierarquia do texto, das fotos, do box) e do assunto (corrupção, Dantas, capitalismo de estado) a reportagem em questão é mais *parafrástica* do que *polissêmica*.

Quando VEJA fala, ela naturalmente antecipa o seu público, ou seja, coloca-se no lugar dele, antecipa o sentido que suas palavras produzem (Orlandi, 2009) e essa antecipação não é arbitrária, porque a revista sabe (mais ou menos) quem são os seus leitores, sobretudo, conhece o perfil de seus assinantes, mas também reconhece os seus críticos. Em “Dantas contra a parede” essa antecipação é, de certa forma, ecumênica, pois não é difícil prever que o leitor é contrário a corrupção, o prato principal da publicação. A Satiagraha, a tal *operação mambembe*, será abordada na reportagem seguinte, aqui a questão é Daniel Dantas, empresários como ele, e a relação destes com os governantes.

Uma estratégia discursiva observada é o uso da redundância. A proximidade entre governantes e endinheirados é atacada o tempo de inteiro. Mudam-se os termos, mas a ideia está lá, cristalina: basta atentar-se para as expressões: *natureza perversa do capitalismo brasileiro dependente do estado macrófago; efeitos desastrosos perduram até hoje; o governo entrava com o dinheiro e Dantas dava as cartas; e o sucesso do empresário é fruto da bajulação e da corrupção de autoridades de plantão*. Maldizer a forma como o *jogo* funciona no Brasil é também um recurso de *autoafirmação*, aspecto do *ethos*, pois ao construir uma narrativa negativa sobre a parceira governo-Dantas, VEJA mostra-se censora do que é errado (ou, pelo menos, suspeito), logo, eles não a *representam*.

Toda construção discursiva é uma espécie de *pavoneio*, em que o falante exhibe-se, revela-se, mostra-se. Ao saraivar críticas contra Dantas e governo, VEJA exhibe o seu próprio “eu”, através de um texto jornalístico deixando marcas de sua ideologia, meio pelo qual os discursos adquirem sentido. Para um texto (jornalístico nesse caso) e o discurso (sobre a para além dele) tomarem forma, o seu autor precisa ser interpelado ideologicamente (por si próprio, pelas circunstâncias, pela linha editorial da revista para qual trabalha), e claro, também precisa interpelar seu interlocutor, do contrário, sem essa interpelação não há produção de sentido.

Não existia “Dantas contra a parede” sem ideologia. São os sentidos que *ilustram* a existência, sem eles não seria possível discernir uma matéria de VEJA e uma outra de CartaCapital, por exemplo. E esse discernimento só existe porque a ideologia é onipresente e acionista de qualquer tomada de sentido.

8. ANÁLISE SEGUNDA REPORTAGEM

8.1. Guerrilha na PF

A segunda reportagem a ser analisada é “A guerrilha na PF”, iniciada na página 52 da edição 2069 do dia 16 de julho de 2008. Como anunciado em “Dantas contra a parede”, agora o foco são as supostas falhas da Satiagraha. *Guerrilha*²⁴ é um substantivo feminino derivado de *guerra* + *ilha* e sua definição mais genérica é facção política dispersa, desordenada, desorganizada.

Ilustração 8: Páginas 52 e 53 da edição 2069 de VEJA



Fonte: Acervo digital de VEJA

A escolha do verbete *guerrilha* está em sintonia com as críticas que serão feitas contra a Operação, a começar pelo olho da publicação logo acima da foto de Protógenes que destaca: “divisões internas minam a instituição e as investigações”.

24 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=guerrilha>> Acessado em: março de 2016

Com o substantivo feminino *divisão*²⁵ (*do latim divisione*, ou seja, fragmentação, ato de dividir, parte de um todo que foi dividida), a ideia de dispersão presente em *Guerrilha* é realçada. Três fotos (acima) ocupam as páginas 52 e 53. A primeira e maior de todas é do delegado-geral da PF Luiz Fernando Corrêa, sentado numa poltrona, em um lugar que se assemelha a uma biblioteca, ou um gabinete. Seu semblante não passa nada específico, é neutro, assim como as fotos do ex-delegado-geral Paulo Lacerda, e do delegado Protógenes Queiroz.

A abertura da reportagem é áspera com Protógenes, qualifica o seu inquérito como “confuso, eivado de convulsões ideológicas e pródigo em julgamentos sem nenhuma base na realidade”. Mas, por que, exatamente? Essa é uma pergunta que emerge desse início. A expectativa é que a avaliação negativa seja justificada. A expressão *convulsão*²⁶ (*do latim convulsione*, ato ou efeito de convulsar; agitação; cataclismo político, revolução) *ideológica*²⁷ (derivado de ideologia: tratado de ideias, modo de pensar de um indivíduo ou grupo) aponta para impertinência, pois um inquérito *eivado de convulsões ideológicas* não pode ser bom, para sê-lo, teria que ser puramente técnico, mesmo que isso não seja necessariamente dito, é essa a ideia. A pergunta feita acima começa a ser respondida.

Em seguida diz: “é um exemplo de como não deve ser conduzido um trabalho policial com ambição de ter impacto no resultado final do julgamento sobre seus alvos”.

VEJA com essa observação mostra-se preocupada com o resultado final, ou seja, a condenação ou a absolvição dos envolvidos. Um inquérito policial malfeito não é ruim por si só, pelo simples fato de não ter sido bem-feito, ele é danoso nas suas consequências, porque facilita o trabalho de defesa de seus alvos.

Eis que reforça-se mais uma vez a avaliação negativa, alega-se que o inquérito “tem relatos imprecisos, intermináveis transcrições literais de grampos telefônicos a partir dos quais são feitas suposições e emitidas opiniões”. É isso! A peça é *confusa e pródiga em julgamento sem nenhuma base* por esses motivos agora explanados: *relatos imprecisos e emissão de opinião*, mas não é só isso, sequer chegamos ao final da primeira coluna de texto. Certamente vem muita mais por aí.

Mas quantos leitores de “Guerrilha na PF” leram o inquérito em questão? Provavelmente a maioria teve acesso ao relatório através de outras matérias na imprensa. É

25 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=divis%E3>> Acessado em: março de 2016

26 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=convuls%E3>> Acessado em: março de 2016

27 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=ideologia>> Acessado em: março de 2016

preciso destacar também que boa parte da mídia *detratou* o tal inquérito, portanto, ao menos uma parte dos leitores de “Guerrilha na PF” possivelmente já haviam lido outras críticas sobre o trabalho do delegado. VEJA sabe que a maioria das pessoas não tem familiaridade com peças policiais e joga com essa *vulnerabilidade*.

A revista afirma que o relatório tem “um viés esquerdista”. Termo que deriva do adjetivo *esquerdo* + o sufixo *ista*, ou seja, que faz parte da *esquerda*²⁸: pessoas que apoiam-se em reivindicações populares, trabalhistas e socialistas. Nota-se que o termo escolhido é *esquerdista*, e não *de esquerda*, de modo que atribui-se ao Protógenes um *selo* de militante, que seria atenuado caso a expressão fosse: *um viés de esquerda*.

VEJA é conhecida pela sua linha editorial neoliberal, e aqui a crítica ao *viés esquerdista* pode ser interpretada pelos seus leitores mais desconfiados como um ataque a essa posição política, no entanto, pode-se estender essa observação a uma condição mais ampla. *Viés esquerdista* ou *direitista* numa peça policial, que deve pautar-se apenas em ponderações técnicas, não é pertinente. Mas outra questão que brota aqui é: o que seria um inquérito policial com *viés esquerdista*? E mais, e se o inquérito tivesse um *viés neoliberal*, a crítica seria mantida? Espera-se então que a revista explique em algum momento por que o inquérito é *esquerdista*.

Alega-se ainda que o relatório segue a linha “somos contra tudo que está aí”, mas *aí*, aonde? *Ser contra tudo que está aí* justifica o *viés esquerdista*? Em partes. Não podemos esquecer que *tudo que está aí* direciona para: a maneira como o *jogo* funciona no Brasil. Em “Dantas contra a parede” o magazine criticou justamente isso, a tal maneira como o *jogo* funciona, a relação promíscua entre empresários e governantes, a corrupção, os interesses pessoais em primeiro lugar, etc. O *somos contra tudo que está aí* poderia ser o epitáfio de “Dantas contra a parede”, porque lá, a reportagem não poupou ninguém. Mas por que o *somos contra tudo que está aí* do inquérito da PF não serve então? A resposta pode estar no *viés esquerdista*.

Entre a segunda e a terceira coluna de texto o seguinte olho: “o delegado-geral Luiz Fernando Corrêa: ações para melhorar a qualidade técnica da PF”. A arguição sobre o chefe da instituição é elogiosa. Espera-se que no corpo do texto isso seja justificado.

28 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=esquerda>> Acessado em: março de 2016

8.2. Imprensa e Suborno

A peça do delegado reserva um capítulo dedicado à imprensa, e que foi amplamente repercutido na data. Naturalmente a questão não passaria despercebida, e claro, não se pode negar que esse episódio justifica, ao menos, uma parte do caráter desfavorável da reportagem. Como ser simpática a alguém que a acusou?

“O delegado se contorceu para concluir que jornais e revistas, entre elas VEJA estariam ajudando Daniel Dantas a se safar ou a se fazer de vítima”.

Contorceu²⁹ (do *latim contorquere*: torcer-se, dobrar-se, contrair-se) aproxima-se semanticamente de *esforçar-se*, com isso a ideia sobre *evidências contrárias* é enfatizada, e mais, Protógenes não só se deixou levar por *convulsões ideológicas*, como *contrariou a lógica*. Mas quais seriam as evidências contrárias? “Dantas contra a parede” é uma delas, pois essa reportagem é claramente hostil ao banqueiro, descrito, inclusive, como corrupto. Além disso, a revista foi a responsável por publicizar o seu primeiro escândalo, no caso, o suposto lobby pró-Opportunity no leilão da Telebrasdurante governo FHC.

Alega-se ainda que o inquérito “seria apenas risível”, não fosse um documento “produzido por uma autoridade com poder de dar voz de prisão e influenciar togados”. Aqui a posição de Protógenes é decisiva para a repercussão negativa de seu relatório, pois ele é um delegado da PF, cujo trabalho pode levar alguém a condenação, e por isso tem que exercer o seu trabalho de modo técnico, sem *viés esquerdista*, como dito anteriormente, por exemplo.

VEJA acrescenta que “o amadorismo de Protógenes, facilitará, provavelmente, a impunidade dos acusados”, e continua: “Dantas e Nahas tem muito a explicar, mas nada do que realmente interessa ou possa levá-los a condenação está no inquérito”. Com isso, o semanal prega três posições que autoafirmam-na, ou seja, concorda que, ao menos, dois personagens do caso têm muito o que explicar; segundo, o delegado não conseguiu produzir uma peça com densidade técnica; e terceiro (e como consequência das duas primeiras observações), o seu trabalho deficitário poderá gerar impunidade. E essa possível absolvição é tacitamente reprovada com *nada do que realmente interessa [...] está no inquérito*, ou seja, existem coisas que interessam, sim, mas não estão lá e essa *ausência* não é boa.

Enfim tece-se um elogio a Operação, trata-se do flagrante de suborno que levou Dantas à cadeia pela segunda vez: “a prisão de Dantas, em especial a segunda, deveu-se ao flagrante armado de forma engenhosa pelos policiais, e não a má literatura do delegado

29 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=contorcer>> Acessado: março de 2016

protógenes que só vai beneficiar os acusados”.

O tal flagrante elogiado contou, sim, com a participação do delegado. Mas sua cooperação é ignorada, pelo menos até aqui.

No dia 10 de junho, Protógenes e Chicaroni começaram as conversas, primeiro ao telefone e depois numa pizzaria em Brasília. Chicaroni indagou se o delegado tinha informações sobre uma operação da PF e do MPF em andamento, noticiada pela imprensa no final de abril, mas ainda não deflagrada, contra executivos do banco Opportunity [...] Protógenes disse que sim, mas que o caso estava nas mãos do delegado federal Victor Hugo Rodrigues Alves Ferreira [...] Era uma desinformação — na verdade, Protógenes seguia coordenando a operação, embora com o auxílio de Victor Hugo. (VALENTE, 2014, p.14,15).

Portanto, o primeiro contato, aquele que possibilitou o flagrante de suborno, teve a participação de Protógenes, que, inclusive, confundiu os aliciadores, como fica *claríssimo* nos autos da decisão do juiz Fausto de Sanctis, da 6ª Vara Criminal de São Paulo, que resultou na segunda prisão do banqueiro.

No encontro do dia 10 de junho de 2008, HUGO SÉRGIO CHICARONI perguntou se Protógenes Queiroz conhecia o também acusado HUMBERTO JOSÉ DA ROCHA BRAZ, o qual era um dos diretores do Grupo OPPORTUNITY [...] indagando-o, na oportunidade, acerca da investigação noticiada pelo Jornal “Folha de São Paulo”. No entanto, Protógenes Queiroz afirmou que as informações contidas na matéria não eram verdadeiras, informando que a Autoridade responsável pela investigação era o Delegado da Polícia Federal Victor Hugo Rodrigues Alves Ferreira. Com isso, [...] a Autoridade Policial Federal, a fim de iniciar o procedimento de ação controlada, passou os números de contato telefônico do Delegado Victor Hugo. Com a finalidade de continuar a conversação iniciada no encontro realizado na pizzaria na cidade de BrasíliaDF, o réu HUGO SÉRGIO CHICARONI e [...] Protógenes Queiroz realizaram um segundo encontro, no restaurante Figueira Rubayat, na cidade de São Paulo (cf. Fls. 384), sendo que a autoridade objetivava colher maiores indícios para a ação controlada a ser iniciada, tendo em vista que havia evidências de que o acusado CHICARONI, representando os interesses de DANIEL DANTAS e do Grupo OPPORTUNITY, iria propor vantagens indevidas em troca da exclusão dos nomes de DANIEL DANTAS e de sua irmã VERÔNICA DANTAS. (6ª Vara Criminal de SP, 2008, p.8,9)

Logo, VEJA não se deu o trabalho de ler a decisão de Fausto De Sanctis, ou, omitiu propositalmente a informação para não incluir o delegado naquela que julga como a única manobra de brilho da Operação. E esse não dizer está no nível do texto e no nível do discurso. É aquilo que *grita* para além. Quando a revista diz que *a ação engenhosa dos policiais* nada teve a ver com a *má literatura do delegado Protógenes*, ela esconde (por

desconhecimento ou má vontade) uma informação preciosíssima porque a tal *ação engenhosa* contou, sim, com a participação do servidor. Não podemos esquecer do caráter negativo de “Guerrilha na PF”, logo, não seria muito conveniente incluir o delegado naquela que é apontada como a única manobra de brilho da Satiagraha.

Conta-se ainda que “o banqueiro foi feito de bobo ao tentar subornar, via intermediários, um delegado da PF”. No caso, Victor Hugo Ferreira, que, segundo a revista, “recebeu um telefonema de Humberto Braz, ex-presidente da Brasil Telecom e funcionário do Opportunity”.

O magazine diz que ambos se encontraram numa churrascaria após Victor Hugo ter avisado seus superiores sobre o contato. É importante frisar, mais uma vez, que primeiro Protógenes foi procurado, pois em abril a repórter Andréa Michael, da *Folha de S.Paulo* (como conta nos autos da decisão sobre a segunda prisão de Dantas), publicou uma matéria sobre uma suposta nova investida da PF contra o banqueiro.

Ao chegar ao local do encontro, um restaurante, Victor Hugo, segundo a reportagem, se “deparou com Hugo Chicaroni, que se apresentou como amigo de Braz”. Diante da confirmação da existência da Operação, Chicaroni “ofereceu 50 000 reais pela reunião e disse que entregaria mais 500 000 dólares se Dantes e sua família fossem excluídos do relatório final da PF”. Em seguida Victor Hugo fingiu aceitar a oferta, foi até a casa de Chicaroni e saiu de lá com 50 000 reais.

Entre a primeira e a segunda coluna de texto, a seguinte olho: “o ex-delegado-geral Paulo Lacerda e seu amigo Protógenes: teorias conspiratórias”.

Teorias conspiratórias são suposições tomadas como verdade pelos seus seguidores sobre determinados acontecimentos. São comumente ridicularizadas e encaradas com ceticismo. Luiz Fernando Corrêa foi, outrora, elogiado, na contramão de Protógenes e seu antigo superior, mas, por que exatamente? Por que o antigo superior do delegado é criticado? Espera-se uma explicação para isso.

“Guerrilha na PF” segue com a narração do suborno. O segundo encontro foi filmado e, de acordo com VEJA, dessa vez Braz estava presente, e “subiu a oferta para 1 milhão de dólares, em duas parcelas”, depois que documentos que comprovavam a existência da investigação foram entregues pelo delegado. O terceiro encontro aconteceu dois dias depois e “o preposto de Dantas deu ao delegado mais 800 000 reais”, de acordo com a revista, que também afirma que “eles não voltaram a se falar até que no dia 8, a polícia deflagrou a Operação Satiagraha e predeu Chicaroni”.

Relata-se que “após ser preso, Chicaroni confirmou a tentativa de suborno a

mando de Dantas e que o dinheiro foi repassado por funcionários do Opportunity”. Além disso, “a quantia de 1,28 milhão de reais foi encontrada em sua casa”, dinheiro que “provavelmente seria usado para completar a propina”. Nota-se que a quantidade de dinheiro mencionada atesta o poder do banqueiro, alvo da reportagem anterior. Em “Guerrilha na PF” ele não é o personagem principal, no entanto, como não poderia ser diferente, continua sendo mencionado.

De acordo com a PF, segundo o magazine, o dinheiro “reforça a hipótese de que Dantas tinha pleno conhecimento da propina”, pois as interceptações telefônicas “mostraram que Braz era braço-direito de Dantas na organização criminosa”. *Organização criminosa* realça o apelo negativo sobre a figura do banqueiro. Nota-se uma pausa nas críticas sobre a Operação para falar da parte que deu certo, o flagrante de suborno. Existe, portanto, uma diferença em relação a reportagem anterior, pois “Dantas contra a parede” foi só *desaprovação*.

Segundo VEJA, o depoimento de Chicaroni resultou na segunda prisão do banqueiro, que em ambas as oportunidades foi liberado por Gilmar Mendes, então presidente do Supremo. Agora um paralelo (que pode até ser lógico) é usado, pois de acordo com a revista: “assim como motoristas que subornam guardas de trânsito não sofrem na prisão, o banqueiro ficou livre para responder a esse processo fora das grades. Do ponto de vista da lei, é a mesma coisa. O flagrante espiona-se nele próprio, como geralmente ocorre nesses casos. Na noite de sexta-feira, dos 17 detidos pela Operação Satiagraha, apenas Chicaroni continua preso. As acusações de fraude, corrupção ativa e de mau uso de recursos financeiros que constam da investigação de Protógenes estão de tal forma alinhadas em citações vagas e conclusões estereotipadas que, muito provavelmente, em vez de pesar contra os acusados podem até ajudá-los a escapar. A obra investigativa do delegado Protógenes talvez tenha o mesmo destino das punições de seu homônimo famoso, que viveu na Grécia no século IV a.C., das quais nada sobrou para ser visto, sobrevivendo apenas pelos relatos de cronistas contemporâneos. Davando de lado os raios de fundo, como a falta de um sistema educacional eficiente, capaz de gerar uma quantidade suficiente de profissionais competentes

Ilustração 9: Páginas 54 e 55 da edição 2069 de VEJA

Gilmar Mendes, presidente do STF: "Os órgãos estatais agem no limite do julgamento"

Gilmar Mendes, presidente do STF: "Os órgãos estatais agem no limite do julgamento"

OS "ALVOS" DO DOUTOR PROTÓGENES
CITADOS NO INQUÉRITO

GRAMPEADOS PELA PF

DILMA ROUSSEFF
Ministra da Casa Civil

JOSÉ DIRCEU
Ex-ministro da Casa Civil

JOSÉ SERIBÁ
Governador de São Paulo

MANGABEIRA LINGER
Ministro de Assuntos Estratégicos

DELFIN NETTO
Artista-chefe de Getulio Vargas

GILBERTO BERNARDI
Ex-senador da PR

GILBERTO CARVALHO
Chefe de gabinete de Lula

HERCILITO FORTES
Senador do DEM

SIGURMANA LEZARD
Ex-deputado da PP

54 10 de julho, 2008 veja 55

Fonte: Acervo digital de VEJA

Afirma-se que motoristas subornam guardas, sim, e assim como eles, Dantas não ficou preso. Também fica evidente o tom de reprovação da observação, pois não é justo que corruptores contem com tamanha benevolência da Justiça. Isso também é dito, sem necessariamente ser dito, está subentendido.

Até aqui os habeas corpus de Gilmar Mendes não são explorados, mas por quê? Por que suas decisões, amplamente repercutida pela imprensa, não são analisadas com parcimônia? Espera-se que até o final da reportagem o assunto retorne.

Outra característica das reportagens de revistas de notícia no Brasil é o narrador *exibicionista*, ele não é invisível. Afirma-se que do *ponto de vista da lei é a mesma coisa* subornar um guarda de trânsito e subornar um delegado da PF para evitar uma investigação. A comparação foge do assunto principal da publicação, é quase uma digressão.

Quando VEJA fala dos guardas de trânsito ela provoca todas as nossas informações sobre o assunto. Tudo que vimos e ouvimos *sobre* é provocado. Mas não são apenas os guardas de trânsito os *notificados*, mas também seus aliciadores e a justiça benevolente. A citação dessa trinca no contexto em questão obedece a uma certa coerência, existe um grau de plausibilidade subsidiando-a. E mais, um traço do caráter do país é enfatizado, pois falar de guardas de trânsito corruptos não faria muito sentido no Canadá, por exemplo. Ou seja, no momento de construção de um discurso, toda uma rede interdiscursiva sobre um dado assunto é instigado: o guarda corrupto, o infrator corruptor, a justiça conivente, enfim. São várias redes interdiscursivas operando sobre esse ponto do texto cujo tema principal é outro.

A revista volta a disparar contra o inquérito do delegado, diz que as “acusações de fraude, corrupção e demais crimes financeiros estão de tal formas diluídas em citações vagas e conclusões estapafúrdicas, que muito, provavelmente, pode até ajudá-los a escapar”. Nota-se aqui dois adjetivos difamatórios, trata-se de *vago*³⁰ (*do latim vago*: errante, instável, desocupado) e *estapafúrdico*³¹ (extravante, irregular, esquisito), cujas definições, sob determinadas situações, tem significações aproximadas. Eis mais uma resposta sobre o porque da peça ser *confusa e pródiga em julgamento sem nenhuma base*. Por causa das *citações vagas e conclusões estapafúrdicas*.

Compara-se o trabalho do delegado ao do seu homônimo grego, que viveu no sec. IV a.C., e cujas pinturas desapareceram. A revista diz que o inquérito de Protógenes poderá

30 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=vago>> Acessado em: março de 2016

31 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=estapafurdo>> Acessado em: março de 2016

ter o mesmo destino. Aqui não há comparação em termos de importância, não interessa saber se a obra do pintor tinha grande valor, a questão é estritamente pejorativa. Não restou nada do artista grego, apenas relatos, assim como a já dita *má literatura* de Protógenes poderá não produzir resultados, a prisão dos acusados, por exemplo.

8.3. PF dividida

O início do parágrafo seguinte é iniciado com: “deixando de lado as questões de fundo, como a falta de um sistema educacional eficiente, capaz de gerar uma quantidade suficiente de profissionais competentes [...]”. A crítica sai do nível micro (o inquérito) para uma questão mais ampla (o sistema educacional), mas o *parêntese* para exatamente aí, porque essa (sistema educacional deficiente) é apenas uma questão de *fundo*. Na sequência a revista diz que “há uma razão que explica o fenômeno Protógenes: a balcanização da PF”. O efeito de *balcanização*³² (ato de balcanizar, fracionar em unidades conflitantes, subdividir, dispersar, fragmentar) é pejorativo. A origem do termo está ligada à fragmentação da península Balcânica, no sudeste da Europa. Entre 1817 e 1912 a região antes governada pelo Império Otomano - um estado turco que existiu entre 1299 e 1922 - subdividiu-se após a Primeira Guerra Mundial, por causa do enfraquecimento do Império Austro-Húngaro, e também depois ao fim da Guerra Fria, em função da divisão da Iugoslávia e o fim do União Soviética. Portanto, *balcanizar* tem um efeito próximo de outros verbetes usados, como *guerrilha* e *divisão*. Mas o que prova a balcanização da PF?

Segundo a publicação, a corporação “está dividida entre uma parte boa e uma banda ruim”. A julgar por tudo o que foi dito, é claro que Protógenes faz parte da segunda turma. VEJA continua, diz que a parte boa está sob o comando do delegado-geral Luiz Fernando Corrêa, que “além de estar empenhado em limpar a Polícia Federal dos quadros corruptos”, ou seja, a revista afirma sem meias palavras que existem, sim, corruptos na PF e o atual (na época) delegado-geral queria livrar a corporação destes. Mas por que tal afirmação é feita? O que exatamente subsidia essa informação tão incisiva? A reportagem não entra em detalhes e debruça-se sobre outra questão em seguida: Corrêa “quer melhorar a qualidade técnica dos policiais federais, para desse modo, produzir inquéritos e ações mais bem fundamentadas”. Ou seja, elogia-se o suposto empenho de Corrêa para melhorar a instituição para amplificar as supostas mazelas da PF, que inclusive, *tem corruptos em seus quadros*,

32 Disponível em: < <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=balcaniza%E7%E3> > Acessado em: março de 2016

como frisado anteriormente.

A banda ruim, segundo a revista, “age à revelia do delegado-geral e obedece a instintos de vingança pessoal e política”, que “enfraquece o trabalho policial e lhe tira a substância e o vigor necessários para prevalecer na Justiça”. Ou seja, essa dita *banda ruim* não é apenas ruim, como é insubordinada, e com isso o trabalho policial, segundo o magazine, tem dificuldades de resultar em condenações.

A *banda boa*, como já foi dito está sob a batuta de Corrêa, mas e a *banda ruim*? Essa está sob a direção de Paulo Lacerda, ex-delegado-geral da PF e na época, diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), suspeito de que os insubordinados: “cumpram missões a seu pedido”.

Segundo VEJA, Lacerda odeia Dantas porque em 2004 o banqueiro mandou a Kroll espioná-lo. Ou seja, nesse ponto a Satiagraha é colocada sob suspeita, basta juntar as informações do parágrafo. Insubordinados cumprem *missões à revelia de Corrêa e a pedido de Lacerda*, e este *odeia Dantas* por causa da espionagem de outrora. Está claro, insinua-se que a gênese da Operação teve motivação pessoal. Mas diante das provas levantadas contra o banqueiro (inclusive um meticuloso flagrante de suborno elogiado anteriormente) tal insinuação soa, pelo menos, um pouco contraditória.

Eis que surge um ponto crucial para o entendimento do fenômeno Satiagraha e para o seu epílogo *sui generis* (a nulidade das provas obtidas pelo STJ). “O delegado confiou a espíões da Abin parte do trabalho”, segundo a revista, que continua: “os resultados das diligências eram compartilhados apenas por Protógenes e pelo atual diretor da Abin, Paulo Lacerda”. Esse ponto da Operação não é explorado por acaso, pois a pertinência da participação da Agência gerou diversos debates no Judiciário e na imprensa. Posteriormente, inclusive, a defesa de Dantas explorou a atuação da Abin a favor do banqueiro e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 2011 anulou as provas do processo por causa da participação da Agência. O caráter insubordinado de Protógenes é enfatizado, pois este compartilhava informações apenas com seu antigo superior. E qual a explicação para isso? Para o delegado, segundo VEJA: “os seus do delegado atuavam no interesse da Dantas”. E Corrêa teria sido alçado ao cargo “para acabar com as investigações contra o banqueiro”. A revista, no entanto, assim como em “Dantas contra a parede”, pelo menos até aqui, não cita fontes, não abre parênteses, não se sabe quem ou o que subsidiou tais informações, além é claro do tal inquérito *mambembe*, que inclusive, continha um capítulo dedicado a imprensa no qual VEJA é atacada.

Alega-se que Protógenes suspeitava de todos e por isso “recorreu à Abin para

ajudá-lo e mandou recados a colegas seus da PF de que tinham provas e gravações que mostravam que eles estavam trabalhando em favor de Dantas”. Mas a fonte dessa informação não é citada. Seria um colega do delegado o responsável relato? Em seguida informa-se que ninguém sabe quais são as provas de que federais trabalhavam para Dantas e se elas (as provas) existem. Mas até aqui a revista também não apresentou nenhuma prova sobre suas alegações. O que seria exatamente a *balcanização* da PF? O que prova que a corporação está dividida entre *uma parte boa e uma banda ruim*? Quem seriam os *quadros corruptos* da instituição, que o atual (na época) delegado-geral estaria empenhado em banir da PF? De onde é retirada de que esses *quadros corruptos* existem? Por que a *banda ruim* da PF obedeceria a instintos de vingança do ex-delegado-geral Paulo Lacerda? O fato dele ter sido espionado pela Kroll a mando de Dantas não prova o seu instinto de vingança.

Questiona-se que o delegado não provou se alguns de seus colegas trabalhavam para o banqueiro, mas a reportagem, pelo menos até aqui, também não apresentou provas sobre suas afirmações, nem mesmo depoimentos, transcrições do inquérito ou algum documento judicial.

Alega-se que “Corrêa elogiou e defendeu o trabalho da polícia, mas assim como o ministro, Tarso Genro, eles só souberam da operação quando ela já estava em andamento”. O fato do superior de Protógenes só ter conhecido a Satiagraha depois de sua deflagração atesta o caráter insubordinado do delegado, e também (num exercício de aproximação) a afirmação de VEJA, de que ele desconfiava de seus colegas.

8.4. Abin e Espionagem Ilegal

Agora a revista relata que “uma das ações da Abin quase pôs o sigilo da Satiagraha abaixo”: “Dantas soube que estava sendo investigado no de 27 de maio do passado, quando Humberto Braz levava sua filha à escola no Rio de Janeiro. O motorista do carro percebeu que estava sendo seguido por um Astra preto, com placa de São Paulo”, e continua: “a delegacia anti-sequestro foi alertada e o veículo suspeito foi interceptado. Seus ocupantes então identificaram-se como agentes da Abin. Disseram que estavam em uma operação para prender contrabandistas russos”.

Esse suposto deslize não é explorado por acaso. Protógenes é descrito como um insubordinado que produziu um inquérito mambembe, que provavelmente livrará os acusados, e que obedecia ao seu antigo superior, este movido por seu desejo de vingança por ter sido investigado em 2004 pela Kroll. Logo, esse escorregão da Abin não endossa o traço negativo

da publicação. De acordo com o magazine, depois desse episódio Dantas tomou conhecimento da investigação. Mas a partir do que exatamente é possível afirmar que foi aí que o banqueiro concluiu que estava sendo investigado? E a matéria da Andréa Michael da Folha de S.Paulo? De acordo com o que foi amplamente divulgado à época é que a partir da matéria que Dantas revolveu partir para uma ofensiva para tirar seu nome e o de sua irmã da investigação. Está nos autos:

No encontro do dia 10 de junho de 2008, HUGO SÉRGIO CHICARONI perguntou se Protógenes Queiroz conhecia o também acusado HUMBERTO JOSÉ DA ROCHA BRAZ, o qual era um dos diretores do Grupo OPPORTUNITY [...] indagando-o, na oportunidade, acerca da investigação noticiada pelo Jornal “Folha de São Paulo”. No entanto, Protógenes Queiroz afirmou que as informações contidas na matéria não eram verdadeiras, informando que a Autoridade responsável pela investigação era o Delegado da Polícia Federal Victor Hugo Rodrigues Alves Ferreira. (6ª Vara Criminal de SP, 2008, p.8).

A omissão dessa informação indica que a revista não leu a decisão do juiz Fausto De Sanctis, ou jogou para a Abin a culpa por Dantas saber antecipadamente da Operação, para deste modo atingir seu diretor, Paulo Lacerda, o homem movido por *instintos de vingança*.

Pela primeira desde o início das análises a VEJA afirma ter procurado fontes para prestarem esclarecimentos, trata-se da Abin e do Gabinete de Segurança Institucional, que não quiseram comentar o assunto.

Ilustração 10: Páginas 54 e 55 da edição 2069 de VEJA



Fonte: Acervo digital de VEJA

Em seguida entra-se em um assunto extensivamente noticiado pela imprensa, trata-se de um suposto grampo ilegal promovido por Protógenes, que “perdido nas névoas de sua teoria conspiratória atirou para todo o lado”. A expressão *teoria conspiratória* novamente é utilizada, desta vez, para justificar supostas ilegalidades do delegado, que teria entre seus

alvos o (então) presidente do STF, Gilmar Mendes. Este “encaminhou uma representação ao Conselho Nacional de Justiça pedindo investigação sobre uma provável invasão de seu gabinete”. Nota-se o uso do verbete provável³³ (do *latim probabile*, que pode acontecer, verossímil), apesar de não apontar *certeza*, indica-a mais veementemente do que os verbetes *possível* ou *suposta*, a menos que o *provável* estivesse presente na representação de Mendes, e nada indica isso. A *provável invasão* teria resultado na “instalação de câmeras de vídeo no gabinete do ministro”. Mas em seguida relata-se que Protógenes “em conversas com auxiliares revelou que a polícia tinha imagens gravadas no gabinete do ministro”. Bem, parte-se do princípio de que a revista conversou com alguma fonte para obter a informação, ou explorou representação de Gilmar, mas isso não é explicado. Ainda no mesmo parágrafo, as imagens mostrariam uma “estranha proximidade de assessores do tribunal com os advogados de Dantas”, que resultaram na “insinuação: o presidente do STF teria concedido o habeas liberando o corpus mediante acerto prévio com os advogados”. Mas de quem seria a insinuação? De Protógenes, está claro. *Insinuação*³⁴ (do *latim insinuatione*: ato de insinuar, sugestão, acusação disfarçada).

Agora usa-se outro termo para referir-se ao caso: *suposta*. “Mendes tomou conhecimento da suposta invasão de seu gabinete por meio da vice-presidente do Tribunal Regional Federal de São Paulo, a desembargadora Suzana Camargo”. Mas por que trocou-se o termo *provável* de outrora por *suposta*? Talvez por uma questão de variação, de não repetir o mesmo termo duas vezes seguidas, no entanto, *provável* aponta com mais veemência para a possibilidade de certeza do que *suposta*³⁵ (admitido por hipótese).

33 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=prov%E1vel>> Acessado em: março de 2016

34 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=insinua%E7%E3>> Acessado em: março de 2016

35 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=suposto>> Acessado em: março de 2016

Ilustração 11: Página 56 da edição 2069 de VEJA



Dinheiro apreendido na casa de Hugo Chacaron, ligado a Dantas: tentativa de subornar delegado

ceiros debilita o estado de direito, sua soberania e sua capacidade de agir". Ele também acha que Freud não explica "Comparar a gigantesca organização criminosa comandada por D. Dantas com a de N. Nabas seria um 'paradigma inglês' ou aplicar a simetria das condutas criminosas estaria amaldiçoado de um modo freudiano primitivo e ridículo". Não tente entender. Não tem sentido.

No inquérito, há uma "análise" segundo a qual o banco Opportunity

tem pessoas infiltradas no Comando do Exército, onde estes indivíduos promoveriam os interesses do grupo, principalmente espionando ações militares estratégicas e secretas". Será que Dantas planejava montar uma base de míssis em sua cobertura na Vieira Souto? O delegado Protógenes mostra também que não baixará a guarda "contra tudo isso que está aí". Ao abordar uma suposta tentativa do deputado Delfim Netto", articulista da revista *Carta Capital*, de empurrar Naji Nabas na gestão do fundo soberano planejado pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, ele vociferou: "Ante as ameaças de corredores suspeitos das riquezas do nosso país, deixo aqui registrado que o 'simonense', que ora subcreve a presente peça, e por 'cautela' alerta aos incautos, seja de forma individual ou organizada criminosamente para tal finalidade, que estejam de prontidão comparado a um integrante da Brigada dos Tigres, fazendo um acompanhamento detalhado do futuro Fundo Soberano". Ouvido por VEJA, Delfim Netto disse: "Esses métodos de investigação não de ter limites dentro do estado de direito. Eles não só invadem a privacidade das pessoas que não têm qualquer relação com a investigação — o que, por si só, é gravíssimo — como também, neste caso específico, violentam a lógica. A investigação diz que eu planejo tirar vantagens escusas da criação do fundo soberano.

das câmeras de vídeo com o objetivo de espioná-lo. Em conversas com auxiliares, Protógenes revelou que a polícia tinha imagens gravadas no gabinete do ministro que mostrariam uma estranha proximidade de assessores do tribunal com os advogados de Daniel Dantas. A insinuação: o presidente do Supremo Tribunal Federal teria concedido o habeas corpus libertando o banqueiro mediante um acordo prévio com os advogados.

Mendes tomou conhecimento da suposta invasão por meio da vice-presidente do Tribunal Regional Federal de São Paulo, a desembargadora Suzana Camargo. A magistrada ordenou do juiz Fausto de Sanctis, o responsável pelo processo de Daniel Dantas, a informação de que a Polícia Federal havia gravado reuniões dentro do gabinete do ministro, inclusive revelando detalhes das conversas — numa delas, havia críticas à fragilidade dos argumentos jurídicos do juiz. Procurada por VEJA, a desembargadora classificou o episódio como um "mal-entendido", disse que a história "não foi bem assim" e pediu que o ministro fosse procurado para confirmar. O juiz De Sanctis divulgou nota informando que não autorizou o monitoramento contra Gilmar Mendes ou contra qualquer outra autoridade da Justiça superior. Portanto, se houve a gravação, como confidenciou o juiz à desembargadora, ela foi feita de maneira clandestina

pelos policiais ou pelos espões de Abin. O presidente do STF levou o caso ao ministro da Justiça e ao diretor da Polícia Federal. Os dois afirmaram desconhecer qualquer ação ilegal da PF — e não poderiam, é óbvio, dizer outra coisa. "Os delegs estatais, há algum tempo, estão atuando no limite do que poderíamos chamar de justicamento. Embora muito grave, isso não me surpreende mais", disse Gilmar Mendes. O tribunal fez uma varredura no gabinete do ministro e nada foi encontrado.

A atuação e o inquérito do delegado Protógenes, que abriga contrabandos de Lacerda contra seus desfeitos, só não podem ser classificados como típicos de um estado policial, porque os estados policiais costumam ser mais competentes. Em determinados momentos, ele parece um aluno de faculdade de sociologia tentando impressionar o mestre esgarçadista com frases de efeito. Para justificar a renovação da autorização dos grampos telefônicos, Protógenes recorre a uma frase do destrambelhado linguista americano Noam Chomsky: "A mídia é um veículo independente, comprometido com a verdade e imparcial, certo? Errado!". Ao ritmo de uma revolução por punição, cita, ainda, o saão Jean Ziegler, autor do livro *A Suíça Lava Mãos Brancas*: "Se prevalecer grandiosamente a deficiência dos dirigentes da sociedade capitalista contemporânea. A globalização de mercados finan-

56 16 de julho, 2008 veja

Fonte: Acervo digital de VEJA

Eis que surge ponto um tanto controverso da narrativa. Primeiro diz-se que “a magistrada ouviu do juiz Fausto De Sanctis, responsável pelo processo de Dantas, que a PF havia gravado reuniões dentro do gabinete do ministro”. VEJA então contactou a desembargadora que “classificou o episódio como um ‘mal entendido’ e disse que a ‘história não foi bem assim’”. Repare em *mal entendido* e *não foi bem assim*. São duas expressões que foram usadas pela juíza exatamente nesses termos? Ou seria o resumo de suas declarações? De todo modo são expressões que soam *tangenciantes*. Já De Sanctis “divulgou nota informando que não autorizou o monitoramento contra Mendes ou qualquer outra autoridade

de Justiça superior”, em seguida a revista diz, “se houve gravação, como o juiz confidenciou à desembargadora, ela foi feita de maneira clandestina”. *Clandestino*³⁶ (do latim *clandestinu*: feito às escondidas, ilegal). Bom, primeiro, o juiz negou o grampo; segundo, a desembargadora negou que disse a Mendes que ele foi espionado; terceiro, uma leitura desatenta da construção do parágrafo dá a entender que foi De Sanctis quem disse que *se houve gravação, ela foi clandestina*, mas não, o juiz não disse isso, trata-se de uma ilação do magazine, que reforça, mesmo tacitamente, a possibilidade de grampo, ilegal, diga-se.

“O caso foi levado ao ministro da Justiça e ao diretor da PF e os dois afirmaram desconhecer qualquer ação ilegal da PF – e não poderiam, é óbvio, dizer outra coisa”, relata a revista. Nota-se o uso do adjetivo *óbvio*³⁷ (do latim *óbvio*: claro, manifesto, patente), com isso realça-se a ideia de que autoridades dificilmente falam sobre erros internos, e mais, ao dizer *é óbvio, não poderiam dizer outra coisa*, a possibilidade de espionagem é sutilmente reforçada, ainda que todas as autoridades citadas neguem tal ação, *porque eles sempre negam... A expressão em itálico não está lá, mas é como se estivesse através de é óbvio*. Lembram da teoria da conspiração, expressão usada referir-se ao Protógenes Queiroz? Pois bem, VEJA relata que Gilmar Mendes encaminhou uma representação ao Conselho Nacional de Justiça pedindo *investigação sobre uma provável invasão de seu gabinete*. O que subsidiou essa ação? Uma conversa com a desembargadora Suzana Camargo, que, no entanto, ao ser procurado pelo veículo classificou o episódio como *um mal entendido* e disse que *a história não foi bem assim*. Protógenes *em conversas com auxiliares revelou que a polícia tinha imagens gravadas no gabinete do ministro*, mas o semanal não diz se foi algum desses auxiliares o responsável pela revelação ou se informação está na representação de Mendes. E mais, supostas imagens (que ninguém confirmou que existem) mostrariam uma *estranha proximidade de assessores do tribunal com os advogados de Dantas*. De Sanctis divulgou nota informando que *não autorizou o monitoramento contra Mendes ou qualquer outra autoridade de Justiça superior*. O caso foi levado ao ministro da Justiça e ao diretor da PF por Mendes e os dois afirmaram *desconhecer qualquer ação ilegal da PF*. Perceberam? VEJA se contradiz o tempo inteiro, acusa Protógenes de se deixar levar por teorias da conspiração, contudo, a revista deita e rola sobre suposições – que ela mesmo nega – para desqualificar o delegado. Ao finalizar o parágrafo mais uma incongruência: “o tribunal fez uma varredura no gabinete e nada foi encontrado”. A análise do discurso consiste em farejar contradições, pois

36 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=clandestino>> Acessado em: março de 2016

37 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=%F3bvio>> Acessado em: março de 2016

o analista, segundo Orlandi (2009) “tem que seguir pistas para compreender o sentido produzido”, e muitas vezes as pistas se contradizem.

8.5. Estado Policial

Na sequência o *narrador* da reportagem aparece através do deboche: “a atuação e o inquérito do delegado, que abriga contrabandos de Lacerda contra seus desafetos, só não típicos de estado policial, porque os estados policiais costumam ser mais competentes”.

Protógenes não só é censurado como também é descrito como alguém que se move conforme a vontade de seu ex-chefe. Não é a primeira vez que a revista menciona a sede de vingança de Lacerda, mas quantos inquéritos contra desafetos ele supostamente encomendou? Isso até agora não foi mencionado, talvez por que Dantas seja sua primeira *vítima*? Mas o que seria exatamente um estado policial? Seria uma organização estatal, que, valendo-se das instituições policiais e da distorção da jurisdição persegue seus opositores³⁸³⁹. Mas, uma vez que em “Dantas contra a parede” o banqueiro foi descrito como um corruptor, entre outras coisas, soa exagerado qualificar a ação da Federal como típica de um *estado policial*, pois o seu alvo é um corruptor nas palavras da própria revista. Fica claro assim a opção da publicação pela hipérbole, pelo superlativo, ou seja, com o objetivo de desqualificar seus personagens recorre-se, por exemplo, a expressão *estado policial*, ainda que isso soe tão exagerado. Além de reprovar a atuação de Protógenes e Lacerda eles são qualificados como pouco competentes.

O delegado é descrito na sequência como alguém que “parece um aluno da faculdade de sociologia tentando impressionar o seu mestre esquerdista”. Mas por que ele parece um aluno de sociologia? E por que o seu mestre tem que ser esquerdista? A reportagem claramente aproxima uma coisa da outra. E de conhecimento de todos que alunos de alguns cursos de ciências humanas (sociologia, filosofia, jornalismo, etc) são, comumente, de esquerda. A aproximação não acontece por acaso, ela *dança* com o interdiscurso (memória) em volta de alguns cursos. A comparação filia-se a tudo que sabemos sobre *alunos de sociologia* e seus *professores esquerdistas*, pois o interdiscurso “está na relação com outros saberes, e que é dependente de outros saberes” (Maingueneau, 2004). Tal afirmação, sobre alunos de sociologia, não precisa ser detalhada, pois existe independentemente e previamente.

38 Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Um-estado-policial/28670>> Acessado em: março de 2016

39 Disponível em: <<http://www.counterpunch.org/2010/02/10/the-u-s-is-now-a-police-state/>> Acessado em: março de 2016

A revista enfim transcreve um trecho do inquérito: “para justificar a renovação dos grampos telefônicos, Protógenes recorre a uma frase do destrambelhado linguísta americano Noam Chomsky: “a mídia é um veículo independente, comprometido coma verdade e imparcial, certo? Errado!””

Chomsky é um intelectual amplamente conhecido por suas opiniões de... *esquerda*, e certamente não tem muito crédito na redação de VEJA, que dificilmente utilizaria o mesmo adjetivo: *destrambelhado*⁴⁰ (que se destrambelhou, descomedido, adoidado), para referir-se a um economista neoliberal, por exemplo. Mas o que a frase citada tem a ver com a renovação dos grampos telefônicos? Uma coisa não se conecta a outra, mas não dá para saber se porque, de fato, a frase está assim, desconecta, no inquérito, ou por uma decisão da revista, para reforçar as supostas deficiências literárias de seu protagonista.

Alega-se que “ao ritmo de uma revolução por parágrafo o suíço Jean Ziegler, autor de *A Suíça Leva Mais Branco*”, também é citado. A palavra *revolução* também obedece a uma certa lógica semântica, é só reparar em *guerrilha, aluno de sociologia, professor esquerdista, [o esquerdista] Chomsky, o destrambelhado. Revolução* é usada de maneira claramente negativa, basta considerar todo o ambiente discursivo, e este verbete não poderia ser considerado algo estritamente negativo fora daqui. Algumas palavras, a partir de determinado ambiente discursivo, libertam-se de seus sentidos prévios para ganharem outros com base no contexto em questão. As palavras e seus sentidos são maleáveis.

Objetos de talhe estável, detendo o aparente privilégio de serem, até certo ponto largamente independentes dos enunciados que produzimos a seu respeito, vêm trocar seus trajetos com outros tipos de objetos, cujo modo de existência parece regido ela própria maneira com que falamos deles. (PÊCHEUX, 2006, 28).

A frase de Ziegler é: “se prevalecessem grandemente da deficiência da sociedade capitalista contemporânea. A globalização de mercados financeiros debilita o estado de direito, sua soberania e sua capacidade de agir”. Bom, a citação (que parece duas) não é contextualizada, e não se sabe em que situação ela foi usada no inquérito, no entanto, é possível percebê-la como avessa ao capitalismo, e essa hostilidade contraria a posição da política e econômica da revista.

Em seguida outro trecho do inquérito é atacado. Trata-se de uma parte em que o delegado afirma que “comparar a gigantesca organização criminosa por Dantas com a de Nahas seria um paradigma ingênuo” e continua, “ou aplicar a simetria das condutas criminosas estaríamos diante de um método freudiano primitivo e ridículo”. VEJA finaliza o

40 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=destrambelhado>> Acessado em: março de 2106

parágrafo com: “não tente entender. Não tem sentido”.

Eis mais uma característica do narrador *exibicionista*. Aqui é feito o uso de um verbo no imperativo para dirigir-se diretamente ao leitor, trata-se de (não) *tente*⁴¹ (flexão de tentar, do *latim tentare*: empreender, arriscar, aventurar). Pede-se para não tentarmos entender e tal instrução só robustece a percepção para o leitor de que, sim, o inquérito é deficiente. Trata-se também de um exercício de convencimento, pois pedir para não tentar entender diz muito mais do que, de fato, é dito. *Não tente entender* soa como, “eu já tentei e não consegui, por isso, não tente”, do contrário, se eu não tivesse tentado e falhado por que pediria para o meu leitor não tentar entender? Ou, “eu nem tentei entender, não vale a pena”.

De acordo com VEJA, no inquérito há uma análise segundo a qual o Opportunity “tem pessoas infiltradas no Comando do Exército”, e estes trabalhavam segundo interesses do grupo. E novamente debocha-se de Protógenes: “será que Dantas planejava montar uma base de mísseis em sua cobertura na Vieira Souto?”.

De fato, essa parte do documento policial, da forma como é ressaltada, soa *estapafúrdica*, para ficar em um termo usado anteriormente, e persuade o leitor a acreditar nas mazelas da peça policial. Não é verossímil que alguém monte uma base de mísseis numa cobertura, isso é sabido, daí o deboche, logo a afirmação de que o Opportunity tem pessoas no Exército ecoa inconcebível, e isso é propositalmente explorado.

Agora ressalta-se um outro ponto do relatório, no caso “uma suposta tentativa do deputado Delfim Neto, articulista da CartaCapital de emplacar Nahas na gestão do fundo soberano planejado pelo ministro da Fazenda Guido Mantega”. Vale destacar que Nahas, como abordado em “Dantas contra a parede”, é um personagem conhecido do mundo político-policial. Então, o que levaria Neto a tentar emplacá-lo na gestão do fundo soberano? E o que seria esse fundo? Essas questões não são explicadas.

VEJA então transcreve um trecho um tanto quanto messiânico de Protógenes sobre a gestão do tal fundo soberano: “Ante ameaças de corsários saqueadores das riquezas do nosso país, deixo aqui registrado que [...] estarei de prontidão comparado a um integrante da Brigada dos Tigres, fazendo um acompanhamento do futuro Fundo Soberano”. Na transcrição, é bom frisar, Protógenes exhibe-se egocêntrico e compara-se a um integrante da Brigada dos Tigres, filme francês de 2006 sobre uma força especial montada pelo ministério da Defesa do país para combater uma onda de crimes no final do século XIX.

41 Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/tentar%20_1053404.html>
Acessado em: março de 2016

Ilustração 12: Página 58 da edição 2069 de VEJA

Como, se fui contra o fundo soberano desde o começo? Isso aí é público. Isso não é trabalho da Polícia Federal. É produto de um insano dentro da PF. Deve ser um neonazista. Sabe Deus o que a cabeça do sujeito imagina".

Nas partes referentes a Naji Nahas, toda a matomania do especulador é levada a sério por Protógenes. Uma das sandices que mais ganharam repercussão na imprensa foi aquela em que se atribuiu ao especulador a posse de informações privilegiadas do Federal Reserve, o banco central americano: "Homem não identificado fala aparentemente de New York e antecipa para Naji a queda da taxa de juros, controlada pelo Fed americano, em até 0,5%... N. Nahas, segundo ele próprio revela que foi o presidente do Banco Mundial que lhe repassou esta informação. Tal fato ocorreu com vinte dias de antecedência, podendo então direcionar seus investimentos com certeza, no mercado financeiro globalizado tinha dúvidas". O Banco Mundial nada tem a ver com o Fed, ambos ficam em Washington e as mudanças da taxa de juros americana são antecipadas corretamente pelo mercado em 99% das vezes.

No inquérito, há a transcrição de uma conversa entre "possivelmente" Gilberto Carvalho, chefe-de-gabinete do presidente Lula, e Humberto Braz, homem de Dantas. O diálogo gira em torno de uma "conta-corrente", na qual aparentemente seria depositada uma quantia em duas vezes, em troca de um trabalho de "consultoria". Carvalho, na conversa, é chamado de "Giba". Procurado por VEJA, o chefe-de-gabinete da Presidência, por meio da assessoria de imprensa do Palácio do Planalto, afirmou que jamais conversou por telefone com Humberto Braz, a quem não conhece. Disse ainda que ninguém o chama de Giba. "Meu apelido é Gil." E concluiu: "Isso tudo é uma malucaçã". É mesmo. Só que, por causa dela, Dantas e companhia talvez não paguem por seus crimes — os de verdade.

A "MÍDIA" TAMBÉM É INIMIGA

Os espasmos ideológicos do inquérito da Polícia Federal são particularmente violentos nas partes dedicadas à "mídia" — expressão preferida pelos inimigos da liberdade de expressão quando se referem à imprensa. O delegado Protógenes chegou a pedir a prisão da repórter Andréa Michael, do jornal *Folha de S.Paulo*, porque ela noticiara, em abril, a existência de uma operação em curso para prender Daniel Dantas. De acordo com o delegado, que a ela se refere como "travestida de correspondente na cidade de Brasília", isso teria dificultado a ação policial. Problema seu, doutor Protógenes, se a PF foi incompetente para manter o segredo da operação, é punir o mensageiro porque ele fez o seu trabalho. No inquérito, há menções a conversas que Dantas e Nahas teriam mantido com outros jornalistas da *Folha*, do jornal *Valor Econômico*, das revistas *Época* e *Isis & Dinheiro*. As referências a VEJA são sórdidas e especialmente desprovidas de evidências mínimas — porque, de fato, elas não existem. Em várias passagens, o delegado Protógenes tenta estabelecer uma ligação entre a revista e Daniel Dantas. Não apresenta uma única prova e, pior, distorce as provas em contrário. O inquérito contém uma gravação em que um dirigente da empresa de Daniel Dantas ameaça entrar com ação judicial contra uma reportagem de VEJA intitulada "A guerra nos porões". A "análise" do delegado procura deliberadamente e sem sucesso falsificar o sentido da informação. O devotário de Protógenes em relação à imprensa é tamanho que o juiz Fausto de Sanctis o ignorou em seu relatório.

Justiça rejeita pedido de prisão de repórter; Folha vê intimidação

STF diz que pedido de prisão de jornalista é 'abuso' da PF

Reação da Folha de S. Paulo: a PF culpa a imprensa por sua própria incompetência

Entidades protestam; advogado do jornal diz que a Polícia Federal 'inverte valores'

Fonte: Acervo digital de VEJA

Ouvido pela reportagem Delfim Neto defendeu-se e, como não poderia ser diferente criticou a investigação: “esses métodos têm de ter limites dentro do estado de direito. Eles não só invadem a privacidade das pessoas [...] como violentam a lógica. A investigação diz que eu planejo tirar vantagens escusas do fundo soberano”. Repare em *violentar a lógica*, expressão que tem um efeito semântico muito próximo do tratamento dado pelo magazine ao inquérito, e também: *ter limites dentro do estado de direito*, outra expressão que está em sintonia com as críticas do magazine ao Protógenes. Delfim Neto diz exatamente aquilo que muito provavelmente a VEJA desejava ouvir, pois é exatamente tudo que ela já disse. E Delfim continua: “como, se fui contra o fundo soberano desde o começo? [...] Isso não é trabalho da PF, é trabalho de um insano dentro da PF. Deve ser um neonazista”. Nesse ponto, o desabafo, um tanto quanto natural de alguém que acha que foi colocado sob suspeita

injustamente, destoa um pouco da narrativa de VEJA, pois Delfim poupa a PF e acusa apenas Protógenes pela peça policial. Mas o ex-ministro da Fazenda vai além e o qualifica como um *neonazista*⁴² (relativo a retomada do nazismo propagado por Hitler, ideologia baseada na perseguição de negros, judeus e mulheres). Bem, pode-se deslocar o termo *neonazista* aqui de seu sentido habitual, pois, a partir do ambiente discursivo em questão, o verbete ressoa mais como arbitrário. Não se pode esquecer que é muito comum que alguém diante de uma situação considerada arbitrária defenda-se contra a arbitrariedade definindo-a como fruto da ação de um (*neo*)*nazista*, ainda que isso seja um absoluto exagero.

8.6. Nahas e a Imprensa

Sobre Nahas afirma-se que ele aparece no inquérito como alguém cuja “mitomania é levada a sério por Protógenes”. Mas por que o especulador é descrito com tal? A revista diz que “o delegado atribui a Nahas a posse de informações privilegiadas do Federal Reserve, o Banco Central americano” e continua “um homem não identificado [...] antecipa a Nahas a queda da taxa de juros do Fed em até 0,5%”. A revelação de que o presidente do Banco Mundial teria sido feita pelo próprio especulador com vinte dias de antecedência o possibilitaria direcionar seus investimentos “com certeza”. Mas, de acordo com o semanal: “o Banco Mundial nada tem a ver como Fed, ambos ficam em Washington e as mudanças da taxa de juros americana são antecipadas corretamente em 99%\$ das vezes”.

Ou seja, novamente debocha-se do inquérito em que o *exibicionismo* do especulador é levado a sério por uma autoridade incapaz de percebê-lo.

42 Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/046/46andrioli.htm>> Acessado em: março de 2016

Ilustração 13: Página 58 da edição 2069 de VEJA

A “MÍDIA” TAMBÉM É INIMIGA

Os espasmos ideológicos do inquérito da Polícia Federal são particularmente violentos nas partes dedicadas à “mídia” — expressão preferida pelos inimigos da liberdade de expressão quando se referem à imprensa. O delegado Protógenes chegou a pedir a prisão da repórter Andréa Michael, do jornal *Folha de S.Paulo*, porque ela noticiara, em abril, a existência de uma operação em curso para prender Daniel Dantas. De acordo com o delegado, que a ela se refere como “travestida de correspondente na cidade de Brasília”, isso teria dificultado a ação policial. Problema seu, doutor Protógenes, se a PF foi incompetente para manter o segredo da operação. O que não pode, numa democracia, é punir o mensageiro porque ele fez o seu trabalho. No inquérito, há menções a conversas que Dantas e Nahas teriam mantido com outros

jornalistas da *Folha*, do jornal *Valor Econômico*, das revistas *Época* e *IstoÉ Dinheiro*. As referências a VEJA são sórdidas e especialmente desprovidas de evidências mínimas — porque, de fato, elas não existem. Em várias passagens, o delegado Protógenes tenta estabelecer uma ligação entre a revista e Daniel Dantas. Não apresenta uma única prova e, pior, distorce as provas em contrário. O inquérito contém uma gravação em que um dirigente da empresa de Daniel Dantas ameaça entrar com ação judicial contra uma reportagem de VEJA intitulada “A guerra nos porões”. A “análise” do delegado procura deliberadamente e sem sucesso falsificar o sentido da informação. O desvario de Protógenes em relação à imprensa é tamanho que o juiz Fausto de Sanctis o ignorou em seu relatório.

Fonte: Acervo digital VEJA

O delegado reservou um capítulo do inquérito para tratar de supostas relações escusas entre Dantas e a imprensa. VEJA assegura que “seus espasmos ideológicos são violentos”. Frisa-se que Protógenes pediu a prisão de Andréa Michael, da *Folha de S.Paulo*, porque ela noticiou em abril a existência de operação contra Dantas. Vale lembrar que, anteriormente, a revista afirmou que o banqueiro tomou conhecimento da Satiagraha porque Humberto Braz, no mês de maio, percebeu que estava sendo seguido e acionou a delegacia antisequestro, que interceptou o carro e seus ocupantes identificaram-se como agentes da Abin numa missão contra contrabandistas russos. Bem, e quanto à matéria da Andréa Michael? Não é mais provável que Dantas tenha sabido da Operação em *abril* com a

publicação da Folha, e não em *maio* como relatado anteriormente? Cabe destacar que a Abin estava sob o comando de Paulo Lacerda, descrito na reportagem como alguém que promoveu a investida contra o banqueiro motivado por seu instinto de vingança. Ou seja, afirmar que Dantas tomou conhecimento da investigação por causa de uma ação *destrambelhada* da Abin é uma forma de atacar Lacerda.

O delegado pediu a prisão da repórter, mas seu pedido foi indeferido. Em seguida a reportagem diz: “problema seu, doutor [...] se a PF foi incompetente para manter o segredo da operação”. VEJA dirige-se *diretamente* ao delegado, em mais uma amostra de que a reportagem é altamente personalizada, quase um editorial, ou seja, o *narrador* não preocupa-se em manter-se neutro, está o tempo inteiro emitindo opinião. Nesse trecho, mais uma vez a dita incompetência de Protógenes é enfatizada. Agora ele é descrito como alguém que não conseguiu manter sob sigilo uma operação e tentou arbitrariamente prender uma jornalista, como fica claro no seguinte trecho: “O que não pode numa democracia é punir o mensageiro porque ele fez o seu trabalho”. Ou seja, a repórter é *absolvida* pela revista, afinal, ela estava apenas cumprindo seu trabalho.

A publicação define “as referências a VEJA como sórdidas e [...] desprovidas de evidências – por que, de fato, elas não existem”. *Sórdidas*⁴³ (asqueroso, baixo, torpe) e *desprovidas*⁴⁴ (que não tem, carente, sem recursos) reforçam as *megaenfatizadas* deficiências do documento policial e do delegado, que, segundo o magazine, “tenta estabelecer uma ligação entre a revista e Dantas, mas não apresenta provas”.

43 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=s%F3rdido>> Acessado em: março de 2016

44 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=desprovido>> Acessado em: março de 2016

8.7. Conclusão

Guerrilha na PF tem como foco, como o próprio título já sugere, uma suposta dispersão da corporação, no entanto, contrariando essa ideia inicial, VEJA não enfatiza tanto essa questão. Seus alvos são dois personagens em especial, Paulo Lacerda, ex-delegado-geral, e Protógenes Queiroz. Nota-se aqui uma clara dissonância entre título e corpo do texto. O único momento em que essa suposta *guerrilha* aparece é quando a revista diz que PF está dividida entre *uma parte boa e uma banda ruim*. E também quando é dito que Luiz Fernando Corrêa quer limpar a PF de seus *quadros corruptos*. Contudo, essas duas informações não são exatamente justificadas. Não existem provas quanto a isso. O único ponto do discurso que pode explicar essas insinuações é o fato de que Protógenes escondeu, de acordo com a publicação, a Operação de seu atual chefe, mas isso não prova a divisão entre *uma parte boa e uma banda ruim*.

Como já dito o foco de “Guerrilha na PF” é Paulo Lacerda, e sobretudo, Protógenes Queiroz. O trabalho destes é asperamente comentado. O fato de nenhum ponto positivo da peça policial ter sido realçada enfatiza o quão dura a reportagem é com o seu protagonista, no caso, Protógenes. Vale lembrar que a única parte da Satiagraha elogiada é o flagrante de suborno, entretanto a participação decisiva de Protógenes na ação é ignorada. E isso é intrigante, será mesmo que VEJA não leu os autos da decisão sobre a segunda prisão de Dantas? Decisão essa que foi amplamente divulgada na imprensa.

Protógenes é tratado com rigor, mas Dantas, quando mencionado, também não é poupado, e é descrito como alguém que tem muito a explicar. Logo existem muitas semelhanças entre “Guerrilha na PF” e “Dantas contra a parede”. Primeiro a rispidez com que os protagonistas das duas narrativas são retratados. Outro ponto comum é *o efeito dossiê* das duas publicações. Em ambos os casos documentos são explorados. Não existe um grande trabalho de apuração (investigação, viagem, infiltração, flagrante), porém, em “Guerrilha na PF”, a partir da segunda metade, *parênteses* são abertos, pessoas são ouvidas, trechos do inquérito são transcritos, coisa que não aconteceu na primeira reportagem analisada.

“Guerrilha na PF” não existiria sem o tal inquérito *defeituoso*. Mas é bem provável que um inquérito seja algo que não interesse a maioria das pessoas, exceto advogados e jornalistas. Mesmo assinantes de revistas de notícias, com bom nível de instrução, provavelmente não têm o hábito de lerem peças policiais, e eis aqui mais uma diferença entre a primeira e a segunda publicação. A primeira, apesar de documental, enfatiza a trajetória do banqueiro; a segunda, um documento, que não é familiar a maioria das pessoas.

A revista, contudo, abre mão de refletir sobre questões importantes para o fenômeno Satiagraha, como os habeas corpus de Gilmar Mendes. Suas decisões foram amplamente criticadas, mas esse episódio passa despercebido. Lendo “Guerrilha na PF” parece que os HCs não fizeram *barulho*, mas não foi bem assim. No entanto, o ministro não fica às margens da reportagem. Ele é importante, afinal, teria sido ele vítima de espionagem ilegal. Esse fato não ficou provado, e isso é dito na reportagem, que, contraditoriamente insiste em trabalhar com tal hipótese ao tempo em que a nega. Não se pode esquecer também que VEJA não foi o único veículo a *antipatizar* com o delegado, afinal ele incluiu uma parte da imprensa no seu inquérito, além de ter solicitado a prisão de uma repórter da *Folha de S.Paulo* por ter escrito uma matéria sobre a Satiagraha antes de sua deflagração. Com essas atitudes Protógenes ingenuamente colocou a parte da imprensa contra si. Não fossem esses episódios a reportagem provavelmente não existiria. Pelo menos não com tanta aridez. É difícil supor que uma publicação tão negativa é fruto (apenas) de um inquérito mambembe contra Dantas, tido pela própria revista em “Dantas contra a parede” como um corruptor, alguém que tem muito a explicar, entre outras coisas. Existe em “Guerrilha na PF” um certo aspecto *retaliativo* que é muito difícil de ignorar. Protógenes, mais do que um escrevinhador é alguém que colocou a idoneidade do magazine em cheque. Isso não seria perdoado.

Assim como em “Dantas contra a parede”, o *narrador* aparece através do uso de adjetivos, figura de linguagem: a ironia, e um verbo no imperativo direcionado ao leitor: *tente*, em “não tente entender”. Além de uma queixa expressamente direcionada ao delegado na parte final “problema seu, doutor [...] se a PF foi incompetente para manter o segredo da operação”.

Outro ponto importante da reportagem é insinuar que Lacerda odeia Dantas porque em 2004 o banqueiro mandou a Kroll espioná-lo. Com isso toda a Satiagraha é colocada sob suspeita, pois Protógenes é descrito como um insubordinado que obedece a instintos de vingança de seu antigo chefe, por sua vez, alguém que usa máquina policial para a promoção de vinganças. E mais, de acordo com VEJA foi através de uma ação destrambelhada da Abin que Dantas tomou conhecimento da Satiagraha, o que é absolutamente falso, pois um mês antes da ação (no mês de abril), Andréa Michael, repórter da *Folha de S.Paulo*, publicou uma matéria sobre a Operação, ainda não deflagrada. Tal informação, inclusive, consta nos autos da decisão sobre a segunda prisão do banqueiro. Afirmar, ainda que erroneamente, que Dantas soube da Satiagraha por causa de uma *patacoada* da Abin soa como uma forma de atingir Lacerda, seu diretor.

Todo discurso funda-se em outros. Todo discurso obedece a um certo grau de

previsibilidade a partir de outros. Quando critica-se o trabalho de Protógenes, e mais genericamente o trabalho da PF, o semanal não faz isso sozinho. O discurso aqui analisado inscreve-se em outros. Com a deflagração da Satiagraha o delegado adquiriu fama e o fato de ter pedido a prisão de uma repórter e ter lançado suspeita sobre a idoneidade de veículos de comunicação o colocou, nitidamente, contra parte da imprensa. Seus erros então foram ampliados. Cada frase excêntrica de seu relatório tornaram-se, para seus críticos, provas indubitáveis de despreparo e messianismo. É impossível ler “Guerrilha na PF” fora do ambiente (interdiscurso) em que a reportagem foi forjada. Um ambiente hostil ao delegado.

Um das leis do discurso de Maingueneau (2004) é o princípio da cooperação em que os participantes da troca comunicacional que precisam respeitar certas regras para serem reconhecidos. Produtor e destinatário são VEJA e seus leitores, respectivamente. A revista cumpre a sua parte, e oferece ao seu leitor o esperado, a saber, uma reportagem que obedece a uma certa lógica jornalística cujo assunto encaixa-se no princípio da atualidade. A publicação analisada tem texto, boxes, fotografias legendadas e uma linguagem jornalística típica dos magazines de notícia no Brasil, com uso de adjetivos, ilações, conclusões, emissão de opinião, etc. Aprove-se ou não a reportagem em questão ela obedece às *regras do jogo*, e pode-se partir do princípio de que seu leitor fez o mesmo, pois a recebeu não como um contrato de aluguel, ou um romance da Jane Austen, ou uma bula de remédio, mas sim como uma reportagem de uma revista de notícia, como VEJA é. Portanto, todo discurso enquadra-se em padrões de emissão e recepção previamente estabelecidos, sem os quais seria impossível estabelecer a comunicação.

9. ANÁLISE TERCEIRA REPORGEM

9.1. Mande ele sair porque ele quis...

“Mande ele sair porque ele quis...” está na edição número 2070 do dia 23 de julho de 2008. A reportagem é iniciada na página 50 da editoria de Brasil e traz duas fotos grandes. A primeira é um registro do então presidente Luís Inácio Lula da Silva gesticulando e aparentemente exaltado com a seguinte descrição: “LULA, que se irritou com o delegado Protógenes: manobras para evitar a suspeita de uma operação abafa”.

Ilustração 14: Páginas 50 e 51 da edição 2070 de VEJA



Fonte: Acervo digital de VEJA

O verbete *irritou*⁴⁵ (do latim *irritare*: encolerizar-se, exasperar-se) reforça a aparente exaltação do presidente na foto. Em seguida *manobras*⁴⁶ (do francês *manoeuvrer*:

45 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=irritar>> Acessado em: março de 2016

46 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=manobrar>> Acessado em: março de 2016

colocar em movimento, realizar operações, agir, atuar) relata algum tipo de ação executada para esquivar-se das suspeições sobre algum tipo de interferência evidenciada pela expressão *operação abafa*⁴⁷ (abafar: cobrir, asfixiar, sufocar).

Logo abaixo, a foto do delegado Protógenes Queiroz, aparentemente numa entrevista. A descrição informa o seu afastamento da Satiagraha, além de, também, criticá-lo através de: “imprecisões e arbitrariedade na investigação policial”. Imprecisões⁴⁸ (*im + precisão*: que não é preciso, que não é exato) e arbitrariedades⁴⁹ (do *latim arbitrariu*: resultado de ação pessoal sem fundamentos, que não é adequado, que foi despótico) são palavras cujos significados dialogam com aspectos semânticos presentes em “Guerrilha na PF”, onde o inquérito de Protógenes sobre a Satiagraha foi muito questionado. Percebe-se então, que mesmo tratando-se de outra publicação, o tom crítico sobre o delegado, quando este for objeto da reportagem, será mantido. As apresentações das duas fotos evidenciam reprovações. Lula e Protógenes não serão tratados com simpatia.

Quanto ao título: “Mandei”⁵⁰ (do *latim mandare*: exigir, exercer a própria autoridade) assinala uma ordem que contradiz a sequência: “porque ele quis...”. Bem, mas se foi o delegado quem quis, por que o presidente precisou mandá-lo? Se alguém pede para sair é preciso *autorizar* sua saída e não *mandar*. Uma construção coerente do título seria: *ele saiu porque quis*, ou mesmo: *autorizei a saída porque ele pediu*. Mas o presidente da República não é o superior direto do delegado, logo, não tem como pedir ou impedir – diretamente – sua saída, a menos que faça isso de modo informal, ou ilegal, e é essa hipótese que será explorada: a de intromissão clandestina. Isso fica evidente através de: “manobras para evitar a suspeita de uma operação abafa” na descrição da foto. É isso que interessa à VEJA, uma suposta intromissão. A foto de Lula está logo acima do título e o verbo “mandar” está conjugado na primeira pessoa do pretérito perfeito no indicativo, o que indica que trata-se de uma declaração do presidente ou uma composição propositalmente ambígua de autoria revista para expressar a possibilidade, amplamente divulgada à época, de que houve ingerência no andamento da Satiagraha. O uso de reticências comumente indicam continuidade, mas também pode transmitir ironia, ou mesmo ceder a possibilidade de preenchimento de sentido para

47 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=abafar>> Acessado em: março de 2016

48 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=imprecis%E3>> Acessado em: março de 2016

49 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=arbitr%E1rio>> Acessado em: março de 2016

50 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=mandar>> Acessado em: março de 2016

o leitor.

A reportagem é aberta com a afirmação de que a semana passada teve “gosto amargo para Protógenes e Lula”. Amargo⁵¹ (do *latim amaricu*, de *amaru*: sabor desagradável, ou de caráter insultante, ofensivo) para o primeiro por causa de seu afastamento que aconteceu: “de maneira embaraçosa”.

Embaraçoso⁵² (que foi embaraçado, que é estorvante) tem o efeito semântico de mal explicado, que não convenceu. E gosto amargo para o segundo porque “se viu obrigado a falar o que não queria sobre o caso”. *Obrigado* e *não queria* se reforçam mutuamente, se completam. Quem é *obrigado*, geralmente tem que fazer o que não quer, pois, se é de seu desejo fazer, não precisa ser obrigado por alguém ou pelas circunstâncias a fazer. Evidente, nem toda *obrigação* atesta um *não querer*, mas esse não é o caso, levando em consideração o ambiente discursivo. Diferente de “Dantas contra a parede” e “Guerrilha na PF” a reportagem é assinada. Seu autor é o jornalista Carlos Graieb. Mas quem fala? Graieb ou VEJA? Ambos. Certamente o repórter teve liberdade intelectual para a escritura da reportagem, mas ele sabia que um texto muito simpático a Lula, por exemplo, estaria em desacordo com a linha editorial da revista, o que não significa que tal preocupação pautou cada vírgula de seu texto, pois é tudo muito sutil. Portanto, ambos são sujeitos e autores de “mandei ele sair porque ele quis”.

[...] há, na gênese de todo discurso, o projeto totalizante de um sujeito, projeto que converte este em autor. Este projeto é o de “a coerência e a completude de uma representação” (Vingnaux, 1979). O sujeito se constitui como autor ao construir o texto. O autor é o lugar em que se constrói a unidade do sujeito. É onde se realiza o seu projeto totalizante. (ORLANDI, 2009, p.56)

A maneira como os sujeitos convertessem em autores a partir da estruturação de um discurso também depende das condições de produção, que compreendem fundamentalmente os sujeitos, a situação e a memória na produção do discurso, de acordo com Orlandi (2009). A memória, nada mais é do que o interdiscurso, aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente (Orlandi, 2009).

Uma das condições de produção do discurso de VEJA foi o momento do país, precisamente a segunda e terceira semana de julho de 2008, quando os desdobramentos da Satiagraha pautaram o noticiário. As condições de produção também podem ser vistas de um modo mais técnico. “Mandei ele sair porque ele quis” é uma reportagem jornalística cujo estilo e diagramação atestam isso e está dentro de uma revista de notícia e, também por isso,

51 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=amargo>> Acessado em: março de 2016

52 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=embara%E7ar>> Acessado em: março de 2016

atende a certas exigências jornalísticas, como abordar um dos assuntos da semana: os desdobramentos da Satiagraha, a declaração de Lula e a divergência entre De Sanctis e Mendes como veremos. A linha editorial de VEJA também *fala antes, em outro lugar*, e de certo modo antecipa seu discurso diante dos acontecimentos retratados. Mas não se pode esquecer de condições de produção mais amplas, como o interdiscurso em torno de declarações de governantes em momentos de dificuldade; a desconfiança com que tais declarações são vistas não só pela imprensa, mas pela sociedade de um modo geral; a discussão em torno de uma suposta visão de magistrados de primeira instância sobre prisões cautelares; a impressão (verdadeira ou falsa) de que o “sistema” é generoso com endinheirados; e a capacidade de ingerência (ou não) do Planalto sobre a PF. VEJA não inventa essas questões, mas filia-se a elas a partir da constituição de um discurso em sintonia com sua linha editorial.

VEJA informa que o juiz Fausto De Sanctis, responsável pelos mandados de prisão do banqueiro – ambos derrubados pelo ministro Gilmar Mendes – anunciou que saia de férias. A segunda decisão de Mendes é ressaltada pelo adjetivo “áspero”⁵³ (do *latim asperu*: duro, rijo, desagradável): “o juiz federal Fausto De Sanctis, que decretou por duas vezes a prisão de Dantas, e por duas vezes teve sua decisão derrubada pelo presidente do ST, o ministro Gilmar Mendes – a segunda num despacho áspero”.

Ou seja, a decisão fugiu da normalidade jurídica. É normal que haja divergência entre magistrados, no entanto, o habeas corpus do ministro do STF fugiu desse padrão de normalidade. O HC não seria qualificado como *áspero* se a normalidade fosse mantida. O adjetivo, tal como usado aqui, produz um efeito semântico que não seria exatamente o mesmo num outro texto. Em “Guerrilha na PF” a polêmica decisão do ministro não foi explorada, mas agora, ainda que rapidamente, o item é apreciado e, inclusive, qualificado com um adjetivo.

Uma declaração do juiz numa entrevista é frisada pelo magazine, trata-se de: “As pessoas parecem que não querem que eu tome decisões”. A frase, apesar de enigmática, é esclarecedora, pois as tais pessoas não são pessoas quaisquer, são pessoas capazes de produzirem algum tipo de interferência. Ao selecionar a declaração em que De Sanctis diz as *pessoas*, a revista, obviamente, sabe que o juiz não está falando dos jogadores do Flamengo, ou da secretária dele, ou do vigilante do Tribunal onde trabalha. As pessoas só podem ser seus

53 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=%E1spero>> Acessado em: março de 2016

superiores diretos, ou superiores destes, ou o governo. Mas por que ele suspeita que pessoas não querem que ele tome decisões? Por que tal declaração não soa *falsa* ao leitor? Por que é verossímil? A resposta chama-se Daniel Dantas, alguém rico e influente. Não faria sentido um juiz dizer o que foi dito por De Sanctis se sob sua responsabilidade estivesse um processo sobre um ladrão de galinhas, e VEJA provavelmente não dedicaria uma reportagem ao caso. As palavras do juiz não usada por acaso, elas, de certa forma, dialogam com o título: “mandei ele sair porque ele quis...”, e com a descrição da foto de Lula: “manobras para evitar a suspeita de uma operação abafa”. As palavras de De Sanctis corroboram com as suspeitas de interferências nos desdobramentos da Satiagraha.

Em seguida aborda-se uma questão que foi, e continua sendo (hoje por causa da *Lava Jato*), amplamente debatida no ambiente jurídico brasileiro. Afirma-se que Protógenes e De Sanctis: “são expoentes de uma certa visão, compartilhada por muita gente na polícia, MP e juizados de primeira instância” que é a “antecipação, por meio de prisões cautelares, a punição de pessoas ricas, uma vez que o ‘sistema’ sempre as deixaria livres no final”. Primeiro a revista diz que o delegado e o juiz são expoentes⁵⁴ (do *latim exponente*: notável), portanto, não são únicos, existem outros que pensam e agem da mesma forma. *Sistema* colocado entre aspas, claramente refere-se ao sistema judicial, mas não só, refere-se também ao *modus operandi* do país, a maneira como as coisas funcionam, afinal, o sistema judicial não funciona à revelia dos outros *sistemas*. Portanto, esse ponto de vista, sobre o *sistema* proteger os ricos, não é exclusiva de magistrados e delegados, ela é muito mais ampla, é social. É do senso comum no Brasil que a *Justiça só existe para os pobres*. Logo, quem lê esse trecho do texto não se *assusta* com a suposta visão de De Sanctis e Protógenes. Essa visão dialoga com todos os nossos saberes sobre a Justiça brasileira e a diferença existente entre ricos e pobres.

VEJA informa que o juiz e o delegado “foram alvo de repreensão ao traduzir a teoria [a punição cautelar] em ações”. Mas quais foram suas repreensões? Isso não é exatamente explicado, mas foi colocado anteriormente, porque o delegado pediu, ou foi influenciado a pedir para deixar o cargo, enquanto o juiz saiu de férias. Mas o verbete repreensão⁵⁵ (do *latim reprehensione*: admoestação, censura, reprovação) aqui está além desses fatos, pois sugere também algum tipo de contestação pública por parte de especialistas e da imprensa sobre as prisões da Satiagraha. Não se pode ignorar que a Operação foi

54 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=expoente>> Acessado em: março de 2016

55 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=repreens%E3>> Acessado em: março de 2016

amplamente contestada, por VEJA, inclusive, como em “Guerrilha na PF”, por exemplo.

O magazine diz que a celeuma derivada da Satiagraha “deixou a impressão de que há crises políticas e institucionais germinando na sombra”. Se uma crise⁵⁶ (do grego *krísis*, momento de decisão, acirramento) germina na sombra⁵⁷ (do latim sub ilha umbra: espaço privado de luz, que se dá às escondidas) ela não é clara, pois está camuflada, disfarçada, silenciada. No entanto, a constatação é, em partes, contradita pois afirma-se que: “é verdadeira no que envolve a PF, mas menos material no âmbito Judiciário”.

Se é verdadeira em relação a PF não é uma impressão⁵⁸ (do latim *impressione*: ideia concebida, suspeição) que pode ser enganosa, mas, sim, uma certeza. Com isso, alega-se que existe, sim, uma crise na PF. Mas, fruto do que exatamente? A resposta possível até aqui aponta para a Satiagraha e, de um modo mais amplo, também a *visão* de que prisões cautelares servem de punição uma vez que o *sistema é generoso demais* com ricos e poderosos.

56 Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/crise%20_936746.html> Acessado em: março de 2016

57 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=sombra>> Acessado em: março de 2016

58 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=impress%E3>> Acessado em: março de 2016

9.2. Atirando a esmo

A reportagem diz que “atirando a esmo durante a investigação da Satiagraha, o delegado causou vários tipos de estrago”. *Atirar a esmo*⁵⁹ (indistintamente, à sorte, à toa) frisa supostos erros e arbitrariedades, ou seja, não se teve critério, atirou-se para *tudo que é lado* e tal conduta teve consequências: os estragos.

Informa-se que as “falhas inaceitáveis” de Protógenes foram: “não revelar detalhes do inquérito a seus superiores, usar agentes da Abin, utilizar algemas de maneira buscava, convocar a televisão para gravar imagens dos presos e pedir a prisão de uma jornalista que noticiou o caso antecipadamente”.

Não ter revelado detalhes da investigação aos superiores assinalam insubordinação, como visto em “Guerrilha na PF”. Já o uso de agentes da Abin foi o principal argumento utilizado pela defesa dos envolvidos contra a acusação e resultou na anulação do caso em 2011, fato que será explorado em “Impunidade Anunciada”. O suposto uso abusivo⁶⁰ (do *latim abusivu*: impróprio, inconveniente) de algemas, inclusive, alterou a legislação sobre o assunto. Trata-se da Súmula Vinculante 11, explicada na análise anterior, que só autoriza o uso de algemas em situações excepcionais, e foi elaborada em agosto de 2008, um mês após a prisão do banqueiro.

Chamar a TV, mais precisamente a Globo, para gravar imagens dos presos, foi algo que nunca ficou provado, mas gerou um mal-estar. Boa parte da imprensa ficou irritada com o suposto privilégio da emissora carioca.

A ordem para a abertura do inquérito da PF sobre a conduta de Protógenes veio do gabinete do então ministro da Justiça Tarso Genro (PT-RS). Ele encaminhou a Luiz Fernando Corrêa reclamações da TV Brasil, emissora do governo federal, e do escritório do SBT em Brasília sobre suposto “privilégio” dado à TV Globo no dia da deflagração da Satiagraha. Uma equipe da emissora flagrou o ex-prefeito Celso Pitta de pijama, quando ele abriu a porta de casa para receber a polícia. O problema da concorrência, portanto, não era exatamente as imagens, mas sim a falta delas. (QUEIROZ, 2014, p.14).

O pedido de prisão da jornalista também foi um assunto amplamente explorado pela opinião pública. Ou seja, as supostas falhas do delegado não são apontadas por VEJA a

59 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=esmo>> Acessado em: março de 2016

60 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=abusivo>> Acessado em: março de 2016

esmo – para ficar num termo usado anteriormente – elas obedecem a um certo grau de previsibilidade, pois foram questões exploradas por toda a imprensa. Mas, afirmou-se que o delegado causou vários tipos de *estragos*⁶¹ (dano, danificação, deterioração), e em seguida suas *falhas* são evidenciadas. Seriam estragos e falhas a mesma coisa? Ou seus estragos, apesar de relacionados com as falhas, implica em outras coisas? Isso até aqui não fica claro, pois em seguida focaliza-se o relatório final do delegado, descrito como “desastre de proporções dantescas” e “tecnicamente primário”. Primário⁶² (do *latim primariu*: grosseiro, rude, primitivo) enfatiza a *má literatura* do delegado, expressão usada na reportagem anterior, e também as suas arbitrariedades como resultado intrínseco de quem *atira a esmo*. O documento policial, portanto, assim como em “Guerrilha na PF” é *multicriticado*. O magazine diz que “só com muita sorte dará origem a uma peça de acusação bem fundamentada”. A expressão *com muita sorte* realça que a revista não *coloca muita fé* na produção de uma *peça de acusação bem fundamentada*, opinião já expressada na publicação analisada anteriormente.

Elogiado em “Guerrilha na PF”, o flagrante de suborno é novamente enaltecido, e qualificado como “exceção no meio da bagunça” e “brilhante operação”. *Exceção* destaca a soberania de *bagunça*, ou seja, tudo, ou quase tudo, foi malfeito, exceto o flagrante. Sobre os *estragos* produzidos por Protógenes comentado há pouco, VEJA agora específica, e aborda o “estrago político”, que “deu-se no vazamento de trechos da investigação” em que Gilberto Carvalho, chefe-de-gabinete do presidente, “tentava ajudar o petista, Luiz Eduardo Greenhalgh”, advogado de Dantas, “a descobrir se existia um cerco da PF montado contra Dantas”. Se Carvalho tentou ajudar ele não necessariamente obteve êxito, no entanto, a simples tentativa é algo gravíssimo do ponto de vista político, por isso o *estrago político*, porque era óbvio que a tentativa de ingerência de alguém do governo não passaria despercebida pela imprensa, caso a tentativa torna-se pública. Por causa dessa divulgação o governo, segundo a revista, foi “arrastado para o meio de uma refrega que preferia ver se desenrolar a milhas de distância”. É do senso comum que nenhum governo gostaria de ser *arrastado*⁶³ (levar ou trazer de rastros ou à força) para um escândalo, sabe-se disso, logo, o termo *arrastado* realça a ideia de enfrentar um contratempo, administrar uma situação indesejada, como já foi evidenciado no próprio título: “mandei ele sair porque ele quis”,

61 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=estrago>> Acessado em: março de 2016

62 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=prim%Elrio>> Acessado em: março de 2016

63 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=arrastar>> Acessado em: março de 2016

abaixo da foto de Lula, e o presidente *se viu obrigado a falar o que não queria*.

Narra-se que Protógenes e outros dois delegados tiveram uma reunião [com seus superiores] que durou mais de três horas, das quais “apenas três minutos e 41 segundos foram divulgados”. Mais do que uma constatação lógica sobre a pequena fração de áudio publicizado, vide a duração do encontro, o advérbio *apenas* enfatiza que muita coisa importante pode (propositalmente) não ter sido divulgada. No registro, Roberto Troncon Filho, diretor da Divisão de Combate ao Crime Organizado, “diz que Protógenes tem que escolher entre o inquérito e um curso de aperfeiçoamento profissional, para o qual já estava inscrito”. Informa-se que “a explicação oficial ficou sendo a de que Protógenes optou pelo curso”. A *Explicação oficial* não necessariamente é a verdadeira, inclusive o mote da reportagem sob análise é uma suposta intromissão do governo. Se VEJA se satisfizesse com a *explicação oficial* “Mandei ele sair por que ele quis...” não existiria. Como evidência dessa desconfiança o magazine relata que, mesmo não falando publicamente, o delegado “revelou a colegas que saiu do caso porque percebeu que não contava com apoio dos superiores”. Em “Guerrilha na PF”, o servidor, entre outras coisas, é descrito como um insubordinado que desconfiava dos superiores e por isso teria omitido detalhes da Operação. A suposta revelação de Protógenes a seus colegas agora vai ao encontro do que foi narrado em “Guerrilha na PF” e também por boa parte do que circulou na imprensa sobre o assunto. A suposta desconfiança frente a seus superiores não soa absurda ao leitor que acompanhou o noticiário daquela semana ou que lembra das notícias sobre a Satiagraha. Trata-se aqui da memória operando, ou do interdiscurso.

9.3. Lula

Entre a foto de Protógenes e a primeira coluna de texto inferior, o olho da reportagem que definiu a semana em questão como: “a desastrosa peça inquisitorial do delegado obriga o Planalto a afazer contorcionismos para explicar porque ele foi afastado do caso Dantas. A dança das versões produziu uma das mais confusas semanas do governo Lula”.

*Obriga*⁶⁴ (do *latim obligare*: impor, forçar, constranger) recai sobre o ponto frisado anteriormente, pois, de acordo com o ambiente discursivo, a obrigação aponta aquilo que não é da vontade, aquilo que não seria feito, se não fosse danoso, por isso o Planalto foi obrigado, porque não seria de sua vontade fazer, se não fazer não implicasse em desconfiança da parte da opinião pública. A peça policial é descrita como inquisitorial⁶⁵ (arbitrário, arrogante) e o Planalto teve que se pronunciar (ou contorcer-se verbalmente) para explicar a saída do servidor. *Contorcionismo verbal* claramente coloca em cheque a força persuasiva da explicação dada, pois se VEJA não duvidasse das explicações dificilmente a expressão *contorcionismo verbal* não seria usada

Diz-se que “a reunião fechada deu origem à suspeita de que não foram só os erros técnicos que o derrubaram”, pois o governo ficou “indignado com o grampeamento de pessoas próximas ao presidente, e teria pedido sua cabeça”. *Pedir a cabeça*, obviamente, tem o mesmo efeito semântico de pedir a saída. A publicação trabalha com o princípio de que o governo tem poder de ingerência, o que é plausível. Também é inteligível que um presidente não goste de ver pessoas próximas sendo investigadas. Ao, primeiro dizer *governo* e depois *pessoas próximas ao presidente*, não dá para separar a administração pública como coisa abstrata da *pessoa presidente* como coisa concreta. A suposta interferência do governo dificilmente aconteceria sem o aval ou a indiferença do presidente. É a foto do Lula, e não a do Palácio do Planalto, que estampa a reportagem.

Na sequência essa ênfase em Lula aparece com “o presidente fez a encenação necessária para salvar as aparências de interferência direta na PF”. Encenação⁶⁶ (ato de encenar, fingimento) desdenha da declaração dada pelo chefe de estado, portanto, VEJA não acredita nela. E continua: “publicamente, [Lula] tentou mostrar indignação com a saída do

64 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=obrigar>> Acessado em: março de 2016

65 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=inquisitorial>> Acessado em: março de 2016

66 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=encena%E7%E3>> Acessado em: março de 2016

delegado”. *Publicamente* reforça o caráter de *encenação*, ou seja, trata-se de uma ação cujo objetivo é afagar a opinião pública e manter as aparências.

Primeiro a revista afirma que o governo *se viu obrigado a falar o que não queria sobre o caso*. Depois relata que Gilberto Carvalho, chefe-de-gabinete do presidente, *tentava ajudar o petista, Luiz Eduardo Greenhalgh*, advogado de Dantas. Terceiro, Protógenes e outros dois delegados tiveram uma reunião [com seus superiores] que durou mais de três horas, das quais *apenas três minutos e 41 segundos foram divulgados*. A explicação oficial sobre a saída ficou sendo a que *Protógenes optou pelo curso*. O Planalto teve que fazer *contorcionismos verbais para explicar porque ele foi afastado do caso*. O governo ficou indignado com o grampeamento de pessoas próximas ao presidente, e teria *pedido sua cabeça*. O presidente *fez a encenação necessária para salvar as aparências*. Não há margem para dúvida, “Mande ele sair porque ele quis...”, é, sobretudo, uma reportagem sobre a intromissão, de fato, do Planalto na Satiagraha.

A atuação de dois conselheiros de Lula no caso também é relatada: primeiro o marqueteiro João Santana, que “preocupado com a imagem do presidente, avaliou que Protógenes se tornaria um símbolo do combate a corrupção caso ficasse carimbado” que o governo interferiu. *Preocupado com a imagem* atesta a necessidade que um chefe de estado tem em mantê-la cristalina, por isso a *encenação* – de acordo com o magazine – para manter as aparências. Todos precisam zelar pela própria aparência, isso é do senso comum, mas esse zelo é ainda mais imprescindível a um presidente, cujos *espirros* são vigiados. Com *Protógenes se tornaria um símbolo*⁶⁷ (do grego *symbolon*: coisa usada para representar outra, figura representativa) caso a versão de intromissão ganhasse força, observa-se que o problema não está exatamente numa possível consagração pública do servidor, mas no maniqueísmo midiático que potencialmente transformaria governo *intrometido* em vilão. Frisa-se que a preocupação do marqueteiro é com o seu correligionário e não com uma possível injustiça. Outro conselheiro, segundo a revista, foi Márcio Thomaz Bastos, este alertou “que a queda de Protógenes poderia revoltar parte da PF, que tentaria retaliar”. Agora a preocupação é a retaliação⁶⁸ (do *latim retaliare*: usar de represália, defrontar, desagrar). Mas de que forma exatamente isso aconteceria? Através de investigações contra gente do governo, certamente. Mas se Protógenes não tinha segurança em seus superiores, pois, inclusive, escondeu destes detalhes da Satiagraha, segundo “Guerrilha na PF”, por que haveria revide? Isso não é

67 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=s%EDmbolo>> Acessado em: março de 2016

68 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=retaliar>> Acessado em: março de 2016

explicado, prioriza-se assim o suposto conselho de Bastos em mesmo com o conflito lógico que seu conselho implica.

Lula, de acordo com a publicação, considerou as duas opiniões e “resolveu dar uma entrevista na qual criticou o delegado e disse ser ‘mentira’ a versão de que o governo forçara sua saída e exigiu sua volta”. Bem, se não houve pressão a saída foi espontânea, nesse caso, o que levou o presidente a exigir seu retorno? Um servidor da PF, desde que cumprindo ritos legais, não pode deixar um caso em processo de relatoria? Se não pudesse não teria contado com o aval de seus superiores, que concordaram com a saída depois de uma reunião. Existe aqui um evidente grau de contradição. Se saiu porque quis o pedido de volta perde o sentido. Aí entram os conselhos de Thomaz Bastos e João Santana, segundo a reportagem. Um governante, mais precisamente um presidente, sempre sob os holofotes, precisa zelar pela própria imagem. Logo, pedir a volta do delegado teria o efeito de enfraquecer a versão de pressão pela saída.

“A prestidigitação de Lula funcionou bem sobre sua legião de aficionados, manteve efeito zero sobre a minoria pensante do país. Nada surpreende em regimes encabeçados por líderes carismáticos em tempos de bonança econômica”.

*Prestidigitação*⁶⁹ (ilusionismo, escamoteação, fingimento) sobre aficionados⁷⁰ (amador, entusiasta) apoia-se no verbete *encenação* usado anteriormente, e tem claramente um efeito difamatório. O desdém pela entrevista de Lula é mantido em “teve efeito zero [a declaração] sobre a minoria pensante do país”. Além de depreciar a atitude do presidente, afirma-se que apenas uma pequena parte dos brasileiros (minorias) pensa, logo, a maioria não pensa ou, pelo menos, não teve a sensibilidade de VEJA para perceber a tal encenação. “Em Guerrilha na PF” a revista sucintamente criticou o sistema educacional brasileiro e agora alega que a atitude de Lula não convenceu a minoria, mas não é uma minoria qualquer, é a pensante. Mas destaca-se que a entrevista de Lula, ou o efeito dela, “não surpreende em regimes encabeçados por líderes carismáticos em tempos de bonança econômica”. Carismático é uma característica do presidente reconhecida pela publicação, que também reconhece o bom momento econômico do país que subsidia a atitude de Lula, e mais, o resultado dessa atitude, que, nas palavras do próprio magazine *funcionou bem sobre sua*

69 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=prestidigita%E3>> Acessado em: março de 2016

70 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=aficionado>> Acessado em: março de 2016

legião de aficionados, mas teve efeito zero sobre a maioria pensante. Se os pensantes são a minoria, os aficionados são a maioria ou uma fatia considerável da sociedade. Reconhece-se então o sucesso da ação de Lula? Não necessariamente. Basta observar a ordem dos fatores da oração adversativa. Primeiro diz que funcionou bem sobre aficionados, e depois, diz que não teve efeito sobre a minoria pensante. Não é por acaso que a ordem da adversativa é essa. Não seria conveniente para o semanário a seguinte organização: “teve efeito zero sobre a maioria pensante, mas funcionou bem sobre sua legião de aficionados”. Com a ordem escolhida a ênfase claramente fica na segunda parte: *teve efeito zero sobre a minoria pensante.*

“A queda do delegado”, segundo VEJA, “pôs a nu as divisões internas da PF” e “produziu desconforto no Planalto”. Divisão (*do latim divisione*, ou seja, fragmentação, ato de dividir, parte de um todo que foi dividida) é um termo que já havia sido usado em “Guerrilha na PF” e destaca a ideia de fragmentação da corporação. Concepção que foi evidenciada com a suspeita de que o delegado foi afastado pelos seus superiores após ingerência do governo.

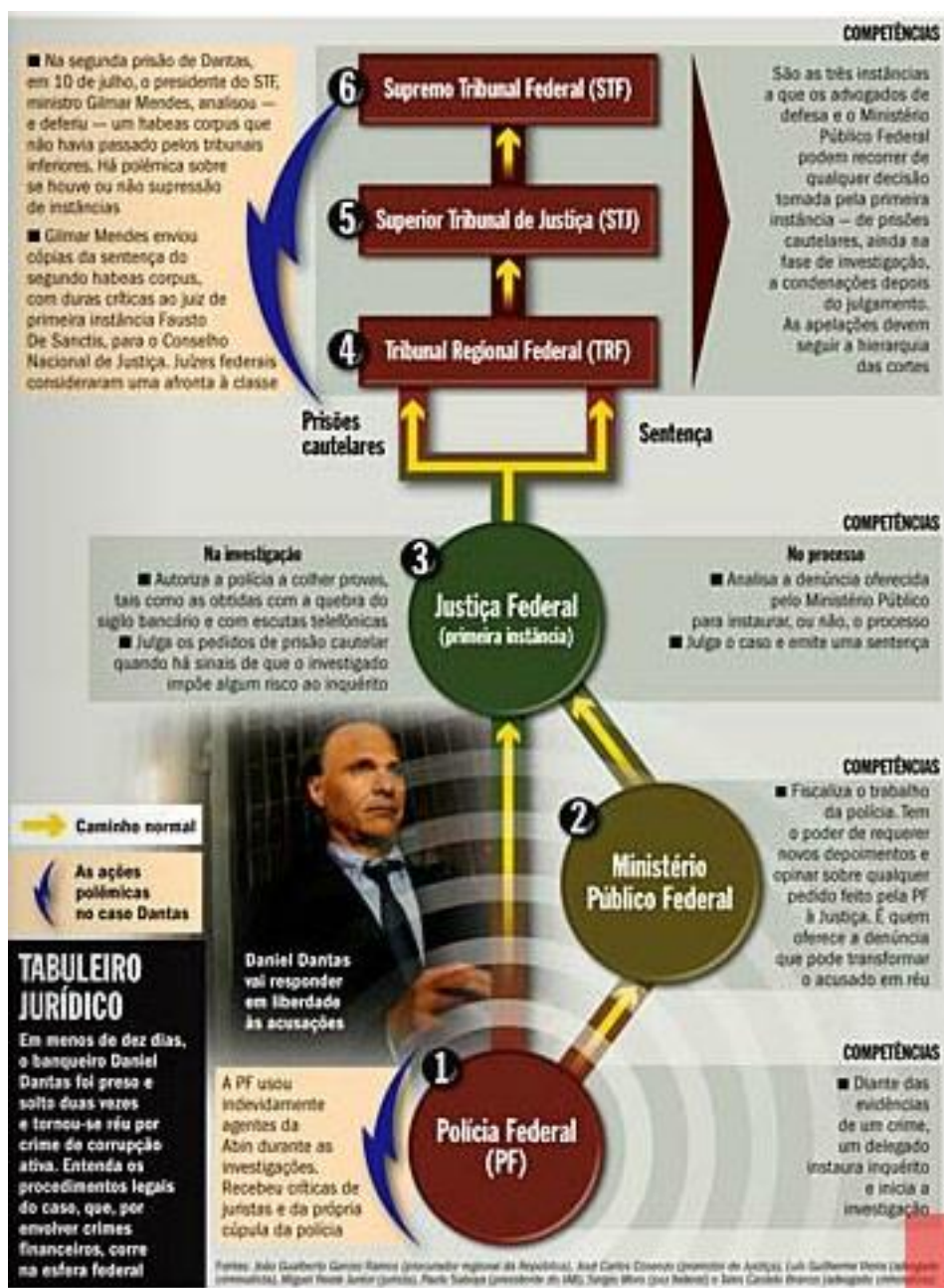
A revista então entra em outra questão que passou em branco nas duas reportagens analisadas anteriormente: “a batalha entre o ministro Mendes e o juiz De Sanctis”. Batalha essa que “produziu a sensação que a magistratura brasileira está rachada”. Essa divergência foi amplamente debatida na imprensa e também no mundo jurídico.

“De um lado, ficaram juízes de primeira instância empenhados em fazer justiça a qualquer custo – ainda que para isso fosse preciso atropelar direitos constitucionais”, alega o semanal.

Qualquer custo tem o mesmo resultado semântico que, arbitrariamente, salientado pela sequência: “Ainda que para isso fosse preciso atropelar direitos constitucionais”. No início da reportagem Protógenes e De Sanctis foram qualificados como *expoentes* de uma visão de que prisões cautelares serviriam de punição antecipada contra endinheirados, pois o sistema torna a punição definitiva quase impossível. VEJA não mostra-se simpática a essa visão. Isso fica claro através de *atropelar direitos constitucionais*. A revista não diz exatamente ser contra essa concepção, mas isso fica claro sem exatamente ser dito. E do outro lado da batalha estão “magistrados de tribunais superiores insensíveis ao fato de que o ordenamento jurídico torna quase impossível a punição de malfeitores ricos”. Insensível⁷¹ (*do latim insensibile*, falta de sensibilidade moral, indiferente, impassível) também não é um termo elogioso, mas os magistrados de tribunais superiores ao menos não *atropelam de*

71 Disponível: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=insens%EDvel>> Acessado em: março de 2016

Ilustração 16: Página 53 da edição de VEJA



Fonte: Acervo digital de VEJA

O layout do Box indica uma leitura de baixo para cima. Com o título “Tabuleiro Jurídico” sobre uma pequena caixa de texto frisa-se que o caso, “por envolver crimes financeiros, corre na esfera federal”. A legenda identifica os profissionais do Direito que forneceram as informações para a confecção das explicações.

Voltando ao texto, o segundo habeas corpus de Mendes é destacado, pois a decisão não passou pelo crivo do TRF e do STJ, fato que motivou críticas, pois “perpetrou o que, em ‘juridiquês’, se chama de supressão de instâncias”. A revista informa que “ao analisar

o mérito do julgamento seus colegas deverão se pronunciar sobre isso”. A decisão de Mendes (os HCs) tinha caráter liminar cuja definição, como observado, caberia (e coube, de fato) ao plenário do STF. Apesar da constatação de *supressão* de instâncias, a deliberação de Mendes não é exatamente atacada, censurada, e esse *silêncio* destoa da preocupação de VEJA com os ritos jurídicos e constitucionais usados para questionar o inquérito de Protógenes, por exemplo.

Destaca-se que quando Mendes remeteu a sentença ao Conselho Nacional de Justiça e criticou publicamente a decisão de De Sanctis, “muitos magistrados viram uma ameaça tácita contra o juiz de primeira instância”. A ameaça⁷² (do *latim minacia*: advertência, intimidação, intimidação), tal como colocada, não parece uma preocupação dos profissionais apenas em relação ao De Sanctis, mas com os juízes de primeira instância de um modo geral.

O parágrafo é encerrado com uma pergunta, “sobre o que há de pessoal e de ‘estrutural’ na briga entre os dois?”. Afirma-se, a partir da indagação, que há estado de conflito entre os dois, que se dá em duas faces, uma pessoal e outra “estrutural”⁷³ (organização das partes que formam o todo), isso mesmo, entre aspas. Nesse caso estrutural produz um resultado semântico muito próximo de profissional. A expectativa criada gira em torno de respostas.

Agora o magazine afirma categoricamente que existem, “de fato, magistrados para quem é preciso punir um suspeito endinheirado antes que uma corte superior livre sua cara”. *De fato* enfatiza certeza a partir da observação do argumento. Mas o que exatamente subsidia que magistrados hajam assim? A certeza destes, de que o endinheirado não será punido, a partir da leitura deste ponto da reportagem. Mas por que profissionais do Direito acreditam que endinheirados dificilmente serão presos? Tal opinião atua em concomitância com o juízo da opinião pública, da sociedade brasileira de um modo geral. Se juízes de primeira instância pensam desse modo, segundo VEJA, tal opinião não contradiz a consideração da sociedade, muito pelo contrário, é fruto dela.

A reportagem enfatiza um número estatístico. E a primeira vez que isso acontece desde a primeira reportagem analisada. Trata-se da quantidade de pessoas presas temporariamente pela PF em 2007: “há, de fato, magistrados para quem é preciso punir um suspeito endinheirado antes que uma corte superior livre sua cara. As 2876 pessoas presas

72 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=amea%E7>> Acessado em: março de 2016

73 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=estrutural>> Acessado em: março de 2016

temporariamente pela PF no passado que o digam”.

Que o digam o quê? Essas pessoas sentiram na pele, é isso que atesta a expressão *que o digam*. Mas sentiram na pele o quê? Que para alguns (ou muitos) magistrados de primeira instância *é preciso punir um suspeito endinheirado antes que uma corte superior livre sua cara*.

Em seguida a revista diz que “cada nova operação dá origem a queixas de advogados, juristas e magistrados das cortes superiores contra prisões arbitrárias e restrição de acesso à defesa dos autos”. Tal afirmação alia-se a outras na elaboração de uma reprovação contra juízes que veem prisões cautelares como medida punitiva prévia.

Ouvido na reportagem, o jurista Miguel Reale Júnior (famoso pela autoria do pedido de impeachment que tramita na Câmara Federal atualmente), relata que “nenhum agente da lei, muito menos um juiz, tem o papel de justiceiro. Outorgar esse papel à polícia e às autoridades judiciais é o primeiro passo das ditaduras”. A crítica é firme. Ações *justiceiras*, vide o contexto da declaração, tem uma aplicação claramente negativa intensificada pelo resultado desse comportamento: um regime ditatorial potencial. O comentário de Reale parece amplo, mas certamente ele foi provocado a dar essa declaração a partir do caso Satiagraha, pois este foi o assunto da semana, talvez do mês, portanto, apesar não citar nome(s) em sua ponderação, ela está acoplada ao caso em questão. A declaração soa exagerada, pois sugere uma ditadura em potencial como consequência de ações judiciais contestáveis, mas, trata-se de uma ditadura muito peculiar, diga-se, onde a perseguição não é empreendida contra dissidentes, mas contra milionários.

A revista destaca ainda que “é recorrente o uso da condição financeira do suspeito como uma espécie de ‘agravante’”. Agravante⁷⁴ (circunstância que torna determinada conduta mais grave) enfatiza que não seria razoável que profissionais do Direito fizessem da condição dos acusados um fator de punição prévia. É destacada uma parte da argumentação do juiz sobre a influência de Dantas e seus contatos no exterior “ampliando a possibilidade de evasão de território”. Como assinalado tal argumentação é muito usada não por acaso, pois é fato que um banqueiro milionário tem mais chances de sair do país, ao vislumbrar uma punição, do que um ladrão de galinhas. No entanto, não se pode negar que tal constatação está em desarrajo com o mais batido princípio constitucional: todos são iguais. Nota-se também a transcrição de forma crítica do argumento do juiz, o que é peculiar, pois em “Guerrilha na PF”,

74 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=agravante>> Acessado em: março de 2016

afirmou-se que o brilhante flagrante de suborno da Satiagraha nada teve a ver com Protógenes, contradizendo os autos do processo (agora abordados) em que De Sanctis destaca a participação do delegado. Ou seja, ignorou-se o documento do juiz anteriormente para agora explorá-lo. O uso dos autos obedece a conveniência, e foi usado aqui como evidência de um equívoco.

Ilustração 17: Página 54 da edição 2070 de VEJA

do detém significativo poder econômico e possui contatos com o exterior, ampliando a possibilidade de evasão do território nacional". A revogação de tal decisão pelo ministro Gilmar Mendes seguiu o entendimento que o STF adota em relação ao assunto. Para o tribunal, manter alguém preso com base em sua condição financeira "não se reveste de idoneidade jurídica".

Mas a conduta justiceira, felizmente, está longe de ser dominante nos fóruns. No Tribunal Regional Federal (TRF) em Brasília, por exemplo, de cada dez prisões cautelares decretadas na primeira instância, apenas uma é revogada. Isso mostra que a maior parte das prisões ocorre com amparo legal. Além disso, a visão ideologizada do processo penal brasileiro é uma caricatura de debates jurídicos perfeitamente legítimos sobre a manceia como podem e devem ser interpretados institutos como as prisões preventiva e temporária ou a concessão de habeas corpus. Um levantamento feito pelo advogado cri-

minalista Luís Guilherme Vieira sobre os julgamentos realizados pelo STF no ano passado indica que, dentro do tribunal, há representantes das duas tendências do direito penal: os adeptos da linha mais punitiva e aqueles mais liberais. "Pode-se até dizer que o STF é, hoje, mais duro do que foi outrora", afirma Vieira. De cada dez habeas corpus impetrados no tribunal, apenas dois são concedidos. Entre os ministros mais severos, destaca-se Carlos Alberto Dias. O grupo mais liberal é encabeçado pelo ministro Gilmar Mendes. "A diferença de visões sobre o processo penal é antiga e natural. Está presente em centenas de processos desde a Constituição de 1988. No caso atual, apenas extrapola os autos jurídicos", afirma o advogado Paulo Saboya, presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros. Melhor que seja assim. ■

Com reportagem de Espedito Filho, Camila Pereira e Thomas Finare

O juiz Fausto de Sanctis anuncia férias após a polémica do caso Dantas: "exaurido"

20 QUESTÕES QUE DANIEL DANTAS AINDA F

1 **Privatizações** O que aconteceu com o Banco do Brasil? O governo tem planos para privatizar o banco? O que aconteceu com o Banco do Brasil? O governo tem planos para privatizar o banco?

2 **Privatizações** O que aconteceu com o Banco do Brasil? O governo tem planos para privatizar o banco? O que aconteceu com o Banco do Brasil? O governo tem planos para privatizar o banco?

3 **Fundos de pensão** O que aconteceu com o Banco do Brasil? O governo tem planos para privatizar o banco? O que aconteceu com o Banco do Brasil? O governo tem planos para privatizar o banco?

4 **Fundos de pensão** O que aconteceu com o Banco do Brasil? O governo tem planos para privatizar o banco? O que aconteceu com o Banco do Brasil? O governo tem planos para privatizar o banco?

EM DEFESA DA PRIVATIZAÇÃO

Em sua última edição, VEJA elencou vinte episódios polémicos que o banqueiro Daniel Dantas, do Opportunity, poderia ajudar a esclarecer. Quatro deles estavam relacionados às privatizações ocorridas durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso como presidente. O PSDB enviou suas respostas às questões expostas na reportagem. A primeira delas se referia à montagem do consórcio que adquiriu a Vale do Rio Doce em 1997. Os fundos de pensão estatais deram sustentação financeira ao grupo integrado, entre outros, pelo Bradesco e por Dantas. O PSDB sustenta que seu governo não teve nenhuma participação na decisão dos fundos de se associar ao banqueiro e integrar essa sociedade, em vez daquela liderada pelo empresário Antônio Ermírio de Moraes, da Votorantim. De acordo com o PSDB, o governo atuou apenas para que o leilão contasse com o maior número possível de concorrentes. O partido também assegura que o governo não agiu em favor de Dantas na privatização da Telebrás. Em

1998, o banqueiro liderou um consórcio que, além dos fundos de pensão, incluiu a Telecom Itália e o Citibank. O governo teria apenas viabilizado sua participação no leilão, ao lhe conceder uma carta de fiança do Banco do Brasil — carta que, ao final, não foi usada.

O PSDB afirma, ainda, que os fundos ingressaram nos leilões de privatização para ter lucros, e não por influência do governo. Eles, que já detinham grande parte do capital das estatais a ser privatizadas, usufruíram uma boa oportunidade de adquirir mais ações. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso confirma ter ouvido queixas de Dantas a respeito dos seus conflitos com os fundos de pensão. Ele garante, porém, que não tomou partido, seja do banqueiro, seja dos fundos.

Os salteiros criados por Dantas não tiram das privatizações levadas a cabo

na década passada o mérito de terem sido medidas corajosas e fundamentais para colocar o Brasil na rota do crescimento sustentado. Um estudo dos economistas William Eid Junior, Marcos Poplawski Ribeiro e Ricardo Rochman mostrou que quase todas as estatais privatizadas têm hoje gestão mais eficiente, mais lucros e, ao contrário do que reza o senso comum, o mesmo número de funcionários que tinham sob as asas do estado.

As respostas do PSDB às perguntas de VEJA

Privatizações e governo atuam com eficiência e transparência. Não há nada de errado.

Fonte: Acervo digital de VEJA

A reversão da prisão, segundo VEJA, seguiu o entendimento do STF, no qual a manutenção da prisão por uma questão financeira: "não se reveste de idoneidade jurídica".

9.5. Não é dominante

VEJA diz que a conduta justiceira, “felizmente, está longe de ser dominante nos fóruns”. Felizmente expressa um sentimento do *narrador*, que, assim como nas outras duas reportagens analisadas, não é invisível, e atesta uma característica das revistas de notícia no Brasil: a clara emissão de opinião. E mais do que isso, ao assinalar que não é dominante, é afirmado que a conduta existe, sim. É minoritária, mas existe e o De Sanctis, a partir de tudo que foi dito e não dito, faz parte dessa turma. Primeiro relatou-se que a divergência entre De Sanctis e Mendes colocou “de um lado, juízes de primeira instância empenhados em fazer justiça a qualquer custo”, no caso, os defensores do juiz; e depois disse: “há, de fato magistrados para quem é preciso punir um suspeito endinheirado antes que uma corte superior livre sua cara”. Por último Miguel Reale Júnior declarou que não cabe a um juiz “o papel de justiceiro”. E agora registra-se que a *conduta justiceira, felizmente, é minoritária*. Não há espaço para dúvida, De Sanctis, portanto, é um profissional de conduta justiceira, no entendimento da revista.

Para justificar que a *conduta justiceira* é minoritária, relata-se que no Tribunal Regional Federal (TRF) em Brasília, “de cada dez prisões cautelares na primeira instância, apenas uma é revogada”. Parte-se do princípio de que se a *conduta justiceira* não fosse minoritária o índice de revogações seria maior. É do senso comum jurídico que uma decisão judicial revisada tende a ser mais assertiva, como um texto que passa pela revisão de um ou mais professores de redação tende a ser mais coeso e ter menos (ou nenhum) erro de português. Por isso, de acordo com a reportagem, a conduta está longe de ser dominante, pois se uma prisão cautelar é mantida por uma instância superior é mais difícil que seja fruto de *conduta justiceira*.

VEJA alega que “a visão ideologizada do processo penal brasileiro é uma caricatura de debates jurídicos perfeitamente legítimos sobre prisões preventivas, temporárias e a concessão de habeas corpus”. O uso do termo *caricatura*⁷⁵ (do *italiano caricatura*: representação jocosa, cômica, risível) serve de crítica a visão ideologizada (enviesada, míope). Mas qual seria essa visão? A que afirma que juízes de primeira instância agem de modo a punir de modo cautelar endinheirados, pois estes serão absolvidos no final? Ou a visão desses juízes de que endinheirados não serão punidos no final? Apesar de ressaltar a mixórdia

75 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=caricatura>> Acessado em: março de 2016

provocada pela decisão do ministro Gilmar sobre a concessão dos HCs, a publicação posiciona-se de maneira crítica a De Sanctis. Logo, a tal visão ideologiza seria dos juízes de primeira instância, os que querem punir preliminarmente porque acreditam que o *sistema é generoso demais*.

Um levantamento do criminalista Luís Guilherme Vieira mencionado pelo magazine mostra que “dentro do STF existem representantes das duas tendências do direito penal: os adeptos da linha mais punitiva e aqueles mais liberais”. Afirma-se ainda que “de cada dez habeas corpus impetrados no tribunal, apenas dois são concedidos”. A informação mostra sintonia entre as instâncias e contradiz a *sensação* explanada no começo da reportagem, de que *a magistratura brasileira está rachada*.

O presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, Paulo Saboya, declarou que “a diferença de visões [...] é antiga e natural [...] No caso atual, apenas extrapolou os autos jurídicos”. A reportagem termina com “melhor que seja assim”. Expressa-se aqui um sentimento ambíguo do *narrador*, pois tanto pode ser uma expressão de satisfação como um desejo, não dá para precisar com certeza.

Em Defesa da Privatização

Ilustração 18: Página 54 da edição 2070 de VEJA

EM DEFESA DA PRIVATIZAÇÃO

Em sua última edição, VEJA elencou vinte episódios polêmicos que o banqueiro Daniel Dantas, do Opportunity, poderia ajudar a esclarecer. Quatro deles estavam relacionados às privatizações ocorridas durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso como presidente. O PSDB enviou suas respostas às questões expostas na reportagem. A primeira delas se referia à montagem do consórcio que adquiriu a Vale do Rio Doce em 1997. Os fundos de pensão estatais deram sustentação financeira ao grupo integrado, entre outros, pelo Bradesco e por Dantas. O PSDB sustenta que seu governo não teve nenhuma participação na decisão dos fundos de se associar ao banqueiro e integrar essa sociedade, em vez daquela liderada pelo empresário Antônio Ermírio de Moraes, da Votorantim. De acordo com o PSDB, o governo atuou apenas para que o leilão contasse com o maior número possível de concorrentes. O partido também assegura que o governo não agiu em favor de Dantas na privatização da Telebrás. Em

1998, o banqueiro liderou um consórcio que, além dos fundos de pensão, incluía a Telecom Italia e o Citibank. O governo teria apenas viabilizado sua participação no leilão, ao lhe conceder uma carta de fiança do Banco do Brasil – carta que, ao final, não foi usada.

O PSDB afirma, ainda, que os fundos ingressaram nos leilões de privatização para ter lucros, e não por influência do governo. Eles, que já detinham grande parte do capital das estatais a ser privatizadas, vislumbraram uma boa oportunidade de adquirir mais ações. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso confirma ter ouvido queixas de Dantas a respeito dos seus conflitos com os fundos de pensão. Ele garante, porém, que não tomou partido, seja do banqueiro, seja dos fundos.

Os salseiros criados por Dantas não tiram das privatizações levadas a cabo



As respostas do PSDB às perguntas de VEJA

na década passada o mérito de terem sido medidas corajosas e fundamentais para colocar o Brasil na rota do crescimento sustentado. Um estudo dos economistas William Eid Junior, Marcos Poplauskis Ribeiro e Ricardo Rochman mostrou que quase todas as estatais privatizadas têm hoje gestão mais eficiente, mais lucros e, ao contrário do que reza o senso comum, o mesmo número de funcionários que tinham sob as asas do estado.

Fonte: Acervo digital de VEJA

O Box que encerra a reportagem aborda suspeitas de irregularidade nos leilões

ocorridos durante o governo FHC. VEJA informa que na última edição foram destacadas vinte “episódios polêmicos que o banqueiro Daniel Dantas poderia ajudar a esclarecer”. De acordo a revista, o PSDB enviou repostas às questões expostas na reportagem relacionadas ao assunto.

Após relatar os esclarecimentos prestados pelo partido e também pelo ex-presidente FHC ressalta-se que “os salseiros criados por Dantas não tiram das privatizações levadas a cabo [...] o mérito de terem sido corajosas e fundamentais”. Salseiros⁷⁶ (brigas, conflitos, desordens) realçam os problemas e contradições dos leilões, como constam em “Dantas contra a parede”, no entanto, esses mesmos leilões são elogiados através dos adjetivos *corajosas* e *fundamentais*. O elogio às privatizações estão em sintonia com a linha neoliberal de VEJA.

76 Disponível em: <[http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/salseiro%20 1040796.html](http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/salseiro%201040796.html)>
Acessado em: março de 2016

9.6. Conclusão

“Mandei ele sair porque ele quis...” é uma reportagem sobre, entre outras coisas, a declaração do presidente Lula cujo objetivo, segundo VEJA, era livrar o Planalto das suspeitas de interferência na Satiagraha, sobretudo em relação à saída do delegado Protógenes Queiroz da Operação. Além de abordar os supostos deslizamentos cometidos pelo delegado; a *aspereza* do segundo habeas corpus do ministro Gilmar Mendes; e a sensação de crise da magistratura brasileira, da qual, de um lado estariam magistrados de primeira instância, e do outro, tribunais superiores.

O verbo *mandar*, conjugado na primeira pessoa do pretérito perfeito logo abaixo da foto de Lula indica que a declaração foi dada pelo chefe do executivo, ou, trata-se de uma frase propositalmente ambígua (ver início da análise) elaborada pela revista para enfatizar que Lula não convenceu. Apesar do pronunciamento do presidente ser ponto central das reflexões, não há a transcrição literal de nenhum trecho de sua declaração, o que reforça o indicativo de que a oração “mandei ele sair porque ele quis...” é, sim, de autoria do magazine. Além disso, o título claramente fortalece a hipótese de interferência, pois o verbo *mandar* indica a ação de alguém sobre outrem, ou seja, do presidente sobre o servidor. É nisso que VEJA acredita e foi para mostrar que isso, de fato, aconteceu que a reportagem foi publicada.

Quanto à suposta crise da magistratura, a publicação, na sua parte final, contesta a própria suspeita, e para tanto, informa que a maior parte das prisões cautelares são mantidas pelas instâncias superiores. Apesar disso, a reportagem mostra-se muito mais crítica com o juiz De Sanctis em relação ao ministro Gilmar Mendes, representantes dessa crise. O primeiro é adepto da *conduta justiceira*, isso não é exatamente dito, mas fica claro, através das entrelinhas. O magistrado é descrito como expoente de uma visão na qual prisões cautelares serviriam de punição prévia; e na batalha com Mendes, do seu lado ficaram juízes de primeira instância *empenhados em fazer justiça a qualquer custo*. Não se pode esquecer que Miguel Reale Júnior é ouvido e ataca esse entendimento, da qual De Sanctis, segundo o semanal, é seguidor. Os outros dois profissionais ouvidos, Luís Guilherme Vieira e Paulo Saboya, desmistificam a crise, mas não se posicionam nem de um lado nem de outro. Portanto, a declaração mais “forte” é contrária a visão que, segundo VEJA, De Sanctis segue. Além de pouco simpática em relação ao juiz, Lula e Protógenes, apesar de ocuparem lados opostos, também são tratados de modo crítico.

Ao abordar as supostas falhas do delegado, a revista evoca a memória (o interdiscurso) do leitor, pois o agente não teria divulgado detalhes da investigação a seus

superiores – como visto em “Guerrilha na PF” – usou agentes da Abin, utilizou algemas de maneira abusiva, colocou a TV para gravar imagens dos presos e pediu a prisão de uma jornalista. Episódios que foram amplamente explorados pela imprensa à época.

O discurso de VEJA atrela-se a vários interdiscursos como já dito, que são reconhecidos pelos nossos saberes prévios sobre determinados assuntos, contudo, “Mandei ele sair porque ele quis...” não deixa de possuir o seu grau de singularidade, fruto da tensão existente entre o *de sempre*, por causa do interdiscurso, e o que é *diferente* por causa do contexto sócio-histórico, que não se repete.

Logo, ao repercutir, primeiro, a declaração de Lula (apesar de não transcrever nenhum trecho de suas palavras); segundo, a sensação de crise na magistratura; terceiro, a desfeita dessa sensação de crise, VEJA movimenta-se entre o *mesmo* e o *diferente*, e, a partir desse movimento a reportagem “significa”, e esse significado depende da interpretação, que não existe sem ideologia, que, por sua vez, segundo Orlandi (2009) é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos.

A ideologia, portanto, ao interpelar o sujeito implica nele e por ele a produção de sentido. Carlos Graieb, sujeito e autor de “Mandei ele sair porque ele quis” foi interpelado no momento de confecção do texto: pela linha editorial de VEJA, pelo momento, e pela contemplação lançada dos assuntos abordados: a dita encenação de Lula, a crise na magistratura, a aspereza do habeas corpus de Gilmar, e etc. O mesmo pode-se afirmar sobre o leitor da reportagem, que à sua maneira, foi interpelado pela reportagem, e reagiu a esta com simpatia ou não, dependendo de sua posição ideológica enquanto sujeito afetado pelos assuntos tratados.

A dita ingerência do Planalto, de acordo com a publicação, é justificada porque pessoas próximas ao presidente teriam sido grampeadas. O exemplo citado é do chefe-de-gabinete da presidência, Gilberto Carvalho, em conversa com Luiz Eduardo Greenhalgh que sempre foi ligado ao PT e na data era advogado de Dantas. Apesar de dizer que *pessoas*, no plural, foram grampeadas, VEJA cita apenas um caso.

E essa intromissão, através do discurso da reportagem, é reforçada o tempo inteiro, ao destacar as palavras de De Sanctis após sair de férias, por exemplo: “as pessoas parecem que não querem que eu tome decisões”. Além da reunião entre o delegado e seus superiores que durou mais de três horas, das quais menos de quatro minutos foram divulgados. Depois desse encontro Protógenes deixou o caso e a *explicação oficial*, segundo a revista, foi a de que ele optou por um curso. Enfatiza-se que essa foi explicação oficial porque não é nela que VEJA acredita. A expressão: *explicação oficial* tal como posta no discurso relata evidente

ceticismo.

O magazine trata o pronunciamento do chefe do Executivo nacional com claro desdém, ao dizer, por exemplo, que a ação não produziu efeito sobre *a minoria pensante do país*. Apesar disto, como já dito, não há a transcrição de nenhum trecho de sua declaração, e essa omissão não acontece por acaso, trata-se de uma estratégia discursiva, pois não sabendo exatamente quais foram as palavras que Lula usou, mas lendo que suas palavras não tiveram efeito sobre a minoria pensante, o leitor é persuadido, ainda que não haja assim, a olhar para a declaração de Lula, que ele nem sabe qual foi, de modo antipático. VEJA não reproduz a declaração presidencial para, deste modo, totalizá-la do sentido que lhe é mais conveniente.

10. ANÁLISE QUARTA REPORTAGEM

10.1. Impunidade Anunciada

Impunidade Anunciada está na editoria de Brasil da edição 2221 do dia 15 de junho de 2011. O verbete *impunidade*⁷⁷ (do *latim impunitate*; falta de castigo devido) expõe um sentimento de VEJA, de que a justiça não foi feita, pois se a decisão estivesse alinhada ao seu desejo tal palavra não seria usada.

Ilustração 19: Página 79 da edição 2221 de VEJA

Brasil

IMPUNIDADE ANUNCIADA

ilegalidades praticadas pelos investigadores durante a Operação Satiagraha provocam a anulação do processo na Justiça e, mais uma vez, livram banqueiro da cadeia

as anexou ao processo como se fossem de autoria da polícia.

A decisão do STJ desopiciona os brasileiros honestos, mas fortalece o estado de direito brasileiro. Para investigar as malfestas do banqueiro, Protógenes não só se valeu de sua relação próxima demais com o juiz De Sanctis, que arremetia as irregularidades em vez de cobri-las. Ele contou com o apoio de um inusitado exército de espíes e espiões da Abin, autorizados pelo seu chefe, o então delegado Paulo Lacerda, a operar na clandestinidade. Tudo isso se passou sob os olhos zombos do Ministério Público. Validar uma investigação marcada por tantos vícios seria uma afronta à democracia, independentemente de quem fosse o réu. Disse o ministro Jorge Mursi, ao proferir o voto decisivo: "Não é possível que armados de provas colhidas de forma impalpável possam levar à condenação. Citado do país em que seus filhos possam vir a ser condenados com provas colhidas na ilegalidade". O professor de direito processual penal Celso Vilarci, da Fundação Getúlio Vargas, vai além: "Sob o ponto de vista da lei, uma escuta telefônica não autorizada é tão grave quanto a tortura de réu".

Os três mentecaptos responsáveis pelas ilegalidades da Satiagraha, apesar de tudo, vão muito bem. Protógenes pegou carona na votação de Tiricica e se elegeu deputado. O juiz De Sanctis foi promovido a desembargador. Na semana passada, o Conselho Nacional de Justiça arquivou o processo disciplinar contra ele, por não ter competência para punir desembargadores, apesar de reconhecer as ilegalidades praticadas pelo magistrado. O delegado Paulo Lacerda está aposentado.

AGENTES FORA DA LEI

O juiz De Sanctis (acima), Paulo Lacerda e Protógenes (ao lado) para conseguir prender Dantas (à esq.), a lei foi travada como nevera detalhe

sentindo-se acima das leis. A Satiagraha serve como uma triste lição. No afã de prender o banqueiro, o delegado encarregado da investigação, Protógenes Queiroz, com a cumplicidade do juiz Fausto De Sanctis e uma ajudinha da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), promoveu um festival de abusos, que incluiu espionagem e escutas ilegais contra ministros, senadores, juízes, advogados e jornalistas. A má-fé dos responsáveis pela investigação provocou, inclusive, o descarte da única prova que levou à condenação de Dantas: um vídeo que mostrava o banqueiro tentando subornar um delegado da PF. As imagens haviam sido feitas pela Rede Globo, mas Protógenes

GUSTAVO REBELO



Fonte: Acervo digital de VEJA

77 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=impunidade>> Acessado em: abril de 2016

Diz-se que houve impunidade quando avalia-se que, quem deveria ser punido por algo não foi, se fosse, a decisão não seria tratada como impunidade, ao contrário, seria vista como sinal de justiça. Mais do que expressar um sentimento, o título indica que os beneficiados, de acordo com o entendimento da revista, são culpados, se não fossem, a anulação não seria qualificada como impunidade. Por *anunciada*⁷⁸ (prognosticado, esperado) entende-se que não houve surpresa, já era esperado. O título não só evidencia uma insatisfação como alega previsibilidade e nesse ponto não se pode dizer que o magazine não tem razão, pois em *Guerrilha na PF* e *Mandei ele sair porque ele quis* frisou-se diversas vezes que o “inquérito mambembe” do delegado Protógenes Queiroz muito provavelmente não resultaria em condenação.

O subtítulo da matéria informa: “ilegalidades praticadas pelos investigadores durante a Operação Satiagraha provocam a anulação do processo na Justiça, e mais uma vez, livram banqueiro da cadeia”. *Ilegalidades* (que não é legal, contrário à lei) servem de explicação para a anulação, que provavelmente não aconteceria se tais ilegalidades não fossem cometidas. *Mais uma vez* indica que não é a primeira vez que Dantas se safou, mas não só, a expressão tal como usada neste contexto evidencia uma insatisfação, já produzida no título *Impunidade Anunciada*. É como um lamento: “puxa, *mais uma vez* ele escapou!” Eis aqui um paradoxo. VEJA alega que houve ilegalidades da parte dos investigadores, e por isso houve a anulação do processo. Pois bem, sendo assim, como tal decisão pode ser tratada como impunidade? Se acredita-se que houve ilegalidades e o processo é anulado tal decisão deveria ser vista como sinal clarividente de justiça e não como evidência de injustiça ou impunidade. O subtítulo contradiz o título claramente.

A matéria é iniciada com a afirmação de que a Satiagraha: “criada para investigar secretamente os enroladíssimos negócios do banqueiro Daniel Dantas chegou ao fim – e da pior maneira possível”. O termo *enroladíssimo*⁷⁹ (confuso, emaranhado) coloca sob suspeita as atividades de Dantas, mas essa desconfiança não é arbitrária, afinal, o empresário esteve no centro de outros escândalos: Privatização das Teles, Banestado, Chacal e Mensalão. Portanto, qualificar os seus negócios como *enroladíssimos* torna-se razoável a partir da perspectiva da memória, ou do interdiscurso, “aquilo que fala antes e em outro lugar”, de acordo com Eni Orlandi (2009). Muitos dos leitores de VEJA conhecem o banqueiro pela ampla cobertura da revista sobre a Satiagraha, e antes sobre a Chacal, e antes sobre a Privatização das Teles...

78 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=anunciado>> Acessado em: abril de 2016

79 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=enrolado>> Acessado em: abril de 2016

Pois quando seus negócios são qualificados como *enroladíssimos* aciona-se do leitor a sua memória sobre o banqueiro na constituição de uma relação de cumplicidade, pois presume-se que a audiência saiba que o adjetivo foi usado não só por causa da Satiagraha. Mas por que exatamente a Operação chegou ao fim *da pior maneira possível*? A pior maneira de uma investigação chegar ao fim é ser anulada pela Justiça? Bem, é nessa direção que a resposta aponta até aqui.

Em seguida informa-se que o Superior Tribunal de Justiça anulou o processo e por consequência, a condenação de corrupção ativa. Depois relata-se que “mais uma vez, o estado brasileiro perde a oportunidade de trancafiar um suspeito como resultado dos desvarios de agentes públicos, que conduzem investigações sentido-se acima das leis”. *Mais uma vez*, como dito anteriormente, indica que não é inédito. Chama atenção aqui o uso do termo *suspeito*⁸⁰ (do latim *suspectu*: de quem há suspeita, de moral ou integridade duvidosa), que, do ponto de vista jurídico não é necessariamente culpado, logo, soa exagerado afirmar que o estado perdeu a oportunidade de trancafiar alguém cuja culpa não foi provada, se tivesse, não seria tratado como suspeito. É bom lembrar que em *Mandei ele sair porque ele quis...* reprova-se a visão de “magistrados de primeira instância”, que veem nas prisões cautelares um modo de punição antecipada pois o “sistema é generoso com os endinheirados”. E agora a revista critica o estado que *perde a oportunidade de trancafiar um suspeito*? Bem, mas trancafiar suspeitos não está em sintonia com a visão de magistrados de primeira instância, ora criticados? Quase dois anos separam uma reportagem da outra. Esse tempo foi suficiente para VEJA mudar de posição?

“Mais uma vez, o estado brasileiro perde a oportunidade de trancafiar um suspeito como resultado dos desvarios de agentes públicos”.

Um (artigo indefinido) antes de *suspeito* indica que não trata-se de alguém específico, não que Daniel Dantas não seja contemplado, mas ele não é o único objetivo da observação. Diz-se então que não é raro que um suspeito não seja trancafiado, isso fica evidente através de *mais uma vez*. E também não é raro o motivo dessa impunidade: que se deve a *desvarios*⁸¹ (ato de loucura, delírio) *de agentes públicos que sentem-se acima das leis*. Percebe-se então que a razão da impunidade aqui é muito específica: *desvarios de agentes públicos*, é por causa deles que o estado perde oportunidades de trancafiar suspeitos. Podem até existir outros fatores causadores, mas esses outros não interessam tanto assim nesse caso

80 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=suspeito>> Acessado em: abril de 2016

81 Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=desvario>> Acessado em: março de 2016

específico.

Três fotos são colocadas entre o centro e a parte superior da matéria. Tratam-se de registros de De Sanctis, Protógenes e Paulo Lacerda (diretor da Abin e ex-delegado-geral da PF) com a seguinte descrição: “para prender Dantas (à esq.), a lei foi tratada como mero detalhe”. A foto de Dantas é a maior de todas está mais à esquerda como mencionado. Mero⁸² (do *latim meru*: simples) e detalhe⁸³ (do *francês détail*: pormenor) asseguram que a lei foi menosprezada pelos agentes públicos com o objetivo de prender o banqueiro. Tal entendimento está presente no discurso de VEJA desde *Dantas contra a parede*, mas foi amplificada em *Guerrilha na PF*.

10.2. Festival de abusos

“A Satiagraha serve como triste lição”, pois, “no afã de prender o banqueiro, o delegado encarregado da investigação, Protógenes Queiroz, com a cumplicidade do juiz Fausto De Sanctis e uma ajudinha da Abin promoveu um festival de abusos”. O termo *afã* denota pressa, o que não é recomendável num processo investigatório. Mas o delegado não errou sozinho, pois contou com a *cumplicidade* de um juiz e uma *ajudinha* da Abin. A revista então não mudou a sua opinião sobre magistrados de primeira instância que utilizam prisões cautelares como medidas punitivas, grupo do qual De Sanctis faz parte, de acordo com *Mandei ele sair porque ele quis...* Bem, se um *festival de abusos* foram cometidos por que o título da matéria é *Impunidade Anunciada?* O mais coerente não seria *Justiça foi feita?* O *festival de abusos*, segundo o semanal, incluiriam: “espionagem e escutas ilegais contra ministros, senadores, juízes, advogados e jornalistas”. Bem, os procedimentos mencionados nunca forma provados.

O inquérito da PF Murad-Berrêdo [delegados federais] foi concluído no segundo semestre de 2009, sem o indiciamento de nenhum dos integrantes da Satiagraha ou da Abin por grampo ilegal. O relatório final nunca foi tornado público. A Procuradoria-Geral da República também nunca fez o resumo da investigação. O inquérito sobre uma suspeita que derrubou o chefe do serviço secreto e deixou uma nódoa sobre dezenas de servidores públicos não gerou nenhuma informação oficial e ampla, sendo devidamente empurrado para debaixo do tapete. (VALENTE, 2014, p.369, 370)

82 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=mero>> Acessado em: abril de 2016

83 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=detalhe>> Acessado em: abril de 2016

A CPI dos grampos também conclui que não houve crime como noticiado, entre outros, pelo site Consultor Jurídico em abril de 2009⁸⁴:

Depois de 10 meses investigando os desdobramentos da Operação Satiagraha, a CPI das Escutas apresentou nesta quinta-feira (23/4) a segunda versão do relatório (Clique aqui para ler a primeira parte do relatório e, aqui, para ler a segunda). No texto assinado pelo deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), não há qualquer indiciamento dos principais personagens da Satiagraha.

Mas ignora-se o fato de que os procedimentos ilegais nunca foram confirmados, pois o que claramente interessa na matéria é desqualificar seus personagens, ainda que as depreciações sejam feitas sem provas.

“A má-fé dos responsáveis pela investigação provocou, inclusive, o descarte da única prova que levou a condenação de Dantas: um vídeo que mostrava o banqueiro tentando subornar um delegado da PF”. Afirma-se que os profissionais criticados agiram por *má-fé*, pressupõe-se então que eles tinham consciência dos próprios erros e, ainda assim, agiram. Diferente do que informa a revista o vídeo em questão não mostra o banqueiro subornando, mas sim, seus intermediários: Hugo Chicaroni e Humberto Braz.

Diz-se que: “as imagens haviam sido gravadas pela Rede Globo, mas Protógenes as anexou ao processo como se fossem de autoria da polícia”. Em seguida afirma-se que “A decisão do STJ decepciona os brasileiros honestos, mas fortalece o estado de direito brasileiro”. A decisão do Tribunal decepcionou a VEJA, isso fica claro através do título *Impunidade Anunciada*, mas ao mesmo tempo a regozizou, porque fortalece o estado de direito, como mencionado no trecho destacado. Essa satisfação não é exatamente mencionada, mas está no não dizer do texto. Desde *Dantas contra a parede* a condução da Satiagraha tem sido reprovada, então a anulação de uma Operação que promoveu um “festival de abusos”, como alegado anteriormente, é motivo de certa satisfação, claro. Mas, por quê? Porque fortalece o estado de direito, ora. No entanto, ao alegar que os brasileiros honestos foram frustrados, o semanal assume também a sua frustração que, inclusive, está no verbete *impunidade*. A alegada decepção dos brasileiros honestos fala para além do discurso da reportagem, aciona a memória, ou o interdiscurso, em torno da impunidade. Corruptos que passam incólumes por investigações encolerizam a sociedade, isso é do senso comum. Ao falar da decepção por causa da decisão do STJ todos os nossos saberes sobre corrupção e o desgosto provocado pela impunidade são evocados.

“Para investigar as malfeitorias do banqueiro, Protógenes não só se valeu de sua

84 Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2009-abr-23/relatorio-cpi-escutas-prioriza-investigacao-antes-satiagraha>> Acessado em: abril de 2016

relação próxima demais com o juiz Fausto de Sanctis, que autenticou as irregularidades em vez de coibi-las”. Novamente a figura de Dantas é atacada, através do verbete *malfeitoria*⁸⁵ (ato de malfeitor, crime, delito). Já o delegado contou com a cumplicidade do juiz que não coibiu suas irregularidades. Mas a relação entre os dois agentes públicos é descrita como próxima *demais*⁸⁶ (em demasia ou excesso). O advérbio *demais* tem um evidente tom de reprovação, comprovado a partir do ambiente discursivo. É como se a relação *próxima demais* entre os dois tivesse servido como uma das razões para a qual o juiz não coibiu as irregularidades do delegado, ao contrário, as autenticou. É por isso que a relação *próxima demais* é criticada, porque, segundo o entendimento da revista, essa proximidade gerou a autenticação de irregularidades. Se De Sanctis tivesse conduzido o processo de outra forma, sendo próximo de Protógenes ou não, sua proximidade com o delegado certamente não seria criticada. Mas, a partir exatamente do que diz-se que eles são *próximos demais*? Isso não é exatamente explicado, mas é comum que delegados federais no comando de operações mantenham confinidade com o magistrado de primeira instância que autorizará as ações posteriores: prisões, mandados de busca e apreensão, conduções coercitivas, etc.

Mas como afirmado o delegado *não se valeu só* de De Sanctis: “ele contou com o apoio de um inusitado exército de espões da Abin, autorizados pelo seu chefe o então delegado Paulo Lacerda, a operar na clandestinidade”.

Inusitado é aquilo que foge da normalidade, o excepcional, ou seja, diz-se então que não é comum que agentes da Abin participem de investigações da PF. Bem, mas se os tais espões e ex-espões foram autorizados pelo seu chefe a operar na *clandestinidade*, então a participação da Agência foi ilegal, e dessa vez não se trata de uma opinião do semanal ou de uma antecipação, pois a alegada participação clandestina da Abin na Operação foi confirmada pelo STJ que anulou o processo por esse motivo. Mas repara-se que, apesar de ter mencionado o STJ em outros momentos, especificamente neste trecho, VEJA não tem a preocupação de dizer que a conclusão de ilegalidade da Abin na Operação decorre de decisão do Tribunal, é como se a revista não dependesse da decisão do Tribunal para chegar a tal conclusão e, de certo modo, não depende mesmo, pois ainda que a sentença tivesse sido outra, muito provavelmente o discurso de *Impunidade Anunciada* – que teria outro título – seria o mesmo. Evidência disso é que a Satiagraha foi amplamente criticada nas outras reportagens, muito antes de sua anulação.

85 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=malfeitoria>> Acessado em: abril de 2016

86 Disponível: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=demais>> Acessado em: abril de 2016

Afirma-se que “tudo isso se passou sob os olhares atentos do Ministério Público”. Ou seja, o MP, personificado na figura de De Sanctis, foi *cúmplice* das supostas irregularidades, como frisado anteriormente.

“Validar uma investigação marcada por tantos vícios seria uma afronta à Democracia independente de quem fosse o réu”. Aqui expressa-se um sentimento: o de satisfação com a decisão do STJ porque a Satiagraha teve muitos vícios. O adjetivo *independente*⁸⁷ (autônomo, livre) reafirma a antipatia em relação a Dantas, é como se o magazine dissesse: “validar uma investigação marcada por tantos vícios seria uma afronta à Democracia *mesmo que o réu seja o Dantas...*”. Pois o banqueiro foi amplamente criticado em todas as reportagens, especialmente em *Dantas contra a parede*.

VEJA reproduz um trecho do voto do ministro do STJ, Jorge Mussi: “Não é possível que arremedos de provas colhidas de forma impalpável possam levar a condenação. Coitado do país em que seus filhos possam vir a ser condenados com prova colhidas na ilegalidade”. Tal argumentação alinha-se a tudo o que foi dito pela revista sobre as ilegalidades da investigação, mesmo que o alvo da Operação da PF tenha sido alguém que não conta com a sua simpatia.

Celso Vilarde, professor de direito processual penal da Fundação Getúlio Vargas, também ouvido, alegou: “sob o ponto de vista da lei, uma escuta telefônica não autorizada é tão grave quanto a tortura de réus”. Repare que VEJA não tem a preocupação de ouvir o *outro lado*, ou pelo menos, algum especialista em direito que discorde da anulação do processo. O *outro lado* não interessa, nesse sentido a matéria é unilateral. Não que apresentar o *outro lado* confira a um texto jornalístico equilíbrio, mas nem essa preocupação é tida pelo semanal.

“Os três mentecaptos responsáveis pelas ilegalidades da Satiagraha, apesar de tudo vão muito bem”. *Mentecapto*⁸⁸ (que perdeu o uso da razão) é um adjetivo que representa com muita precisão a rigidez com que os agentes públicos foram tratados em todos os *discursos* analisados. Mas, porque os três vão bem? A revista diz: “Protógenes pegou carona na votação de Tiririca e se elegeu deputado”. O delegado se elegeu em 2010 pelo PC do B, no mesmo ano em que o humorista obteve uma votação recorde pelo PR. Eles, portanto, não eram do mesmo partido. A expressão *pegou carona* tem um efeito comparativo e, sobretudo, depreciativo. Tiririca é um palhaço que se elegeu como tal, não que isso seja ruim, mas a forma como a construção da oração foi feita deixa esse caráter pejorativo da comparação

87 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=independente>> Acessado em: abril de 2016

88 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=mentecapto>> Acessado em: abril de 2016

muito claro.

“De Sanctis foi promovido a desembargador”, diz a revista, e continua: “Na semana passada, o Conselho Nacional de Justiça arquivou o processo disciplinar contra ele, por não ter competência para punir desembargadores, apesar de reconhecer as ilegalidades cometidas pelo magistrado”. Na verdade, De Sanctis foi absolvido pelo CNJ por duas das três acusações, mas, de fato, não foi punido pela terceira acusação por causa de sua promoção, como consta no site da instituição⁸⁹:

Em seu voto, a conselheira Morgana Richa [relatora] não conheceu da acusação de que De Sanctis incorreu em infração disciplinar ao criticar o STF publicamente. Quanto à decretação da primeira prisão, ela concluiu que o magistrado prestou todas as informações que lhe foram solicitadas durante o julgamento do habeas corpus. Com relação à segunda prisão, a relatora considerou que caberia a imputação de pena de censura ao magistrado. No entanto, ela observou que a decisão do TRF 3 não poderia ser revista pelo fato de De Sanctis ter sido promovido a desembargador – a pena de censura só pode ser aplicada a juízes de 1ª Instância, segundo a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman).

A matéria, assinada por Gustavo Ribeiro, é finalizada com a informação de que Paulo Lacerda está aposentado.

89 Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/57157-cnj-rejeita-abertura-de-processo-contra-fausto-de-sanctis>> Acessado em: abril de 2016

10.3. Conclusão

A publicação em questão é produto de seu tempo e espaço. Nesse caso a segunda semana de junho de 2011, quando a Satiagraha foi anulada. O texto é bem menor que o das outras reportagens analisadas. Ocupa apenas uma página da revista, fruto, claro, de um certo arrefecimento de interesse público sobre o assunto. A anulação da Operação era dada como certa bem antes da decisão de fato, logo, é como se toda (ou boa parte) da imprensa, de certo modo, já tivesse antecipado/noticiado a questão. Isso fatalmente explica a única página que a decisão do STJ ocupa. Dentro das condições de produção, o contexto imediato (Orlandi, 2009) é o próprio fazer jornalístico, responsável pela inserção de *Impunidade Anunciada* numa revista semanal de notícia: a forma jornalística da disposição e da argumentação do texto, com a presença de um título, subtítulo, fotos, descrição destas, um lead e etc. Além da constatação de que a matéria é marcada por emissão de opinião, sem muita preocupação em forjar isenção, característica comum das revistas de notícia no Brasil. O contexto amplo diz respeito à corrupção no Brasil, o quão ela é nociva e quanto que — para ficar numa expressão de VEJA — a impunidade *decepção pessoas honestas*. Não se pode esquecer que a Satiagraha não é a primeira operação da PF com desfecho frustrante, a própria Chacal, que também teve como Dantas como alvo, foi anulada. Então quando afirma-se, por exemplo: *que mais uma vez o estado brasileiro perde a oportunidade de trancafiar um suspeito como resultado dos desvios de agentes públicos*, o contexto amplo dessa alegação aponta para outros casos com enlace semelhante.

O discurso de *Impunidade Anunciada* se estrutura a partir de sua relação com o de sempre, determinado pelo interdiscurso em torno da corrupção, da impunidade, dos deslizes flagrados em outras operações da PF, e etc, mas também com o singular, ou seja, o contexto em questão, que é único e irrepitível. A semana da publicação não volta mais. Outra operação da PF pode ser cancelada por causa de escorregões de agentes públicos, a revista pode adotar postura semelhante, mas nunca uma outra matéria ou reportagem produzirá o mesmo efeito de *Impunidade Anunciada*.

O sujeito do discurso analisado é, ao mesmo tempo, Gustavo Ribeiro e VEJA. Certamente o repórter não foi obrigado, ou mesmo induzido diretamente a escrever a matéria tal como escreveu, mas, sabendo da linha editorial do veículo no qual trabalha (ou trabalhava), é como se uma mão invisível, mas muito forte, o auxiliasse na escritura. *Impunidade Anunciada* é uma matéria (tratada aqui não como reportagem por causa do seu tamanho) sobre a anulação da Satiagraha pelo STJ, cujo próprio título manifesta insatisfação com a

decisão ao mesmo tempo que demonstra que não se trata de surpresa (ver início da análise), esperava-se por isso. Já Dantas, apesar de tido como vítima das ilegalidades de agentes públicos, não é poupado, seus negócios são descritos como *enroladíssimos*, por exemplo.

A matéria, contudo, produz um clarividente paradoxo. Bem, se um *festival de abusos* foi cometido durante a Operação, porque sua anulação é tratada como sinal de *impunidade*? O título mais coerente seria *Justiça foi feita*, não? A estratégia discursiva aqui, apesar de paradoxal, não é contraditória, pois VEJA discorda da postura dos servidores na condução da Satiagraha, e por causa deles, e somente por causa deles, o STJ foi *obrigado* a anular o processo. Ouve impunidade com a anulação? Sim, porque o banqueiro foi descrito como corruptor em *Dantas contra a parede*, por exemplo, e como tal deveria ser punido, mas ao mesmo tempo, não, porque diante das ilegalidades praticadas o STJ não poderia fazer outra coisa senão cancelar a Operação. Com isso, a revista mostra-se duplamente preocupada com a Justiça: primeiro por considerar que corruptos devem, sim, ser punidos; segundo, porque a punição não pode ser feita mediante a prática de ilegalidades, mesmo que o investigado seja o Daniel Dantas.

Chama atenção uma contradição do discurso de VEJA, que afirma que: *o estado brasileiro, mais uma vez, perdeu a oportunidade de trancafiar suspeitos*. Mas trancafiar um suspeito — repare que o termo não é culpado ou condenado, mas sim, suspeito — não está em sintonia visão de magistrados de primeira instância que veem em prisões cautelares um modo de punição prévia? Essa visão foi criticada em *Mandei ele sair porque ele quis...* mas agora o magazine posiciona-se de maneira favorável a prisão de suspeitos.

VEJA alega que o *festival de abusos* cometido pelos agentes públicos incluíram: espionagem e escutas ilegais contra ministros, senadores, juízes, advogados e jornalistas. Mas tais procedimentos, como explanados na análise, nunca foram provados. A preocupação da matéria é, portanto, descrever da maneira mais negativa possível Protógenes, De Sanctis e Lacerda, ainda que para isso seja necessário recorrer a suspeitas que não foram provadas nem pela PF, nem pela CPI dos grampos. Outra demonstração desse empenho de apenas criticar seus personagens é o fato de que ouve-se apenas um especialista em Direito, que condena as práticas da Satiagraha, mas não se ouve alguém de opinião contrária, para *equilibrar*.

11. CONCLUSÃO

Quatro reportagens foram analisadas e nelas foi possível refletir sobre o discurso e como eles significam e porque significam uma coisa não outra. “Dantas contra a parede” concentrou-se no banqueiro, descrito como corruptor cujo sucesso está atrelado a proximidade escusa com os políticos *deste* ou *daquele* governo, pois apesar do reconhecimento de que VEJA está mais alinhada ao PSDB num comparativo com o PT, o governo tucano (de 94 a 2002) também foi amplamente criticado, afinal o banqueiro tornou-se notável a partir desse período.

“Guerrilha na PF”, apesar do título, não aborda tanto a questão de uma suposta divisão interna dentro da polícia, mas sim os supostos erros cometidos durante a Satiagraha, cujo único ponto elogiado foi o flagrante de suborno que, segundo a revista, nada teve a ver com Protógenes Queiroz, o que não é verdade, como foi amplamente divulgado na época. Ou seja, com o objetivo de caracterizar o delegado da pior maneira possível ignora-se sua participação na ação, pois a reportagem é muito rigorosa com o trabalho do servidor e certamente não seria conveniente considerar sua atuação na manobra policial exitosa. Vale lembrar que Protógenes, em seu inquérito policial sobre a Satiagraha, listou alguns veículos de comunicação que de acordo com sua investigação manteriam algum tipo de relação suspeita com Daniel Dantas, além de ter pedido a prisão de uma jornalista e supostamente ter proporcionado algum tipo de privilégio a Rede Globo na deflagração da Operação. Esses motivos certamente colocaram parte da imprensa, inclusive VEJA, contra o delegado que foi tratado na reportagem como um profissional arbitrário e insubordinado que seguiu o desejo de vingança de Paulo Lacerda, seu ex-chefe.

“Mande ele sair porque ele quis...” abordou a suposta ingerência do Planalto na Satiagraha. Apesar de nada ter ficado provado nesse sentido boa parte da imprensa trabalhou com essa hipótese, tratada como uma verdade irrefutável na publicação cujo título, a princípio, sugere que a afirmação foi feita pelo então presidente da República, sendo que ao longo da reportagem nenhum trecho da declaração do chefe de estado é transcrita. Com isso fica claro que a afirmação notadamente contraditória do título é de autoria da revista e foi usada para desdenhar das explicações dadas pelo mandatário. Uma suposta crise na magistratura também foi abordada a partir da divergência entre o juiz Fausto De Sanctis e o ministro Gilmar Mendes, no entanto, ao checar estatísticas elaboradas por especialistas chegou-se a conclusão de que a maioria das decisões tomadas na primeira instância são mantidas por tribunais superiores, desfazendo-se assim a sensação de crise inicial.

“Impunidade Anunciada”, apesar do título, trata a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de 2011 que anulou as provas da Satiagraha, como muita justa por causa das ilegalidades cometidas pelos agentes públicos responsáveis pela Operação. Produziu-se assim um certo paradoxo, pois na medida que a decisão do STJ é bem *recebida* pela revista como pode então ser tratada ao mesmo tempo como evidência de impunidade?

Nas quatro reportagens foi possível perceber certas contradições e incoerências. Em “Guerrilha na PF”, por exemplo, Protógenes é taxado como adepto de teorias conspiratórias, mas a própria VEJA serve-se de suspeitas que nunca ficaram provadas para afirmar veementemente que o delegado grampeou ilegalmente diversas autoridades. “Mandei ele sair porque ele quis...” repercute as explicações do presidente sobre a saída de Protógenes do caso, sem sequer transcrever uma única frase da alegada declaração presidencial. E em “Dantas contra a parede” ninguém é ouvido, trata-se, portanto de um texto muito mais próximo de um editorial do que uma reportagem.

VEJA, como é comum para revistas de notícia no Brasil, não economizou na emissão de opinião através de adjetivos, ilações, conclusões e afirmações, muitas vezes carente de provas, e até usou verbos no imperativo para falar diretamente com o leitor. Também não houve preocupação em *forjar* isenção em nenhuma das publicações. Daniel Dantas, Naji Nahas, Protógenes Queiroz, Fausto De Sanctis e Paulo Lacerda, apesar de estarem no centro das críticas, não foram ouvidos. Pequenos espaços foram cedidos apenas para fontes que lhe foram convenientes, que disseram o que o magazine de uma maneira ou de outra já havia dito. Com essa estratégia discursiva a revista proclama-se senhora da verdade ao passo que os seus personagens criticados sequer precisaram ser ouvidos. Outra estratégia verificada é a redundância dentro dos discursos. Daniel Dantas é qualificado o tempo inteiro em “Dantas contra a parede” como um corruptor. São três páginas de texto em que basicamente se repete a mesma coisa. Em “Guerrilha na PF” Protógenes é retratado como um agente arbitrário e insubordinado que cometeu diversas ilegalidades. O objetivo dessas repetições certamente é convencer o leitor a acreditar nos seus argumentos. Trata-se assim de uma estratégia de persuasão.

As quatro reportagens analisadas são mais documentais e pouco têm de investigativas. A Satiagraha foi notícia nas semanas em questão e por isso estava em VEJA, não trata-se, portanto, de assunto abordado com exclusividade, mas sim, em conjunto com outros veículos. Também não foi verificado nenhum tipo de revelação nova sobre a Operação, o que reforça o caráter documental das produções.

Mesmo com muito críticos VEJA é a revista de notícia de maior tiragem do país e

essa condição de liderança passa não só pela sua linha editorial, mas pelo seu estilo marcado pelo exagero em muitas das suas capas e reportagens, assim como acontece com outros magazines, mesmo aqueles de oposição a VEJA. Sendo assim, ficou claro no discurso das quatro publicações uma evidente opção pelo excesso em detrimento do equilíbrio, afinal, muito provavelmente no entendimento do semanal é a *hipérbole* que tanto os seus leitores como os seus críticos querem e isso lhes foi oferecido.

12. REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. 7ª edição. Rio de Janeiro, 1998
- BELTRÃO, Luiz. **Teoria e prática do jornalismo**. Adamantina. 2ª edição. Edições Ominia: 2006.
- BOURDIEU, Pierre. A influência do jornalismo; Posfácio in: **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRANDÃO, Helena. **Introdução à análise do discurso**. 2ª edição. Campinas: Unicamp, 2004.
- CARNEVALLI, Maria Alice. **Indispensável é o leitor** - o novo papel das revistas semanais de informação no Brasil. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes, 2003.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. “**Olhos do lince**” In: LOPES, Dirceu Fernandes; PROENÇA, José Luiz (org). **Jornalismo Investigativo**. SP: Publisher, 2003.
- COTTA, Pery. **Jornalismo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Rubio, 2005.
- DINES, Alberto. **O papel do jornal**. São Paulo: Summus, 1986.
- ERBOLATO, Mario. **Técnicas de decodificação em Jornalismo**. São Paulo: 1991.
- ESCOSTEGUY, Diego. “Encruzilhada” In: FORTES, Leandro. **Jornalismo Investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.
- KONOPCZYK, Samantha. “Jornalismo Ativo” In: LOPES, Dirceu Fernandes; PROENÇA, José Luiz (org). **Jornalismo Investigativo**. SP, Publisher, 2003.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. 1ª edição. Brasília: Unb, 2001.
- FARO, José Salvador. **Realidade, 1966-1968! tempo da reportagem na imprensa brasileira**. Canoas: Editora da Ulbra/AGE, 1999.
- FORTES, Leandro. **Jornalismo investigativo**. 1º edição. São Paulo: Contexto, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 5ª edição. São Paulo: Loyola, 1999.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 1991. 207 p.
- HERNANDES, Nilton. **A revista Veja e o discurso do emprego na globalização: uma análise semiótica**. Savador: Edufba; Maceió; Edufal, 2004.
- LOPES, Maria Immacolata Vassalo. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Loyola, 1997.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 4. edição. São Paulo: Atlas, 1999.

MORAES, Anamaria; MONTALVÃO, Cláudia. **Ergonomia: conceitos e aplicações**. Rio de Janeiro: 2ª edição, 1998.

ORLANDI, Eni. **Análise do discurso Princípios e Procedimentos**. 8ª edição. Campinas: Pontes, 2009.

ORLANDI, Eni. **Discurso e leitura**. 8ª edição. Campinas: Cortez, 2008.

PECHÊUX, Michel. **O Discurso estrutura ou acontecimento**. 4ª edição. Campinas: Pontes, 2006.

SANTORO, Daniel. **Técnicas de Investigación**. México: Nuevo Periodismo, 2004.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro. **Jornalismo Investigativo: o fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus, 2005.

SIQUEIRA, Neide; SANTOS, Raimunda. “Investigar faz parte do Jornalismo” In: LOPES, Dirceu Fernandes; PROENÇA, José Luiz (org). **Jornalismo Investigativo**. SP, Publisher, 2003.

SILVA, Carlos Eduardo Lins. **O Adiantado da hora**. SP, Summus, 1991.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: por que as notícias são como são**. 2ª edição. Florianópolis: Insular, 2005.

VALENTE, Rubens. **Operação banqueiro: as provas secretas do caso Satiagraha**. 1º edição. São Paulo: Geração editorial, 2014.

ANEXOS

ANEXO 1 – CAPA: FALA, DANTAS!

REPORTAGEM: DANTAS CONTRA A PAREDE



Brasil

DANTAS CONTRA A PAREDE

O banqueiro que esteve no centro dos maiores escândalos de corrupção da última década foi preso duas vezes em uma única semana. Ah, se ele contasse o que sabe!

Poucos homens de negócios representam com mais nitidez a natureza perversa do capitalismo brasileiro dependente do estado macrógrafo do que o banqueiro Daniel Dantas. Pelas razões do ex-ministro Mario Henrique Simonsen, que é considerado seu aluno mais capaz, Dantas desponta há duas décadas como um jovem e astuto economista vindo do conceituado Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), nos Estados Unidos. Durante as privatizações do governo Fernando Henrique Cardoso, o banqueiro de origem baiana retroalimentou-se. A fôrça de seu projeto bancário, o Opportunity, recebeu a bênção do governo para entrar-se nos pedregosos campos de pedras de estatais, como Povo e Petróleo, formando uma espécie de parceria público-privada cujo ciclo de negócios perdurará até hoje. Dantas conseguiu de governo em mandato para ser o gestor dos recursos investidos por esses fundos em um conglomerado de empresas recém-privatizadas, que remonta desde a Santos Brasil, terminal portuário em Santos, até as operadoras de telecomunicações Brasil Telecom, Telefonía Celular e Amazônia Celular. A parceria funciona a desta firme: o governo continua com o dinheiro e Dantas dá as cartas.

Foi assim, como empresário privado de patrimônio público, que Dantas despontou como o mais astuto entre os banqueiros capitalistas brasileiros cujo sucesso

Poucos homens de negócios representam com mais nitidez a natureza perversa do capitalismo brasileiro dependente do estado macrógrafo do que o banqueiro Daniel Dantas. Pelas razões do ex-ministro Mario Henrique Simonsen, que é considerado seu aluno mais capaz, Dantas desponta há duas décadas como um jovem e astuto economista vindo do conceituado Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), nos Estados Unidos. Durante as privatizações do governo Fernando Henrique Cardoso, o banqueiro de origem baiana retroalimentou-se. A fôrça de seu projeto bancário, o Opportunity, recebeu a bênção do governo para entrar-se nos pedregosos campos de pedras de estatais, como Povo e Petróleo, formando uma espécie de parceria público-privada cujo ciclo de negócios perdurará até hoje. Dantas conseguiu de governo em mandato para ser o gestor dos recursos investidos por esses fundos em um conglomerado de empresas recém-privatizadas, que remonta desde a Santos Brasil, terminal portuário em Santos, até as operadoras de telecomunicações Brasil Telecom, Telefonía Celular e Amazônia Celular. A parceria funciona a desta firme: o governo continua com o dinheiro e Dantas dá as cartas.

Foi assim, como empresário privado de patrimônio público, que Dantas despontou como o mais astuto entre os banqueiros capitalistas brasileiros cujo sucesso

O banqueiro Daniel Dantas, na segunda vez em que foi preso, na semana passada, uma antologia de escândalos, das privatizações de FHC ao mandato de Lula

Veja 16 de julho, 2008 47

Preso, solto, preso de novo, solto... Essa era na semana passada a vida do banqueiro Daniel Dantas, o peixe mais graúdo a cair nas malhas de uma operação da Polícia Federal batizada de Satiagraha, slogan do movimento popular de resistência pacífica com que o faquir Mahatma Gandhi liberou a Índia de três séculos de dominação britânica. Freqüentador assíduo do noticiário policial, foi a primeira vez, no entanto, que Dantas conheceu o xadrez. Dois de seus intermediários foram filmados enquanto ofereciam 1 milhão de dólares a um delegado da Polícia Federal. O banqueiro pretendia assim excluir seu nome e o de sua família de uma investigação sobre crimes financeiros que vão de gestão fraudulenta a evasão de divisas, passando pelo uso indevido de informações privilegiadas. Além do banqueiro, a operação prendeu mais dezesseis pessoas, suspeitas de integrar a quadrilha de Dantas ou de manter estreitas relações comerciais e financeiras com ela. O flagrante foi a única manobra de inequívoco brilho da Satiagraha, de resto uma operação mamembe (*veja a reportagem seguinte*).

O banqueiro Daniel Dantas, na segunda vez em que foi preso, na semana passada: uma antologia de escândalos, das privatizações de FHC ao mensalão de Lula

FERNANDO DONASGIFOLHA/IMAGEM

Poucos homens de negócios representam com mais nitidez a natureza perversa do capitalismo brasileiro dependente do estado macrófago do que o banqueiro Daniel Dantas. Pelas mãos do ex-ministro Mario Henrique Simonsen, que o considerava seu aluno mais capaz, Dantas despontou há duas décadas como um jovem e astuto economista saído do conceituado Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), nos Estados Unidos. Durante as privatizações do governo Fernando Henrique Cardoso, o banqueiro de origem baiana reinventou-se. À frente de seu próprio banco, o Opportunity, recebeu a bênção do governo para unir-se aos poderosos fundos de pensão de estatais, como Previ e Petros, formando uma espécie de parceria público-privada cujos efeitos desastrosos perduram até hoje. Dantas conseguiu do governo um mandato para ser o gestor dos recursos investidos por esses fundos em um conglomerado de empresas recém-privatizadas, que reunia desde a Santos Brasil, terminal portuário em Santos, até as operadoras de telecomunicações Brasil Telecom, Telemig Celular e Amazônia Celular. A parceria funcionava desta forma: o governo entrava com o dinheiro e Dantas dava as cartas.

Foi assim, como empresário privado de patrimônio público, que Dantas despontou como o mais astuto entre os inúmeros capitalistas brasileiros cujo suces-

so se deve a privilégios oficiais obtidos pela bajulação e, principalmente, pela corrupção de autoridades de plantão. Ele é expoente entre os negociantes e sistemas empresariais que nunca se expuseram ao poder purificador da concorrência, que se escondem sob as asas estatais para fugir dos rigores da lei e do vento trazido pela abertura econômica. Nada sabem sobre inovação ou produtividade, os reais motores da criação de riqueza no sistema capitalista. Nessa condição, Dantas envolveu-se em praticamente todos os grandes escândalos de economia mista — estatal e privada — da última década no Brasil.

O primeiro deles, revelado por VEJA em 1998, mostrou grampos telefônicos em que o ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros e o então presidente do BNDES, André Lara Resende, discutiam formas de beneficiar Dantas na aquisição do melhor quinhão do leilão de privatização da Telebrás, a até então empresa monopolista de telecomunicações no país. Ambos saíram do governo depois das revelações de VEJA. Em 2004, já no governo Lula, descobriu-se que o banqueiro Daniel Dantas havia contratado a em-



Dantas (acima) e Naji Nahas: formação do quadrilha, evasão de divisas e lavagem de dinheiro

presa de espionagem Kroll para bisbilhotar, ao espanto da lei, autoridades, jornalistas e juízes. Com isso, pretendia convencer o governo a manter sob seu controle os fundos de pensão estatais — o que conseguiu até 2006. Com o mesmo propósito, o de agradar, corromper e ameaçar o poder, o banqueiro destinou 152,4 milhões de reais para abastecer o duto do mensalão, esquema por meio do qual o governo comprava deputados da base aliada. Ainda pa-

gou à Gamecorp, empresa de jogos eletrônicos do filho do presidente Lula, 100.000 reais mensais para fornecer conteúdo ao portal de internet da Brasil Telecom.

Entre os acusados na operação, também se destacam o empresário Naji Nahas e o ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta.



Ao lado de Dantas, Nahas teria montado um esquema de lavagem de dinheiro e de uso indevido de informações privilegiadas. Já Pitta foi pego acidentalmente nas investigações, grampado enquanto podia influenciar aos delêctos e assessores do empresário libidinoso naturalizado brasileiro. Também estão na lista de investigados a irmã de Dantas, Verônica, um dos sócios dele, Carlos Rosenburg, e o ex-deputado federal peista Luiz Eduardo Grechuhg. Deixou com sua cobertura, no Rio de Janeiro, Dantas passou a semana toda entre a cadeia e a liberdade. No dia 8, foi levado para a carceragem do PP em São Paulo. No dia 10, pela manhã, conseguiu um habeas corpus do Supremo Tribunal Federal e foi liberado. A tarde, a Justiça expediu novo mandado de prisão contra ele, depois que a polícia apresentou ao delegado provas adicionais da tentativa de corrupção. Enquanto o banqueiro voltava para a prisão, ex outros acusados citados na Operação Soturnaê deixaram a cadeia, beneficiados, também eles, por habeas corpus apresentados ao STF. Dantas passou mais um mês em casa até que, no fim da tarde de sexta-feira 11, seus advogados conseguiram que o STF expo-

20 QUESTÕES QUE DANIEL DANTAS AINDA PODE ESCLARECER

ANO 1997 GOVERNO FHC

1 Privatizações

O QUE OCORREU: Daniel Dantas foi insuado pelo governo no condôto formado pelos fundos de pensão e pelo CSI que são vitórias do leilão da Vale do Rio Doce.

O QUE DANIEL PODE ESCLARECER: que argumentos convenceram Ricardo Sérgio, o então infuente diretor de Barros de Brasil, a incluir o no condôto.

ANO 1998 GOVERNO FHC

2 Privatizações

O QUE OCORREU: grupos reunidos por VEJA misturam que o BNDES como para fazer o grupo Opportunity no leilão de privatização das Telcel.

O QUE DANIEL PODE ESCLARECER: por que a diretoria do BNDES decidiu favorecer a.

ANO 1998 GOVERNO FHC

3 Fundos de pensão de estatais

O QUE OCORREU: Dantas conseguiu que a Finc e outros fundos de pensão se enquadrassem a carteira acionária do Brasil Telecom quando ele havia investido apenas 1% do capital usado na criação de empresa.

O QUE DANIEL PODE ESCLARECER: que convênios os diretores dos fundos de pensão a fechar esse acordo.

ANO 2002 GOVERNO FHC

4 Fundos de pensão de estatais

O QUE OCORREU: alguns dias antes de renúncia do governo federal no comando da Pres, que discutiu detalhes de fundo que se couberam a Dantas, o banqueiro teve um jantar repetido com o presidente Fernando Henrique Cardoso.

O QUE DANIEL PODE ESCLARECER: sobre o que os dois conversaram.

ANO 2002 GOVERNO FHC

5 Transição para o governo do PT

O QUE OCORREU: na edição de 22 de outubro de jornal O Estado de Minas, Dantas publicou um texto quase em código revelando supostas ameaças e ataques proféticos por integrantes de governo peista que assumiria.

O QUE DANIEL PODE ESCLARECER: qual a chave para entender o documento.

ANO 2003 GOVERNO FHC

6 Transição para o governo do PT

O QUE OCORREU: Dantas convenceu largamente com o então comandante da campanha presidencial de Lula, Antonio Palocci, e com o tesoureiro Delúbio Soares.

O QUE DANIEL PODE ESCLARECER: o que aconteceria?

ANO 2003 GOVERNO Lula

7 Telefonía

O QUE OCORREU: por ordem de Dantas, a Brasil Telecom contratou o advogado Roberto Teixeira para prestar a consultoria. Teixeira ganhou 1 milhão de reais no período.

O QUE DANIEL PODE ESCLARECER: que serviço o compare de Lula prestou ao banqueiro.

ANO 2004 GOVERNO Lula

8 Gamecorp

O QUE OCORREU: por meio da Brasil Telecom, Dantas pagou à Gamecorp, empresa do filho do presidente Lula, 100.000 reais mensais pelo fornecimento de conteúdo para o portal de internet da Brasil Telecom. A informação foi publicada por VEJA.

O QUE DANIEL PODE ESCLARECER: que outros pagamentos foram feitos ao filho do presidente.

ANO 2004 GOVERNO Lula

9 Kroll

O QUE OCORREU: o jornal Folha de São Paulo revelou, um esquema de Dantas e da empresa de espionagem Kroll para espiar o governo, jornalistas e empresários. A PF pôs-se atrás do banqueiro, que contratou o advogado criminalista Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kasky, procurador informal do ex-ministro José Dirceu. Kasky levou 8 milhões de reais.

O QUE DANIEL PODE ESCLARECER: que serviços Kasky efetivamente prestou.

ANO 2004 GOVERNO Lula

10 Telefonía

O QUE OCORREU: José Dirceu, então ministro chefe da Casa Civil, substituiu parvoce a defender os interesses de Dantas junto ao governo.

O QUE DANIEL PODE ESCLARECER: a que se deveu a súbita viravolta de Dirceu por Dantas.



Privatizações: o governo entrou com o dinheiro, e Dantas ficou com o controle



Delúbio: ele procurou o banqueiro antes mesmo de Lula chegar ao Planalto



Roberto Teixeira: 1 milhão de reais para o compare do presidente



Kasky: advogado de 8 milhões de reais

so se deve a privilégios oficiais obtidos pela bajulação e, principalmente, pela corrupção de autoridades de plantão. Ele é expoente entre os negociantes e sistemas empresariais que nunca se expuseram ao poder purificador da concorrência, que se escondem sob as asas estatais para fugir dos rigores da lei e do vento trazido pela abertura econômica. Nada sabem sobre inovação ou produtividade, os reais motores da criação de riqueza no sistema capitalista. Nessa condição, Dantas envolveu-se em praticamente todos os grandes escândalos de economia mista — estatal e privada — da última década no Brasil.

O primeiro deles, revelado por VEJA em 1998, mostrou grampos telefônicos em que o ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros e o então presidente do BNDES, André Lara Resende, discutiam formas de beneficiar Dantas na aquisição do melhor quinhão do leilão de privatização da Telebrás, a até então empresa monopolista de telecomunicações no país. Ambos saíram do governo depois das revelações de VEJA. Em 2004, já no governo Lula, descobriu-se que o banqueiro Daniel Dantas havia contratado a em-



Dantas (acima) e Naji Nahas: formação de quadrilha, evasão de divisas e lavagem de dinheiro

presa de espionagem Kroll para bisbilhotar, ao espanto da lei, autoridades, jornalistas e juízes. Com isso, pretendia convencer o governo a manter sob seu controle os fundos de pensão estatais — o que conseguiu até 2006. Com o mesmo propósito, o de agradar, corromper e ameaçar o poder, o banqueiro destinou 152,4 milhões de reais para abastecer o duto do mensalão, esquema por meio do qual o governo comprava deputados da base aliada. Ainda pa-

gou à Gamecorp, empresa de jogos eletrônicos do filho do presidente Lula, 100.000 reais mensais para fornecer conteúdo ao portal de internet da Brasil Telecom.

Entre os acusados na operação, também se destacam o empresário Naji Nahas e o ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta.

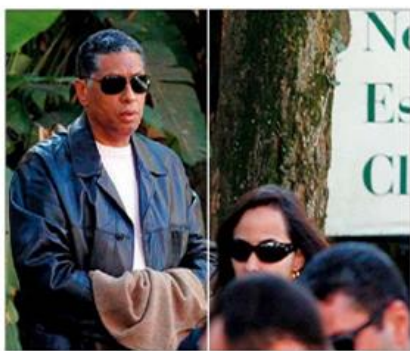


EDUARDO ANZELI/REUTERS/IMAGENS

Ao lado de Dantas, Nahas teria montado um esquema de lavagem de dinheiro e de uso indevido de informações privilegiadas. Já Pitta foi pego acidentalmente nas investigações, grampeado enquanto pedia dinheiro aos doleiros e assessores do empresário libanês naturalizado brasileiro. Também estão na lista de investigados a irmã de Dantas, Verônica, um dos sócios dele, Carlos Rodenburg, e o ex-deputado federal petista Luiz Eduardo Greenhalgh. Detido em sua cobertura, no Rio de Janeiro, Dantas passou a semana toda entre a cadeia e a liberdade. No dia 8, foi levado para a carceragem da PF em São Paulo. No dia 10, pela manhã, conseguiu um habeas corpus do Supremo Tribunal Federal e foi liberado. À tarde, a Justiça expediu novo mandado de prisão contra ele, depois que a polícia apresentou ao delegado provas adicionais da tentativa de corrupção. Enquanto o banqueiro voltava para a prisão, os outros acusados citados na Operação Satiagraha deixavam a cadeia, beneficiados, também eles, por habeas corpus apresentados ao STF. Dantas passou mais uma noite em cana até que, no fim da tarde de sexta-feira 11, seus advogados conseguiram que o STF expe-

disse um segundo habeas corpus em seu favor em apenas dois dias.
Dantas preso ou Dantas solto é assunto da Justiça. Mas Dantas calado ou Dantas contendo calar é que sabe o interesse do Brasil. O ideal é que fale, que conte tudo o que sabe... Sua carreira e fortuna foram construídas inicialmente na zona de sombra gigantesca projetada pelo capitalismo de estado. Sem os favores de legisladores, de figuras-chave do Executivo e dos gestores das maiores fortunas líquidas do Brasil, os fundos de pensão de empresas estatais, empreendimentos como Daniel Dantas não avistariam. No processo de formação de sua riqueza pessoal e do poder de seu grupo empresarial, Opportunity, ex manipulação, corrupção ou simplesmente se associou a detentores de altas autoridades de diversos governos, em especial os de FHC e Lula. VELA fez uma lista de vinte grandes excludados recentes sobre os quais Daniel Dantas teria muito a dizer.
O caso implicado preso e solto logo, o financista Naji Nahas também detém informações de maior interesse para o Brasil e os brasileiros. Ele aparece em diversas investigações, brasileiras e internacionais,

acusado de ser um dos dois entre interesses privados e autoridades do governo Lula. No inquérito resultante da Operação Satiagraha, Nahas surge como um fantasma. Uma ele se gabou de sentir-se como o rei da Arábia Saudita para combatermos juntos o preço do petróleo, ora, no mais histórica das afirmações do inquérito policial, se vangloriou de obter do presidente do Banco Mundial (sic) a informação sobre a taxa de juros a ser fixada pelo Fed, o banco central americano, vinte dias antes de sua divulgação, base (do mesmo quanto alguém ligar para o fabricante de guarda-chuvas para saber se vai chover no fim de semana. Mesmo assim, o delegado da Polícia Federal viu em Nahas um *Dono ex aeterno* do capitalismo financeiro planetário. Pena que preferiu se enterrar com as fantasmagorias do perseguido, pois, no Brasil, há evidências de que Nahas tem mesmo mais poder do que *the d'arabian*. Em 2006, uma reportagem de VEJA revelou que a empresa Telecom Italia fez pelo menos um saque de 3,25 milhões de reais em nome de Nahas — personagem central da crise que reboto a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em 2001. O pagamento foi feito em dinheiro vivo, em pacotes de 150.000



Célio Pitta, ex-avulso de São Paulo: um grampo pego por acaso no arquivado da PF
mais, sacadas de uma agência do Bradesco em São Paulo. A transação foi confirmada pelas partes envolvidas. Nahas justificou ter recebido o dinheiro para ajudar a Telecom Italia a resolver pendências com o banco Opportunity, de Daniel Dantas. Ele não deu detalhes sobre que pendências foram essas. Foi aí que uma pergunta para fazer a Naji Nahas.
Meses depois, graças ao trabalho de promotores italianos, dois se subdesvaga os 3,25 milhões de reais foram apenas uma fiação evasiva da pilha de dinheiro paga pela Telecom Italia. A Justiça italiana já sabe que Nahas recebeu 25,4 milhões de euros (cerca de 120 milhões de reais), o que, pela cotação do período, somou uma avalanche de 80 milhões de reais. A maior parte dos pagamentos, de acordo com pesquisas conduzidas nas investigações, ocorreu em 2002 e 2003. O motivo? Segundo as autoridades italianas, o dinheiro se destinou ao pagamento do premissa a políticos brasileiros situados em cargos-chave para assim obter o apoio deles na disputa que a

Telecom Italia travava com o Opportunity de Dantas. Os delegados da PF, os procuradores federais e os juizes brasileiros, do determinados em sua busca pela punição dos criminosos de colarinho branco e dos manjões da corrupção, não se preocuparam, no trabalho investigativo que culminou com a prisão de Nahas e Dantas, em apurar essas transações para lá de suspeitas. Não há a preocupação de identificar os destinatários dos 25,4 milhões de euros que os italianos remetiam para Nahas.
Na semana passada, Nélio Machado, o advogado de Dantas, questionou o fato de delegados da PF meses serem poucos nas diligências da Polícia Federal. Ele tem certa razão. Com a prisão do banqueiro e de Nahas, o combate à corrupção no país ganha uma dimensão carolina. Não o governo Lula, em lugar-comum criticar a parcialidade com a qual autoridades policiais perseguem funcionários públicos corruptos e deturcam de lado ações corrompidas, em tribunais. Não se ignora o interesse. Os corruptores do Brasil não são os corruptores europeus. Cade os corruptos?
BOA NOITE, BRASIL
MORNO, CADA UM BOLO
COM O SEU GOSTO
www.veja.com.br

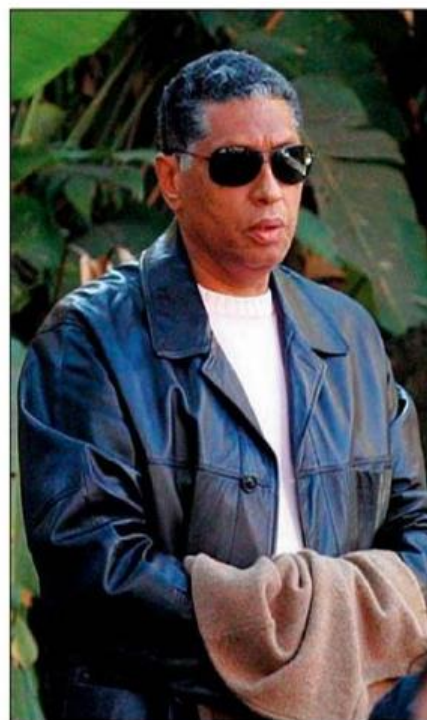
ANO 2004 GOVERNO Lula	ANO 2004 GOVERNO Lula	ANO 2004 GOVERNO Lula	ANO 2003/2005 GOVERNO Lula	ANO 2003/2005 GOVERNO Lula	ANO 2002/2005 GOVERNO FHC e Lula	ANO 2005 GOVERNO Lula	ANO 2005 GOVERNO Lula	ANO 2006 GOVERNO Lula	ANO 2008 GOVERNO Lula
11 CVM O QUE OCORREU: a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) julga a Dantas uma multa extremamente branda por manter aplicações de investimentos imobiliários no Brasil no Opportunity Fund, fundo selado nos Ilhos Cayman. O procedimento leva a regulamentação do Banco Central. Hoje, essa aplicação é justamente um dos pilares de investimento que levou o banqueiro à prisão. O QUE DANTAS PODE ESCLARECER: como ele começou a CVM a manter sua licença para operar no sistema financeiro.	12 CVM O QUE OCORREU: enquanto o caso se arrastava na CVM, Dantas se reuniu regularmente para tratar do assunto com o então presidente da CVM, Delúbio Soares, ex-presidente do Banco Popular. O QUE DANTAS PODE ESCLARECER: sobre o que Dantas e Guimarães conversaram. O QUE DANTAS PODE ESCLARECER: Paulo de Tarso foi escolhido o quarto no grupo a ser.	13 Matisse O QUE OCORREU: Dantas contratou a agência Matisse, de propriedade de Paulo de Tarso Santos, publicitário das campanhas de Lula em 1989 e 1994, para "reposicionar" a marca Brasil Telecom no mercado de telefonia. A informação foi revelada por VEJA. O QUE DANTAS PODE ESCLARECER: por que justamente Paulo de Tarso foi escolhido o quarto no grupo a ser.	14 Mensalão O QUE OCORREU: Dantas pagou ao publicitário Marcos Valério no menos 152,4 milhões de reais por meio do Banco Opportunity e das concessionárias de telefonia Telenet e Amazônia Celular. O QUE DANTAS PODE ESCLARECER: o que ele ganhou do governo por abastecer o empreendimento mensalão. Valério: o dinheiro do mensalão também veio do banqueiro	15 Mensalão O QUE OCORREU: anotações na agenda de Fernando Xavier Donagó, ex-secretário de Marcos Valério, mostram encontros entre o publicitário e o sócio de Dantas, Carlos Rodenburg. Ao menos um desses encontros contou com a presença de Delúbio Soares. O QUE DANTAS PODE ESCLARECER: sobre que tipo de negócios ele negociou com o empresário.	16 Telefonía O QUE OCORREU: Dantas pagou pelo menos 1,1 milhão de dólares ao então professor Mangabeira Unger, a pedido de ele-lo como consultor e representante legal nos Estados Unidos. O QUE DANTAS PODE ESCLARECER: que tipo de consultoria Mangabeira prestou e por que contou isso. Mangabeira: consultoria de longo prazo para o Opportunity	17 CPI dos Corretões O QUE OCORREU: Dantas mandou seu ex-sócio Frank Halder fazer um dossiê com contatos no exterior que seriam do presidente Lula e de outros mande-chuvas do governo e do político. UGER recebeu a comissão em nome de Dantas e usou que Dantas esperava fazer dele. O QUE DANTAS PODE ESCLARECER: se foi uma ameaça velada ou uma informação viva.	18 Dossie da Kroil O QUE OCORREU: Dantas mandou seu ex-sócio Frank Halder fazer um dossiê com contatos no exterior que seriam do presidente Lula e de outros mande-chuvas do governo e do político. UGER recebeu a comissão em nome de Dantas e usou que Dantas esperava fazer dele. O QUE DANTAS PODE ESCLARECER: se foi uma ameaça velada ou uma informação viva.	19 Dossie da Kroil O QUE OCORREU: depois que a comissão de Dantas foi revelada por VEJA, Dantas mandou seu ex-sócio Frank Halder fazer um dossiê com contatos no exterior que seriam do presidente Lula e de outros mande-chuvas do governo e do político. UGER recebeu a comissão em nome de Dantas e usou que Dantas esperava fazer dele. O QUE DANTAS PODE ESCLARECER: se foi uma ameaça velada ou uma informação viva.	20 BrDi O QUE OCORREU: Dantas foi convencido a encerrar seu litígio com o governo envolvendo o controle da Brasil Telecom. Essa decisão foi essencial para a criação da gigante de telefonia BDI. O QUE DANTAS PODE ESCLARECER: se os argumentos usados pelo banqueiro a convencer de Dantas.

disse um segundo habeas corpus em seu favor em apenas dois dias.

Dantas preso ou Dantas solto é assunto da Justiça. Mas Dantas calado ou Dantas contando tudo o que sabe é do interesse do Brasil. O ideal é que fale, que conte tudo o que sabe... Sua carreira e fortuna foram construídas inteiramente na zona de sombra gigantesca projetada pelo capitalismo de estado. Sem os favores de legisladores, de figuras-chave do Executivo e dos gestores das maiores fortunas líquidas do Brasil, os fundos de pensão de empresas estatais, empresários como Daniel Dantas não existiriam. No processo de formação de sua riqueza pessoal e do poder de seu grupo empresarial, o Opportunity, ele manipulou, corrompeu ou simplesmente se associou a dezenas de altas autoridades de diversos governos, em especial os de FHC e Lula. VEJA fez uma lista de vinte grandes escândalos recentes sobre os quais Daniel Dantas teria muito a dizer.

O outro implicado preso e solto logo, o financista Naji Nahas também detém informações do maior interesse para o Brasil e os brasileiros. Ele aparece em diversas investigações brasileiras e internacionais,

acusado de ser um dos elos entre interesses privados e autoridades do governo Lula. No inquérito resultante da Operação Satiagraha, Nahas surge como um fanfarrão. Ora ele se gaba de sentar-se com o rei da Arábia Saudita para combinarem juntos o preço do petróleo, ora, na mais lisérgica das afirmações do inquérito policial, se vangloria de obter do presidente do Banco Mundial (*sic*) a informação sobre a taxa de juros a ser fixada pelo Fed, o banco central americano, vinte dias antes de sua divulgação. Isso é tão maluco quanto alguém ligar para o fabricante de guarda-chuvas para saber se vai chover no fim de semana. Mesmo assim, o delegado da Polícia Federal viu em Nahas um *Deus ex machina* do capitalismo financeiro planetário. Pena ele ter preferido se entreter com as fantasias em torno do personagem pois, no Brasil, há evidências de que Nahas tem mesmo mais poder do que lhe é atribuído. Em 2006, uma reportagem de VEJA revelou que a empresa Telecom Italia fez pelo menos um saque de 3,25 milhões de reais em nome de Nahas — personagem central da crise que abalou a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em 1989. O pagamento foi feito em dinheiro vivo, em pacotes de 150000



JOSÉ LUIS DA CORREIADORE

Celso Pitta, ex-prefeito de São Paulo: um bagrinho pego por acaso no arrastão da PF

reais, sacados de uma agência do Bradesco em São Paulo. A transação foi confirmada pelas partes envolvidas. Nahas justificou ter recebido o dinheiro para ajudar a Telecom Italia a resolver pendências com o banco Opportunity, de Daniel Dantas. Ele não deu detalhes sobre que pendências foram essas. Está aí uma boa pergunta para fazer a Naji Nahas!

Meses depois, graças ao trabalho de promotores italianos, ficou-se sabendo que os 3,25 milhões de reais foram apenas uma fração modesta da pilha de dinheiro pago pela Telecom Italia. A Justiça italiana já sabe que Nahas recebeu 25,4 milhões de euros (euros sim, nem dólares nem reais, o que, pela cotação do período, somou uma avalanche de 80 milhões de reais). A maior parte dos pagamentos, de acordo com pessoas envolvidas nas investigações, ocorreu em 2002 e 2003. O motivo? Segundo as autoridades italianas, o dinheiro se destinava ao pagamento de propinas a políticos brasileiros situados em cargos-chave para assim obter o apoio deles na disputa que a

Telecom Italia travava com o Opportunity de Dantas. Os delegados da PF, os procuradores federais e os juízes brasileiros, tão determinados em sua busca pela punição dos criminosos de colarinho branco e dos marajás da corrupção, não se preocuparam, no trabalho investigatório que culminou com as prisões de Nahas e Dantas, em apurar essas transações para lá de suspeitas. Não há a preocupação de identificar os destinatários dos 25,4 milhões de euros que os italianos remeteram para Nahas.

Na semana passada, Nélio Machado, o advogado de Dantas, questionou o fato de dirigentes do PT nunca serem presos nas diligências da Polícia Federal. Ele tem certa razão. Com a prisão do banqueiro e de Nahas, o combate à corrupção no país ganha uma dinâmica curiosa. Até o governo Lula, era lugar-comum criticar a parcialidade com a qual autoridades policiais perseguiram funcionários públicos corruptos e deixavam de lado seus corruptores, os tubarões. Dá-se agora o inverso. Os corruptores são presos sem que os corruptos apareçam. Cadê os corruptos? ■

veja CRONOLOGIA: OS ROLOS
DE DANIEL DANTAS EM
.com www.veja.com.br/cronologia

ANEXO 2: GUERRILHA NA PF

A GUERRILHA NA PF



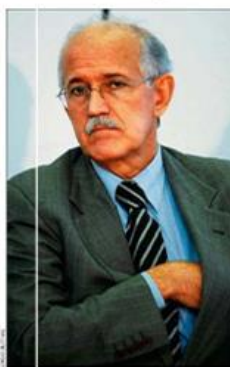
O inquérito produzido pelo delegado federal Protógenes Queiroz, que embasou o pedido de prisão do banqueiro Daniel Dantas e companhia, é um texto confuso, evadido de convulsões ideológicas e pródigo em julgamentos sem nenhuma base na realidade. É um exemplo de como não deve ser conduzido um trabalho policial com ambição de ter impacto no resultado final do julgamento sobre seus alvos. O inquérito tem relatos imprecisos sobre os investigados e intermináveis transcrições literais de gravações telefônicas a partir dos quais são feitas suposições e emitidas opiniões. Perpassa todo o relatório um viés esquerdista na linha "somos contra tudo isso que está aí". O capítulo dedicado à imprensa é dos mais disparatados. Sem uma única prova e até diante de evidências em contrário coletadas por

ele mesmo, o delegado se contorce para coarçar os jornais e revistas, entre elas VEJA, estariam ajudando Daniel Dantas a se safar ou a se fazer de vítima (veja o box na pág. 58). Seria apenas fábula, não fizessem essas acusações parte de um inquérito produzido por uma autoridade do estado brasileiro, com poder de dar voz de prisão e influenciar togados. Ao fim e ao cabo, o amadorismo demonstrado pelo delegado Protógenes, como diz a Carta ao leitor desta edição, facilitará, provavelmente, a impunidade dos acusados. Daniel Dantas e o especulador Naji Nahas decerto têm muito a explicar à Justiça, mas nada do que realmente interessa ou possa levá-los a uma condenação está no inquérito que motivou a prisão de ambos e dos demais envolvidos.

O delegado-geral Luiz Fernando Corrêa: ações para melhorar a qualidade técnica da PF

A prisão de Dantas, em especial a segunda, deve-se ao flagrante armado de forma engenhosa pelos policiais, e não à má literatura do delegado Protógenes, que só vai beneficiar os acusados. Mandante de ações de espionagem empresarial mirabolantes, o banqueiro Dantas foi feito de bobo no plano da realidade mais terrena, ao tentar subornar, via intermediários, um delegado da PF. Em 11 de junho, o delegado Victor Hugo Ferreira recebeu um telefonema de Humberto Braz, ex-presidente da Brasil Telecom e funcionário do banco Opportunity, de Dantas. Ele dizia ter informações de que a Polícia Federal estava investigando seu chefe e que gostaria de marcar uma reunião para tratar do assunto com Ferreira, pois sabia que o delegado estava no caso. Ambos, então, combinaram um encontro

Divisões internas minam a instituição e as investigações



para 18 de junho, no churrascaria El Travia, na região central de São Paulo. Ferreira, ao lado de seus superiores e o Juízo sobre o contato e decidiu gravar a conversa. Quando chegou ao restaurante, chegou com Hugo Chacaroni, que se apresentou como amigo de Braz e lhe pediu que fosse confirmada a existência da investigação. Diante da resposta positiva, semia comprar o delegado. Ofereceu a ele 50.000 reais por ter acusado ir à prisão e disse que lhe entregaria mais 500.000 dólares se Dantas e sua família fossem excluídos do relatório final da PF. Ferreira fugiu antes a oferta. Foi até a casa de Chacaroni, no bairro paulistano de Moema, e saiu de lá com os 50.000 reais prometidos. Combinaram de se encontrar novamente, para liquidar o restante do pagamento.

O ex-delegado-geral Paulo Lacerda (ex-esp.) e seu amigo Protógenes: teorias conspiratórias

No dia 23, voltaram ao restaurante El Travia. Desta vez, além de Chacaroni, Braz também estava presente. O encontro foi filmado pela polícia com uma câmera oculta. O delegado apresentou documentos para corroborar a existência da investigação. Quando viu a papelada, Braz disse que estava autorizado por Dantas a autorizar a oferta de suborno para 1 milhão de dólares, em duas parcelas. A primeira a ser paga antes do fim da operação e o último, depois que a investigação tivesse concluída. Dois dias mais tarde, Chacaroni e o delegado encontraram-se, desta vez no restaurante Paddock de Moema. O propósito de Dantas era se safar até que, no dia 8, a polícia delegasse a Operação Sangria e prendesse Chacaroni. Na casa

dele, foi achada a quantia de 1,28 milhão de reais, que supostamente seria usada para completar o pagamento do propina. Em depoimento prestado depois de ter sido preso, Chacaroni confirmou a somatória de suborno do delegado a mando de Dantas e disse que o dinheiro lhe teria sido repassado por funcionários do Opportunity. De acordo com a PF, o milhar e li vai pedindo apreensão "reforça a hipótese de que Daniel Dantas tinha plane conhecimento da propina, uma vez que as interceptações telefônicas e telefônicas acusaram que Humberto Braz é o beneficiário de Daniel Dantas na organização criminosa". Com o depoimento de Chacaroni, o banqueiro, que havia sido solto no manhã do dia 10, após duas noites em casa, foi outra vez trancafiado na cadeia da PF, em São Paulo. Na sexta-feira, ele saiu da prisão graças a um habeas corpus concedido pelo ministro



52 16 de julho, 2008 veja

veja 16 de julho, 2008 53

SERGIO VASZARI

O inquérito produzido pelo delegado federal Protógenes Queiroz, que embasou o pedido de prisão do banqueiro Daniel Dantas e companhia, é um texto confuso, evadido de convulsões ideológicas e pródigo em julgamentos sem nenhuma base na realidade. É um exemplo de como não deve ser conduzido um trabalho policial com ambição de ter impacto no resultado final do julgamento sobre seus alvos. O inquérito tem relatos imprecisos sobre os investigados e intermináveis transcrições literais de gravações telefônicas a partir dos quais são feitas suposições e emitidas opiniões. Perpassa todo o relatório um viés esquerdista na linha "somos contra tudo isso que está aí". O capítulo dedicado à imprensa é dos mais disparatados. Sem uma única prova e até diante de evidências em contrário coletadas por

52 16 de julho, 2008 veja

ele mesmo, o delegado se contorce para concluir que jornais e revistas, entre elas VEJA, estariam ajudando Daniel Dantas a se safar ou a se fazer de vítima (veja o box na pág. 58). Seria apenas risível, não fizessem essas acusações parte de um inquérito produzido por uma autoridade do estado brasileiro, com poder de dar voz de prisão e influenciar togados. Ao fim e ao cabo, o amadorismo demonstrado pelo delegado Protógenes, como diz a Carta ao leitor desta edição, facilitará, provavelmente, a impunidade dos acusados. Daniel Dantas e o especulador Naji Nahas decerto têm muito a explicar à Justiça, mas nada do que realmente interessa ou possa levá-los a uma condenação está no inquérito que motivou a prisão de ambos e dos demais envolvidos.

O delegado-geral Luiz Fernando Corrêa: ações para melhorar a qualidade técnica da PF

A prisão de Dantas, em especial a segunda, deve-se ao flagrante armado de forma engenhosa pelos policiais, e não à má literatura do delegado Protógenes, que só vai beneficiar os acusados. Mandante de ações de espionagem empresarial mirabolantes, o banqueiro Dantas foi feito de bobo no plano da realidade mais terrena, ao tentar subornar, via intermediários, um delegado da PF. Em 11 de junho, o delegado Victor Hugo Ferreira recebeu um telefonema de Humberto Braz, ex-presidente da Brasil Telecom e funcionário do banco Opportunity, de Dantas. Ele dizia ter informações de que a Polícia Federal estava investigando seu chefe e que gostaria de marcar uma reunião para tratar do assunto com Ferreira, pois sabia que o delegado estava no caso. Ambos, então, combinaram um encontro

SERGIO DUTRA

para 18 de junho, na churrascaria El Tranvía, na região central de São Paulo. Ferreira avisou seus superiores e a Justiça sobre o contato e decidiu gravar a conversa. Quando chegou ao restaurante, deparou com Hugo Chicaroni, que se apresentou como amigo de Braz e lhe pediu que fosse confirmada a existência da investigação. Diante da resposta positiva, tentou comprar o delegado. Ofereceu a ele 50 000 reais por ter aceitado ir à reunião e disse que lhe entregaria mais 500 000 dólares se Dantas e sua família fossem excluídos do relatório final da PF. Ferreira fingiu aceitar a oferta. Foi até a casa de Chicaroni, no bairro paulistano de Moema, e saiu de lá com os 50 000 reais prometidos. Combinaram de se encontrar novamente, para liquidar o restante do pagamento.

O ex-delegado-geral Paulo Lacerda (à esq.) e seu amigo Protógenes: teorias conspiratórias

No dia 23, voltaram ao restaurante El Tranvía. Dessa vez, além de Chicaroni, Braz também estava presente. O encontro foi filmado pela polícia com uma câmera oculta. O delegado apresentou documentos para comprovar a existência da investigação. Quando viu a papelada, Braz disse que estava autorizado por Dantas a aumentar a oferta de suborno para 1 milhão de dólares, em duas parcelas. A primeira a ser paga antes do fim da operação e a última, depois que a investigação estivesse concluída. Dois dias mais tarde, Chicaroni e o delegado reencontraram-se, dessa vez no restaurante Paddock de Moema. O preposto de Dantas deu ao delegado mais 80 000 reais. Não voltaram a se falar até que, no dia 8, a polícia deflagrou a Operação Satiagraha e prendeu Chicaroni. Na casa

dele, foi achada a quantia de 1,28 milhão de reais, que supostamente seria usada para completar o pagamento da propina. Em depoimento prestado depois de ter sido preso, Chicaroni confirmou a tentativa de suborno do delegado a mando de Dantas e disse que o dinheiro lhe havia sido repassado por funcionários do Opportunity. De acordo com a PF, o milhão e lá vai pedrada apreendido "reforça a hipótese de que Daniel Dantas tinha pleno conhecimento da propina, uma vez que as interceptações telefônicas e telemáticas mostraram que Humberto Braz é o braço-direito de Daniel Dantas na organização criminosa". Com o depoimento de Chicaroni, o banqueiro, que havia sido solto na manhã do dia 10, após duas noites em cuna, foi outra vez trancafiado na cadeia da PF, em São Paulo. Na sexta-feira, ele saiu da prisão graças a outro habeas corpus concedido pelo ministro

veja 16 de julho, 2008 53

Gilmer Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal. Assim como ministros que subornam guardas de trânsito não ficam na prisão, o banqueiro ficou livre para responder a esse processo fora das grades. Do ponto de vista da lei, é a mesma coisa. O flagrante ocorreu nesse próprio, como geralmente ocorre nesses casos. Na noite de sexta-feira, dos 17 decisões pela Operação Satiagraha, apenas Chicaroni continuava preso. As acusações de fraudes, corrupção ativa e demais crimes financeiros que constam do inquérito de Protógenes estão de tal forma divididas em citações vagas e conclusões estapafúrdias que, muito provavelmente, em vez de pesar contra os acusados, podem até ajudá-los a escapar. A obra investigativa do delegado Protógenes talvez tenha o mesmo destino das pinturas de seu homônimo famoso, que viveu na Grécia no século IV a.C., das quais nada sobrou para ser visto, sobrevivendo apenas pelos relatos de cronistas contemporâneos.

Decidindo de lado as razões de fundo, como a falta de um sistema educacional eficiente, capaz de gerar uma qualidade suficiente de profissionais competentes nas mais diversas áreas, há uma razão de circunstância que explica o isolamento de Protógenes: a burocratização da PF. Ela hoje se encontra dividida entre uma parte boa e uma banda ruim. A primeira está sob a batuta do delegado-geral Luiz Fernando Corrêa. Além de estar empalhadado em limpar a Polícia Federal dos quadros corruptos, ele quer melhorar a qualidade técnica das polícias federais, para, desse modo, produzir inquéritos e ações mais bem fundamentadas. A banda ruim, por sua vez, age à revelia do delegado-geral e obedece a limites de vigiância pessoal e política, o que enfraquece o trabalho policial e lhe tira a substância e o vigor necessários para prevalecer na Justiça. Paulo Lacerda, ex-delegado-geral da PF e hoje no direito da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), tem ainda devotos na instituição que comandou e há a suspeita de que eles comprem missões a seu pedido.



ram vistas na organização e no desfecho da Operação Satiagraha. O delegado Protógenes contou a espíritos da Abin parte do trabalho de vigilância e monitoramento dos suspeitos. A estratégia de ação e o resultado das diligências eram compartilhadas apenas por Protógenes e pelo atual diretor da Abin, Paulo Lacerda, ex-diretor da PF. A explicação para isso: os superiores do delegado mantinham no interesse de Dantas. Segundo a teoria conspiratória, o delegado-geral Luiz Fernando Corrêa foi alçado ao posto por pressões de políticos ligados a Daniel Dantas, e sua missão seria acabar com todas as investigações contra o banqueiro. Suspeitando de tudo e de todos, Protógenes recorreu à Abin para ajudá-lo na investigação e mandou tocados a colegas seus da PF de que tinha provas e gravações que mostravam que eles estavam trabalhando a favor de Dantas. Não se sabe que provas são essas e nem se elas efetivamente existem. Em público, Corrêa elogiou e defendeu o trabalho da polícia, mas, assim como o ministro da Justiça, Tarso Genro, eles só subiram na operação quando ela já estava em andamento.

Foi uma das ações da Abin, aliás, que quase pôs o sigilo da Satiagraha abutido. Dantas soube que estava sendo investigado no dia 27 de maio passado, quando Humberto Braz levou sua filha à escola no Rio de Janeiro. O motorista do carro percebeu que estava sendo seguido por um Astra preto, com placa de São Paulo. A delegacia anti-suspeito foi alertada e o veículo suspeito foi interceptado. Seus ocupantes, então, identificaram-se como agentes da Abin. Diziram que estavam em uma operação para prender contrabandistas russos. Procurada por VRIA, a agência não quis se pronunciar. A assessoria do Gabinete de Segurança Institucional avisou que não comentaria se o ministro Jorge Felix sabia ou não da participação da Abin na investigação.

OS "ALVOS" DO DOUTOR PROTÓGENES

CITADOS NO INQUÉRITO				GRAMPEADOS PELA PF				
								
DILMA ROUSSEFF Membro do Conselho Superior do STF e ex-deputado federal. Foi o primeiro a ser investigado. Foi o primeiro a ser investigado. Foi o primeiro a ser investigado.	JOSÉ DIRCEU Ex-ministro da Casa Civil. Foi o primeiro a ser investigado. Foi o primeiro a ser investigado. Foi o primeiro a ser investigado.	JOSÉ SERRA Governador de São Paulo. Foi o primeiro a ser investigado. Foi o primeiro a ser investigado. Foi o primeiro a ser investigado.	MANCUÊRA UNGER Ministro de Assuntos Externos. Foi o primeiro a ser investigado. Foi o primeiro a ser investigado. Foi o primeiro a ser investigado.	DELFIN NETTO Artista de teatro. Foi o primeiro a ser investigado. Foi o primeiro a ser investigado. Foi o primeiro a ser investigado.	GILBERTO MIRANDA Ex-senador do PMDB. Foi o primeiro a ser investigado. Foi o primeiro a ser investigado. Foi o primeiro a ser investigado.	GILBERTO CARULHO Chefe de gabinete de Lula. Foi o primeiro a ser investigado. Foi o primeiro a ser investigado. Foi o primeiro a ser investigado.	HERCÍLIO FORTES Senador do DEM. Foi o primeiro a ser investigado. Foi o primeiro a ser investigado. Foi o primeiro a ser investigado.	SICRÔNICA SEDUS Ex-deputado do PT. Foi o primeiro a ser investigado. Foi o primeiro a ser investigado. Foi o primeiro a ser investigado.

Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal. Assim como motoristas que subornam guardas de trânsito não mofam na prisão, o banqueiro ficou livre para responder a esse processo fora das grades. Do ponto de vista da lei, é a mesma coisa. O flagrante esgotou-se nele próprio, como geralmente ocorre nesses casos. Na noite de sexta-feira, dos 17 detidos pela Operação Satiagraha, apenas Chicaroni continuava preso. As acusações de fraudes, corrupção ativa e demais crimes financeiros que constam do inquérito de Protógenes estão de tal forma diluídas em citações vagas e conclusões estapafúrdias que, muito provavelmente, em vez de pesar contra os acusados podem até ajudá-los a escapar. A obra investigativa do delegado Protógenes talvez tenha o mesmo destino das pinturas de seu homônimo famoso, que viveu na Grécia no século IV a.C., das quais nada sobrou para ser visto, sobrevivendo apenas pelos relatos de cronistas contemporâneos.

Deixando de lado as razões de fundo, como a falta de um sistema educacional eficiente, capaz de gerar uma quantidade suficiente de profissionais competentes

Gilmar Mendes, presidente do STF: "Os órgãos estatais agem no limite do justicamento"

nas mais diversas áreas, há uma razão de circunstância que explica o fenômeno Protógenes: a balcanização da PF. Ela hoje se encontra dividida entre uma parte boa e uma banda ruim. A primeira está sob a batuta do delegado-geral Luiz Fernando Corrêa. Além de estar empenhado em limpar a Polícia Federal dos quadros corruptos, ele quer melhorar a qualidade técnica dos policiais federais, para, desse modo, produzir inquéritos e ações mais bem fundamentadas. A banda ruim, por sua vez, age à revelia do delegado-geral e obedece a instintos de vingança pessoal e política, o que enfraquece o trabalho policial e lhe tira a substância e o vigor necessários para prevalecer na Justiça. Paulo Lacerda, ex-delegado-geral da PF e hoje na direção da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), tem ainda devotos na instituição que comandou e há a suspeita de que eles cumpram missões a seu pedido.

Lacerda odeia Dantas porque o banqueiro mandou a empresa Kroll espioná-lo em 2004. Suas impressões digitais fo-



ANDRÉ DURIGAL

ram vistas na organização e no deslanche da Operação Satiagraha. O delegado Protógenes confiou a espíões da Abin parte do trabalho de vigilância e monitoramento dos suspeitos. A estratégia de ação e o resultado das diligências eram compartilhados apenas por Protógenes e pelo atual diretor da Abin, Paulo Lacerda, ex-diretor da PF. A explicação para isso: os superiores do delegado atuariam no interesse de Dantas. Segundo a teoria conspiratória, o delegado-geral Luiz Fernando Corrêa foi alçado ao posto por pressões de políticos ligados a Daniel Dantas, e sua missão seria acabar com todas as investigações contra o banqueiro. Suspeitando de tudo e de todos, Protógenes recorreu à Abin para ajudá-lo na investigação e mandou recados a colegas seus da PF de que tinha provas e gravações que mostravam que eles estavam trabalhando a favor de Dantas. Não se sabe que provas são essas e nem se elas efetivamente existem. Em público, Corrêa elogiou e defendeu o trabalho da polícia, mas, assim como o ministro da Justiça, Tarso Genro, eles só souberam da operação quando ela já estava em andamento.

Foi uma das ações da Abin, aliás, que quase pôs o sigilo da Satiagraha abaixo. Dantas soube que estava sendo investigado no dia 27 de maio passado, quando Humberto Braz levava sua filha à escola no Rio de Janeiro. O motorista do carro percebeu que estava sendo seguido por um Astra preto, com placa de São Paulo. A delegacia anti-sequestro foi alertada e o veículo suspeito foi interceptado. Seus ocupantes, então, identificaram-se como agentes da Abin. Disseram que estavam em uma operação para prender contrabandistas russos. Procurada por VEJA, a agência não quis se pronunciar. A assessoria do Gabinete de Segurança Institucional avisou que não comentaria se o ministro Jorge Felix sabia ou não da participação da Abin na investigação.

O delegado Protógenes, perdido nas névoas de sua teoria conspiratória, atira para todo lado. Entre seus alvos aparece o próprio ministro presidente do STF, Gilmar Mendes. Na semana passada, o ministro encaminhou uma representação ao Conselho Nacional de Justiça pedindo investigações sobre uma provável invasão de seu gabinete, onde teriam sido instala-



Dinheiro apreendido na casa de Hugo Chicaroni, ligado a Dantas: tentativa de subornar delegado

ceiros debilita o estado de direito, sua soberania e sua capacidade de agir". Ele também acha que Freud não explica "Comparar a gigantesca organização criminosa comandada por D. Dantas com a de N. Nabas seria um 'paradigma inglês' ou aplicar a simetria das condutas criminosas estabelecidas de um modo freudiano primitivo e ridículo". Não tem sentido. Não tem sentido.

No inquérito, há uma "análise" segundo a qual o banco Opportunity

dis câmeras de vídeo com o objetivo de espioná-lo. Em conversas com auxiliares, Protógenes revelou que a polícia tinha imagens gravadas no gabinete do ministro que mostrariam uma estranha proximidade de assessores do tribunal com os advogados de Daniel Dantas. A insinuação: o presidente do Supremo Tribunal Federal teria concedido o habeas corpus libertando o banqueiro mediante um acordo prévio com os advogados.

Mendes tomou conhecimento da suposta invasão por meio da vice-presidente do Tribunal Regional Federal de São Paulo, a desembargadora Suzana Camargo. A magistrada ouviu do juiz Fausto de Saneis, o responsável pelo processo de Daniel Dantas, a informação de que a Polícia Federal havia gravado reuniões dentro do gabinete do ministro, inclusive revelando detalhes das conversas — sem delas, havia críticas à fragilidade dos argumentos jurídicos do juiz. Procurada por VEJA, a desembargadora classificou o episódio como um "mal-entendido", disse que a história "não foi bem assim" e pediu que o ministro fosse procurado para confirmar. O juiz De Saneis divulgou nota informando que não autorizou o monitoramento contra Gilmar Mendes ou contra qualquer outra autoridade da Justiça superior. Portanto, se houve a gravação, como confessou o juiz à desembargadora, ela foi feita de maneira clandestina

pelos policiais ou pelos espões da Abin. O presidente do STF levou o caso ao ministro da Justiça e ao diretor da Polícia Federal. Os dois afirmaram desconhecer qualquer ação ilegal da PF — e não poderiam, é óbvio, dizer outra coisa. "Os órgãos estatais, há algum tempo, estão atuando no limite do que poderíamos chamar de justicamento. Embora muito grave, isso não me surpreende mais", disse Gilmar Mendes. O tribunal fez uma varredura no gabinete do ministro e nada foi encontrado.

A atuação e o inquérito do delegado Protógenes, que abriga contrabandos de Lacerda contra seus desfeitos, só não podem ser classificados como típicos de um estado policial, porque os estados policiais costumam ser mais competentes. Em determinados momentos, ele parece um aluno de faculdade de sociologia tentando impressionar o mestre esquerdistas com frases de efeito. Para justificar a renovação da autorização dos grampos telefônicos, Protógenes recorre a uma frase do destrambelhado linguista americano Noam Chomsky: "A mídia é um veículo independente, comprometido com a verdade e imparcial, certo? Errado!". Ao ritmo de uma revolução por parágrafo, cita, ainda, o saão Jean Ziegler, autor do livro *A Saída Lenta Mas Firme*: "Se prevalecer grandemente a deficiência dos dirigentes da sociedade capitalista contemporânea. A globalização de mercados finan-

tem pessoas infiltradas no Comando do Exército, onde estes indivíduos promoveriam os interesses do grupo, principalmente espionando ações militares estratégicas e secretas". Será que Dantas planejou montar uma base de mísseis em sua cobertura na Vieira Souto? O delegado Protógenes mostra também que não baixará a guarda "contra tudo isso que está aí". Ao abordar uma suposta tentativa do deputado Delfim Netto, articulista da revista *Carta Capital*, de empregar Najj Nabas na gestão do fundo soberano planejado pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, ele vociferou: "Ante as ameaças de condôminos suspeadores das riquezas do nosso país, deixo aqui registrado que o 'manuseio', que ora subcreve a presente peça, e por 'cautelada' alerta aos incautos, seja de forma individual ou organizada criminosamente para tal finalidade, que esteja de prontidão comparado a um integrante da Brigada dos Tigres, fazendo um acompanhamento detalhado do futuro Fundo Soberano". Ouvido por VEJA, Delfim Netto disse: "Esses métodos de investigação têm de ter limites dentro do estado de direito. Eles não só invadem a privacidade das pessoas que não têm qualquer relação com a investigação — o que, por si só, é gravíssimo — como também, neste caso específico, violam a lógica. A investigação diz que os planeja tirar vantagens escusas da criação do fundo soberano.



Dinheiro apreendido na casa de Hugo Chicaroni, ligado a Dantas: tentativa de subornar delegado

ceiros debilita o estado de direito, sua soberania e sua capacidade de agir". Ele também acha que Freud não explica: "Comparar a gigantesca organização criminosa comandada por D. Dantas com a de N. Nahas seria um 'paradigma ingênuo' ou aplicar a simetria das condutas criminosas estaríamos diante de um método freudiano primitivo e ridículo". Não tente entender. Não tem sentido.

No inquérito, há uma "análise" segundo a qual o banco Opportunity

"tem pessoas infiltradas no Comando do Exército, onde estes indivíduos promoveriam os interesses do grupo, principalmente espionando ações militares estratégicas e secretas". Será que Dantas planejava montar uma base de mísseis em sua cobertura na Vieira Souto? O delegado Protógenes mostra também que não baixará a guarda "contra tudo isso que está aí". Ao abordar uma suposta tentativa do deputado Delfim Netto", articu-

das câmeras de vídeo com o objetivo de espioná-lo. Em conversas com auxiliares, Protógenes revelou que a polícia tinha imagens gravadas no gabinete do ministro que mostrariam uma estranha proximidade de assessores do tribunal com os advogados de Daniel Dantas. A insinuação: o presidente do Supremo Tribunal Federal teria concedido o habeas corpus libertando o banqueiro mediante um acordo prévio com os advogados.

pelos policiais ou pelos espões da Abin. O presidente do STF levou o caso ao ministro da Justiça e ao diretor da Polícia Federal. Os dois afirmaram desconhecer qualquer ação ilegal da PF — e não poderiam, é óbvio, dizer outra coisa. "Os órgãos estatais, há algum tempo, estão atuando no limite do que poderíamos chamar de justicamento. Embora muito grave, isso não me surpreende mais", disse Gilmar Mendes. O tribunal fez

Mendes tomou conhecimento da suposta invasão por meio da vice-presidente do Tribunal Regional Federal de São Paulo, a desembargadora Suzana Camargo. A magistrada ouviu do juiz Fausto de Sanctis, o responsável pelo processo de Daniel Dantas, a informação de que a Polícia Federal havia gravado reuniões dentro do gabinete do ministro, inclusive revelando detalhes das conversas — numa delas, havia críticas à fragilidade dos argumentos jurídicos do juiz. Procurada por VEJA, a desembargadora classificou o episódio como um "mal-entendido", disse que a história "não foi bem assim" e pediu que o ministro fosse procurado para confirmar. O juiz De Sanctis divulgou nota informando que não autorizou o monitoramento contra Gilmar Mendes ou contra qualquer outra autoridade da Justiça superior. Portanto, se houve a gravação, como confidenciou o juiz à desembargadora, ela foi feita de maneira clandestina

uma varredura no gabinete do ministro e nada foi encontrado.

A atuação e o inquérito do delegado Protógenes, que abriga contrabandos de Lacerda contra seus desafetos, só não podem ser classificados como típicos de um estado policial, porque os estados policiais costumam ser mais competentes. Em determinados momentos, ele parece um aluno de faculdade de sociologia tentando impressionar o mestre esquerdista com frases de efeito. Para justificar a renovação da autorização dos grampos telefônicos, Protógenes recorre a uma frase do destrambelhado lingüista americano Noam Chomsky: "A mídia é um veículo independente, comprometido com a verdade e imparcial, certo? Errado!". Ao ritmo de uma revolução por parágrafo, cita, ainda, o suíço Jean Ziegler, autor do livro *A Suíça Lava Mais Branco*: "Se prevalecem grandemente da deficiência dos dirigentes da sociedade capitalista contemporânea. A globalização de mercados finan-

lista da revista *Carta Capital*, de emplacar Naji Nahas na gestão do fundo soberano planejado pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, ele vociferou: "Ante as ameaças de corsários saqueadores das riquezas do nosso país, deixo aqui registrado que o 'amanuense', que ora subscreve a presente peça, e por 'cautela' alerta aos incautos, seja de forma individual ou organizados criminosamente para tal finalidade, que estarei de prontidão comparado a um integrante da Brigada dos Tigres, fazendo um acompanhamento detalhado do futuro Fundo Soberano". Ouvido por VEJA, Delfim Netto disse: "Esses métodos de investigação têm de ter limites dentro do estado de direito. Eles não só invadem a privacidade das pessoas que não têm qualquer relação com a investigação — o que, por si só, é gravíssimo — como também, neste caso específico, violentam a lógica. A investigação diz que eu planejo tirar vantagens escusas da criação do fundo soberano.

Como, se foi contra o fundo soberano desde o começo? Isso aí é público. Isso não é trabalho da Polícia Federal. É produto de um insano dentro da PF. Deve ser um neonazista. Sabe Deus o que a cabeça do sujeito imagina".

Nas partes referentes a Naji Nahas, toda a manomania do especulador é levada a sério por Protógenes. Uma das sanções que mais ganharam repercussão na imprensa foi aquela em que se atribui ao especulador a posse de informações privilegiadas do Federal Reserve, o banco central americano: "Homem não identificado fala aparentemente de New York e antecipa para Naji a queda da taxa de juros, controlada pelo Fed americano, em até 0,5%... N. Nahas, segundo ele próprio revela que foi o presidente do Banco Mundial que lhe repassou esta informação. Tal fato ocorreu com vinte dias de antecedência, podendo então direcionar seus investimentos com certeza, aonde o mercado financeiro globalizado tinha dúvidas". O Banco Mundial nada tem a ver com o Fed, ambos ficam em Washington e as mudanças da taxa de juros americana não antecipadas corretamente pelo mercado em 99% das vezes.

No inquérito, há a transcrição de uma conversa entre "possivelmente" Gilberto Carvalho, chefe-de-gabinete do presidente Lula, e Humberto Braz, homem de Dantas. O diálogo gira em torno de uma "conta-corrente", na qual aparentemente seria depositada uma quantia em duas vezes, em troca de um trabalho de "consultoria". Carvalho, na conversa, é chamado de "Giba". Procurado por VEJA, o chefe-de-gabinete da Presidência, por meio da assessoria de imprensa do Palácio do Planalto, afirmou que jamais conversou por telefone com Humberto Braz, a quem não conhece. Disse ainda que nega o nome de Giba. "Meu apelido é Gil." E concluiu: "Isso tudo é uma malandragem". É mesmo. Só que, por causa dela, Dantas e companhia talvez não paguem por seus crimes — os de verdade. ■

A "MÍDIA" TAMBÉM É INIMIGA

Os espasmos ideológicos do inquérito da Polícia Federal são particularmente violentos nas partes dedicadas à "mídia" — expressão preferida pelos inimigos da liberdade de expressão quando se referem à imprensa. O delegado Protógenes chegou a pedir a prisão da repórter Andréa Michael, do jornal *Folha de S. Paulo*, porque ela noticiara, em abril, a existência de uma operação em curso para prender Daniel Dantas. De acordo com o delegado, que a ela se refere como "travestida de correspondente na cidade de Brasília", isso teria dificultado a ação policial. Problema seu, doutor Protógenes, se a PF foi incompetente para manter o segredo da operação. O que não pode, numa democracia, é punir o mensageiro porque ele fez o seu trabalho. No inquérito, há menções a conversas que Dantas e Nahas teriam mantido com outros

jornalistas da *Folha*, do jornal *Valor Econômico*, das revistas *Época* e *Isis! Dinheiro*. As referências a VEJA são sórdidas e especialmente desprovidas de evidências mínimas — porque, de fato, elas não existem. Em várias passagens, o delegado Protógenes tenta estabelecer uma ligação entre a revista e Daniel Dantas. Não apresenta uma única prova e, pior, distorce as provas em contrário. O inquérito contém uma gravação em que um dirigente da empresa de Daniel Dantas ameaça entrar com ação judicial contra uma reportagem de VEJA intitulada "A guerra nos porões". A "análise" do delegado procura delirantemente e sem sucesso falsificar o sentido da informação. O desvario de Protógenes em relação à imprensa é tamanho que o juiz Paulo de Sanctis o ignora em seu relatório.



ANEXO 3: MANDEI ELE SAIR PORQUE ELE QUIS...



Brasil

Lula, que se irritou com o delegado Protógenes, manobras para evitar a suspeita de uma "operação abala"

MANDEI ELE SAIR PORQUE ELE QUIS...



O delegado federal Protógenes Queiroz, afastado da Operação Siallagabra: impermissíveis e arbitrários no investigação judicial

A semana passada teve gosto amargo para as duas instituições responsáveis pela Operação Siallagabra, cujo arco mais visível é o banqueiro Daniel Dantas. O delegado federal Protógenes Queiroz, que comandava a investigação desde o início, há quatro anos, foi afastado de maneira embasada pela cúpula da Polícia Federal — e o novo foi relançado na porta do presidente Lula, que, muito irritado, se viu obrigado a falar e que não queria sobre o caso. Paralelamente, o juiz federal Fausto de Sanctis, que decretou por duas vezes a prisão de Dantas, e por duas vezes teve sua decisão derrubada pelo presidente do STF, o ministro Gilmar Mendes — a segunda num despacho aparo —, anunciou que saía de férias. "As pessoas parecem não querer que eu tome decisões", disse ele em entrevista, "curioso" e com os olhos marejados. Protógenes e De Sanctis são expoentes de uma certa visão, compartilhada por muita gente na polícia, no Ministério Público e nos juizados de primeira instância, segundo a qual, no Brasil, chegou a hora de antecipar, por meio

de perícias cautelares espetaculosas, a punição de pessoas ricas e influentes — uma vez que o "sistema", conforme essa tese, sempre as deixaria livres no final. Ao traduzir a teoria em ações, relatórios e sentenças, eles foram alvo de repreensões. Mas a celebra em torno do delegado e do juiz também deixou no ar a impressão de que há crises políticas e institucionais germinando na sombra. A impressão é verdadeira no que envolve a PF, mas menos material no âmbito do Judiciário.

Antes de como durante a investigação da Siallagabra, o delegado Protógenes causou vários tipos de estragos. Começou falando insistentemente ao não revelar detalhes do inquérito a superiores, usar agentes da Abin na investigação, utilizar algumas de maneira abusiva, convocar testemunhas para gravar imagens das presos e pedir a prisão de uma jornalista que noticiou o caso antecipadamente (o que, para ele, a tornava cumplice dos investigados). Seu relatório final é um desastre de, digamos, preposições dantescas. É tecnicamente primário. Só com muito sorte dará origem a uma peça de acusação bem fundamentada no que diz

respeito aos crimes financeiros atribuídos a Dantas. Exceção no meio da burocracia é a brilhante oposição que resulta no flagrante de gente ligada ao banqueiro tentando corromper um delegado. O estrago político deu-se no vazamento de trechos da investigação com que o chefe-delegado de Lula, Gilberto Carvalho, tentava apagar o peão Luiz Filadelfo Greca, o delegado cortado por Dantas, a descoberta de seu exílio em curso da PF mensalista contra o banqueiro. Lá fora o governo acertado para o meio da refrega que preferia ver se desmontar a milha de distância do Planalto.

No segundo-feira 14, dois delegados da cúpula da PF foram despachados para uma reunião com Protógenes. Dos mais de três horas de reunião, apenas três minutos e 41 segundos da conversa foram divulgados. Nêles, o diretor da divisão de Combate ao Crime Organizado da PF, o delegado Roberto Troncon Filho, diz que Protógenes tem de esclarecer sobre o inquérito e um curso de aperfeiçoamento profissional em Brasília, para o qual ele já estava inscrito, e que lhe deixaria apenas com os fins de

semana livres. A explicação oficial ficou somente de que Protógenes optou pelo curso. O delegado não falou sobre o assunto em público — mas enviou recados, por meio de colegas, de que saiu do curso porque percebeu que não continha como apoio dos superiores. O fato de reunião fechada foi dar origem a suspeita de que não foram só erros técnicos do delegado que o derubaram. O governo, indagado sobre o encaminhamento de pessoas próximas ao presidente, seria pedindo sua cabeça.

O presidente Lula fez a menção necessária para salvar as aparências de interferência direta na Polícia Federal e, publicamente, tentou resolver a situação com a saída do delegado Protógenes do caso. O banqueiro João Santana e o ex-ministro da Justiça Marco Thomaz Bastos, dois dos principais conselheiros de Lula, entraram no caso. Santana, preocupado com a imagem do presidente, avalia que Protógenes se tornaria um símbolo do combate à corrupção caso ficasse confirmado que o governo agia para abafar a investigação. Thomaz Bastos, por sua vez, alertou que a queda de Protógenes poderia revelar parte da PF, que tentaria realiar o governo. Lula considerava as duas opções e resolveu dar a entrevista na qual criticou o delegado, disse ser "mentira" a versão de que o governo forçava sua saída e exigiu sua volta. "Ninguém pode fazer o trabalho que ele fez por quatro anos e, na hora de terminar

o relatório, dizer que vai embora. O salário tem que ficar", disse o presidente. A perseguição de Lula funcionou bem sobre sua legião de aficionados, mas teve efeito zero sobre a maioria pensante do país. Nada de surpreendente em regimes corrompidos por líderes carismáticos em tempos de bonança econômica.

Enquanto a queda do delegado Protógenes penha a mi divisão interna na PF e profundas desconfiar no Planalto, a batalha entre o ministro Mendes e o juiz De Sanctis produziu a sensação de que a magistratura brasileira também está rachada. De um lado, Siallagabra joga de primeira instância empenhadas em fazer justiça a qualquer custo — ainda que para isso fosse preciso atropelar alguns direitos constitucionais. De outra, antilhadas em tribunais superiores, estariam magistralmente insensíveis ao fato de que o ordenamento jurídico torna quase impossível a punição de malfétozes ricos. Não que não um pouco o fato de os procedimentos em torno das duas prisões de Dantas terem fugido ao tráfego normal desses casos

A desastrada peça inquisitorial do delegado Protógenes obriga o Planalto a fazer contorcionismos verbais para explicar por que ele foi afastado do caso Dantas. A dança das versões produziu uma das mais confusas semanas do governo Lula

Carlos Graeb

A semana passada teve gosto amargo para as duas autoridades responsáveis pela Operação Satiagraha, cujo alvo mais vistoso é o banqueiro Daniel Dantas. O delegado federal Protógenes Queiroz, que comandava a investigação desde o início, há quatro anos, foi afastado de maneira embaraçosa pela cúpula da Polícia Federal — e o novelo foi rolando até a porta do presidente Lula, que, muito irritado, se viu obrigado a falar o que não queria sobre o caso. Paralelamente, o juiz federal Fausto de Sanctis, que decretou por duas vezes a prisão de Dantas, e por duas vezes teve sua decisão derrubada pelo presidente do STF, o ministro Gilmar Mendes — a segunda num despacho áspero —, anunciou que saía de férias. “As pessoas parecem não querer que eu tome decisões”, disse ele em entrevista, “exaurido” e com os olhos marejados. Protógenes e De Sanctis são expoentes de uma certa visão, compartilhada por muita gente na polícia, no Ministério Público e nos juizados de primeira instância, segundo a qual, no Brasil, chegou a hora de antecipar, por meio

de prisões cautelares espetaculosas, a punição de pessoas ricas ou influentes — uma vez que o “sistema”, conforme essa tese, sempre as deixaria livres no final. Ao traduzir a teoria em ações, relatórios e sentenças, eles foram alvo de repressão. Mas a celeuma em torno do delegado e do juiz também deixou no ar a impressão de que há crises políticas e institucionais germinando na sombra. A impressão é verdadeira no que envolve a PF, mas menos material no âmbito do Judiciário.

Atirando a esmo durante a investigação da Satiagraha, o delegado Protógenes causou vários tipos de estrago. Cometeu falhas inaceitáveis ao não revelar detalhes do inquérito a superiores, usar agentes da Abin na investigação, utilizar algemas de maneira abusiva, convocar a televisão para gravar imagens dos presos e pedir a prisão de uma jornalista que noticiou o caso antecipadamente (o que, para ele, a tornava cúmplice dos investigados). Seu relatório final é um desastre de, diga-se, proporções dantescas. É tecnicamente primário. Só com muita sorte dará origem a uma peça de acusação bem fundamentada no que diz

semana livres. A explicação oficial ficou sendo a de que Protógenes optou pelo curso. O delegado não falou sobre o assunto em público — mas enviou recados, por meio de colegas, de que saiu do caso porque percebeu que não contava com o apoio dos superiores. O efeito da reunião fechada foi dar origem à suspeita de que não foram só os erros técnicos do delegado que o derubaram. O governo, indignado com o grampeamento de pessoas próximas ao presidente, teria pedido sua cabeça.

O presidente Lula fez a encenação necessária para salvar as aparências de interferência direta na Polícia Federal e, publicamente, tentou mostrar indignação com a saída do delegado Protógenes do caso. O marqueteiro João Santana e o ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, dois dos principais conselheiros de Lula, entraram no caso. Santana, preocupado com a imagem do presidente, avaliou que Protógenes se tornaria um símbolo do combate à corrupção caso ficasse carimbado que o governo agiu para abafar a investigação. Thomaz Bastos, por sua vez, alertou que a queda de Protógenes poderia revoltar parte da PF, que tentaria retaliar o governo. Lula considerou as duas opiniões e resolveu dar a entrevista na qual criticou o delegado, disse ser “mentira” a versão de que o governo forçara sua saída e exigiu sua volta. “Ninguém pode fazer o trabalho que ele

PORQUE ELE QUIS...

A desastrada peça inquisitorial do delegado Protógenes obriga o Planalto a fazer contorcionismos verbais para explicar por que ele foi afastado do caso Dantas. A dança das versões produziu uma das mais confusas semanas do governo Lula

Carlos Graieb

respeito aos crimes financeiros atribuídos a Dantas. Exceção no meio da bagunça é a brilhante operação que resultou no flagrante de gente ligada ao banqueiro tentando corromper um delegado. O estrago político deu-se no vazamento de trechos da investigação em que o chefe-de-gabinete de Lula, Gilberto Carvalho, tentava ajudar o pequista Luiz Eduardo Greenhalgh, advogado contratado por Dantas, a descobrir se existia um cerco da PF montado contra o banqueiro. Lá estava o governo arrastado para o meio da refrega que preferia ver se desenrolar a milhas de distância do Planalto.

Na segunda-feira 14, dois delegados da cúpula da PF foram despachados para uma reunião com Protógenes. Das mais de três horas de reunião, apenas três minutos e 41 segundos da conversa foram divulgados. Neles, o diretor da divisão de Combate ao Crime Organizado da PF, o delegado Roberto Troncon Filho, diz que Protógenes tem de escolher entre o inquérito e um curso de aperfeiçoamento profissional em Brasília, para o qual ele já estava inscrito, e que lhe deixaria apenas com os fins de

“Ninguém pode fazer o trabalho que ele fez por quatro anos e, na hora de terminar o relatório, dizer que vai embora. O cidadão tem que ficar”, disse o presidente. A prestidigitada de Lula funcionou bem sobre sua legião de aficionados, mas teve efeito zero sobre a minoria pensante do país. Nada de surpreendente em regimes encabeçados por líderes carismáticos em tempos de bonança econômica.

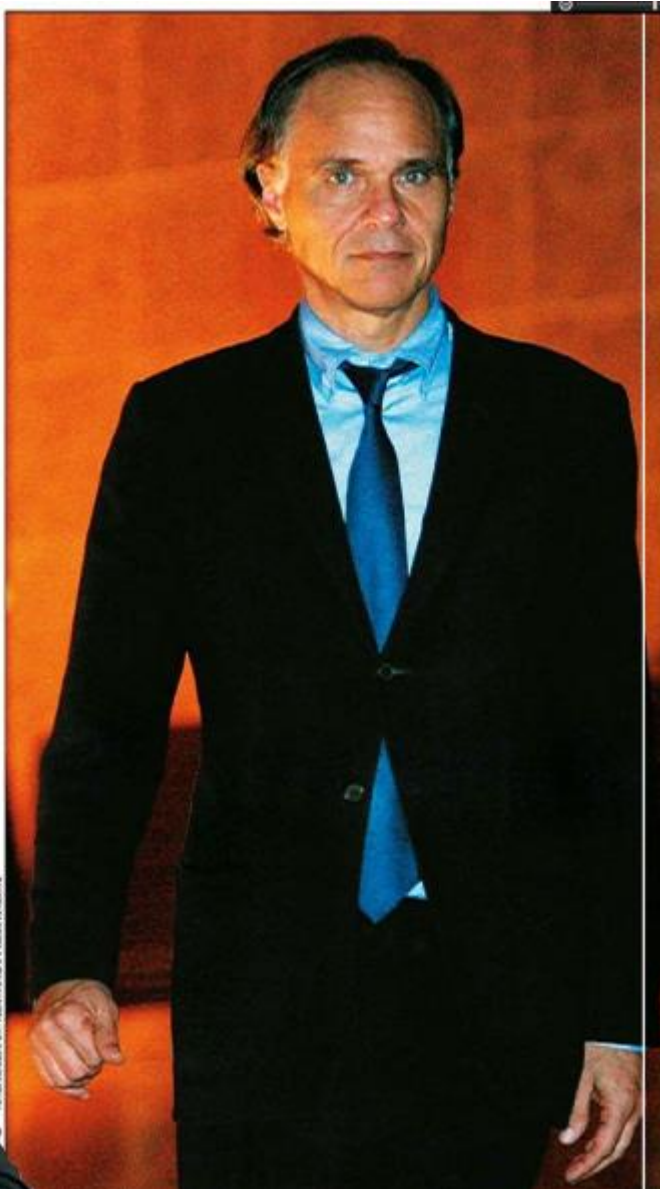
Enquanto a queda do delegado Protógenes punha a nu divisões internas na PF e produzia desconforto no Planalto, a batalha entre o ministro Mendes e o juiz De Sanctis produziu a sensação de que a magistratura brasileira também está rachada. De um lado, ficariam juízes de primeira instância empenhados em fazer justiça a qualquer custo — ainda que para isso fosse preciso atropelar alguns direitos constitucionais. De outro, aninhados em tribunais superiores, estariam magistrados insensíveis ao fato de que o ordenamento jurídico torna quase impossível a punição de malfetores ricos. Não ajudou nem um pouco o fato de os procedimentos em torno das duas prisões de Dantas terem fugido ao trâmite normal desses casos

veja 23 de julho, 2008 51

(veja quadro na pág. ao lado). No segundo habeas corpus, sobretudo, Gilmar Mendes fulminou uma decisão de primeira instância que não havia ainda passado pelo crivo do TRF e do STJ — o que ensejou críticas de haver perpetrado o que, em jurídicos, se chama de “supressão de instância”. Ao analisar o mérito do julgamento, seus colegas de corte deverão se pronunciar sobre isso. Também acirrou os ânimos o fato de Mendes ter criticado publicamente De Sanctis e enviado sua sentença ao Conselho Nacional de Justiça. Muitos magistrados viram nesse gesto uma ameaça tácita contra o juiz de primeira instância. Exaltados chegaram a falar em impeachment contra Mendes. Mas o que há de pessoal e de “estrutural” na briga entre De Sanctis e seu colega do STF?

Há, de fato, magistrados para quem é preciso punir um suspeito cadáverizado antes que uma corte superior livre sua cara. As 2876 pessoas presas temporariamente pela Polícia Federal no ano passado que o digam. Cada nova operação deu origem a queixas de advogados, juristas e magistrados das cortes superiores contra prisões arbitrárias e restrição de acesso da defesa aos autos dos processos. “Nenhum agente da lei, muito menos um juiz, tem o papel de juiz-lei. Outorgar esse papel à polícia e às autoridades judiciais é o primeiro passo das ditaduras”, afirma o jurista Miguel Reale Júnior. É recorrente, ainda, o uso da condição financeira do suspeito como uma espécie de “agravante”. No caso Dantas, o juiz De Sanctis recorreu a essa argumentação: “Não é possível olvidar que o requeri-

O banqueiro Dantas (à dir.) e o ministro Gilmar Mendes: o caso pôs em destaque visões antagônicas sobre o direito penal brasileiro

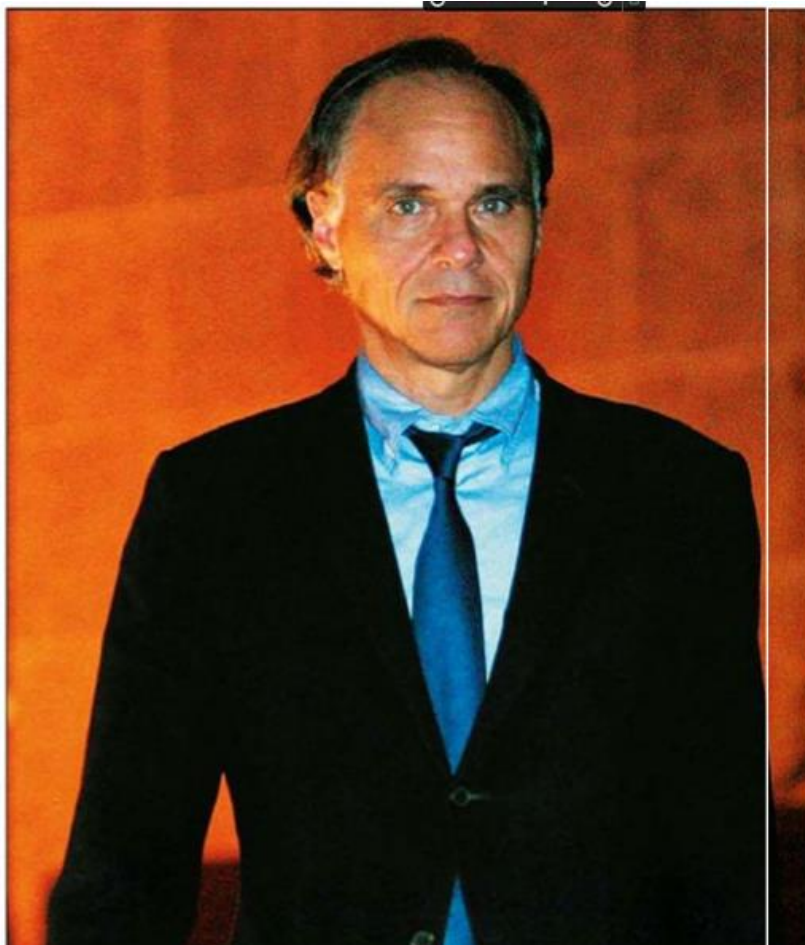


(veja quadro na pág. ao lado). No segundo habeas corpus, sobretudo, Gilmar Mendes fulminou uma decisão de primeira instância que não havia ainda passado pelo crivo do TRF e do STJ — o que ensejou críticas de haver perpetrado o que, em jurídiquês, se chama de “supressão de instância”. Ao analisar o mérito do julgamento, seus colegas de corte deverão se pronunciar sobre isso. Também acirrou os ânimos o fato de Mendes ter criticado publicamente De Sanctis e enviado sua sentença ao Conselho Nacional de Justiça. Muitos magistrados viram nesse gesto uma ameaça tácita contra o juiz de primeira instância. Exaltados chegaram a falar em impeachment contra Mendes. Mas o que há de pessoal e de “estrutural” na briga entre De Sanctis e seu colega do STF?

Há, de fato, magistrados para quem é preciso punir um suspeito endinheirado antes que uma corte superior livre sua cara. As 2876 pessoas presas temporariamente pela Polícia Federal no ano passado que o digam. Cada nova operação deu origem a queixas de advogados, juristas e magistrados das cortes superiores contra prisões arbitrárias e restrição de acesso da defesa aos autos dos processos. “Nenhum agente da lei, muito menos um juiz, tem o papel de justiceiro. Outorgar esse papel à polícia e às autoridades judiciais é o primeiro passo das ditaduras”, afirma o jurista Miguel Reale Júnior. É recorrente, ainda, o uso da condição financeira do suspeito como uma espécie de “agravante”. No caso Dantas, o juiz De Sanctis recorreu a essa argumentação: “Não é possível olvidar que o requeri-



O banqueiro





do detém significativo poder econômico e possui contatos com o exterior, ampliando a possibilidade de evasão do território nacional". A revogação de tal decisão pelo ministro Gilmar Mendes seguiu o entendimento que o STF adota em relação ao assunto. Para o tribunal, manter alguém preso com base em sua condição financeira "não se reveste de idoneidade jurídica".

Mas a conduta justiceira, felizmente, está longe de ser dominante nos fóruns. No Tribunal Regional Federal (TRF) em Brasília, por exemplo, de cada dez prisões cautelares decretadas na primeira instância, apenas uma é revogada. Isso mostra que a maior parte das prisões ocorre com amparo legal. Além disso, a visão ideologizada do processo penal brasileiro é uma caricatura de debates jurídicos perfeitamente legítimos sobre a maneira como podem e devem ser interpretados institutos como as prisões preventiva e temporária ou a concessão de habeas corpus. Um levantamento feito pelo advogado cri-

minalista Luís Guilherme Vieira sobre os julgamentos realizados pelo STF no ano passado indica que, dentro do tribunal, há representantes das duas tendências do direito penal: os adeptos da linha mais puni-tiva e aqueles mais liberais. "Pode-se até dizer que o STF é, hoje, mais duro do que foi outrora", afirma Vieira. De cada dez habeas corpus impetrados no tribunal, apenas dois são concedidos. Entre os ministros mais severos, destaca-se Carlos Alberto Dória. O grupo mais liberal é encabeçado pelo ministro Gilmar Mendes. "A diferença de visões sobre o processo penal é antiga e natural. Está presente em centenas de processos desde a Constituição de 1988. No caso atual, apenas extrapolou os autos jurídicos", afirma o advogado Paulo Saboya, presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros. Melhor que seja assim. ■

Com reportagem de Espedito Filho, Camila Pereira e Thozmaz Frazao

O juiz Fausto de Sanctis anuncia férias após a polémica do caso Dantas: "exaurido"

EM DEFESA DA PRIVATIZAÇÃO

Em sua última edição, VEJA elencou vinte episódios polémicos que o banqueiro Daniel Dantas, do Opportunity, poderia ajudar a esclarecer. Quatro deles estavam relacionados às privatizações ocorridas durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso como presidente. O PSDB enviou suas respostas às questões expostas na reportagem. A primeira delas se refere à montagem do consórcio que adquiriu a Vale do Rio Doce em 1997. Os fundos de pensão estatais deram sustentação financeira ao grupo integrado, entre outros, pelo Bradesco e por Dantas. O PSDB sustenta que seu governo não teve nenhuma participação na decisão dos fundos de se associar ao banqueiro e integrar essa sociedade, em vez daquela liderada pelo empresário Antônio Ermírio de Moraes, da Votorantim. De acordo com o PSDB, o governo atuou apenas para que o leilão contasse com o maior número possível de concorrentes. O partido também assegura que o governo não agiu em favor de Dantas na privatização da Telebrás. Em

1998, o banqueiro liderou um consórcio que, além dos fundos de pensão, incluía a Telecom Italia e o Citibank. O governo teria apenas viabilizado sua participação no leilão, ao lhe conceder uma carta de fiança do Banco do Brasil — carta que, ao final, não foi usada.

O PSDB afirma, ainda, que os fundos ingressaram nos leilões de privatização para ter lucros, e não por influência do governo. Eles, que já detinham grande parte do capital das estatais a ser privatizadas, vislumbraram uma boa oportunidade de adquirir mais ações. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso confirma ter ouvido queixas de Dantas a respeito dos seus conflitos com os fundos de pensão. Ele garante, porém, que não tomou partido, seja do banqueiro, seja dos fundos.

Os saqueiros criados por Dantas não tiram das privatizações levadas a cabo

20 QUESTÕES QUE DANIEL DANTAS AINDA P

- | | | | |
|--|---|--|--|
| 1 Privatizações
A que se refere o caso Dantas no episódio sobre o governo de parcerias durante o período de gestão de FHC que não foi usado para o leilão de Vale do Rio Doce? | 2 Privatizações
A que se refere o episódio sobre o governo de parcerias durante o período de gestão de FHC que não foi usado para o leilão de Vale do Rio Doce? | 3 Fundos de pensão de estatais
A que se refere o episódio sobre o governo de parcerias durante o período de gestão de FHC que não foi usado para o leilão de Vale do Rio Doce? | 4 Fundos de pensão de estatais
A que se refere o episódio sobre o governo de parcerias durante o período de gestão de FHC que não foi usado para o leilão de Vale do Rio Doce? |
|--|---|--|--|



Privatizações e governo entre com o cidadão, o Brasil vive com o governo

As respostas do PSDB às perguntas de VEJA

na década passada o mérito de terem sido medidas corajosas e fundamentais para colocar o Brasil na rota do crescimento sustentado. Um estudo dos economistas William Eid Junior, Marcos Poplauskis Ribeiro e Ricardo Rochman mostrou que quase todas as estatais privatizadas têm hoje gestão mais eficiente, mais lucros e, ao contrário do que reza o senso comum, o mesmo número de funcionários que tinham sob as asas do estado.

ANEXO 4: IMPUNIDADE ANUNCIADA

Brasil

IMPUNIDADE ANUNCIADA

Illegalidades praticadas pelos investigadores durante a Operação Satiagraha provocam a anulação do processo na Justiça e, mais uma vez, livram banqueiro da cadeia

A Operação Satiagraha, criada para investigar secretamente os enroladíssimos negócios do banqueiro Daniel Dantas, chegou ao fim — e da pior maneira possível. O Superior Tribunal de Justiça decidiu anular o processo e, por consequência, a condenação de Dantas por corrupção ativa. Mais uma vez, o estado brasileiro perde a oportunidade de trancaflar um suspeito cujos resultados dos desvios de agentes públicos, que conduzem investigações



AGENTES FORA DA LEI

O juiz De Sanctis (extrema), Paulo Lacerda e Protógenes (ao lado), para conseguir prender Dantas à escaiva, a lei foi criada como mero detalhe



sentindo-se acima das leis. A Satiagraha serve como uma triste lição. No afã de prender o banqueiro, o delegado encarregado da investigação, Protógenes Queiroz, com a cumplicidade do juiz Fústo De Sanctis e uma ajudinha da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), promoveu um festival de abusos, que incluiu espionagem e escutas ilegais contra ministros, senadores, juízes, advogados e jornalistas. A má-fé dos responsáveis pela investigação provocou, inclusive, o descarte da única prova que levou à condenação de Dantas: um vídeo que mostrava o banqueiro tentando subornar um delegado da PF. As imagens haviam sido feitas pela Rede Globo, mas Protógenes

as anexou ao processo como se fossem de autoria da polícia.

A decisão do STJ decepciona os brasileiros honestos, mas fortalece o estado de direito brasileiro. Para investigar as malfestorias do banqueiro, Protógenes não só se valeu de sua relação próxima demais com o juiz De Sanctis, que autenticou as irregularidades em vez de cobri-las. Ele contou com o apoio de um inestado exército de espões e ex-espões da Abin, autorizados pelo seu chefe, o então delegado Paulo Lacerda, a operar na clandestinidade. Tudo isso se passou sob os olhos atentos do Ministério Público. Válgar uma investigação marcada por tantos vícios seria uma afronta à democracia, independentemente de quem fosse o réu. Disse o ministro Jorge Mussi, ao proferir o voto decisivo: "Não é possível que armados de provas colhidas de forma impalpável possam levar à condenação. Coitado do país em que seus filhos possam vir a ser condenados com provas colhidas na ilegalidade". O professor de direito processual penal Celso Vilela, da Fundação Getúlio Vargas, vai além: "Sob o ponto de vista da lei, uma escuta telefônica não autorizada é tão grave quanto a tortura de réus".

Os três mentecaptos responsáveis pelas ilegalidades da Satiagraha, apesar de tudo, vão muito bem. Protógenes pegou carona na votação de Tereza e se elegeu deputado. O juiz De Sanctis foi promovido a desembargador. Na semana passada, o Conselho Nacional de Justiça arquivou o processo disciplinar contra ele, por não ter competência para punir desembargadores, apesar de reconhecer as ilegalidades praticadas pelo magistrado. O delegado Paulo Lacerda está apostado.

GUSTAVO RIBEIRO